



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

**ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
CAMINHOS E DESAFIOS DA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO NOS
MUSEUS RECIFENSES**

RECIFE-PE
2013

ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

**ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
CAMINHOS E DESAFIOS DA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO NOS
MUSEUS RECIFENSES**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, da Universidade Federal de Pernambuco, em preenchimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau acadêmico de Mestre em Arqueologia.

Orientada por Professora Dr^a. Cláudia Alves Oliveira.

Co-orientada por Professora Dr^a. Luciane Monteiro Oliveira.

RECIFE-PE
2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

C268a Cardoso, Rosemary Aparecida.
Arqueologia musealizada e educação patrimonial: Caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses / Rosemary Aparecida Cardoso. – Recife: O autor, 2013.
219 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Alves Oliveira.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Monteiro Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2013.
Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Arqueologia – História. 2. Educação Patrimonial. 3. Museus Recife(PE). I. Oliveira, Cláudia Alves. (Orientadora). II. Oliveira, Luciane Monteiro. (Coorientadora). III. Título.

930.1 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-94)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ROSEMARY APARECIDA CARDOSO

Às 09 horas do dia 1º (primeiro) de abril de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Rosemary Aparecida Cardoso** intitulada "**ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses**", sob a orientação da **Profa. Dra. Cláudia Alves de Oliveira**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**Aprovada**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Ana Catarina Peregrino Torres Ramos, Viviane Maria Cavalcanti de Castro e Luciane Monteiro Oliveira**. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, **Profa. Anne-Marie Pessis** e a secretária **Luciane Costa Borba** para os devidos efeitos legais.

Recife, 1º de abril de 2013

Prof. Dr. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Profa. Dra. Viviane Maria Cavalcanti de Castro

Profa. Dra. Luciane Monteiro Oliveira

Profa. Dra. Anne-Marie Pessis

Luciane Costa Borba

*Aos meus pais: LUDIDI
E a pessoa que apresentou o amor e a felicidade: AMA.*

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão às pessoas que contribuíram não somente na realização deste trabalho acadêmico, me apoiando, estimulando e colaborando em várias etapas de minha formação, mas principalmente, aos que me apoiaram nesta jornada de crescimento pessoal.

Agradeço à minha família pelo carinho e apoio em especial aos pais: Lourdes e Valdi, que depositaram confiança e credibilidade em meus projetos, possibilitando de diferentes formas a realização dos meus sonhos. Aos irmãos: Wanderson e Claudirene e sobrinhos: José Augusto, Lucas, João Pedro, Rodrigo e Maria Eduarda, agradeço pelo apoio e compreensão. Aproveito estas singelas linhas para me desculpar pela ausência física nestes dois anos de estudo, com certeza os dois anos mais difíceis de nossa vida familiar.

A minha orientadora professora Dra. Cláudia Alves Oliveira pela generosa acolhida a minha pesquisa dissertativa, e que me conduziu na lógica objetiva da academia, pela paciência, minha imensa gratidão.

Igualmente grata sou a minha Co-orientadora a Dra. Luciane Monteiro de Oliveira pelas leituras atentas e pelas profícuas sugestões.

A todos os professores e funcionários Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio e incentivo dado.

A realização deste trabalho seguramente não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas e instituições, assim cabe aqui prestar os sinceros agradecimentos a elas: Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (Sra. Jamille); Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (Sr. Gustavo, especialmente os guias); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (Sr. Severo e Sra. Gilda); Instituto Ricardo Brennand (Sr. Hugo e a museóloga Sra. Paula); Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (Sra. Maria do Carmo); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (Sra. Ana Catarina); Museu do Homem do Nordeste (Sr. Albino); Museu Militar Forte do Brum (Coronel Reis, Sargento Pastor e Professor Robson). Cabe destacar que aqui estamos referenciando

somente algumas pessoas das instituições museais pesquisadas, mas meu agradecimento se estende a todos os funcionários, responsáveis e administradores.

À minha grande família adquirida e fortalecida pelos laços do coração, comumente chamados de amigos.

Minha estima especial aos amigos e conselheiros Ana Paula e Carlos, por me apresentar o encantador universo arqueológico. E por me apoiar e incentivar neste processo de amadurecimento acadêmico e pessoal.

Aos amigos do MAEA/UFJF pelas trocas de experiências e conhecimentos.

Aos colegas do curso de mestrado e doutorado por compartilharmos junto deste processo de aprendizagem.

Aos queridos vizinhos arqueólogos que tornaram o dia-dia mais agradável, feliz e saboroso, e por trazerem as discussões acadêmicas para o conselho do lar.

Em especial a Stella, Grégoire, Priscila, Lívia, Fátima Barbosa e Fátima Luz pela colaboração e em meio às infindáveis conversas embaladas pelas trocas de conhecimento e experiências.

Aos que compartilharam comigo leituras, debates, calorosas discussões e trocas de experiências e vivências, fiéis companheiros, carinhosamente apelidado como: meus Co-co-orientador Alencar, Co-co-zinho-orientador Leandro, e a minha co-co-zinha-orientadora Pâmara.

Ao CNPq, pela concessão de uma Bolsa de Mestrado, que possibilitou a realização desta pesquisa.

Ao meu eterno enamorado Alencar pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos mais difíceis, e por me conduzir nos caminhos de crescimento pessoal e por me conduzir no caminho da felicidade.

Muitas são as pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desta pesquisa, apoiando, estimulando e orientando as várias etapas de minha formação. Assim, agradeço a todos aqueles que estiveram presentes de alguma forma durante a realização deste trabalho e que por traição da memória, seus nomes agora me escapam.

Ao meu Deus pelo Dom da vida, por sua presença continua e por ter me dado saúde e condições para concluir este curso;

Muito obrigada!!!

*Tive a felicidade depois de séculos e séculos de desordem
e confusão, de tornar a achar o caminho
que leva ao Sim ou ao Não.
Nietzsche*

**ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
CAMINHOS E DESAFIOS DA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO NOS
MUSEUS RECIFENSES**

RESUMO

Hodiernamente, a intrínseca relação entre a Arqueologia e a Museologia é amplamente reconhecida e nessa conjuntura o processo de “musealização da arqueologia” promove um profícuo diálogo interdisciplinar entre essas ciências. Este trabalho emerge como resultado das pesquisas correlatas aos temas relacionados à arqueologia, a história da educação patrimonial, a musealização da arqueologia e a legislação patrimonial. Tais temáticas se entrelaçam nesta dissertação no momento em que foi analisada a relação sujeito (público visitante) e objeto (patrimônio arqueológico musealizado). Os levantamentos dos dados sobre a arqueologia musealizada e sobre as ações educativas, junto às instituições museais do município de Recife, engendraram ainda reflexões sobre: a estratigrafia do abandono no âmbito local e a necessidade de abordar e problematizar o conhecimento que vem sendo produzido e divulgado a partir do patrimônio arqueológico musealizado. Discute assim, o potencial informativo e analisa as estratégias de divulgação, voltadas à arqueologia, desenvolvidas em tais instituições museais. Dessa forma contribui com o debate referente às concepções de patrimônio arqueológico musealizado, bem como das possibilidades de divulgação da arqueoinformação através de ações de educação patrimonial.

Palavras Chaves: Musealização da arqueologia. Arqueologia. Educação Patrimonial. Museus Recifenses.

**MUSEALIZED ARCHAEOLOGY AND HERITAGE EDUCATION:
CHALLENGES AND WAYS OF TRANSMISSION OF KNOWLEDGE IN RECIFE'S
MUSEUMS**

ABSTRACT

The intrinsic relationship between Archaeology and Museology is widely recognized and in this context the process of "musealization of archeology" promotes a fruitful interdisciplinary dialogue between these sciences. This work emerges as a result of the research linked to the topics related to archeology, the history of heritage education, musealization of archeology and heritage legislation. These themes are interwoven in this dissertation when we examined the relationship between subject (visitor) and object (archeological heritage musealized). The survey data about the musealized archeology and educational activities, in museological institutions from Recife, promoted further reflections on the "stratigraphy of abandonment" in Recife and need to address and confront the knowledge that is being produced and disseminated from the archaeological heritage musealized. Discusses thus the potential informative and analyzes the strategies of divulgation, focused on Archeology, developed in such museological institutions. In this way contributes to the debate concerning the conceptions of archaeological heritage musealized, as well as the possibilities of disseminating archaeo-information through actions of heritage education.

Key Words: Musealization of Archeology. Archaeology. Heritage Education. Recife's Museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fachada da CMM-FGF:	92
Figura 02: Exposição com os Artefatos arqueológicos:	94
Figura 03: Artefatos arqueológicos em detalhe:	94
Figura 04: Fachada do CCJPE-SKZI:	95
Figura 05: Exposição do Segundo Ambiente:	95
Figura 06: Escavação: Poço (BOR) e Piscina (MIKVÊ):	95
Figura 07: Escavação: Piso:	95
Figura 08: Vitrine com artefatos arqueológicos:	96
Figura 09: Exposição com textos informativos:	96
Figura 10: Fachada do IAHP:	98
<i>Figura 11: Exposição IAHP do Segundo Andar:</i>	<i>98</i>
Figura 12: Primeiro Andar do IAHP:	99
Figura 13: Artefatos arqueológicos artefatos históricos em exposição:	99
Figura 14: Imagem área da IRB:	100
Figura 15: Fachada da IRB:	100
Figura 16: Cachimbos Holandeses em exposição:	101
Figura 17: Cachimbos Holandeses em detalhe:	101
Figura 18: Museu de Arqueologia instalações na UNICAP:	102
Figura 19: Traçados em fibras:	103
Figura 20: Adornos:	103
Figura 21: Fachada do MEPE:	104
Figura 22: Gravura Itaquatiara pré-histórica sobre arenito:	105
Figura 23: Urnas Funerárias antropomorfas:	105
Figura 24: Fachada do MHN-LJB:	107
Figura 25: Fragmento de grés do MHN-LJB:	108
Figura 26: Fuso do MHN-LJB:	108
Figura 27: Fachada do MHN:	109
Figura 28: Vasos Funerários do MHN:	110
Figura 29: Cachimbos Arqueológicos do MHN:	110
Figura 30: Fachada do MM-FB:	111
Figura 31: Panorâmica do pátio do MM-FB:	111
Figura 32: Artefatos arqueológicos históricos:	112

Figura 33: Artefatos Arqueológicos: Projéteis:	112
Figura 34: Visita dos recrutas do MM-FB ao LA-UFPE:	114
Figura 35: Visita dos recrutas do MM-FB ao LA-UFPE:	114
Figura 36: Explicação sobre os cachimbos arqueológicos:	114
Figura 37: Explicação sobre Os Poços:	114
Figura 38: Vasilha cerâmica pré-histórica do MHN:	119
Figura 39: Chave do período colonial do MHN-LJB:	119
Figura 40: Cachimbo Holandês do MHN-LJB:	120
Figura 41: Cachimbo Luso Brasileiro do MM-FB:	120
Figura 42: Cerâmica Marajoara do IAHP:	121
Figura 43: Fragmento cerâmico Tupiguarani do MHN-LJB:	122
Figura 44: Vasilha de cerâmica do MHN-LJB:	123
Figura 45: Bastão de lítico: Sítio Pedra do Cabloco do MHN-LJB:	123
Figura 46: Ferramentas do MM-FB:	124
Figura 47: Enxoval Funerário: trançados de fibras vegetais do MA-UNICAP:	125
Figura 48: Medalha mariana, confeccionada em cobre, apresenta restos de banho de ouro do MHN-LJB:	126
Figura 49: Tijolos do IAHP:	126
Figura 50: Pontas de Flechas da CMM-FGF:	127
Figura 51: Artefato paleontológico: Dente de Tubarão fossilizado da CMM-FGF:....	128
Figura 52: Piso do Primeiro Andar:	130
Figura 53: Parede do Segundo Andar:	130
Figura 54: Poço (Bor):	131
Figura 55: Mikvê: A escada foi reconstruída e o Mikvê consolidado:	131
Figura 56: Exposição montada durante escavação do CCJPE-SKZI:	131
Figura 57: Exposição de Líticos do IAHP:	133
Figura 58: Canhão do IAHP:	133
Figura 59: Urna Funerária do IAHP:	133
Figura 60: Urna Marajoara do IAHP:	133
Figura 61: Cachimbos Holandeses:	134
Figura 62: Vitrine com Coprólitos e flo-ro-faunísticos:	135
Figura 63: Vitrine com Adornos:	135
Figura 64: Crânio e Esqueleto Humano de recém nascido em esteira de palmeiras:.....	136

Figura 65: Esqueleto Humano:	136
Figura 66: Tangas Marajoaras do MEPE:	136
Figura 67: Urna funerária Marajoara do MEPE:	136
Figura 68: Machados Polidos do MEPE:	137
Figura 69: Prato Tupiguarani do MEPE:	137
Figura 70: Tembetá do MHN-LJB:	137
Figura 71: Machado do MHN-LJB:	137
Figura 72: Crânio do MHN-LJB:	138
Figura 73: Colar do MHN-LJB:	138
Figura 74: Urnas Funerárias Pré-Histórica do Sítio Pedra do Caboclo do MHN:.....	138
Figura 75: Urnas Funerárias Pré-Histórica do Sítio Pedra do Caboclo do MHN:.....	138
Figura 76: Cachimbos do MHN:	139
Figura 77: Cerâmicas Funerárias pré-históricas do Sítio Pedra do Caboclo:.....	139
Figura 78: Cerâmicas Portuguesas:	140
Figura 79: Sepultamento do Soldado:	140
Figura 80: Parede com escavação vertical:	140
Figura 81: Armário:	140
Figura 82: Fosso de Proteção:	141
Figura 83: Poços para armazenamento:	141
Figura 84: Sr. Severo lecionando palestra sobre o Acervo do IAHGP:	145
Figura 85: Atividades lúdicas: MM-FB: 16/08/2012:	157
Figura 86: Acompanhamento das visitas: MM-FB: 02/10/2012:	157
Figura 87: Acompanhamento das visitas: MM-FB: 11/10/2012:	157
Figura 88: Visita no CCJPE-SKZI: 21/08/2012:	163
Figura 89: Entrevistados no CCJPE-SKZI: 17/10/2012:	163
Figura 90: Vista de grupo de estudantil no CCJPE-SKZI: 23/10/2012:	163
Figura 91: Visitante observando os artefatos arqueológicos no CCJPE-SKZI: 17/10/2012:	163
Figura 92: Visitantes no IAHGP: 28/09/2012:	166
Figura 93: Visita de grupo escolar no MM-FB: 02/10/2012:	166
Figura 94: Jogo Interativo com sobrenome Judeu no CCJPE-SKZI 23/10/2012:	167
Figura 95: Explicação sobre arqueologia (BOR) no CCJPE-SKZI 23/10/2012:	167

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização dos museus:	91
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Público Visitante das três instituições museais:	147
Gráfico 02: Perfil do Público Entrevistado (Faixa etária): das três instituições museais:.....	153
Gráfico 03: Perfil do Público Entrevistado (Sexo): das três instituições museais:.....	153
Gráfico 04: Perfil do Público Entrevistado (Escolaridade): das três instituições museais:.....	154
Gráfico 05: Escolaridade do Público entrevistado das três instituições museais separadamente: Total 188:	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relação dos Museus do Município de Recife/PE:	89
Tabela 02: Total de visitantes entrevistados nas três instituições museais:	146
Tabela 03: Perfil do Público entrevistado:	150

LISTA DE SIGLAS

AHJPE: Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

CCJPE-SKZI: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel.

CMM-FGF: Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre.

COGEPROM: Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural.

DAF: Departamento de Articulação e Fomento.

EP: Educação Patrimonial.

FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano.

IAHGP: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

ICOM: conselho Internacional de Museus

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IRB: Instituto Ricardo Brennand.

LA-UFPE: Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco

MA-UNICAP: Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco.

MAEA-UFJF: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora.

MAE/USP: Museu de Arqueologia e Etnologia.

MASJ: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

MAX: Museu de Arqueologia de Xingó.

MHN: Museu do Homem do Nordeste.

MHN-LJB: Museu de História Natural Louis Jacques Brunet.

MM-FB: Museu Militar Forte do Brum.

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacional.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELA

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO: 22

I - OS PILARES DISSERTATIVOS E AS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: 27

1.1 - Antecedentes:..... 27

1.2 - Fundamentações Teóricas:..... 32

1.3 - Fundamentações Metodológicas: 34

1.4 - Apresentação do Projeto da Pesquisa Dissertativa:..... 38

1.4.1 - Problema e Hipótese:..... 39

1.4.2 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos:..... 39

1.4.3 - Justificativa:..... 40

II - O DELINEAR DE UMA RELAÇÃO: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: 41

2.1 - Arqueologia e museu: histórico de uma relação: 41

2.2 - Legislação e Patrimônio Arqueológico: Preservação, Conservação e Divulgação:..... 53

III - OBJETOS QUE EDUCAM: ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: 67

3.1 - Trajetórias: Educação Patrimonial e Arqueologia Musealizada: 67

3.2 - Fragmentos do passado: Arqueologia musealizada e Comunicação: 77

3.3 - Transmissão do Conhecimento: Objeto arqueológico e Educação Patrimonial:.....	83
---	----

IV - ARQUEOLOGIA E AÇÕES EDUCATIVAS NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES: 88

4.1 – Arqueologia e as Instituições Museais recifenses: Contextualização:.....	88
--	----

4.1.1 – Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF):.....	92
---	----

4.1.2 - Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI):	94
--	----

4.1.3 - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP):.....	98
--	----

4.1.4 - Instituto Ricardo Brennand (IRB):	100
---	-----

4.1.5 - Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP):	102
--	-----

4.1.6 - Museu do Estado de Pernambuco (MEPE):	104
---	-----

4.1.7 - Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB):	106
---	-----

4.1.8 - Museu do Homem do Nordeste (MHN):	109
---	-----

4.19 - Museu Militar Forte do Brum (MM-FB):	111
---	-----

V - PASSADO QUE NOS É EXPOSTO: INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO DAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES: 115

5.1 - Inventário Arqueológico: Conceitos, Classificações e Objetos:	115
---	-----

5.1.1 - Período Cronológico: Pré-Histórico e Histórico:	118
---	-----

5.1.2 - Classificação Cultural: Holandês, Luso Brasileiro, Marajoara, e Tupiguarani:.....	119
---	-----

5.1.3 - Tipo de Material/Matéria Prima: Cerâmica, Lítico e Metal:	122
---	-----

5.1.4 - Função ou Funcionalidade: Cerimonial, Material de uso cotidiano e Material Construtivo:	124
---	-----

5.2 - Inventário Arqueológico das Instituições Museais recifenses: Um diagnóstico:.....	127
---	-----

5.2.1 – Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF):	127
--	-----

5.2.2 - Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI):	129
5.2.3 - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP):.....	132
5.2.4 - Instituto Ricardo Brennand (IRB):	133
5.2.5 - Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP):	134
5.2.6 - Museu do Estado de Pernambuco (MEPE):	136
5.2.7 - Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB):.....	137
5.2.8 - Museu do Homem do Nordeste (MHN):	138
5.2.9 - Museu Militar Forte do Brum (MM-FB):	139
5.3 - Por uma padronização dos registros museológicos para o acervo arqueológico:.....	141
VI - ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS: INTERFACE DA RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO E A TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO:	143
6.1 - Entrevista e Entrevistados: Apresentação do Perfil e dos Procedimentos:.....	143
6.2 - Patrimônios arqueológicos musealizados e o público: Interface da relação sujeito/objeto:.....	156
6.3 – Religião, História e Cultura e suas influências na relação sujeito/objeto:	164
6.4 - Desafios das ações educacionais para o Patrimônio Arqueológico nos museus:.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	178
ANEXOS:	188
Anexo 01 – Carta de Castro Faria:	188
APÊNDICES:	189
Apêndice 01 – Protocolo 01 - Pesquisa nas Instituições Museais Município de Recife/PE:	189
Apêndice 02 – Protocolo 02: Entrevista Semi Estruturada:	190

Apêndice 03 – Tabela 04: Constituição Federativa e Constituição do Estado de Pernambuco referente ao Patrimônio Arqueológico:	191
Apêndice 04 – Tabela 05: Lei Orgânica do Município de Recife de 1990:	192
Apêndice 05 – Tabela 06: Leis, Decretos e Normas referentes ao Patrimônio Arqueológico:	193
Apêndice 06 – Tabela 07: Cartas Patrimoniais referente ao Patrimônio Material Cultural e Patrimônio Arqueológico:	196
Apêndice 07 – Tabela 08: Inventário dos Artefatos Arqueológicos Musealizado do município de Recife:	198

INTRODUÇÃO

Só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio da arte e da história do país; é a educação popular.
Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987).

São diversas as áreas de atuação e pesquisa em Arqueologia, mas por vezes, algumas áreas são pouco exploradas, tendo em vista que a pesquisa arqueológica no Brasil é relativamente recente.

Em nossa concepção, o fim último da atuação e pesquisa arqueológica é a publicização do conhecimento produzido a partir dessa ciência. Contribuindo, assim não apenas com a divulgação do conhecimento científico, mas também com a valorização e preservação de nosso patrimônio cultural. Uma das estratégias auxiliares à publicização da Arqueologia é exposição do patrimônio arqueológico em museus, ou seja, a musealização da arqueologia.

A musealização da arqueologia é uma área interdisciplinar, entre a Arqueologia e a Museologia, que apenas recentemente foi introduzida na pauta de discussão dos pesquisadores brasileiros (BRUNO, 1995). Ao pesquisar a musealização da arqueologia podemos abranger diversos temas como: gestão do patrimônio; legislação; políticas aplicadas de proteção, conservação e preservação; divulgação científica; e Educação Patrimonial (doravante EP).

Em nossa pesquisa, tangenciamos vários destes temas. Essa dilatação temática foi necessária devido ao pioneirismo da presente obra, primeiro trabalho científico que buscou sintetizar e analisar o processo de musealização da arqueologia no município de Recife/PE.

Em Pernambuco, Recife é uma cidade que exala história; local onde a cultura é representada e se apresenta em cada rua, edificação, igreja... Desse modo, a diversidade de temas e concepções museográficas identificadas nas instituições museais do município busca demonstrar a história e a cultura regional.

O patrimônio arqueológico, como fonte fundamental de acesso à história, está presente em várias instituições museais do país. E em Recife a relevância deste patrimônio é reconhecida por pesquisadores e intelectuais locais desde 1862; ano de fundação do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGPP), o primeiro Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico do país. Algo que simboliza a preocupação e interesse pelo patrimônio arqueológico da cidade, do estado e do país.

Hodiernamente, o município de Recife abriga 30 instituições museais e/ou espaços culturais que promovem exposições permanentes. Dessas, quatorze possuem em suas coleções acervos arqueológicos, com uma grande diversidade de artefatos representando diferentes contextos históricos e culturais.

Ao defender que as instituições museais e culturais são uma das principais fontes de acessibilidade ao patrimônio arqueológico, a presente pesquisa emerge da necessidade de analisar, discutir e refletir sobre a relação sujeito/objeto arqueológico musealizado, bem como sobre as ações educativas para o patrimônio arqueológico desenvolvidas pelas instituições museais recifenses.

Nesse contexto, a presente pesquisa dissertativa assume o viés interdisciplinar, visando explorar várias temáticas correlacionadas, como: Arqueologia, Museologia, História, Legislação e a EP. Esses temas se entrelaçam nesta dissertação como pano de fundo para nossa investigação sobre a relação sujeito/objeto (o sujeito nesse caso é o público visitante dos museus, e o objeto o patrimônio arqueológico musealizado), e as ações educacionais para o patrimônio desenvolvidas por museus recifenses. Para melhor organização e clareza do universo pesquisado optamos por dividir o trabalho em seis capítulos.

O primeiro capítulo, *“Pilares Dissertativos e as Fundamentações Teóricas e Metodológicas”*; consistirá basicamente na apresentação dos antecedentes, da fundamentação teórica e metodológica da dissertação. Para uma melhor compreensão dos vários meandros desta pesquisa, e dos princípios basilares que orientaram sua organização e execução, optamos pela apresentação dos elementos estruturais do projeto dissertativo. Quais sejam: problema, hipótese, objetivos, e justificativa.

O segundo capítulo, *“O Delinear de uma relação: Patrimônio Arqueológico e musealização da Arqueologia”*; investigará o processo de musealização da arqueologia. Tendo como pano de fundo a narrativa histórica sobre a conexão entre Arqueologia e museus; o desenvolvimento da musealização da arqueologia no Brasil; e a formulação de uma legislação (principalmente no âmbito nacional) referente ao patrimônio cultural. Este capítulo será dividido em dois tópicos, nos quais abordaremos sistematicamente a temática acima citada.

No tópico 2.1, *“Arqueologia e museu: histórico de uma relação”*; faremos uma contextualização histórica, demonstrando as relações existentes entre a Arqueologia e museu, adentrando na problemática da Estratigrafia do Abandono.

No tópico 2.2, “*Legislação e Patrimônio Arqueológico: Preservação, Conservação e Divulgação*”; abordaremos a legislação brasileira sobre o patrimônio arqueológico. Demonstrado que, de um modo geral, as leis ficam restritas aos trâmites jurídicos de proteção, conservação e preservação. Ressaltando o caráter impositivo e/ou punitivo dessas ações, e a parca atenção jurídica e prática para programas de EP, que seriam um instrumento valioso para o desenvolvimento da conscientização, e um sentimento de posse e identificação com o patrimônio arqueológico.

No terceiro capítulo, “*Objetos que educam: Arqueologia Musealizada e Educação Patrimonial*”; adentraremos no objetivo geral desta dissertação, nas questões relacionadas ao tema da EP no contexto museológico. Analisaremos questões pertinentes à comunicação e exposição, EP e transmissão do conhecimento. Este capítulo será dividido em três tópicos.

No tópico 3.1, “*Trajetórias: Educação Patrimonial e Arqueologia Musealizada*”; apresentaremos uma contextualização histórica sobre a educação patrimonial.

No tópico 3.2, “*Fragmentos do passado: Arqueologia musealizada e Comunicação*”; abordaremos e discutiremos as estratégias museais no que tange à apresentação da Arqueologia ao público.

No tópico 3.3, “*Transmissão do Conhecimento: Objeto arqueológico e Educação Patrimonial*”; abordaremos a importância da EP para o reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico.

No quarto capítulo, “*Arqueologia e Ações Educacionais nas Instituições Museais recifense*”; apresentaremos a história dos museus do município de Recife que contam em seu acervo com artefatos arqueológicos. Bem como apresentaremos as ações educacionais e/ou de comunicação implementadas por esses museus e suas concepções expográficas. Com isso buscaremos compreender como essas questões influenciam o usufruto e apreensão do patrimônio arqueológico.

Este capítulo terá apenas um tópico 4.1, “*Arqueologia nas Instituições Museais recifenses: Contextualização*”; que será subdividido em nove seções, nas quais perquiriremos cada museu de forma individual.

O quinto capítulo, “*Passado que nos é exposto: Inventário Arqueológico das Instituições Museais recifenses*”; apresentará um levantamento sobre a presença do patrimônio arqueológico nos museus de Recife. Parte fundamental desta pesquisa, o inventário nos permitiu conhecer os artefatos arqueológicos inseridos nos contextos museológicos recifenses, para assim, entender o seu potencial informativo;

possibilitando-nos analisar e discutir as estratégias de comunicação, voltadas à Arqueologia, desenvolvidas em tais instituições. Desse modo, neste capítulo apresentaremos um inventário e um diagnóstico do material arqueológico musealizado em Recife.

Neste inventário listaremos todos os artefatos arqueológicos atualmente sob a guarda dos museus recifenses. Buscando uma padronização das informações geradas a partir desse trabalho, as coleções arqueológicas aqui analisadas serão organizadas e descritas a partir de quatro aspectos: período cronológico; classificação cultural; tipo de material; função ou utilidade.

Este capítulo será dividido em três tópicos. No tópico 5.1, *“Inventário Arqueológico: Conceitos, Classificações e Objetos”*; apresentaremos os conceitos e diretrizes que guiaram nossa classificação dos objetos arqueológicos alocados nas instituições museais da cidade de Recife.

No segundo tópico, 5.2, *“Inventário Arqueológico das Instituições Museais Recifenses: Um diagnóstico”*; abordaremos o inventário arqueológico de cada museu separadamente. Bem como, explanaremos como essas instituições classificam, ordenam e catalogam seus acervos arqueológicos; sendo, portanto, necessário abordá-las individualmente.

No tópico 5.3, *“Por uma padronização dos registros Museológicos do acervo arqueológico”*; teceremos breves considerações sobre a temática desenvolvida neste capítulo, bem como argumentaremos sobre a necessidade de uma sistematização dos registros museológicos do acervo arqueológico.

No sexto capítulo, *“Artefatos Arqueológicos Musealizados: Interface da Relação Sujeito/Objeto e a Transmissão de Conhecimento”*; discutiremos questões pertinentes à transmissão do conhecimento arqueológico através dos museus, bem como analisaremos a relação do público visitante com a Arqueologia. Este capítulo será dividido em três tópicos.

No tópico 6.1, *“Entrevistas e Entrevistados: Apresentação do Perfil e dos Procedimentos”*; exporemos as informações pertinentes da entrevista, como os dados quantitativos, o perfil do público entrevistado, o período específico que ocorreram as entrevistas, bem como, apresentaremos as perguntas temáticas que nortearam a entrevistas.

No tópico 6.2, *“Patrimônios Arqueológicos Musealizados e o público: Interface da relação sujeito/objeto”*; investigaremos a relação sujeito/objeto arqueológico

musealizado. Buscaremos compreender, a partir de entrevistas semi-estruturadas, como a Arqueologia é percebida e representada pelo público que visita os museus de Recife.

No tópico 6.3, “*Religião, História e Cultura e suas influências na relação sujeito/objeto*”; analisaremos, a partir das entrevistas, como a relação sujeito/objeto está pautada nestes três aspectos (religião, história e cultura), bem como, discutiremos o processo de significação e (re)significação do patrimônio arqueológico a partir destes três aspectos.

No tópico 6.4, “*Desafios das ações educacionais para o patrimônio arqueológico nos museus*”; discutiremos como os acervos arqueológicos musealizados propiciam informações que quando inseridas no espaço museal adquirem novos contextos/aspectos: sociais, religiosos, culturais, políticos, históricos.

Nas “*Considerações Finais*”; destacaremos algumas dos principais debates e conclusões construídos ao longo do desenvolvimento do presente trabalho.

Por fim, nos anexos e apêndices estão disponíveis informações e dados sobre Legislação Nacional, Estadual e Municipal, Cartas Patrimoniais; o inventário do acervo arqueológico das instituições museais de Recife; e os protocolos elaborados durante a execução desta pesquisa.

I - PILARES DISSERTATIVOS E AS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Qualquer projeto de desenvolvimento no campo sócio-econômico-cultural deveria, cautelosamente, apontar pra frente, sem anular o passado.
Pessanha (1987).

Ao adentrar no texto dissertativo é necessário nesse primeiro momento, a apresentação dos pilares dissertativos, bem como a apresentação dos antecedentes e dos elementos estruturais, sendo eles: problema, hipótese, objetivo geral e objetivos específicos e por fim a justificativa.

1.1 - ANTECEDENTES:

Em nossa atual conjuntura o processo de “musealização da arqueologia” promove um profícuo diálogo interdisciplinar entre Arqueologia e Museologia, podendo ser compreendido enquanto um complexo conjunto de estratégias e medidas destinadas à integração dos vestígios arqueológicos a realidade museal (COSTA, 2002, p. 31).

Segundo Maria Cristina Bruno¹ (1999, p. 13/25), ao nos voltarmos para a análise histórica das relações entre Arqueologia e museus no Brasil observamos a gradativa formação de uma “*Estratigrafia do Abandono*”. Ou seja, o latente descaso com o patrimônio arqueológico, que ao longo do tempo vem sendo sobreposto por uma intensa camada de desvalorização e menosprezo, que tem levado a fossilização de importantes indicadores da memória, soterrando aspectos relevantes da história sócio-cultural deste país.

Esse fenômeno vem sendo engendrado por uma série de diferentes fatores que perpassam a história de nosso país, entre os quais podemos destacar: a indiferença ou repulsa do passado pré-colonial; desprezo pelas manifestações culturais nativas; o desrespeito e o medo como, por exemplo, da cultura negra; a tentativa de implantação de padrões culturais europeus, etc., (BRUNO, 1999, p. 56/89).

Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das memórias exiladas. Não é difícil interpretá-la, pois a vasta bibliografia sobre o

¹ A Pesquisa desta autora iniciou na década de 80; contudo foi na década de 90 que a autora focou nas temáticas correlacionadas com a musealização da arqueologia e com a estratigrafia do abandono.

Brasil - enquanto nação - traduz as idéias e mentalidades que têm conduzido as explicações sobre este país (BRUNO, 1999, p. 20).

Nos últimos anos diversos autores têm se detido a análise desta realidade (Solange Caldarelli, 2000; Manuelina Maria Duarte Cândido, 2004; Ulpiano Meneses 1996; entre outros) sugerindo meios e alternativas que visem acentuar a relação entre a Arqueologia e a Museologia.

A Museologia, como nos informa Bruno (1999), oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade. Isso porque vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber: a identificação e análise do comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e; o desenvolvimento de processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Lançar novos questionamentos e oferecer maior atenção ao patrimônio arqueológico é necessário, e essa relação entre Museologia e Arqueologia possibilita a construção e transmissão do conhecimento no âmbito museal. A Museologia se estrutura como a área de conhecimento voltada, entre outras coisas, à comunicação com o público e a qualidade dessa comunicação depende da abordagem apropriada do conhecimento produzido por outras ciências.

Nesse sentido, a adequada apropriação museográfica dos artefatos arqueológicos a extroversão do processo arqueológico é extremamente complexa e não há um modelo que dê conta deste cenário multifacetado. Existe, ainda, uma grande controvérsia sobre a eficácia dessas instituições museais no que diz respeito à preservação dos “indicadores da memória”, mas, sem dúvida, elas representam um grande esforço de aproximação entre a Arqueologia e as sociedades que as mantêm (BRUNO, 1999, p. 58).

De modo geral observamos que, apesar dos esforços implementados nos últimos anos, no cenário brasileiro, a musealização da Arqueologia ainda carece de diretrizes sistemáticas.

No contexto dessa problemática da musealização da arqueologia, não podemos deixar de ressaltar que um dos aspectos mais relevantes é a divulgação da Arqueologia e de seus resultados. Assim, as ações educativas voltadas para o patrimônio no âmbito museológico ganham destaque mediante sua peremptória conexão com os processos de transmissão do conhecimento.

A gênese das ações educativas voltadas para o patrimônio nos remetem ao âmbito museal. Mas o conceito propriamente dito de EP emerge do contexto vinculado ao

debate entre pedagogos e educadores ingleses, na década de 1920², sobre a formulação de princípios basilares à implementação de uma *Heritage Education* a ser desenvolvida em, e a partir de, espaços museais. É na década 1920 que os museus (pelo mundo) assumem seu papel educativo, dedicando-se à organização e implementação de ações educativas (ALENCAR, 1987, p. 13).

Também na década de 1920, ocorreram as primeiras experiências de instituições museais brasileiras com atividades pedagógicas, exemplificada pela atuação do Museu Nacional, que implementa uma política de empréstimo de peças do seu acervo para escolas cariocas, utilizando-os como material didático. (LOPES, 1994, p. 13).

Já no final da década de 1960, o Ministério de Educação e Cultura instituiu uma comissão de museólogos e educadores para realizar um diagnóstico sobre as potencialidades educacionais dos museus brasileiros (CARNEIRO, 2009, p. 42).

Segundo Aureli Alves Alcântara (2007, p. 19), a década de 1970 foi um marco divisório para as relações entre museus e EP. A partir deste período, observamos, tanto no âmbito internacional quanto nacional, a defesa de que a preservação patrimonial só poderia ser efetivamente alcançada através das ações educativas.

Na década de 1980, fruto de intensa atividade de convencimento político, o IPHAN foi alçado à categoria de Secretaria do MEC e foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória. Assim, a educação vai ganhando espaço no Centro Nacional de Referências Cultural (CNRC), como tema de importante destaque, resultando em 1980 com a elaboração do Projeto Interação³.

O primeiro Programa de EP desenvolvido no Brasil aconteceu em 1983 no Museu Imperial, em Petrópolis – RJ. Na ocasião foi realizado um seminário que objetivava discutir questões conceituais e práticas para, a partir, daí desenvolver ações de EP.

²Apesar do termo educação patrimonial passar a ser explicitamente citado e ou utilizado somente a partir desse período. Ações educativas envolvendo ou direcionadas ao patrimônio cultural são mais antigas. Ao longo da história, os museus gradativamente buscaram assumir uma função formativa e educacional, desenvolvendo assim ações de caráter eminentemente pedagógico.

³O Projeto Interação criado pelo Governo Federal, dentro do III Plano Setorial para a Educação, Cultura e Desporto (1980 - 1985). Sendo o primeiro programa institucionalizado e estruturado em âmbito nacional, envolvendo escolas, cultura popular e patrimônio. O Projeto pretendia a *interação* entre a *educação* e os *contextos culturais populares*. A proposta consistia em propiciar às comunidades os meios para participar, em todos os níveis, dos processos educacionais de maneira a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. Em 1983 foi criado o Projeto *Por uma Educação Indígena Diferenciada*. No caso indígena ficava evidente que a identidade cultural significava a preservação da identidade enquanto processo de garantia da existência, e não do congelamento no tempo, de determinadas práticas. Este Projeto envolveu moradores de bairros populares e comunidades indígenas em diferentes lugares do Brasil.

As discussões realizadas durante o seminário serviram de catalisador para o planejamento e execução de ações futuras. Assim, em 1986 as ações da equipe de pesquisa de Maria de Lourdes Parreira Horta direcionaram-se para a divulgação de uma proposta de metodologia para EP.

Neste mesmo ano o Ministério da Cultura instituiu o Programa Nacional de Museus que a partir de então assume a coordenação das ações educacionais desenvolvidas pelos museus no país. Outra iniciativa do Governo Federal, voltada a promoção de propostas pedagógicas atinentes à questão patrimonial foi a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais ⁴(PCN) do Ensino Fundamental em 1997. Através dos PCN o Ministério da Educação assume o processo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental⁵.

Contudo, somente em 1999 foi publicado por três autoras (Horta, Grunberg, Monteiro) com apoio do Ministério da Cultura e do IPHAN, um “*Guia Básico da Educação Patrimonial*”. O intuito dessa obra era disponibilizar uma referência bibliográfica relacionada com o tema.

A partir das discussões acima apresentadas, podemos observar que, de um modo geral, os debates e formulações sobre EP no contexto nacional ainda estão em uma fase inicial. Todavia, apesar da jovialidade do tema, importantes e significativas ações e projetos de EP no âmbito da Arqueologia já foram, e vem sendo, desenvolvidos no país.

Atualmente há um gama de autores e pesquisadores que se debruçam sobre esta temática como, Maria de Lourdes Parreiras Horta, 1999; Evelina Grunberg, 2007, e Adriane Queiroz Monteiro, 1999.

Já a relação sujeito/objeto musealizado também tem sido foco de interesse de diversos pesquisadores (Betânia Gonçalves Figueiredo, 2005; Diana Gonçalves Vidal, 2005; Maria Isabel Leite, 2005; Luciana Esmeralda Ostetto, 2005) em diferentes áreas do conhecimento. O historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2004), defende que as peças que compõem um acervo museográfico não podem ser desvinculadas do presente, pois é a partir deste que o passado, que elas representam, adquirem significado. Dessa forma, Ramos (2004, p. 14) chama a atenção para a íntima relação existente entre o espaço museológico e o saber histórico:

⁴ O PCN é um importante documento que norteia a prática pedagógica do ensino fundamental, há referências claras acerca da necessidade do estudo do patrimônio histórico cultural.

⁵ Tem por objetivo tornar os alunos aptos a: “3 - conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais; 4 - conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural”. É certo que os PCN não mencionam explicitamente o termo EP, contudo, indicam a necessidade de promoção de atividades educacionais direcionadas à “valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural” (BRASIL, 1997).

Na sua própria definição, o museu sempre teve o caráter pedagógico – intenção nem sempre confessa, de defender e transmitir certa articulação de idéias, seja o nacionalismo, o regionalismo, a classificação geral dos elementos da natureza, o elogio a determinadas personalidades, o conhecimento sobre certo período histórico, a chamada “consciência crítica”.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que quando não problematizamos os objetos museológicos e os bens arqueológicos o que nos resta são apenas coisas, nomes e datas. Em contrapartida, acreditamos que um acervo arqueológico, por exemplo, pode e deve ser utilizado como meio para a leitura crítica do processo histórico e da valorização das várias culturas que compõem a brasileira, auxiliando na formatação do museu como espaço dinâmico que reflete o cotidiano (ARAS, 2010).

Contudo, é preciso, reconhecer que a relação estabelecida entre os bens musealizados e a sociedade é uma questão que perpassa por diferentes níveis da esfera social, se relacionando, inclusive, com as opções políticas de cada período. De acordo com Amanda Pinto da Fonseca Tojal (2007, p. 58):

Ao longo da trajetória histórica observa-se que as instituições museológicas e suas coleções tinham o compromisso de servir ao interesse de grupos que detinham o poder em detrimento de uma grande parcela da sociedade que foi silenciada durante séculos.

Para superação desses problemas, acreditamos serem necessárias ações que integrem o patrimônio arqueológico à função sócio-educativa do museu, estimulando a reflexão e o pensamento crítico. Nesse sentido, os espaços museais devem ser pensados como equivalentes a espaços de memória construídos (artificiais), pois, memória e preservação caminham juntas e podem ser relacionadas tanto com a dinâmica técnica dos museus quanto com a possibilidade dos mesmos incorporarem elementos identitários.

No âmbito da Arqueologia o inquerito destas questões, e a problematização de temas atinentes à memória e identidade; preservação, valorização, conscientização, divulgação do patrimônio arqueológico e EP, estão associados, geralmente, ao campo de interesse da chamada Arqueologia Pública.

A Arqueologia Pública privilegia o viés interdisciplinar, podendo também assumir as matizes de uma ciência. Educação para o patrimônio, publicização do conhecimento, preservação e valorização do patrimônio cultural são temas fulcrais à Arqueologia

Pública, que busca ainda fomentar meios para comunidades atuais conhecer e conservar seu patrimônio arqueológico (ALMEIDA, 2002).

Para tanto, na Arqueologia Pública os projetos geralmente envolvem, além de arqueólogos, educadores, historiadores, curadores de museus, museólogos e outros especialistas em recursos culturais; que juntos buscam construir estratégias de divulgação do conhecimento gerado a partir das pesquisas arqueológicas e valorização desse tipo de patrimônio (JAMESSON, 1997).

A Arqueologia Pública vem a cada ano se desenvolvendo e alcançando novas possibilidades e perspectivas, ampliando-se como um campo de estudos interdisciplinar, que tem como um de seus principais objetivos possibilitar a interação da sociedade com o conhecimento arqueológico científico (ASCHERSON, 2000).

Sob esse prisma, a Arqueologia que há muito constituía-se como um campo autônomo da História, possuindo sua própria linha teórica e metodológica, partindo dos vestígios físicos para reconstituir a trajetória de uma comunidade encontra na Museologia um caminho para comunicar suas pesquisas ao grande público, como um compartilhamento integrado entre a ciência, as instituições e as pessoas, no que se convencionou chamar de Arqueologia Pública.

Arqueólogos e pesquisadores de outras áreas como Márcia Bezerra Almeida, (2002), Laércio Loiola Brochier, (2004), Maria Lúcia Pardi, (2002), Pedro Paulo Funari, (2007) têm destacado a necessidade premente da Arqueologia Pública fornecer subsídios para o desenvolvimento de um conjunto de ações e reflexões voltadas à democratização, ou publicização, do conhecimento produzido a partir das pesquisas arqueológicas. Advoga-se que a Arqueologia pode contribuir nos processos de construção e valorização da memória, da história, da identidade e cidadania.

Nesse mister, investigar se essas potencialidades da Arqueologia são reconhecidas e exploradas na faina museológica com os artefatos arqueológicos presentes nas instituições recifenses, pode fornecer pistas sobre os mecanismos de transmissão do conhecimento arqueológico e os meios de otimização desse processo.

1.2 – FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

Esse trabalho busca enveredar em um limiar inter e pluridisciplinar, tangenciando diferentes áreas do saber. Portanto, são relevantes e necessárias para o desenvolvimento

desta pesquisa aportes teóricos e conceituais que privilegiem o diálogo entre as diversas cátedras do conhecimento científico.

Nessa direção estão inseridas as discussões propostas no âmbito da Arqueologia pós-processual. Merecendo destaque os apontamentos de Ian Hodder (1994, p. 05) sobre a construção do conhecimento arqueológico no contexto pós-moderno. Para esse autor a Arqueologia deve abraçar a diversidade teórico-metodológica, tendo como propósito formular “interpretações” do passado que estejam abertas para “outras vozes”. Segundo esse autor, se partimos da premissa de que cultura material é um texto, devemos estar cientes da multiplicidade de leituras que podem existir do passado.

Sobre este assunto, Hodder (1999:183/195) deixa claro que um dos aportes da Arqueologia pós-processual é a percepção dos diferentes passados que produzimos no presente. Este quadro exigiria o fomento de uma Arqueologia reflexiva, relacional e interativa que tenha como objetivo incorporar múltiplas vozes, ou a multivocalidade como sugerido por Hodder, no discurso arqueológico produzido sobre o passado.

Outro aporte imprescindível são as reflexões geradas a respeito das idiosincrasias e dificuldades envoltas no processo de musealização da arqueologia, principalmente no âmbito nacional. Nas últimas décadas esse tema tem sido foco de interesses de diversos pesquisadores (SILVA, 2008 e CÂNDIDO, 2004). Contudo, os argumentos basilares à nossa pesquisa derivam principalmente dos trabalhos de Bruno.

Essas questões que delinearão o perfil do processo de colonização e a edificação de momentos da história cultural deste país evidenciam as dificuldades interpretativas que, de certa forma, justificam esta estratigrafia do abandono... Nesta estratigrafia do abandono, que sufocou os vestígios arqueológicos, outro elemento passou a representar uma sólida e, porque não afirmar, impenetrável camada, ou seja: a visão de que os processos preservacionistas representam oposição ao progresso... A última e mais recente camada dessa estratigrafia do abandono corresponde aos problemas relacionados à criação e desenvolvimento dos entrancheiros dos museus de Arqueologia no Brasil (BRUNO, 1999, p. 22/28).

Pioneira nos estudos sobre musealização da arqueologia, essa autora, destaca a necessidade de abriremos “*trincheiras*” nesse passado soterrado por propostas homogeneizantes da história, de modo a evidenciar a diversidade que caracterizou a nossa formação sócio-cultural (BRUNO, 1999). Embasado nas discussões de Bruno sobre a musealização da arqueologia, este trabalho dissertativo, fundamenta-se no debate de âmbito nacional sobre o tema.

Quanto à interface da relação sujeito/objeto musealizado e museus/Arqueologia/EP, observamos que uma miríade de autores com diferentes opiniões se dedicam a essa questão. A nossa pesquisa em sintonia com a abordagem proposta por três autores: Michael Shanks (1992), Christopher Tilley (1992) e Ramos (2004).

Os autores Shanks e Tilley, no livro “*Re-Constructing Archaeology Theory and Practice*” de 1992, entendem que a Arqueologia também, deveria ser uma prática interpretativa, e deveria considerar a relação entre teoria e dados, por sua vez, a Arqueologia social deveria se preocupar com a cultura material não apenas como um objeto de análise, mas como parte de uma realidade social carregada de significado. Os autores defendem e analisam que os artefatos são reificados ao serem expostos para o público, principalmente nos espaços museais, e que é necessário romper com estas reificações, para assim, revelar a relação social do passado e do presente em um verdadeiro realismo, que apresenta e discute as contradições sociais objetivas, que engloba descontinuidade, contradição e conflito em uma totalidade dinâmica.

Já no contexto nacional, Ramos (2004), também comunga com os autores supracitados, ao conceber e pesquisar a educação em museus como um ato que não pode ser desvinculado do presente, pois é a partir desse que o passado é significado. Ramos também trabalha com a íntima relação existente entre o espaço museológico e o saber histórico.

Por fim, são fundamentais as discussões concernentes à EP, cujos apontamentos de Horta⁶ (1999) são de especial valor para o presente trabalho, pois problematizam como a relação sujeito/objeto será embasada na transmissão do conhecimento a partir atividades de EP, pois: ... *a Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural* (HORTA, 1999, p. 06).

1.3 – FUNDAMENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para o desenvolvimento da presente proposta de estudo lançaremos mão tanto da pesquisa bibliográfica e documental, quanto de trabalhos de campo. Assim,

⁶ Desde década de 80, pesquisadores de áreas afins, vem pesquisando sobre a importância e a necessidade de Ações Educacionais para a conscientização do patrimônio cultural. Horta é a pioneira neste tema, seu trabalho consiste tanto na pesquisa científica, quanto na sua aplicabilidade, versando assim, diretamente sobre a metodologia.

empregaremos diversos procedimentos metodológicos de pesquisa científica, tais como: quali-quantitativa (qualitativos e quantitativos).

Utilizaremos a *Pesquisa Bibliográfica e Documental*, para assim, fazer uso do conhecimento científico acumulado sobre o tema. Como salienta Antonio Raimundo dos Santos (2002, p. 33) a pesquisa bibliográfica deve anteceder todos os tipos de pesquisas. Esta pesquisa é feita a partir de material escrito (livros, artigos, internet, revistas, jornais e anais...). A *Pesquisa Documental* é o emprego de qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluindo nesses documentos, impressos, manuscritos, atas, registros audiovisuais e sonoros, imagens, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação. (Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023, 2000).

No que tange o levantamento de campo, momento que exporemos os dados sobre os museus, os artefatos arqueológicos musealizados e a entrevistas, utilizaremos a *Abordagem Exploratória* que é a observação dos fatos, dos dados e da cultura material arqueológica musealizada, tal como ocorrem, sem que seja permitido isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas, o que proporcionará uma maior familiaridade com o problema em questão. Para a obtenção de tais informações e dados, utilizaremos um protocolo que também nos permitirá sistematizar o trabalho de pesquisa (CHIZZOTTI, 1991).

Trabalharemos com a pesquisa quantitativa⁷ e qualitativa⁸. A pesquisa quantitativa será utilizada no processo de levantamento de dados, ou seja, quantificar os museus com acervos arqueológicos e quantificar os artefatos arqueológicos que fazem parte do acervo de cada um desses museus.

A Pesquisa Qualitativa nos permite uma *Pesquisa Descritiva*, os fatos e/ou dados são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador, uso de técnicas padronizadas de coleta dos fenômenos e dados sem

⁷ A pesquisa quantitativa normalmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de um universo. (LIEBSCHER, 1998). A pesquisa quantitativa nas ciências sociais tem como marco inaugural a filosofia positivista de Auguste Comte (pai da sociologia), e outros grandes expoentes do positivismo como Stuart Mill e Émile Durkheim. As pesquisas positivistas (quantitativas) predominaram até o início de 1970.

⁸ Abordar a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa significa, sobretudo, pensar em duas correntes paradigmáticas que têm norteado a pesquisa científica no decorrer de sua história. Tais correntes se caracterizam por duas visões centrais que alicerçam as definições metodológicas da pesquisa em Ciências Humanas nos últimos tempos. São elas: a visão realista/objetivista “quantitativa” e a visão idealista/subjetivista “qualitativa” (SANTOS FILHO, 2001).

manipulá-los, como nos inventários e nas Observações Sistemáticas. Este tipo de pesquisa procura descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, sua relação com outros fenômenos. (SANTOS FILHO, 2001 p. 10)

As Pesquisas Qualitativas estão ganhando importância até em campos dominados pelo positivismo/funcionalismo. Nas Técnicas Qualitativas a Observação Sistemática é obtida através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, procurando compreender o sentido que os sujeitos atribuem aos objetos. (SANTOS FILHO, 2001, p. 16).

Dentre as técnicas mais utilizadas em Pesquisas Qualitativas, optamos em utilizar a *Entrevista Semi-Estruturada*, que permite uma maior flexibilidade pra atender tanto a realidade de cada instituição museal, quanto para atender os objetivos desta dissertação no que tange a realidade do público visitante.

A técnica de *Entrevista Semi-Estruturada* atende principalmente as finalidades exploratórias, e possibilita obter o maior número possível de informações de forma detalhada sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado (MINAYO, 1993).

Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz a temática e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre a temática sugerida. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima, esse deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (MINAYO, 1993).

Sobre o perfil e amostra do público entrevistado, podemos destacar que: no que tange o Perfil, optamos por entrevistar as pessoas que são naturais de Recife e/ou as pessoas que moram em Recife. Essa escolha está vinculada ao nosso interesse de analisar o processo de transmissão do conhecimento e os mecanismos que levam os moradores locais e identificar ou não com os artefatos arqueológicos presentes nos museus do município.

Quanto à amostra quantitativa das pessoas entrevistadas, faremos um levantamento do número semestral de visitantes de cada museu, e a partir dessa realidade, pesquisaremos um total de 10% deste público. Assim, as minúcias desse perfil serão conhecidas somente após a realização da entrevista, pois o nosso interesse não é o público enquanto pessoa, mas o público enquanto representante da população local.

A metodologia abordada na realização da entrevista, a definição do perfil e a amostra quantitativa das pessoas entrevistadas serão apresentados no capítulo 6, juntamente com a análise da entrevista, deixando o texto mais interligado, tornando-o assim, a leitura mais dinâmica.

Através desses procedimentos de entrevista e observação será possível lançar um olhar crítico a partir da relação sujeito/objeto arqueológico musealizado sobre as ações educativas, bem como analisar a transmissão do conhecimento arqueológico.

Outro fator relevante é que as entrevistas serão agendadas nos momentos em que, normalmente, ocorre maior visitação, e em cada instituição museal isto ocorre em momento diferente. No entanto, é possível afirmar que as entrevistas iniciaram no final do primeiro semestre do ano de 2012, sendo realizado também o período de férias escolares que antecede o início do segundo semestre. Também merece destaque a escolha dos Museus nos quais serão realizadas as entrevistas semi-estruturadas. Optamos por realizar a entrevista nos museus com uma representatividade significativa, tanto no que tange ao acervo arqueológico e as visitas, quanto no que tange as ações educativas que almejam divulgar a História de Recife, de Pernambuco, do seu povo e da sua cultura e religião.

Cabe destacar que no total são 13 museus com acervos arqueológicos em Recife/PE: Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF); Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Instituto Ricardo Brennand (IRB); Museu a Céu Aberto: Sítio Trindade; Museu a Céu Aberto - Recife; Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP); Museu da Cidade do Recife: Forte de São Tiago das Cinco Pontas; Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB); Museu do Homem do Nordeste (MHN); Museu Militar Forte do Brum (MMFB); Museu dos Valores.

Os museus à Céu Aberto não serão inseridos neste trabalho dissertativo, pois entendemos que estes museus específicos foram elaborados com o objetivo de apresentar e a divulgar da Arqueologia, no entanto, até o presente momento, não é desenvolvido nestes espaços museais ações educativas.

Em um universo de nove museus com acervos arqueológicos e abertos para visitação, optamos utilizar uma amostra de três instituições para a realização das entrevistas. Foram selecionados então: *Centro Cultural Judaico de Pernambuco:*

Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) e Museu Militar do Forte Brum (MM-FB).

No que tange ao inventário, procuraremos realizá-lo, objetivando conhecer a realidade atual da Arqueologia musealizada no Município de Recife/PE. Um dos objetivos é mapear os museus recifenses que contêm em seus acervos artefatos arqueológicos. Em seguida, quantificá-los e classificá-los, para tal objetivo elaboramos um protocolo (apêndice 01, Protocolo 01) que propicie alcançar todas estas informações.

Elaboramos uma Tabela 08 (apêndice 07), com o material arqueológico que está em exposição, e com o Material arqueológico que está alocado nas reservas técnicas de cada museu. Cabe, destacar que somente o Museu do Estado de Pernambuco não autorizou a pesquisa, sendo assim, os dados apresentados são resultados de pesquisas bibliográficas e descrição dos artefatos arqueológicos em exposição.

A Tabela 08 do inventario, foi elaborada visando atender todos os museus (suas realidades e particularidades) dialogando assim, as diferentes formas de administrarem e organizarem os inventários internos, as documentações, os registros, as reservas técnicas e as exposições. Enfim, tentamos adaptar nossa pesquisa à política administrativa de cada instituição museal, para assim alcançarmos os nossos objetivos.

As informações inseridas neste inventário resultam dos dados fornecidos pelas instituições museais e da disponibilidade de acesso ao acervo de acordo com a política interna de cada instituição. Pensando nisso, observamos que por vezes, a transmissão de conhecimento e a pesquisa científica ficam limitadas e até mesmo impossibilitadas, por conta destas políticas administrativas. Por fim, podemos afirmar que este trabalho monográfico se configura como um estudo de caso do tipo descritivo, analítico e etnográfico.

1.4 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DA PESQUISA DISSERTATIVA

Para melhor compreensão deste trabalho optamos por apresentar brevemente e separadamente os pilares que compõem o projeto que embasou esta pesquisa dissertativa.

1.4.1 – PROBLEMA E HIPÓTESE

Nesta pesquisa, buscamos discutir as ações de EP desenvolvidas no contexto museal recifense; analisar e apresentar a realidade do patrimônio arqueológico alocado em museus de Recife, ou seja, a musealização da arqueologia, avaliando a relação entre os sujeitos (público visitante) e os objetos arqueológicos musealizados, tentando compreender os mecanismos de sensibilização acerca da importância da valorização do patrimônio arqueológico.

A partir da realidade nacional, apresentada por Bruno, que afirma ainda existir um abandono do material arqueológico nas instituições museais; e levando em consideração que as ações de EP no Brasil ainda estão em processo de desenvolvimento, e que apesar das instituições museais terem sido as pioneiras nestas atividades educacionais, ainda assim, pesquisadores apontam limitações, dificuldades e até mesmo impossibilidades destas instituições desenvolverem ações educativas voltadas para o patrimônio de forma satisfatória. E por fim, a partir das nossas pesquisas, percebendo através de uma breve análise das instituições museais recifenses realizada no início desta pesquisa: o Problema que norteia esta pesquisa é: *As ações educativas desenvolvidas nas instituições museais do município de Recife/PE promovem a educação para o patrimônio arqueológico? Por quê?*

Embasada em uma contextualização nacional e histórica sobre a musealização da arqueologia, nossa Hipótese é: *As ações educativas desenvolvidas nas instituições museais do município de Recife/PE não promovem uma Educação para o patrimônio arqueológico, pois, similarmente às outras regiões do Brasil, também na cidade de Recife/PE a relação entre Arqueologia e Museus é marcada pela Estratigrafia do Abandono.*

1.4.2 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral é *Identificar e Analisar a relação sujeito/objeto arqueológico musealizado, bem como os mecanismos de transmissão do conhecimento implementados nas instituições museais do município de Recife/PE*

Os **objetivos Específicos** desta pesquisa são: analisar como a relação sujeito-objeto se dá no âmbito da arqueologia musealizada, bem como, apresentar os acervos arqueológicos musealizados e sua representatividade, apresentar as ações de EP desenvolvidas no âmbito museal em Recife; objetivando analisar os mecanismos de transmissão de conhecimento utilizados por essas instituições e discutir as possíveis

variáveis que engendram ou impossibilitam uma identificação da população local com os artefatos arqueológicos expostos nos museus da cidade. Assim, podemos desmembrar os objetivos específicos em três:

1. Identificar os tipos de variáveis que interferem na apropriação/identificação do público, ou seja, como se dá o processo de transmissão de conhecimento;
2. Apresentar a história da musealização da arqueologia, demonstrando esta realidade no Recife;
3. Inventariar o patrimônio arqueológico musealizado na cidade de Recife.

1.4.3 - JUSTIFICATIVA

Pensando na necessidade de compreender a EP no âmbito museal para assim, melhor utilizá-la, como discutido ao longo deste texto, os museus emergem como um veículo privilegiado de acesso do grande público ao patrimônio arqueológico. Assim, podem as ações educativo-pedagógicas promovidas no âmbito do espaço museal contribuir para a valorização do nosso patrimônio arqueológico. Sendo, portanto, relevante compreender e analisar os mecanismos de transmissão do conhecimento arqueológico no contexto museal, não só para diagnosticar se os museus cumprem seu papel educacional, mas também para apontarmos possíveis catalisadores para esta função. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica pela necessidade de problematizarmos a atual realidade das instituições recifenses e as formas de transmissão de conhecimento por elas adotadas (as ações educativas).

Assim, pretende-se com as reflexões que irão emergir desta dissertação colaborar para o debate referente às concepções de objeto arqueológico musealizado, bem como colaborar com as discussões sobre as possibilidades de divulgação da Arqueologia através de ações de EP.

É a luz desse contexto que a presente dissertação adquire a sua relevância. Isso por se ancorar na necessidade de compreender o comportamento público frente ao seu patrimônio arqueológico musealizado. Desse modo, a presente proposta almeja contribuir para as discussões referentes à relação existente entre o público visitante e os objetos arqueológicos musealizados, e a transmissão do conhecimento.

II - O DELINEAR DE UMA RELAÇÃO: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência que a sociedade humana tem do próprio passado, ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma.
Beneditto Croce (2006)

Após apresentarmos brevemente o projeto desta dissertação e os pilares teóricos e metodológicos, e respaldados pelos antecedentes expostos no capítulo anterior, que embasam esta pesquisa, aprofundaremos nossas discussões a partir de uma contextualização histórica da relação Arqueologia e museu; e num segundo momento discutiremos sobre a legislação, no que tange as questões relacionadas à divulgação, preservação e valorização do patrimônio arqueológico, tanto no âmbito internacional, quanto no âmbito nacional.

2.1 – ARQUEOLOGIA E MUSEU: HISTÓRICO DE UMA RELAÇÃO

Em seu labor científico o arqueólogo encontra e analisa uma grande quantidade e diversidade de artefatos, gerando acervos que na maioria das vezes, ficam sob a tutela de instituições de pesquisa e museus. Atualmente, e especialmente a partir da ampliação da dita “Arqueologia Preventiva ou de Contrato”, as interações entre Arqueologia e museus tem se intensificado e ganhado novos contornos⁹. Esse contexto tem suscitado discussões sobre as especificidades da conservação e curadoria de vestígios arqueológicos; bem como a necessidade de redimensionamento dessas instituições.

Assim, os museus devem possuir não apenas o aparato necessário para atender aos objetivos de preservação e salvaguarda dos bens arqueológicos, mas também promover meios que possibilitem a democratização deste patrimônio e a difusão científica e social do conhecimento produzido a partir das pesquisas arqueológicas (CÂNDIDO, 2004).

Hordienamente, o processo de “musealização da arqueologia” propicia o diálogo entre Arqueologia e Museologia. Nesse sentido, busca-se ir além da mera exibição dos artefatos, fomentando mecanismos que permitam a construção de narrativas nas quais os objetos arqueológicos sejam o elo promotor do reconhecimento

⁹ Nesse sentido cabe citar o Decreto n°. 5.264 de 2004, que versa sobre a necessidade de endosso institucional, muitas vezes oferecido por instituições museais, para realização de projetos em Arqueologia preventiva; bem como o número crescente de museus locais estruturados para abrigar os acervos auferidos em decorrência das “pesquisas de contrato”.

da relevância dos temas abordados nas exposições museográfica em nossa vida cotidiana.

Sem dúvida a preocupação da Arqueologia e dos museus é recente, remetendo no Brasil à década de 1990. Contudo, esta relação tem sua gênese em períodos mais remotos. De acordo com Bruce G. Trigger (2004), o interesse comum por objetos provenientes do passado fez com que a trajetória histórica da Arqueologia enquanto ramo do saber, estivesse intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento dos museus.

Ao aludirmos à relação existente entre Arqueologia e museu, observamos que o interesse por artefatos arqueológicos e o desenvolvimento de métodos e técnicas para consegui-los e classificá-los está nitidamente vinculado com o desenvolvimento histórico dos museus.

Durante todo período renascentista¹⁰, e principalmente no século XVI, a coleta de materiais arqueológicos está atrelado ao incremento dos Gabinetes de Curiosidades¹¹. Estes eram formados por mecenas e estudiosos, que buscavam simular a evolução e diversidade da natureza e da humanidade em suas coleções¹². Reunindo, em arranjos quase sempre caóticos, espécies variadas de objetos e seres exóticos vindos de terras e períodos distantes (TRIGGER, 2004).

Para Cândido (2004), esse período é marcado pela proliferação de locais destinados à acomodação de “raridades e preciosidades”, reunidas para o deleite das cortes européias, preocupadas em demonstrar seu gosto refinado. Essas coleções eram constituídas principalmente por objetos que remetiam ao passado greco-romano, conseguidos através de escavações e saques em antigos templos.

Os artefatos arqueológicos tinham papel de destaque nos Gabinetes de Curiosidade, as dificuldades em auferi-los e a bruma de mistérios que cercavam esses

10 O Renascimento foi marcado por uma verdadeira revolução do olhar, resultado do espírito científico e humanista e da expansão marítima, que revelou a Europa um novo mundo. As coleções principescas surgidas a partir do século XIV passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, com objetos de arte da antiguidade, de tesouros provenientes da América e da Ásia e da produção de artistas da época, financiados pelas famílias nobres (JULIÃO, 2009).

11 O ato de colecionar e recolher objetos arqueológicos não pode ser apregoado como tendo seu início restrito ao período renascentista, pois, a esta atitude remonta a antiguidade. Neste período a aglutinação de artefatos, autênticos tesouros, derivava-se de achados fortuitos, compras ou espólios de guerra. Contudo, segundo Peter Gay (2001), tal atitude não era dotada do caráter de voracidade com que algumas coleções foram montadas na idade moderna e, principalmente, na contemporaneidade, quando, por exemplo, integrantes da classe média vitoriana consideravam o “ato de colecionar, um emblema de individualismo triunfante (GAY, 2001, p. 158).

12 Coleção seria, para Krzysztof Pomian (1984, p. 53), qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num lugar fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar do público. Já o termo museu viria do Museion grego, o templo das Musas, para o qual eram enviados oferendas e objetos de valor.

objetos garantiam os esforços para a sua aquisição, e o desejo de reunir e preservar estes materiais. Os objetos que remetiam ao passado grego-romano despertavam especial interesse neste período, e diversos mecenas financiavam viagens e escavações destinadas à sua descoberta.

Segundo Bruno (1999) colecionar objetos arqueológicos fomentava dúvidas e explicações sobre suas origens, sobre as pessoas que os fabricaram e utilizaram e sobre os primórdios da humanidade. Para a autora:

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, esses acervos foram constituídos, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos (BRUNO, 1999, p. 30).

O ímpeto de “diminuir distâncias” e compreender/representar a realidade (seja ela histórica ou natural) a partir da coleção de objetos, também promoveu as tentativas de organização e classificação dos mesmos. Neste sentido, já em 1565 Samuel Von Quiccheberg sugere que os artefatos reunidos por nobres e mecenas eram organizados e divididos em: *Naturalia* (elementos da natureza), *Artificialia* (produto das obras do homem), *Antiquitas* (antiguidades clássicas), e Artes (SCHREINNER, 1985). Cabe destacar que nesta divisão, os artefatos arqueológicos apresentavam uma identidade polissêmica, podendo ser considerados, dependendo do tipo de objetos, obras de arte, criações naturais ou obras de sociedades pretéritas.

Contudo, uma exploração mais intensa e diversificada dos acervos formados só começa a ganhar contornos no transcorrer do século XVII, quando o cenário europeu é marcado pela crescente especialização dos saberes. Assim, a propagação dos ideais iluministas provoca o rompimento com a disposição caótica dos antigos gabinetes¹³ e amplia suas funções. Deste modo, os museus não deveriam restringir suas ações à salvaguarda e preservação de objetos, mas também promover sua análise e exposição (HERREMAN, 1985). Ou seja, as coleções deveriam ser apresentadas ao público e também auxiliar no processo de construção e transmissão do conhecimento.

¹³ Uma ruptura com a cultura da curiosidade e da disposição aparentemente caótica dos objetos, em proveito de uma nova ordem das coisas que acompanha a especialização dos saberes. Não apenas as coleções de objetos da natureza passam a ser ordenados segundo uma reconstituição sem lacuna da grande cadeia dos seres, pela comparação e classificação das espécies, mas também se impõe, pouco a pouco, as coleções artísticas uma nova apresentação, especializada e histórica (BREFE, 1998, p. 296).

Na França, após o período revolucionário entre 1789 a 1799, instaura-se o chamado “processo de apropriação”. Ou seja, a defesa de que as obras representativas da história da humanidade tinham que ser guardadas e apreciadas em territórios livres, e de acesso irrestrito à todas as camadas da população. De acordo com Françoise Choay (2001), a origem de um aparato jurídico voltado à proteção do patrimônio cultural remete à instâncias da Revolução Francesa.

De certo modo, esse processo dá novos matizes a relação entre o sujeito (público) os objetos musealizados, uma vez que busca promover um sentimento de apropriação, e entende-se os bens musealizados enquanto patrimônio coletivo, independente da classe social e/ou financeira (SUANO, 1986).

Essa preocupação com a publicização dos acervos, em certo sentido, decorre e se propaga em consonância com os anseios sócio-políticos do período; sendo a questão das “identidades nacionais” uma variável que não deve ser desprezada. A partir do século XVIII foram criadas na Europa inúmeras instituições como o Museu do Louvre, em Paris e o Museu Britânico em Londres, voltadas para a promoção do “espírito nacional”. Além de preservar os “tesouros” nacionais, estas instituições apresentavam uma ambição pedagógica, qual seja a formação de cidadãos que se identificassem com sua pátria. Nesse contexto, os artefatos arqueológicos eram utilizados como fontes para o conhecimento do passado; provas da ligação ancestral entre povos e territórios; indícios da superioridade bélica, artística ou intelectual de uma determinada população. Assim, a partir dos museus os objetos arqueológicos passam a ser efetivamente explorados no processo de construção de identidades nacionais (SUANO, 1986).

Na primeira metade do século XIX a relação entre a Arqueologia e os espaços museais ficam ainda mais visíveis. Na França a Arqueologia pré-histórica, dava seus primeiros passos com pesquisas realizadas majoritariamente com algum tipo de vinculação com instituições museais. Já outros países europeus (como Inglaterra e Alemanha) onde vigorava o processo de industrialização e a ética expansionista, grandes expedições científicas eram sistematicamente organizadas e financiadas; culminando na montagem de exposições museográficas sobre os diversos continentes abarcados pelas empreitadas neocolonizadoras.

Na medida em que houve intensificações das viagens de estudo para as colônias e conseqüentemente, o aumento das coleções recolhidas nas diversas partes do mundo é concentradas nos museus europeus. Foram viabilizados os estudos de Arqueologia, Etnologia. Estes

inspiraram à criação de novas instituições voltadas para estas áreas de conhecimento (BRUNO, 1999, p. 40).

Segundo Bruno (1999) este afã neocolonizador possibilitou a criação de museus, tanto na Europa quanto nas Américas, identificados como instituições de pesquisa e preservação dos bens culturais. Neste contexto, conhecido como “a idade de ouro” para os museus, diversas instituições fomentavam pesquisas arqueológicas, lançando o germe para criação de museus dedicados exclusivamente à Arqueologia¹⁴.

As análises de Boucher, de Perthes e Lubbock (Apud SOUZA, 1991, p. 73), sobre o estabelecimento de uma cronologia para a pré-história, são o exemplo mais cristalino e representativo da crescente correlação entre instituições museais (ou acervos arqueológicos musealizados) e pesquisa arqueológica. Por outro lado, a expansão das pesquisas arqueológicas também promoveu o aparecimento entidades museais dedicadas a Arqueologia.

Em Portugal, descobertas arqueológicas estimularam a criação de inúmeros museus regionais para abrigar as coleções formadas; contribuindo também para organização de associações científicas locais. Já no Novo Mundo os museus norte-americanos¹⁵ ampliaram seus acervos arqueológicos no período correspondente à segunda metade do século XIX em diante¹⁶. E antes do final do século XIX, diversos países das Américas Central e do Sul (Uruguai, Peru, Colômbia, Argentina, Costa Rica, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil) criaram seus museus de História Natural, espaço reservado às coleções arqueológicas.

14 Na “idade de ouro” pode-se destacar a criação do Museum of Ethnology de Leiden (1837) Holanda, e do Musée d’ Ethnographie du Trocadéro França (1884). Nesses museus foi marcante a apresentação dos objetos, classificados especialmente por tipos, procurando demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana. A importância das ciências, o apoio intensivo às pesquisas arqueológicas, a constituição da Antropologia Física e da Arqueologia Pré-Histórica em disciplinas, a organização de sociedades científicas específicas e de congressos internacionais, marcaram a partir da segunda metade do século XIX - uma ruptura, que proporcionou aos museus de Arqueologia um caminho próprio no universo museológico (BRUNO, 1999, p. 41).

15 A análise da inserção da Arqueologia nessas instituições norte-americanas revela grande semelhança com o modelo museológico já delineado, nesta época, nos países da Europa. Os museus dos Estados Unidos foram criados mais de duzentos anos depois de seus congêneres europeus e, com isso, suas estruturas foram apoiadas em sólidas bases profissionais, além do marcante suporte financeiro que definiu o seu perfil privado. Outro aspecto revelador, da eficiência das citadas instituições, está relacionado às suas vinculações com universidades, o que as tornaram excelentes centros de pesquisa, com acentuada vocação educacional (BRUNO, 1999, p. 43).

16 Uma experiência digna de referência é a do Museu da Universidade da Philadelphia que, logo após a sua criação em 1889, empreendeu inúmeras e vultosas expedições científicas, destinadas à formar coleções arqueológicas sobre a Mesopotâmia, Egito, Mediterrâneo, China, África, Oceania, Austrália, e das três Américas (BRUNO, 1999, p. 42).

Em consonância com o cenário internacional, no Brasil¹⁷ foram implantadas instituições como o Museu Nacional (Rio de Janeiro, 1817), o Museu Emílio Goeldi (Belém, 1866), o Museu Paranaense (Curitiba, 1876), e o Museu Paulista (São Paulo, 1895), além dos Museus de História Natural de Fortaleza, Maceió e Belo Horizonte (os três fundados na década de 1870 e hoje não mais em operação) (MENESES, 1994, p. 574).

Estas instituições dedicaram-se a pesquisa na área de ciências naturais, voltando-se a coleta, análise e a exibição de coleções paleontológicas e arqueológicas¹⁸. E, mesmo não sendo seu foco principal, esses museus contaram com investigações arqueológicas ou guardaram coleções pré-coloniais, contextualizando esses acervos na esfera da história natural.

Com grande apoio do poder imperial¹⁹, diversas expedições à Amazônia foram concretizadas por equipes desses museus, e pesquisas em sambaquis foram impulsionadas. Sob a direção de Ladislau Netto²⁰ (1875 a 1893), o Museu Nacional manteve quatro Seções Científicas, sendo uma delas dedicada à “Numismática, e Artes Liberais, Arqueologia e Usos das Nações Modernas”; e em 1882 foi organizada a renomada “Exposição Antropológica Brasileira”, que teve espaço reservado ao acervo arqueológico (SOUZA, 1991, p. 70).

No que diz respeito à Arqueologia é possível afirmar que, durante o século XIX, as instituições museais que se espalharam pelo país mantiveram coleções desta natureza, havendo também um incremento no número de colecionadores particulares. Contudo, os

17 A formação e a instituição de museus no Brasil devem ser situadas no interior de um movimento maior ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de A Era dos Museus. A partir de fins do século XIX e até meados da década de 1920, inicia-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica (SCHWARCZ, 1989, p. 21).

18 Esses são exemplos de instituições consolidadas no século XIX ligadas às ciências naturais, no que se refere à implantação de estruturas institucionais que contaram com investigações arqueológicas ou guardaram coleções pré-coloniais, contextualizando esses acervos na esfera da história natural.

19 Na segunda metade do século XIX, a figura de D. Pedro II foi uma das maiores responsáveis pela consolidação de tradição de pesquisa nos museus e conseqüentemente da Arqueologia. O monarca enriqueceu o Museu Nacional com coleções de material europeu e africana, proveniente de escavações feitas em outras partes do Mundo (PROUS, 1992, p. 7).

20 Esse pesquisador que estudou em Paris com Boucher de Perthes, e defendeu as pesquisas sobre o passado deste país, afirmou: “Desde o ano de 1867 que tenho empregado a maior diligência em reunir no Museu Nacional o material que pudesse ministrar suficiente base ao estudo dos primitivos habitantes do solo brasileiro. Na falta de eficazes elementos em que se achava e ainda hoje permanece este museu, um só meio se me deparou desde então capaz de auxiliar-me em semelhantes instantes. Esta foi à imprensa diária, à qual recorri, de fato, desde aquele ano de 1867, despertando a atenção pública em favor de tão atraente e valioso assunto”. As palavras de Ladislau Netto; despertaram um grande interesse da opinião pública e o apoio integral da Corte. Entretanto, revelaram a situação difícil em que já se encontrava o mencionado museu (Ladislau Netto, Apud SOUZA, 1991:66).

museus brasileiros entraram neste século, com coleções provenientes de coletas assistemáticas, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória. (SCHWARCZ, 1989, p. 76)

De modo geral, Pomian (1984) destaca que durante o século XIX as coleções arqueológicas (independentemente se alocadas em museus de história natural ou de Arqueologia, no Brasil ou no exterior) eram abordadas a partir de dois enfoques: o arqueológico-artístico e o arqueológico-tecnológico²¹, sendo que para Bruno, esta situação gerou conseqüências tanto no tratamento museal dos artefatos arqueológicos, quanto na própria construção dos diálogos interdisciplinares necessários à pesquisa arqueológica:

Esta foi, portanto, uma divisão tipológica no âmbito da Arqueologia, que conduziu estes museus por diferentes e, às vezes, inconciliáveis caminhos. Estudar, preservar e comunicar coleções referentes à Antigüidade, obrigou as instituições e seus profissionais a procurarem parceria entre os historiadores, filósofos e filólogos; enquanto que as instituições que tratavam dos períodos paleolítico e neolítico buscaram conforto intelectual entre etnólogos, geólogos, geógrafos, biólogos (BRUNO, 1999, p. 46).

Sem dúvida esse tipo de divisão e instituições aos moldes dos Gabinetes de Curiosidades perduram até os dias atuais. Contudo, a partir do século XX os avanços e a especializações científicas (tanto na Museologia quanto da Arqueologia), são responsáveis por significativos debates. Os museus passam a ser encarados como um organismo complexo que deve conciliar entre suas funções a salvaguarda dos materiais, a realização de pesquisas científicas, e a implementação de ações educativas. Segundo Bruno, as mudanças que ocorreram a partir do início do século XX redimensionaram as relações entre a Arqueologia e os museus a, sendo necessário:

Estabelecer critérios de guarda e controle para o volume dos objetos que cresceu de forma irreversível dentro das instituições; encontrar a maneira adequada para o diálogo com as distintas camadas da sociedade que, por sua vez, vêm impondo demandas diferentes às instituições; delimitar o seu perfil de organismo preservacionista,

21 Os museus “arqueológico-artísticos” são aqueles que expõem obras de arte e objetos preciosos (geralmente associados às “grandes civilizações” greco-romanas, egípcias, mesopotâmicas e mesoamericanas) que se impõem pela sua grandiosidade e, são apresentados isoladamente sem as respectivas referências de contexto. Já os museus “arqueológico-tecnológicos” preservam objetos que, antes de se transformarem em vestígios, foram resíduos de atividades humanas e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma nova realidade à questão museológica, o tratamento museográfico de objetos despossuídos a priori de atributos estéticos – artefatos pré-históricos (BRUNO, 1999, p. 45).

científico e educativo, capaz de exercer uma específica função social (BRUNO, 1999, p. 47).

O diálogo entre os diversos campos do saber leva as instituições museais a desenvolverem métodos e técnicas específicos para o tratamento de suas coleções²²; o crescente reconhecimento da relevância do patrimônio cultural gera debates sobre as funções sociais dos museus²³ e a necessidade de sua proteção jurídica; a ampliação das pesquisas arqueológicas engendra novos desafios²⁴ e alternativas²⁵ à musealização da arqueologia.

No contexto brasileiro, as discussões sobre a necessidade de proteção dos bens culturais “representativos” da identidade nacional, e as diferentes visões e apropriações desses bens gera certo descompasso entre as pesquisas arqueológicas e as instituições museais. Sem dúvida o século XX é marcado pelo incremento no debate sobre o papel dos museus na proteção e produção de conhecimento sobre os bens culturais, e é certo que a Arqueologia figurava entre as preocupações do dia. Contudo, diversos fatores atuantes na conjuntura nacional promoveram uma gradativa apatia nas relações entre

²² Como exemplo da proficuidade destes diálogos interdisciplinares podemos citar a atuação de Franz Boas junto ao Departamento de Antropologia do American Museum of Natural History (Nova York). Boas redimensionou a organização e apresentação dos acervos etnográficos e arqueológicos, privilegiando a contextualização do modo de vida dos grupos aos quais os artefatos estavam relacionados; e reconheceu a viabilidade das diferentes formas de se explorar os acervos. Além de realizar expedições científicas que terminavam sempre com montagens de exposições museográficas, Boas promove inovações na formulação dos discursos expositivos. Instituiu uma tipologia hierárquica na qual as exposições eram divididas em três categorias: entretenimento – mostras claras para serem apenas observadas e percebidas; instrução – objetos apoiados em informações escritas, quadros sinóticos, mapas; pesquisa – mostras tipológicas para estudos (BRUNO, 1999, p. 49).

²³ Parte-se da premissa de que o museu é local de preservação e de conhecimento, qualquer que seja a natureza do patrimônio que se encontra sob sua tutela. Os espaços museais são então pensados como equivalentes a espaços de memória. Nesse sentido, memória e preservação caminham juntas e podem ser relacionadas tanto a dinâmica técnica dos museus quanto a possibilidade dos mesmos incorporarem elementos identitários.

²⁴ A contextualização dos artefatos arqueológicos é o grande desafio que permeia os processos de extroversão museológica. Sendo necessário não apenas expor os objetos, mas sim criar meios que demonstrem sua inserção dentro das pesquisas arqueológicas, ampliando assim os mecanismos de divulgação científica. Segundo Bruno (1999, p. 55): “Há uma grande cumplicidade entre a apresentação dos bens patrimoniais que foram constituídos pelas sociedades extintas e a divulgação dos métodos e técnicas que são utilizados na pesquisa. Assim, os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem, simultaneamente, os processos de trabalho e o objeto de estudo”.

²⁵ Merecem destaque as propostas de transformação de sítios arqueológicos em espaços musealizados, ou seja, a criação de museus no *locu* das pesquisas arqueológicas. Tal ação se relaciona ao reconhecimento de que a musealização de um sítio é o ponto de partida para se pensar e estratégias mais eficazes de proteção desses bens; e um modo eficaz de aproximar o grande público dos meandros da pesquisa arqueológica. Segundo Bruno (1999, p. 57) instituições com este perfil “proliferaram consideravelmente nas últimas décadas, pois trazem um grande aporte financeiro para suas regiões, em função do incentivo ao turismo cultural. Diversos países exploram comercialmente a pesquisa arqueológica por meio da organização desses centros, que têm exercido, uma grande influência nos museus tradicionais”.

Arqueologia e museus no Brasil, como podemos visualizar em uma breve análise de alguns acontecimentos históricos.

A década de 1930 certamente representa um importante marco para as discussões sobre a valorização e gestão do patrimônio cultural nacional. Neste período aconteceram no país diversas ações de relevante impacto na esfera patrimonial. São fundados o Museu Histórico Nacional (1932) e o primeiro curso de Museologia da América do Sul, ambos no Rio de Janeiro; o famoso anteprojeto de Mário de Andrade é formulado a pedido do Ministro Gustavo Capanema; e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, é criado (1937). O atual IPHAN, originado a partir de um anteprojeto encomendado a Mário de Andrade, propunha a criação de mais dois museus nacionais, além de ações específicas para os museus estaduais e municipais já existentes.

Contudo, apesar de leis preservacionistas serem promulgadas, e questões patrimoniais passarem a merecer atenção de muitos intelectuais, os bens arqueológicos continuaram sub-valorizados, visto que, o interesse vigente no período era a promoção e valorização de indicadores representativos da “nação brasileira”, ganhando então, maior relevância e visibilidade nos museus coleções históricas e etnográficas. Já os acervos arqueológicos eram relegados à segundo plano visto que o passado pré-colonial não integravam os projetos oficiais de “construção” de uma identidade nacional.

Por um lado, grandes instituições estavam sendo confrontadas no mundo todo, pelas especializações científicas e pelos desdobramentos dos museus em instituições monográficas. Neste movimento, os vestígios arqueológicos deixaram de “fazer parte” das Ciências Naturais e ainda não tinham conseguido estabelecer parcerias com os objetos etnográficos. Por outro lado, os planos museológicos nacionalistas, envolvidos em uma política cultural nunca vista no país, não orientaram as suas intenções para a preservação, apropriação e extroversão dos vestígios pré-coloniais. (BRUNO, 1999, p. 78)

Assim, na década de 1930 observa-se uma proliferação dos museus históricos, nos quais os acervos arqueológicos ou eram inexistentes ou ficavam deslocados. Além disso, a crescente especialização das áreas do saber impulsionavam a retirada das coleções arqueológicas dos museus de Ciências Naturais. Assim, durante algum tempo, os objetos arqueológicos sucumbiram ao ostracismo, ocasionado por uma nova ordem científica.

Demonstrado a realidade acima descrita, um levantamento elaborado nos museus brasileiros em 1929, apontou a existência de coleções arqueológicas apenas no IAHGP, no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional, ambos no Rio de Janeiro. Segundo Bruno:

Esta estupefacente omissão de coleções arqueológicas, se por um lado, aponta para um olhar ainda naturalista para os bens arqueológicos, ou mesmo capaz de confundir os objetos etnográficos, por outro lado, registra o papel de coadjuvante que as coleções referentes ao passado pré-colonial têm ocupado no cenário museológico nacional (BRUNO, 1999, p. 76).

A partir da década de 1950, e durante a década de 1960, a Arqueologia, gradativamente, passa a ter maior visibilidade no cenário nacional. Nesse período o país passa a ser foco de importantes projetos realizados em parceria com pesquisadores estrangeiros (“missões” franco-brasileiras e norte-americanas), e programas voltados ao reconhecimento e classificação do patrimônio arqueológico do país são implementados, sendo eles o PRONAPA²⁶ e o PRONAPABA²⁷.

Estes “programas” ou “missões” foram imprescindíveis para o desenvolvimento da Arqueologia brasileira, orientando estratégias de pesquisa, formando pessoal capacitado, e implementando técnicas para levantamento e classificação do material arqueológico. Contudo, pouco contribuíram para a divulgação do conhecimento produzido ao grande público. A comunicação das pesquisas arqueológicas não eram consideradas prioridade no período; no momento o mais importante era estabelecer as bases para que as pesquisas arqueológicas pudessem ser realizadas no Brasil em consonância com os requisitos de cientificidade exigidos pela disciplina.

Nesse sentido, a Arqueologia distancia-se mais uma vez dos museus e volta-se para o âmbito acadêmico. Diversas universidades passam a abrigar instituições arqueológicas ou criam museus de Arqueologia²⁸. Contudo, essa guinada para a

26 O estudo sistemático de cerâmica pré-histórica no Brasil, através de métodos científicos e padronizados, foi inaugurado pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, PRONAPA em meados da década de 1960. Cabe destacar que, o PRONAPA foi benéfico, na medida em que procurou unificar objetivos e metodologias. Não o foi tanto o continuísmo de quem a cartilha e a ela continuou atrelados sem maiores questionamentos críticos. (MARTIN, 2008, p. 155)

27 Em 1970, baseado nos trabalhos, estudos e resultados do PRONAPA, e utilizando os mesmos métodos, surgiu o PRONAPABA (Programa nacional de pesquisas arqueológicas na Bacia Amazônica).

28 A Universidade Federal do Paraná instituiu o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá em 1962; a Universidade de São Paulo, na década de sessenta, cooptou duas instituições já existentes, o Museu Paulista e o Instituto de Pré-História e criou o Museu de Arte e Arqueologia (atual Museu de Arqueologia e Etnologia); a Universidade Federal de Minas Gerais cria o Setor de Arqueologia em 1975; e em 1965 é fundado na Universidade do Recife o Setor de Arqueologia (atual Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco).

academia dificultou ainda mais os processos de musealização da Arqueologia, tendo o envolvimento com as universidades se revelado como mais um elemento que conduziu a Arqueologia a um papel coadjuvante dentro dos museus.

À medida que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e tendiam às recém estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o consequente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e status científicos (Costa, 2002, p. 34).

De certo modo, as instituições que foram criadas nesse contexto, mesmo quando assumem a alcunha de “museu”, abandonam a identidade museal. E sinalizam, claramente, que optaram por produzir pesquisas científicas e comunicar-se principalmente com seus pares da academia.

Os laços entre Arqueologia e universidades se estreitaram nas décadas seguintes, garantindo a consolidação das pesquisas em território brasileiro, e construindo a imagem da Arqueologia enquanto ramo especializado do saber científico, com conceitos, teorias e métodos próprios. Nesse sentido, nos anos setenta e oitenta do século XX, as estruturas arqueológicas universitárias, abandonam a identidade museológica e, majoritariamente, passam a se auto definirem como institutos, núcleos, laboratórios, centros, ou simplesmente, departamentos. Para Bruno (1999, p. 84):

Esta perda da identidade museológica tem grande responsabilidade nas questões inerentes à comunicação arqueológica. Neste sentido, o processo curatorial termina na análise e guarda dos vestígios e, evidentemente, na preparação dos exigidos trabalhos acadêmicos. As exposições, quando existem, raramente têm sido elaboradas a partir de princípios museológicos. A musealização do patrimônio arqueológico, da posição de coadjuvante, passou a ser abandonada. Na medida em que os museus foram se tornando universitários, ficaram isolados do circuito federal ou estadual da política museológica brasileira. Por exemplo, todo apoio concedido aos Museus Nacionais e outras instituições do IPHAN, DPHAN, SPHAN, IBPC (Fundação Nacional Pró-Memória), todas as reformas estruturais e administrativas e as múltiplas formas de intercâmbio cultural não têm atingido os museus universitários.

Como pudemos observar os caminhos e descaminhos históricos da relação entre Arqueologia e museus, no contexto brasileiro, impulsionaram dois modelos de apropriação do patrimônio arqueológico. Nas grandes instituições museais, as coleções arqueológicas ficaram, por muito tempo, relegadas a um segundo plano e muitas estão

até hoje perdidas nas reservas técnicas. Já no âmbito universitário proliferaram centros de pesquisa e núcleos de estudo, voltados essencialmente para a coleta e análise científica dos artefatos arqueológicos, dando pouca ou nenhuma atenção aos meandros de comunicação ao grande público (COSTA, 2002, p. 50).

Uma análise mais pormenorizada sobre essa experiência leva à consideração de que a área menos trabalhada, por meio da museografia ou dos projetos educativos é justamente a Arqueologia. Considerando que na década dos anos setenta o Brasil possuía quatrocentos museus, e que no final dos anos oitenta, este número alcançou a cifra de mil e duzentas instituições, de acordo com as informações do extinto Sistema Nacional de Museus, é possível indicar que os museus vinculados à Arqueologia não assumiram uma posição de destaque. Neste mais de um século e meio de existência, os museus não se ocuparam, ou não privilegiaram o passado pré-colonial. Assim, a Arqueologia não tem sido utilizada por estas instituições, em toda a sua dimensão, na perspectiva de conduzi-las ao perfil de museus de sociedade e museus de identidade. Como foi visto os vestígios pré-coloniais sempre estiveram presentes entre as coleções arqueológicas, mas em uma constante posição de coadjuvantes no cenário museal (BRUNO, 1999, p. 94).

Como já dito anteriormente, ultimamente diversos autores como (Solange Caldarelli, 1982; Manuelina Maria Duarte Cândido, 2004, Ulpiano Meneses 1991; entre outros) vem sugerindo meios e alternativas que visem acentuar a relação entre a Arqueologia e a Museologia. Contudo, há algumas limitações subliminares à esta relação. Conforme frisa Lygia Martins Costa (2002, p. 54), no momento em que ocorre a incorporação dos acervos arqueológicos às instituições museais, uma parcela significativa de informações pode se diluir. Pois, a atuação profissional do museólogo muitas vezes se situa em lugar diferente daquele necessário para se compreender o processo arqueológico de resgate e estudo dos vestígios arqueológicos. E por outro lado, muitas vezes os arqueólogos se abstém dos processos de curadoria dos acervos integrados aos espaços museais, por acreditarem que os procedimentos teórico-metodológicos adotados em suas pesquisas são suficientes para a produção de conhecimento.

Frente a este cenário, devemos chamar a atenção para a necessidade de se pensar em trabalhos curatoriais mais interdisciplinares, no intuito de garantir a proteção e publicização do acervo arqueológico. Já que, quando não acontece o diálogo entre arqueólogos e museólogos, se perde a noção contextual indispensável à compreensão das coleções arqueológicas, dificultando assim o processo natural pretendido pela divulgação da arqueoinformação.

Devemos reconhecer que a Arqueologia efetivamente amplia nossa compreensão sobre o passado, contribuindo para a construção e valorização de elementos identitários e indicadores de memória. Contudo os arqueólogos, majoritariamente, enfrentam grandes dificuldades para fazer com que os resultados de suas pesquisas extrapolem os muros da academia, e alcancem efetivamente a base de nossa sociedade.

É através da junção entre a Museologia e a Arqueologia que a sociedade pode se conhecer a própria Arqueologia. Assim, é necessária a formulação de olhares complementares sobre o patrimônio arqueológico. Visto que a cumplicidade entre Museologia e Arqueologia é uma condição *sine qua non* à construção e transmissão da arqueoinformação no âmbito museal. Apesar da Museologia se estruturar como a área de conhecimento voltada, entre outras coisas, à comunicação com o grande público. Obviamente, a qualidade dessa comunicação depende da abordagem apropriada do conhecimento produzido por outras disciplinas. Nesse sentido, a adequada apropriação museográfica dos artefatos arqueológicos²⁹ exige uma compreensão mínima dos tramites envolvidos na pesquisa arqueológica.

No Brasil, apesar dos inúmeros esforços, iniciativas, e das várias pesquisas acadêmicas realizadas ultimamente, no contexto nacional, a musealização da Arqueologia ainda precisa de diretrizes. Essa realidade, como analisaremos a seguir, também está refletida na outorga jurídica a respeito do patrimônio cultural, visto que a legislação existente não se atem aos mecanismos de extroversão dos bens arqueológicos.

2.2 – LEGISLAÇÃO E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Neste tópico após apresentar historicamente os meandros da musealização da Arqueologia, buscamos formular um quadro geral dos instrumentos legais (ver Tabela 06: Leis, Decretos e Normas referentes ao patrimônio arqueológico nos apêndices) dedicados ao patrimônio cultural, dando maior atenção àqueles voltados especificamente ao patrimônio arqueológico. Analisaremos a legislação internacional

²⁹ A extroversão do processo arqueológico é extremamente complexa e não há um modelo que dê conta deste multifacetado cenário. (...) existe, ainda, uma grande controvérsia sobre a eficácia dessas instituições [museus] no que diz respeito à preservação dos indicadores da memória, mas, sem dúvida, elas representam um grande esforço de aproximação entre a Arqueologia e as sociedades que as mantêm (BRUNO, 1999, p. 58).

(Cartas Patrimoniais, ver Tabela 07 nos apêndices), nacional, estadual e municipal voltada à temática em escrutínio, tendo como principal meta compreender as sinuosidades jurídicas voltados à proteção e à publicização do patrimônio arqueológico. A intenção é problematizar como, e se, a outorga existente promove mecanismos não apenas para salvaguarda dos bens arqueológicos, mas também para sua valorização. Complementando assim, a partir do viés legislativo, esse quadro onde está sustentada nossa discussão sobre o patrimônio arqueológico.

Ao enveredarmos pela história da tutela do patrimônio cultural material³⁰ e, por conseguinte, do patrimônio arqueológico no Brasil³¹ percebemos que o tema remonta aos idos do século XVIII. Quando, em 1742, o então vice-rei do Brasil, André de Melo e Castro (Conde de Galveias), escreveu ao Governador de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, ordenando a paralisação das obras no Palácio das Duas Torres. O edifício, construído por Maurício de Nassau, seria transformado em um quartel para as tropas locais; contudo, o decreto do vice-rei embargou a obra e determinou a restauração do Palácio (MIRANDA, 2006, p. 01).

Apesar dessa intervenção ser considerada o primeiro ato administrativo em defesa do patrimônio cultural material do Brasil (MIRANDA, 2006, p. 01), é somente a partir do século XX que a questão patrimonial é inserida na pauta de discussão dos magistrados e legisladores brasileiros. Na década de 1920³², sob forte influência dos ideais modernistas de criação de uma identidade “essencialmente nacional”, ganham destaque propostas para proteção dos bens culturais do país.

³⁰No que tange aos termos “Patrimônio Material Cultural” e “Patrimônio Arqueológico”, cabe frisar que os primeiros instrumentos jurídicos aqui analisados não mencionavam especificamente a nomenclatura “Patrimônio Arqueológico”, sendo este parte integrante do “Patrimônio Material Cultural”. Ao longo do texto optamos por adotar os mesmos termos utilizados na legislação analisada e pelos autores consultados, tento em vista, manter a originalidade do conteúdo inquirido e referenciar o contexto (histórico e legislativo) ao qual o termo está inserido.

³¹ É necessário destacar que também, no âmbito jurídico, alguns termos recebem definições específicas, como por exemplo: “*Patrimônios arqueológicos e Patrimônios pré-históricos*”. Miranda percebe uma diferenciação entre estas definições na Lei Nº 3.924/61. Como destacado pelo autor em algumas Leis e períodos históricos, estes dois “tipos” de patrimônios são tratados de forma diferenciados. Assim patrimônio pré-histórico diz respeito aos materiais relacionados ao período em que o homem viveu antes da descoberta da escrita; enquanto o patrimônio arqueológico também englobam bens produzidos em períodos posteriores; sejam de vestígios de aldeamento indígenas pós-cabralinos, engenhos do período colonial, quilombos, etc (MIRANDA, 2006, p. 73).

³² Na década de 1920, teve princípio no Brasil, por parte de intelectuais modernistas, a vontade de se criar uma identidade essencialmente nacional. Em 1922, Mário de Andrade, junto com outros intelectuais, destaca-se no que diz respeito à preservação e difusão da cultura brasileira, tendo como objetivo central a reelaboração do passado e a construção de um perfil crítico e libertário para o país; por isto pode ser considerado um dos visionários na preocupação com o patrimônio cultural brasileiro. Sendo o responsável pelo anteprojeto do SPHAN (CERQUEIRA, 2006).

Em 1920 a preocupação com o patrimônio arqueológico ganha visibilidade no cenário nacional. Na ocasião, a pedido da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Alberto Childe elabora um anteprojeto de Lei destinado à “defesa do patrimônio artístico nacional”. O grande envolvimento de Childe com as investigações arqueológicas promovidas na época pelo Museu Nacional traz conseqüências diretas na elaboração do anteprojeto, cuja redação focava principalmente a proteção do patrimônio arqueológico. A proposta visava o reconhecimento dos bens arqueológicos enquanto patrimônio nacional, e sugeria a desapropriação das áreas que continham sítios arqueológicos com o objetivo de garantir sua preservação. A desapropriação de terras ia em desencontro aos interesses das elites do período, e levou à recusa da proposta (MIRANDA, 2006, p. 02).

Já no final da década de 1920 ocorrem as primeiras iniciativas no âmbito estadual voltadas à organização e preservação do patrimônio cultural local. Com a promulgação da Lei Estadual Nº 1.918 de 24 de agosto de 1928, o Estado de Pernambuco entra para vanguarda nacional, ao criar primeira Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais³³. Contudo, a falta de um Código Civil que determinasse sanções aos que atentassem contra o patrimônio, limitou a atuação do órgão (MIRANDA, 2006, p. 02).

Apesar da relevância dessas iniciativas autóctones de normatização do Patrimônio Cultural, é importante reconhecer sua sintonia com um movimento global de valorização das questões patrimoniais. Nesse sentido, a nascitura legislação brasileira é diretamente influenciada pelas diretrizes presentes nas Cartas Patrimoniais Internacionais (CALLI, 2005, p. 08).

É marcante como as primeiras experiências jurídicas concretas implementadas em âmbito nacional correlacionam-se com a elaboração da Carta de Atenas³⁴ (1931). Neste documento internacional, cujo Brasil é signatário, há recomendações explícitas para que os Poderes Públicos assumissem a responsabilidade quanto à preservação de seu patrimônio histórico; criando instrumentos jurídicos adequados que reconhecessem sua relevância e garantissem sua salvaguarda.

³³ Cabe lembrar que o mesmo ato jurídico instituiu a fundação do Museu do Estado de Pernambuco.

³⁴ Documento fruto das discussões acontecidas no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, e expõe princípios gerais e doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Tratando sobre: administração e legislação dos monumentos históricos; a valorização dos monumentos; os materiais de restauração; a deteriorização dos monumentos; técnica de conservação; a conservação dos monumentos e a colaboração internacional.

É nessa conjuntura que se insere o texto constitucional de 16 de julho de 1934³⁵; na qual o governo brasileiro assume, no capítulo III – Da Educação e Cultura – Art. Nº 148, que: “Cabe à união, aos estados e os municípios... proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”. Essa Carta Magna instituiu a função social do patrimônio cultural como princípio constitucional (Art. Nº 133, inc. XVII) e reconhece a necessidade de preservação, contudo a definição do que seriam “objetos de interesse histórico” ainda permaneciam Vagas (MIRANDA, 2006, p. 04).

Em certo sentido, a busca da superação dessa lacuna é almejada pela Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937, com a implantação do Estado Novo. Além das questões de preservação e conservação, emerge da nova constituição a preocupação de organizar e definir o que seria “patrimônio”; criando uma ligação intrínseca dos bens culturais e históricos com o próprio conceito de “patrimônio nacional” (SANTOS, 2005).

Assim, na Constituição de 1937 opta-se por uma definição abrangente do “patrimônio nacional”, que engloba bens de valor artístico, histórico, etnográfico, bibliográfico e arqueológico, como determina o Artigo 1º:

Art. 1º - Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

No mesmo ano, é assinado o Decreto-Lei Nº 25, que versa sobre a proteção legal do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse decreto institui-se um instrumento legal de proteção do patrimônio cultural nacional, a partir do Tombamento, e sugere-se a criação de um órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional, que deveria incluir entre suas preocupações a salvaguarda dos bens arqueológicos, ameríndios, populares e históricos, bem como as manifestações de arte erudita (CERQUEIRA, 2006, p. 349).

Com esta incumbência é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; instituído em 13 de janeiro de 1937 através da Lei de Nº 378, referendada pelo modernista e Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e promulgada por Getúlio Vargas (SILVA, 2007, p. 56).

³⁵ Para mais informações vide Tabela (04): “Constituições Federativas e do Estado de Pernambuco” em anexo.

Segundo Gislene Monticelli (2005, p. 157), a criação do SPHAN deve ser compreendida como resultado de uma ideologia fortemente nacionalista e conservadora da Era Vargas, que, pela primeira vez, formulou uma política cultural oficial para o Brasil, buscando sustentação entre os intelectuais da época para o projeto de construção da identidade nacional, base do ideário político-ideológico do Estado Novo.

A literatura especializada (BOMENY, 1999 e D'ARAUJO, 2004) aponta que com o fim da Era Vargas, o período compreendido entre 1945 a 1960 é marcado pelo crescente envolvimento da comunidade científica com o debate sobre a relevância da preservação e promoção do patrimônio cultural nacional. Contudo, este período é marcado pela ausência de normatizações legais de amplitude nacional que se dedicassem à questão patrimonial.

Neste contexto, em 1952 é sancionado o Decreto Lei Nº 21953, que outorga a criação da Comissão de Pré-história do País, em São Paulo, visando, sobretudo, a proteção do interesse científico da pesquisa arqueológica realizada em sambaquis. De certo modo, a legislação brasileira antecipa temas e problemas que serão abordados pela Recomendação Nova Delhi, gerada a partir das discussões levadas a cabo na conferência geral da UNESCO em 1956. Nesse encontro foram definidos princípios internacionais a serem aplicados na pesquisas arqueológicas, estipulando obrigações e responsabilidades dos Estados-membros ante estes bens culturais.

No cenário brasileiro, a atuação da UNESCO³⁶ e o alinhamento com as diretrizes da Recomendação Nova Delhi (ver Tabela 07 “Cartas Patrimoniais referente ao patrimônio material cultural e patrimônio arqueológico” nos apêndices), ganham maior visibilidade no início da década de 1960.

Este período é marcado pela ampliação das pesquisas arqueológicas³⁷, desenvolvidas em parceria com cientistas norte-americanos e franceses³⁸, e

³⁶ Em 1960, houve uma visita da UNESCO no Brasil, que propiciou um o avanço nas políticas aplicadas; a UNESCO patrocinou a vinda de profissionais da área museológica que realizaram avaliações sobre diversas instituições brasileiras, num primeiro momento, em 1964, a partir das análises dos problemas do SPHAN e apontou a necessidade da criação de um Ministério da Cultura. Num segundo momento, em 1972 foram direcionadas para os museus. Estas considerações foram acompanhadas de sugestões relacionadas à legislação patrimonial, à administração dos bens patrimoniais, plano museológico e formação profissional. O relatório ainda indicou a necessidade da criação de “museus pilotos”, em escala nacional e regional, e o estabelecimento de um programa de conservação, entre outros aspectos. (BRUNO, 1999, p. 84 a 86)

³⁷ Ao observamos a periodização histórica produzida por PROUS (1992) e BARRETO (1999-2000), verifica-se que as décadas de 1950 a 1960 foram consideradas como o período formativo da pesquisa moderna, onde a Arqueologia começou a se destacar no âmbito das universidades, com a criação de importantes centros de pesquisas.

reconhecimento da relevância dos achados arqueológicos. Inicia-se, então, uma forte pressão para a promulgação de uma lei de proteção ao patrimônio arqueológico. Esses esforços culminam, com a promulgação da Lei 3.924³⁹ de 1961, um instrumento jurídico federal direcionado efetivamente a proteção do patrimônio arqueológico.

Com o advento da Lei Nº 3.924/61 foi estabelecido um regime jurídico próprio para os bens de valor arqueológico cuja proteção passou a decorrer *ex vi legis*⁴⁰, não havendo mais a necessidade de tombamento. Assim, esta lei estabelece que todo sítio arqueológico submete-se à especial proteção da União (Art. 1º). Sendo a individualização dos bens arqueológicos, algo fundamental para se determinar exatamente qual o objeto tutelado e assim gerar segurança jurídica, prevista pelo registro dos bens (Art. 27º) no Cadastro dos Monumentos Arqueológicos do Brasil, gerenciado pelo IPHAN.

Em consonância com os preceitos estabelecidos na Lei Nº 3.924/61, observamos que ao longo da década de 1960 foram implementadas medidas legais, tanto no âmbito internacional⁴¹ quanto nacional⁴², visando a ampla proteção dos bens culturais. Sendo marcante também as iniciativas de inserção da população e dos poderes públicos locais no processo de preservação e conservação do patrimônio cultural material⁴³.

³⁸ Entre estas equipes de arqueólogos americanos e franceses podemos citar Joseph Emperaire, Annette Laming, Clifford Evans e Betty Meggers.

³⁹ Nossas políticas públicas voltadas para o patrimônio têm oscilado entre a não aplicabilidade e a inexistência. Como por exemplo, a primeira Lei Nº 3.924 de 1961, relacionada ao patrimônio arqueológico brasileiro. E mesmo depois de promulgação de tantas outras leis, decretos e portarias do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional IPHAN/Ministério da Cultura, observamos que “a normatização da legislação patrimonial arqueológica ainda não se preocupou com a extroversão museológica.” (BRUNO, 1995, p. 134).

⁴⁰ Com a chamada proteção *ex vi legis*, ou seja, por força de lei, não há necessidade de aplicação de instrumentos administrativos para a vigência administrativa desta proteção. Portanto, desde a outorga da Lei 3.924/61 é desnecessário declarar protegido um bem arqueológico, pois, o patrimônio arqueológico brasileiro em sua totalidade já é protegido pela referida norma.

⁴¹ Mundialmente ganha destaque o debate sobre a exportação, importação e transferência de bens Culturais; tendo a Recomendação de Paris de 1964 - *Propriedade Ilícita de Bens Culturais*, apontado as perdas que tais exportações geravam e definindo medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência ilícitas de bens culturais. Outra inquietação era como os avanços da civilização contemporânea afetariam diretamente a preservação e a conservação do patrimônio cultural material. Nesse sentido, a Recomendação de Paris de 1968 - *Obras Públicas ou Privadas prevê* propostas relativas à preservação dos bens culturais ameaçados por obras. Preocupações atinentes ao tema também podem ser observadas nas Normas de Quito de 1967 e na Carta de Veneza de 1964.

⁴² “Em 1965, objetivando o controle da evasão dos bens móveis integrantes do patrimônio cultural brasileiro, houve a proibição da saída para o exterior de obras de arte produzidas no país até fins do período monárquico, com a edição da Lei Nº 4845, de 19 de novembro de 1965. (MIRANDA, 2006, p. 8).

⁴³ Segundo Calli (2005:10), em sintonia com a normatização internacional, especificamente, com a Carta de Veneza de 1964 e a Declaração de Amsterdã de 1975, busca-se no Brasil, a partir da década de 1960, atribuir maior responsabilidade ao Poder Público Municipal sob a preservação patrimonial cultural. Acreditando que assim haveria um maior envolvimento da população nos processos de preservação e uma relação de interesse identitário.

O tom conservacionista e preservacionista continua dominando o debate jurídico sobre o patrimônio cultural durante as décadas de 1970 e 1980, e neste período, engendra-se o desenvolvimento de dispositivos legais voltados à salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Internacionalmente, merece destaque a divulgação da Carta do Restauo (1972), que apresenta uma série de instruções para a conservação e a restauração dos objetos arqueológicos; e a elaboração da Carta de Burra (1980), cujo Artigo 24º rege que:

Os estudos que implicam qualquer remoção de elementos existentes ou escavações arqueológicas só devem ser efetivados quando forem necessários para a obtenção de dados indispensáveis à tomadas de decisões relativas à conservação do bem e/ou à obtenção de testemunhos materiais fadados a desaparecimento próximo ou a se tornarem inacessíveis por causa dos trabalhos obrigatórios de conservação ou de qualquer outra intervenção inevitável (Cartas Patrimoniais, 2004, p. 25).

Em Pernambuco, ocorreu, em setembro de 1979, a sanção da Lei Estadual Nº 7.970, que instituiu o Sistema Estadual de Tombamento; que garante o monopólio do estatal sobre a tutela jurídica de seu patrimônio cultural, e institui a inserção dos bens estaduais em livros de tomo específicos⁴⁴.

É na esfera jurídica nacional que temos o maior número de medidas voltadas à preservação e conservação do patrimônio cultural material. De certo modo, nesse período, a gênese da normatização nacional que prevê a realização de pesquisas no âmbito da Arqueologia Preventiva, ou Arqueologia de Contrato. O tema está abarcado pelas diretrizes gerais da Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, na qual estão inseridas a Lei Nº 6.938/81 e o Decreto Nº 88.351/83, que buscam estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente danosas ao meio ambiente. Tendo seu ápice em 1986, com a outorga da Resolução Nº 001 do CONAMA, na qual foram estabelecidas (Art. 6º, I, c) as definições, as responsabilidades, e as diretrizes gerais para *Avaliação de Impacto Ambiental* (AIA). Prevendo a execução dos *Estudos de Impacto Ambiental* (EIA) e apresentação dos *Relatórios de Impacto Ambiental* (RIMA), nos quais, entre outros, devem ser abordados

⁴⁴ O livro de Tombos sobre a Arqueologia é o 1º Livro de Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico - as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia, popular, monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável - sejam dotadas pela natureza ou agenciadas pela indústria humana; citado na Lei Estadual nº 7.970.

os impactos dos empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico (MONTICELLI, 2005).

Ainda em 1986 há outro instrumento legal que versa exclusivamente sobre o patrimônio arqueológico⁴⁵. Qual seja, a Lei Nº 7542 que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de vestígios ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional ou em terrenos da marinha (MIRANDA, 2006, p. 73).

Mas certamente foi em 1988, com a homologação da Nova Constituição, que se obteve significativa ampliação e depuro das normas jurídicas a respeito da proteção do patrimônio cultural brasileiro⁴⁶. A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 216º), passam a ser considerados integrantes do patrimônio cultural brasileiro bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira⁴⁷.

Nesse sentido, o patrimônio arqueológico juridicamente passa a ser equiparado aos demais componentes do patrimônio cultural brasileiro, gozando, portanto, de ampla proteção legal. Com a Carta Magna de 1988 há, portanto, o abandono dos conceitos de

⁴⁵ Neste contexto, a Carta de Goiânia/GO, elaborada em 1985 durante a 3ª reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, contribuiu a definição do conceito de patrimônio arqueológico: “Os arqueólogos reconhecem como tais bens abrigos e cavernas ocupadas pelo homem pré-histórico, inscrições rupestres, esculturas e pinturas, acampamentos e aldeias, restos de edificações históricas e quaisquer elementos incluídos nesses contextos, bem como os vestígios arqueológicos encontrados e colecionados por amadores” (www.iphan.gov.br Acesso em 03/05/2012).

⁴⁶ Segundo Carlos Frederico Marés (1993, p. 23): “A novidade mais importante trazida em 1988, sem dúvida, foi alterar o conceito de bens integrantes do patrimônio cultural, passando a considerar que são aqueles “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Pela primeira vez no Brasil foi reconhecida, em texto legal, a diversidade cultural brasileira, que em consequência passou a ser protegida e enaltecida, passando a ter relevância jurídica os valores populares, indígenas e afro-brasileiros. A tradição constitucional anterior marcava como referência conceitual expressa a monumentalidade, ao abandonar essa referência, o que a Constituição atual deseja proteger não é o monumento, a grandiosidade de aparência, mas o íntimo valor da representatividade nacional, a essência da nacionalidade, a razão de ser da cidadania. A inclusão de todos esses conceitos na nova Constituição brasileira não é apenas um avanço jurídico, no sentido de inovar na matéria constitucional, mas traz efetivas alterações nos conceitos jurídicos de proteção: 1. Consolida o termo “patrimônio cultural” que já era usado internacionalmente e estava consagrado na literatura brasileira, mesmo oficial, mas não na lei; 2. Cria formas novas de proteção, como o inventário, o registro, vigilância e 3. Possibilita a inovação, pelo Poder Público, de outras formas, além do tradicional tombamento e da desapropriação”.

⁴⁷ Segundo José Eduardo Ramos Rodrigues (2001, p. 314), com a promulgação da Constituição de 1988 “não se discute mais se o patrimônio cultural se constitui apenas dos bens de valor excepcional ou daqueles de valor documental cotidiano; se incluem monumentos individualizados ou também conjuntos; se dele faz parte apenas a área erudita ou também a popular; se contam apenas bens produzidos pela mão do homem ou também naturais; se abrange bens tangíveis e intangíveis. Todos esses tipos de bens acima citados estão incluídos no patrimônio cultural brasileiro, desde que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

“excepcionalidade” e “monumentalidade” como pressupostos para o reconhecimento de determinado bem como sendo integrante do patrimônio cultural nacional. De acordo com a nova ordem constitucional, não se pretende somente a proteção de monumentos e de construções de aparência grandiosa. Busca-se a proteção da diversidade cultural brasileira em todos os seus mais variados aspectos, inclusive dos valores populares, indígenas e afro-brasileiros, até então negligenciados. Assim, a partir da Constituição Federal de 1988 foi superada a necessidade, baseada no Decreto-Lei Nº 25/37, da vinculação de bens a fatos “memoráveis” ou de “excepcional valor” para a história do Brasil para poderem ser considerados como integrantes do patrimônio cultural brasileiro (MIRANDA, 2006, p. 51).

O artigo Nº 20 da Constituição Federal de 1988, também ratifica que os sítios arqueológicos são bens da União Federal e, por conseguinte, inalienáveis e imprescritíveis. Reforçado assim a validade jurídica do Art. Nº 5 da Lei Nº 3924/61, onde se lê que qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos arqueológicos é considerado crime contra o patrimônio nacional (MIRANDA, 2006, p. 75).

Outro marco importante para a proteção do patrimônio arqueológico nacional foi a publicação, em dezembro de 1988, da Portaria Nº 7 do IPHAN, que define e regulamenta os critérios e procedimentos necessários para emissão de permissões para execução de pesquisas e escavações arqueológicas. Essa portaria instala os procedimentos previstos na Lei Nº 3.924/61; sendo, posteriormente, reformulada e ampliada em 2002 com a Portaria Nº 230 da mesma autarquia federal.

Apesar da década de 1980 ser marcada pela prevalência de sanções legais voltadas à conservação e preservação patrimonial, nesse período também são emitidas voltadas à extroversão do patrimônio arqueológico. Como podemos observar no Decreto Nº 86.176 de 1981 que, especificamente no Art. Nº 1 inciso I, dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico. Ressaltando o potencial turístico dos sítios arqueológicos, o decreto define que:

Art. Nº 1 - Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural e natural, protegidos por Legislação específica, e especialmente: §I – os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico.

Notamos que nesta breve passagem da legislação brasileira, temos um efêmero e raro exemplo de preocupação com extroversão do patrimônio arqueológico. No caso supracitado flerta-se com a possibilidade de utilização dos preceitos do turismo para promoção de um sentimento de posse e identificação com o patrimônio arqueológico. Contudo, a norma jurídica não se atém na definição de princípios ou diretrizes para a apropriação turística, ou educacional, dos bens arqueológicos.

O reconhecimento da necessidade de conciliação de medidas de salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural, também é revelado no texto da Carta de Cabo Frio. Este documento emerge das discussões realizadas em 1989, no “Encontro de Civilizações das Américas” promovido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Na ocasião, defendeu-se que educação é a forma mais eficaz de promoção da preservação do patrimônio cultural material; sugerindo-se as seguintes conclusões e recomendações:

(...) é fundamental a preservação de todo tipo de testemunho, como sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais. (...) O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que dever ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizando através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais. (Cartas Patrimoniais, 2004, p. 290)

Ainda sobre o mote da preservação e conservação do patrimônio cultural material, o ICOMOS elabora em 1990 a Carta de Laussane. Este é o primeiro documento internacional com fins legais dedicado exclusivamente à gestão e proteção do patrimônio arqueológico. Nela os bens arqueológicos são tratados enquanto um recurso natural, frágil e não renovável, sendo, portanto, responsabilidade de todos protegê-lo.

Além de ampliar o conceito de patrimônio arqueológico⁴⁸, a Carta de Lausanne aponta novas diretrizes para salvaguarda dos bens arqueológicos. Sugerindo, no artigo 6, que “conservar *in situ* monumento e sítios deveria ser o objetivo fundamental da conservação do patrimônio arqueológico”.

⁴⁸ Art. 1º - O patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; Estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (www.iphan.gov.br Acesso em 03/05/2012)

Mesmo definindo o patrimônio arqueológico como herança de toda a humanidade, a Carta de Lausanne chama a atenção para a necessidade do envolvimento das comunidades locais na preservação do patrimônio arqueológico⁴⁹. Contudo, apesar de reconhecer a necessidade de divulgação do patrimônio arqueológico ao grande público⁵⁰, essa Carta Patrimonial não avança significativamente na formulação ou sugestão de medidas práticas voltadas a esse fim. Pois o foco central do documento é a preservação e conservação do patrimônio arqueológico.

Esse também é o mote central dos instrumentos legais sancionados no Brasil a partir da década de 1990. Merecendo destaque a Lei de Crimes Ambientais Nº 9.605 de 1998, que dispõe sobre as ações penais e administrativas a serem aplicadas em decorrência de infrações cometidas contra o patrimônio nacional, prevendo retaliações ao dano ao patrimônio arqueológico⁵¹; e o Decreto Nº 3179 de 1999, que “*dispõe sobre a especificação às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*”, que engloba trechos da Lei de Crimes Ambientais (Art. Nº 63) e traz novas instruções quanto à construção em áreas com valor arqueológico⁵².

Sem dúvidas, as ações punitivas são necessárias e favorecem a preservação e conservação do patrimônio arqueológico. No entanto, quando aplicadas de forma isolada conseguem apenas um efeito paliativo, visto que não conseguem prevenir ou impedir a descaracterização ou destruição do patrimônio arqueológico. Neste sentido, a médio e a longo prazo, são mais efetivas medidas voltadas à promoção do reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico. Ações de conscientização que demonstrem como estes bens estão ontologicamente vinculados à nossa história e

⁴⁹ Art. Nº 6 - (...) O engajamento e a participação da população local devem ser estimulados como meio de ação para a preservação do patrimônio arqueológico. Em certos casos, pode ser aconselhável confiar a responsabilidade de proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones (Cartas Patrimoniais, 2004, p. 308).

⁵⁰ Art. Nº 7 - A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio. A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente e conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens (...) (www.iphan.gov.br Acesso em 03/05/2012).

⁵¹ “Art. Nº 63 - Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por Lei, ato administrativo ou decisão judicial em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnológico ou monumental, sem autorização competente ou em desacordo com a concedida: Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.”

⁵² “Art. Nº 64 – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnológico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.”

ao nosso cotidiano; e gerem junto à população, de um modo geral, uma inclinação a apropriação e zelo deste patrimônio.

Uma tentativa de superação desta lacuna no campo jurídico se dá com a publicação da Portaria Nº 230 do IPHAN em 2002. Este texto legal versa sobre os levantamentos arqueológicos necessários à obtenção de licenças ambientais junto aos órgãos competentes. Definindo a necessidade não só de procedimentos práticos (prospecções, escavações, acondicionamento do material, etc.), em relação ao patrimônio arqueológico passível de danos por obras de engenharia; mas também de ações de extroversão do conhecimento e conscientização da importância do patrimônio arqueológico. Assim, a Portaria Nº 230 do IPHAN passa a exigir a execução de programas de EP:

Art. 7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos em todas as suas fases implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de EP), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamentos quanto de cronograma.

Com isso, os arqueólogos passam a ter responsabilidades que incluem não somente a produção de informações científicas, mas também a extroversão, ou publicização, deste conhecimento. Estando encarregados, ainda, de elaborar mecanismos (Programas de EP) voltados à promoção do patrimônio arqueológico junto às comunidades locais.

Os notáveis avanços conquistados com essa medida legal não alteram o fato de que mais uma vez, a preocupação com a apropriação pedagógica e/ou comunitária dos bens arqueológicos figura apenas enquanto coadjuvante das discussões sobre preservação e conservação. Essas continuam sendo a mola propulsora das Cartas⁵³ (nacionais e internacionais), leis e decretos (federais, estaduais⁵⁴ e municipais) voltados à questão do patrimônio cultural material.

⁵³ Entre as quais a Carta de Santos, elaborada em 2004, que contém recomendações voltadas: a averiguação, identificação, resgate, proteção, conservação, preservação e promoção dos bens e vestígios culturais enterrados... [e do] patrimônio cultural subaquático (www.iphan.gov.br Acesso em 03/05/2012).

⁵⁴ No que cerne a proteção e preservação do patrimônio cultural do Estado de Pernambuco podemos exemplificá-la a partir da trajetória da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE. Criada em 17 de julho de 1973, na forma jurídica de direito privado sem fins lucrativos, a Fundação é o órgão executor da Política Cultural do Estado, e visa a preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado.

Destoando da inclinação quase unânime na legislação brasileira pela outorga de mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural, o Decreto Federal Nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, ganha relevância ao instituir o Sistema Brasileiro de Museus, tendo como finalidade promover:

Art. Nº 2 (...) II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, proporcionando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e a produção de novas oportunidades de lazer; III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; (...)

Já no município de Recife⁵⁵, merece destaque a Lei Nº 17.576 /2009, cuja meta é instituir o “Plano Municipal de Cultura” para o Decênio 2009-2019. O objetivo é divulgar e valorizar a cultura material e imaterial em toda a sua diversidade. Promovendo ações como circuitos de artes visuais, circuitos de museus⁵⁶, circuitos de igrejas, eventos envolvendo apresentações musicais, teatrais, festivais, exposições, seminários, palestras, ações formativas. Essa Lei também prevê a implantação do “Programa Municipal de EP”, destinado a desenvolver uma política sócio-educativa, cultural e ambiental e um projeto de capacitação e a formação de profissionais. A implementação das metas almejadas pela Lei Nº 17.576, certamente contribuirão para promoção de uma nova relação com o patrimônio cultural da cidade; contudo, é revelador, e preocupante, constatar que em nenhum momento o patrimônio arqueológico é mencionado.

Neste breve levantamento sobre as normas jurídicas referentes ao patrimônio cultural material de um modo geral, e do patrimônio arqueológico em específico, pudemos observar que majoritariamente as leis ficam restritas aos trâmites de proteção, conservação e preservação patrimonial. Sendo ressaltado o caráter impositivo e/ou punitivo dessas ações, havendo, portanto, pouca atenção aos processos de extroversão das pesquisas arqueológicas, seja através da parceria com museus ou pela promoção de Programas de EP.

⁵⁵ Ver Tabela (05) sobre a Lei Orgânica do Município de Recife de 1990 nos apêndices.

⁵⁶ Mediante ao Plano Municipal de Cultura do Recife, juntamente com a Prefeitura de Olinda/PE, com o Governo Estadual, com a FUNDARPE e com o Fórum dos Museus de Pernambuco, no que tange os museus, foi realizado no dia 15 de maio de 2011 o “Circuito Cultural dos Museus”, cujo tema foi “Museu e Memória”. Alguns dos museus abordados neste trabalho participaram do circuito, entre eles: Casa Museu Magdalena e Gilberto Freire, Museu Militar Forte Brum, Museu Sinagoga Kahal Zur Israel, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, Museu do Homem do Nordeste, Museu do Estado de Pernambuco.

Segundo a Constituição Nacional em vigor, o patrimônio arqueológico é um bem público ao qual, todos devem ter acesso, sendo função do Governo (federal, estadual e municipal) promover a publicização de acervos e resultados de pesquisas arqueológicas. Contudo, a própria legislação vigente não especifica ou determina os mecanismos e ações destinadas à divulgação do conhecimento arqueológico, e conscientização da relevância deste patrimônio⁵⁷.

É certo que manutenção da identidade cultural de um povo está ontologicamente relacionada à necessidade de preservação de seu patrimônio cultural. No entanto, medidas eficientes de preservação não são alcançadas apenas pela “força da lei”. É necessária, além da aplicação de medidas punitivas a promoção de políticas públicas voltadas à divulgação e valorização do patrimônio arqueológico. A conscientização é um fator primordial para a preservação e conservação, e acreditamos que museus e programas de EP são dois instrumentos valiosos para o desenvolvimento de um sentimento de posse e identificação com o patrimônio arqueológico.

⁵⁷ Como destacado por Bruno (1995, p. 134), nossas políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural têm oscilado entre a não aplicabilidade e a inexistência. E mesmo após a promulgação de tantas outras leis, decretos e portarias “a normatização da legislação patrimonial arqueológica ainda não se preocupou com a extroversão museológica.”

III – OBJETOS QUE EDUCAM: ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

*Comunicar é tornar comum.
Hermínio Miranda (1991).*

Após analisarmos historicamente a intrínseca relação Arqueologia e museu, observamos que há uma dependência mútua entre estas duas ciências, em determinados aspectos, pois como relatamos a Arqueologia depende da Museologia para salvaguardar o acervo arqueológico e divulgar seus resultados para o público, e a Museologia para ter um acervo e conteúdo científico.

E depois de discutirmos que a legislação de uma forma geral está mais voltada para as questões de conversação, preservação, punição e restrições; e não voltadas para as questões de divulgação, conscientização e valorização. E que apesar de serem poucas há leis que visam estabelecer e promover ações de EP. Explanaremos neste capítulo, as ações de EP patrimonial desenvolvida pelos os museus recifenses, mas antes de adentrar no contexto local, apresentaremos brevemente um pequeno histórico sobre a EP, sobre a EP no âmbito museal, e por fim, discutiremos a importância das ações educativas para o patrimônio arqueológico.

3.1 – TRAJETÓRIAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA

Ao longo desse tópico iremos abordar a trajetória histórica do desenvolvimento de medidas e ações voltadas à educação para o patrimônio. Analisando a conjuntura histórica, política, jurídica e acadêmica a qual vinculam-se as discussões sobre EP no contexto nacional, buscamos, a partir dessa análise, compreender os principais conceitos e métodos atinentes ao tema, bem como discutir o papel da EP e sua importância nos processos de musealização da arqueologia.

No que se refere à tríade: educação para o patrimônio, Arqueologia e Museu, Trigger (2004, p. 201) defende que:

A Arqueologia encarada como instrumento de promoção cultural e de educação pública, seus achados são ativamente difundidos em obras de divulgação científica através de exposições em museus. Parte da tarefa da Arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história...

Segundo Horta (1999), o princípio básico que define a EP é:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

A gênese deste conceito está ontologicamente vinculada ao debate entre pedagogos e educadores ingleses, na década de 1920, sobre a formulação de princípios basilares à implementação da *Heritage Education*.

Para Janice Theodoro da Silva, 1990, o prefixo *pater* deriva da relação de pai para filho, ou a transferência de uma herança material, espiritual ou institucional. Já Pedro Paulo Funari, que explora alguns sentidos ligados diretamente ao significado do 'patrimônio' propriamente dito, cita que as línguas românicas adotaram do latim o termo *patrimonium*, referindo-se à “*propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança*”. Os alemães costumam referir-se ao patrimônio através da palavra *Denkmalpflege*, “*o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar*”. Já os ingleses adotaram o termo *Heritage*, “*aquilo que foi ou pode ser herdado*”. Estes vários termos, com o passar dos anos foram adaptados e passaram então a serem usados como referência aos monumentos herdados das gerações anteriores, com uma permanente ligação com a lembrança, o que leva a pensar, e aos antepassados, à herança (KÜHL, 2011).

Apesar do termo EP passar a ser explicitamente citado e/ou utilizado somente a partir desse período, ações educativas envolvendo ou direcionadas ao patrimônio cultural são mais antigas. Como discutido no capítulo anterior, ao longo da história, os museus gradativamente buscaram assumir uma função formativa e educacional, desenvolvendo assim ações de caráter eminentemente pedagógico.

Nesse sentido, o primeiro serviço educativo permanente criado foi pelo Museu de Louvre, em 1880. Durante a Primeira Grande Guerra, na cidade de Manchester, Inglaterra, vários prédios escolares foram requisitados para serem transformados em hospitais de emergência. Assim, várias salas de aulas foram desativadas temporariamente, e a solução encontrada para suprir a falta de salas de aula foi a utilização provisória das salas dos museus e galerias de arte. Tal aproximação com os espaços museais e com as galerias de arte despertou o interesse deste público, e assim, foi necessário começar a organizar as visitas programadas às instituições. Nas palavras

de Barros (1958, p. 54): “foi tão proveitoso para a juventude que no pós-guerra veio a idéia de ser mantido um contato permanente entre as escolas e os museus.”

Todavia, é a partir da década de 1920 que as instituições museais do mundo inteiro abraçam seu sacerdócio educativo, passando a dedicar mais tempo e atenção à organização e prática de ações educativas (ALENCAR, 1987, p. 13). Como exemplos podemos citar a atuação do Museu Real de Arte e de História de Bruxelas (Bélgica), que desde 1922 passa a capacitar seus profissionais com o objetivo de oferecer “serviços educativos”; e a propagação, na Grã Bretanha do entre guerras, do *museum education officer*, um departamento integrante das instituições museais especializado no planejamento e execução de atividades educacionais – sendo o Museu de Leicester a primeira instituição britânica a instalar um escritório para este fim em 1931 (NALDINHO, 2006).

Relevante também é a criação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1945) e do seu órgão consultivo para os assuntos patrimoniais, o International Council of Museums 1946 - ICOM (Conselho Internacional dos Museus), que depois da Segunda Guerra Mundial, tiveram um papel fundamental nas mais diversas temáticas relacionadas ao patrimônio cultural, promovendo uma visão mais abrangente e social da atuação das instituições museais, através da preocupação com a valorização das culturas dos povos não ocidentais, e catalisação do papel educativo dos museus (ALENCAR, 1987, p. 13).

No contexto internacional, segundo Alcântara, a criação da UNESCO em 1945, recebia nas propostas relativas ao estudo arqueológico e a preservação do patrimônio uma consonância com os ideais de transformação social, principalmente com vistas à diminuição dos conflitos gerados entre as nações e os preconceitos criados a partir deles. Visando na pesquisa e na difusão do conhecimento arqueológico uma plataforma de atendimento das resoluções da UNESCO à medida que o estudo das populações autóctones tinha como fito demonstrar as miscigenações e a contribuição de todos os povos para a humanidade, desta forma, exterminado preconceitos (ALCÂNTARA, 2007, p. 19).

As instituições museais brasileiras neste período não estavam alienadas das discussões internacionais a respeito do papel pedagógico dos museus. Contudo, nesta época os museus do país ainda estavam às voltas com os desafios de se estruturarem física e institucionalmente; formando e organizando coleções que aos poucos eram apresentadas em exposições temáticas. Apesar disso, ainda 1920 ocorria no Brasil as

primeiras experiências do envolvimento dos museus com atividades pedagógicas; quando o Museu Nacional implementa uma política de empréstimo de peças do seu acervo para escolas cariocas. O intuito era que os objetos do museu fossem utilizados como material didático de apoio para as atividades em sala de aula (LOPES, 1994, p. 13).

O Ministério de Educação e Cultura – MEC fundou em 1960, uma comissão de equipes formadas por profissionais da área da Museologia e da área da educação para realizar um levantamento sobre as potencialidades educacionais dos museus brasileiros. Esta comissão inventariou as instituições nacionais destacando as facilidades e empecilhos à utilização de suas coleções em atividades pedagógicas; apontando ainda sugestões destinadas a tornar as exposições mais didáticas, incrementando com isso o caráter educativo dos museus (CARNEIRO, 2009, p. 42).

Na década de 1970 já era constatada a importância das ações educativas, para a preservação patrimonial, e esta constatação fortaleceu os laços entre museus e Educação (ALCÂNTARA, 2007, p. 19). Cabe lembrar que no contexto da década de 1970 a pedagogia libertadora de Paulo Freire, que preconiza a relação dialógico-dialética na qual educadores e educando aprendem juntos, é utilizada como base para o desenvolvimento da Nova Museologia, e como ela, é claro, uma nova educação para o patrimônio no âmbito museal (CARNEIRO, 2009, p. 42).

Esse também passou a ser o mote das discussões promovidas pelo (ICOM), que cada vez mais busca apresentar os museus enquanto centros privilegiados para realização de atividades de EP, sendo que na Nona Conferência Geral do ICOM, realizada em 1971 e dedicada à análise do papel educativo e cultural dos museus, o presidente da instituição estabelece que:

No decorrer da década de 1970, pretende-se que os espaços museológicos não se limitem somente em transmitir uma informação compreensível – seja ela, de caráter científico, arqueológico, artístico..., ao grande público, mas que procure, principalmente, fomentar a participação e estimular as capacidades criativas dos visitantes, mediante os seus conhecimentos. Para a concretização destes propósitos, começam-se a organizar e a definir os objetivos dos serviços educativos (ICOM, 1971).

No final dos anos 70 do século XX, Aloísio de Magalhães⁵⁸, precisamente em 1979, assume a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1980, a partir de intensa atividade política, o IPHAN é alçado à categoria de Secretaria do MEC e é criada a Fundação Nacional Pró-Memória. Consolidando o lema “*a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio.*” Com isso, o tema da educação para o patrimônio gradativamente vai conquistando espaço nas diferentes ações promovidas pelo Centro Nacional de Referências Cultural (CNRC), culminando na década de 1980 com a elaboração do Projeto Interação.

Este projeto integrava o Plano Setorial para Educação, Cultura e Desporto (1980 a 1985) do governo federal, e foi o primeiro programa institucionalizado e estruturado em âmbito nacional, envolvendo escolas, cultura popular e patrimônio. O Projeto pretendia estabelecer uma “interação entre a educação e os contextos culturais populares”; e na prática esta breve experiência envolveu moradores de bairros populares e comunidades indígenas em diferentes pontos do Brasil (CUSTÓDIO, 2003, p. 61).

A despeito dessas tentativas iniciais, oficialmente, o primeiro Programa de EP desenvolvido no Brasil aconteceu em 1983 sob os auspícios do Museu Imperial, em Petrópolis – RJ. Na ocasião foi inserido em termos conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário (intitulado: Uso Educacional de Museus e Monumentos) realizado no mesmo ano, coordenado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, destinado a promover uma transformação no modo de lidar e perceber os bens culturais, buscando uma revisão e aprimoramento das formas de transmissão do conhecimento científico para o público leigo.

O evento emerge do reconhecimento da necessidade de apropriação dos bens culturais para fins educacionais. E busca discutir e formular as bases teórico-metodológicas para utilização dos lugares e os suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos

⁵⁸ Nasceu em Recife em 1927, o artista plástico Aloísio de Magalhães que considerado um dos pioneiros na introdução do design moderno no Brasil; é também considerado pela crítica um dos mais importantes designers gráficos brasileiros do século XX. Ajudou a fundar a primeira a Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro (ESDI). Fundou em 1960 o escritório Magalhães, Noronha e Pontual – MNP - em conjunto com Luiz Fernando Noronha e Artur Lício Pontual, posteriormente se transformando na atual PVDI - Programação Visual Desenho Industrial. Projetou a identidade visual da Petrobrás, do IV Centenário do Rio de Janeiro. Em 1965 criou a primeira marca da TV Globo, uma estrela de quatro pontas. Foi responsável pelo projeto gráfico das notas do cruzeiro novo (moeda adotada no país a partir de 1966). Foi também membro fundador d'O Gráfico Amador, uma privatepress que, através de suas experiências tipográficas, teve influência significativa sobre o moderno design gráfico brasileiro.

estudantes e dos cidadãos para a importância da conservação desses bens culturais (ORÍ, 2003).

O seminário promoveu discussões, e nas temáticas dessas discussões serviram de bases para o planejamento e execução de ações futuras. Em 1986, todos os esforços da equipe de pesquisa coordenada por Horta foram direcionados para estruturação e divulgação e aplicação de uma proposta metodológica para EP. O objetivo era capacitar professores da rede formal de ensino a abordarem em sala de aula temas atinentes à valorização, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural nacional, e deste modo, ampliar os mecanismos de promoção da EP explorando o papel multiplicador dos educadores. Cabe mencionar que todo este trabalho foi realizado sob auspícios da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória criado em 1987 (GRUMBERG, 2007).

Também em 1987, foi instituído o Programa Nacional de Museus, pelo Ministério da Cultura, assumindo então a coordenação das ações educativas desenvolvidas pelos museus no país. O objetivo do Programa era ampliar a atuação das instituições museais enquanto agentes pedagógicos capazes de auxiliar na promoção da educação econômica, social e cultural do país (LOPES, 1994, p. 20); demonstrando assim consonância com os debates promovidos no cenário internacional. No contexto internacional, no início da década 1980, nos Estados Unidos, a Washington University promoveu um encontro para discutir os resultados do projeto “Historiadores-Artefatos-Aprendizes”, e avaliar os resultados de práticas pedagógicas desenvolvidas tendo a cultura material como ponto central do processo de ensino-aprendizagem (CARNEIRO, 2009, p. 48).

Almejando promover propostas pedagógicas atinentes à questão patrimonial, o Governo Federal tomou nesse âmbito mais uma iniciativa, definindo em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental. Através dos PCN o Ministério da Educação assume que o processo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental tem por objetivo tornar os alunos aptos a: “3 - *conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais*; 4 - *conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural*”. É certo que os PCN não mencionam explicitamente o termo EP, contudo, indicam a necessidade de promoção de atividades educacionais direcionadas a “valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural” (BRASIL, 1997).

No entanto, é somente em 1999, que foi publicado, com apoio do Ministério da Cultura e do IPHAN, um “*Guia Básico da Educação Patrimonial*”, sendo redigido por Horta, e publicado com o apoio do IPHAN e do Ministério da Cultura. Ao escrever e publicar deste livro, a autora tinha o intuito de fornecer materiais e referências bibliográficas relacionadas com o tema, apresentando diluidamente em sua metodologia seus objetivos.

É importante lembrar que até o início do século XXI o Brasil não possuía nenhuma normatização jurídica que mencionava explicitamente a realização de programas de EP, e o IPHAN não dispunha em sua estrutura de um setor especificamente voltado à EP. Como discutido anteriormente, no segundo capítulo, apenas em 2002, com a publicação da Portaria Nº 230, a EP passa a ser prevista na legislação brasileira. E em 2004 com a promulgação do Decreto nº 5.040, que rege sobre a estrutura organizacional do IPHAN, as ações de EP passam a ser administrada pela Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural (COGEPROM), sendo criada ainda a Gerência de Educação e Projetos, responsável pela articulação de uma política nacional de EP. Em 2009 foi feita outra alteração na estrutura do IPHAN (Decreto nº 6.844), na qual a COGEPROM passou a Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Apesar da importante atuação da Gerência de Educação e Projetos até 2009, a EP ainda continuou não sendo considerada atribuição deste Departamento. Com a reestruturação do IPHAN, a coordenação de EP para a Coordenação Geral de Difusão e Projetos.

Outro avanço foi a criação da Ação Orçamentária 2826 - *Educação Patrimonial em Áreas de Bens Tombados*, que faz parte do Programa 0167 - Brasil Patrimônio.

A partir das discussões acima apresentadas, podemos observar que, de um modo geral, os debates e formulações sobre EP no contexto nacional ainda estão em uma fase germinal. Todavia, apesar da jovialidade do tema, importantes e significativas ações e projetos de EP no âmbito da Arqueologia já foram, e vem sendo, desenvolvidos no país.

Para exemplificar esta realidade no contexto museal nacional, apresentaremos seis instituições museais de Arqueologia, suas ações educativas: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville- MASJ; Museu de Arqueologia de Xingó (MAX); Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM; Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP; Museu Arqueológico de Central e Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF).

O *Museu de Arqueologia de Xingó* foi inaugurado em 2000, com o objetivo de salvar, comunicar e divulgar os resultados da pesquisa arqueológica iniciada na década de 1980. A Proposta do MAX, estabelece que sua configuração é de: instituição científica, universitária e museológica, com responsabilidades de produzir conhecimento, interagir com as distintas esferas do ensino e extensão e de preservar o patrimônio. A comunicação museológica do museu propõe uma exposição de longa duração equacionada em dois níveis: 1) apresentação dos aspectos básicos referentes às populações estudadas; 2) a demonstração das coleções. Na apresentação museográfica, além dos artefatos arqueológicos, são utilizados outros elementos e recursos, como, desenhos técnicos, artes plásticas, cenários e maquetes. O museu utiliza abordagens e metodologias diferenciadas para cada projeto de ações educativas, poderemos citar alguns recursos para todas as ações educativas como, por exemplo: vídeos temáticos, palestras, montagem de mural, livros e revistas, visita guiadas ao MAX, visitas guiadas ao sítio arqueológico (CARVALHO, 2005).

A *Fundação Museu do Homem Americano*⁵⁹ - FUMDHAM está localizada em São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, criada em 1986, pelos pesquisadores de uma cooperação científica bi-nacional (França-Brasil), uma equipe, formada por cientistas de diversos países, realiza pesquisas desde 1973. O tema principal do programa de trabalhos é “O Homem no Sudeste do Piauí: da pré-história aos dias atuais. A interação Homem-Meio”. A FUMDHAM tem a responsabilidade técnico-científica da Unidade de Conservação, assume sua defesa e manutenção. Trata-se de uma entidade científica, filantrópica, sociedade civil (OSCIP), declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. A FUMDHAM atua, formalmente, ligada às instituições dos governos federal, estadual e municipal. No plano federal, a Fundação assinou um contrato de parceria com o IBAMA, visando à aplicação do Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara. Utiliza recursos tecnológicos visuais e sonoros em sua exposição. Além das diversas atividades de EP, o

⁵⁹ No *Museu do Homem Americano* são expostos os resultados das pesquisas. A exposição está baseada nos resultados obtidos em 36 anos de pesquisas realizadas na região do Parque Nacional. Atualizada regularmente, integra as novas descobertas locais e novos dados relacionados com a origem do homem e o povoamento das Américas, provenientes de pesquisas nacionais e internacionais. A expografia conta com recursos tecnológicos visuais e sonoros que auxiliam na divulgação da coleção arqueológica composta por: material arqueológico (líticos, cerâmicos, esqueletos humanos, entres outros), paleontológico, zoológico, botânico. Junto ao Museu estão as reservas técnicas que abrigam as coleções de material arqueológico, paleontológico, zoológico, botânico, bem como os laboratórios e os serviços administrativos da FUMDHAM.

museu, através de sua exposição, busca uma divulgação e conscientização no âmbito, local, nacional e internacional.

O *Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP* pode ser classificado como um Museu Universitário e laboratório, que tem sob a sua guarda um riquíssimo acervo de Arqueologia e Etnologia, possibilitando o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia e áreas afim. O MAE/USP atua na divulgação científica através de exposições e outras atividades educativas e tem uma Programação de ações educativas voltadas para públicos específicos. O acervo do MAE/USP é composto por mais de 100.000 espécimes, incluindo objetos arqueológicos e etnográficos produzidos em diferentes continentes e em épocas diversas, desde a Europa Paleolítica, com dezenas de milhares de anos de antiguidade, até a produção recente de artefatos dos povos indígenas do Brasil. O acervo tem origem nas antigas coleções dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista, do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia, do Instituto de Pré-História, do Departamento de Antropologia da USP e das pesquisas atualmente realizadas por professores e alunos.

O *Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ* inaugurado em 1972, com o intuito de ser um espaço destinado à memória de grupos pré-coloniais (SOUZA, 2010), objetivando incluir estes grupos no processo de construção da memória, da história e da identidade da cidade. O MASJ possibilita uma comunicação com a sociedade atual. O MASJ foi criado pautado em práticas museológicas tradicionais, mas, inserindo outras práticas que permitiram a ampliação das abordagens, como por exemplo, o uso de recursos tecnológicos. Estimulando, assim, a inclusão de novas e diversificadas formas de apropriação patrimonial.

O *Museu Arqueológico de Central* é um exemplo de divulgação científica no interior da Bahia. Desde 1989 a Professora Maria Beltrão, fez do Município Central o cerne do Projeto de divulgação da Arqueologia. De 1989 a 1993, dedicando-se à divulgação científica, empregando a metodologia de exposições itinerantes, tanto no Rio de Janeiro (Metrô, Estação Carioca); quanto no próprio Município de Central no Espaço Cultural do Banco do Brasil (BELTRÃO, 2001). Sua exposição é constituída de três setores: 1) O trabalho do arqueólogo: onde, a partir da simulação de um sítio arqueológico são apresentados equipamentos de trabalho e destacado o profissional que realiza a escavação; 2) Evidência da cultura material: expõem-se coleções tipológicas de lítico, cerâmica e restos faunísticos; 3) “Arqueologia da Morte”: onde se apresentam alguns variados sepultamentos encontrados em diversos níveis de escavação.

A exposição provocou tamanho interesse na sociedade local, despertando assim, nas autoridades locais, o interesse na construção de um Museu. Em 1995 foi fundado o Museu. Observamos que neste caso, o caminho Museu-divulgação-conscientização ocorreu ao inverso, primeiro houve a divulgação, e por consequência a conscientização, para enfim, a cidade como um todo receber a importância do Museu de Arqueologia. A expografia tem por eixo temático o “Homem de Xingó”, cujo objetivo principal é o de, através da divulgação dos vestígios da cultura material, apresentar a história dos “povos sem história”, que ocuparam a região em tempos remotos. Essa exposição, através dos vestígios arqueológicos musealizados contribui para a reflexão de uma noção de identidade cultural a partir da herança patrimonial de sociedades que nos antecederam (NUNES, 2001).

O *Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora* (MAEA-UFJF) ⁶⁰, com o projeto Programa de Educação Patrimonial: “*Compartilhando Experiências: A Educação Patrimonial e a Socialização do Saber*” foi reconhecido nacionalmente, ao receber o Prêmio “Loureiro Fernandes”, em 2007, concedido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) aos profissionais e instituições responsáveis por ações educativas e estratégias pedagógicas voltadas para a divulgação dos conhecimentos sobre a Arqueologia brasileira. Iniciado em 2001, as ações educativas do MAEA-UFJF, desenvolveram atividades junto à população dos municípios da Zona da Mata Mineira (LOURES, OLIVEIRA, 2001). A metodologia adotada na realização de oficinas propicia aos participantes uma experiência com a Arqueologia e seus conhecimentos. As ações educativas do Projeto constituem em quatro módulos junto a alunos do ensino básico. Almejando trabalhar a noção de patrimônio, como um bem de interesse público, e mobilizar a sociedade, o projeto busca um vínculo afetivo desse patrimônio.

Buscando ressaltar a importância dos bens culturais, como o arqueológico, a memória coletiva e a tradição cultural e seguindo a perspectiva da educação e da difusão

⁶⁰ As ações educativas do Projeto constituem em quatro módulos junto a alunos do básico. No 1º módulo apresentamos dados arqueológicos, históricos e etnográficos da região. Como atividade extra classe, o aluno deve entrevistar idosos conhecidos sobre suas lembranças a respeito da história local. No 2º, passamos à manipulação da argila. Enfatizamos a tecnologia, as habilidades empregadas para o domínio da matéria-prima e sua transformação em objeto com função e significado. O aluno tem que idealizar, representar e só então concretizar na argila o imaginado, percebendo as dificuldades para a realização do produto final. No 3º, queima-se a cerâmica. Torna-se fundamental trabalhar as frustrações decorrentes da perda da obra que, após exporta para secagem, cria laços de afetividade. No 4º e último módulo, o patrimônio arqueológico, histórico e cultural é tratado enquanto expressão de vivências e detentor de significados que necessitam ser entendidos e valorizados como aspectos fundamentais da sociedade (LOURES, OLIVEIRA, 2003)

do conhecimento, o projeto propõe um novo olhar na relação ensino/aprendizagem. Pois, como afirma Eric Hobsbawn (1997:16), a educação é um dos caminhos que, se pode utilizar como forma de transmissão e de conservação dos saberes de um determinado grupo social.

3.2 – FRAGMENTOS DO PASSADO: ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA E COMUNICAÇÃO

Ao falar de expografia e comunicação no âmbito museal, de uma forma geral, também estamos falando de apresentação, divulgação e informação, pois compreender a ação museológica como ação educativa significa, portanto, caracterizá-la como ação de comunicação, que busca as interfaces das ações de pesquisa, preservação e comunicação.

As ações museológicas não são processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, na dinâmica da vida, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos. A comunicação, não está restrita ao processo de montagem das exposições. A exposição é parte integrante do processo museológico, a exposição é o ponto de partida no sentido de estabelecer uma interação com o público, a exposição é, ao mesmo tempo, produto de um trabalho interativo, rico, cheio de vitalidade, de afetividade, de criatividade e de reflexão, que dá origem ao conhecimento que está sendo exposto e a uma ação dialógica de reflexão, estabelecida no processo que antecedeu a exposição e durante a montagem, além de ser ponto de partida para outra ação de comunicação (DUARTE, 1993, p. 89).

E ao pensar nestes termos, se faz necessário retornar a Carta de Lausanne de 1990, onde recebemos a importância da transmissão conhecimento arqueológico e a apresentação do mesmo.

Art. 7º - A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio. A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens. (Carta de Lausanne, 1990)

Mas antes de abordarmos o arranjo expositivo e as formas de comunicação utilizadas pelos museus de Recife para apresentação do material arqueológico, torna-se

necessária uma rápida apresentação e análise das estratégias voltadas à transmissão de informações e conhecimentos a partir dos acervos e exposições museográficas. A partir da clássica definição de museus formulada pelo ICOM:

Um museu é uma instituição sem fins lucrativos e a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público que adquire, conserva, pesquisa, comunica e divulga, para propósitos de estudos, educação e entretenimento, evidencia material de um povo e seu ambiente (disponível em: <http://icom.museum/definition.html>. Acesso em 23/08/2011).

É possível perceber que em sua essência estas instituições são espaços lúdicos voltados à transmissão de informações e conhecimentos. Bruno (1995, p. 311) define os museus de Arqueologia como: “*Os museus de Arqueologia são também identificados como museus de identidades, museus de sociedade e museus de civilizações*”. Pois o papel do Museu é ter:

A responsabilidade sobre esta herança, redimensionada para atender não somente á objetivos de salvaguarda, mas também de comunicação patrimonial – leia-se: democratização deste patrimônio e do conhecimento produzido a partir dele para públicos em geral, indo além dos meios acadêmicos, onde as áreas do conhecimento citadas costumam realizar sua divulgação científica – é a preocupação central de uma outra disciplina, a Museologia (CÂNDIDO, 2004).

Assim, mais do que expor objetos os museus querem realizar atividades educativas e elaborar práticas pedagógicas. Os museus erguem-se enquanto *locus* alternativo e privilegiado para a promoção da educação, pois:

Todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. O gerenciamento eficaz das atividades educativas em museus poderá aumentar e aprimorar essas oportunidades (Educação em Museus, Museums and Galleries Comissin, p. 17, 2001).

As ações educativas em museus possibilitam formas de apropriação do conhecimento que destoam completamente da educação promovida nas escolas tradicionais. Isso porque as principais características que definem e diferenciam os museus das instituições regulares de ensino são as formas de apropriação dos espaços e a opção pela educação não formal. A educação não formal segundo Gohn, entre outros aspectos, preconiza em suas áreas de abrangência, o aprendizado de conteúdos da escolarização formal, em formas e espaços diferenciados.

Podemos distinguir os processos de educação não formal dos realizados no ensino formal por sua maior flexibilidade em relação ao tempo, espaços, conteúdos e metodologias de trabalho. Normalmente, os processos de educação não-formal podem adaptar conteúdos de aprendizagem a cada grupo específico; oferecem maior possibilidade de trabalhar ao mesmo tempo diversas áreas do conhecimento; não necessitam ou pressupõem certificação; tem foco na aprendizagem baseada em aspectos do conhecimento prévio, da prática, cultura e do cotidiano dos educandos e educadores; valorizam a oralidade; desenvolvem processos educativos que respondam às demandas mais imediatas dos grupos; buscam por uma relação prazerosa com a aprendizagem; não pressupõem um controle legal; trabalham com a diversidade (etária, étnica, de gênero, econômica, de classe social etc.) e possibilitam a participação voluntária por parte dos educandos nas propostas. (AIDAR, 2007, p. 57)

A estreita relação com a educação formal, a que muitas vezes está submetido o setor educativo dos museus, gera uma confusão de abrangência entre as duas ações educativas que são, em si, distintas. Não se quer dizer com isso que não devam ocorrer sinergias, cooperações e construções conjuntas entre esses dois tipos de instituições educacionais, mas é preciso distinguir suas especificidades para que não ocorram situações simplistas como a substituição do espaço da sala de aula, pelo espaço do museu, transformando a visita a um espaço cultural em uma aula (AIDAR, 2007, p. 73).

As categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não-formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado a priori e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e re-elaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo ensino-aprendizagem (GOHN, 2001, p. 101).

Assim, as atividades de ensino/aprendizagem realizadas em museus rompem os limites impostos pela realidade da sala de aula, estimulando, a partir da exploração de suas instalações e acervos, um novo olhar sobre temas muitas vezes já conhecidos.

Portanto, as ações educativas promovidas em, e por espaços museais estão inseridas no âmbito da educação não formal. Pois utilizam recursos didáticos complementares, priorizando a comunicação entre a concepção museológica, a pesquisa básica e o público, permitindo uma compreensão mais ampla da história (e pré-história), da diversidade sócio-cultural, da natureza, etc.

A educação em museus enquadra-se como educação não-formal, devendo ser, idealmente, encarada como um processo de ensino/aprendizagem, assim, embora apresente objetivos, princípios e métodos pré-organizados, deve atuar com uma dinâmica que responda às expectativas das pessoas envolvidas, e dos novos interesses que surgem a partir da ação, reorganizando-se constantemente.

Nos museus, as ações educativas buscam não apenas transmitir uma determinada informação, mas almejam principalmente promover a apropriação e valorização do patrimônio cultural. Essas atividades de ensino e aprendizagem em museus apresentam-se como uma possibilidade de exercício de autonomia, aberta ao trânsito das mais variadas memórias.

Por seu caráter não cumulativo, sendo uma ação realizada, no mais das vezes, em uma única oportunidade durante a visita à instituição, a ação educativa em museus deve ser pensada a partir das características institucionais e da variedade das expectativas e perfis de seus visitantes, tendo seus conteúdos primordiais voltados à construção de sentidos acerca da instituição e de seus bens patrimoniais, testemunhos da cultura material das sociedades (AIDAR, 2007, p. 05).

Da mesma forma, o espaço museal, tal como idealizado pela Nova Museologia, potencializa a problematização do universo do visitante através de situações que lhe são significativas, permitindo que esse faça a seleção dos saberes e que incorpore diferentes análises do conhecimento humano, contribuindo para a construção da sua identidade e cidadania (GONÇALVES, 2004, p. 78).

A ação educativa em museus deve ser pensada a partir das características institucionais e da variedade das expectativas e perfis de seus visitantes, tendo seus conteúdos primordiais voltados à construção de sentidos acerca da instituição e de seus bens patrimoniais, testemunhos da cultura material das sociedades. (AIDAR, 2007, p. 22)

Pautadas nesses objetivos fundamentam-se as metodologias para a comunicação museal. A comunicação é o primeiro passo e a base de todo empreendimento museológico, estando ontologicamente envolvida com a produção e recepção da “mensagem” que o museu busca transmitir.

Na esfera museal, a comunicação é entendida como participação, informação, transmissão, ligação, passagem, e é uma das maneiras pelas quais os homens se relacionam entre si, independente da distância cronológica e espacial existente entre o visitante e o objeto exposto. Assim comunicação é a forma de interação humana, realizada pelo uso de signos e significados (SANTOS, 2000, p. 99).

Na comunicação museal há sempre uma intenção básica: como fonte codificadora, os museus aspiram que o receptor, o público visitante, selecione sua mensagem, a compreenda, a aceite e, finalmente, a aplique. Nesse sentido, a

comunicação museal cumpre uma série de funções que quando plenamente executadas auxiliam na complementação dos processos tradicionais de ensino e aprendizagem. Segundo Santos, as funções da comunicação museal são:

1 - Função Identidade: Através da interação entre as pessoas, adquire-se a personalidade.

2 - Função Expressiva: As pessoas não só desejam e precisam receber comunicação, participar na comunicação, mas ainda mais basicamente, desejam expressar suas emoções, idéias, temores, expectativas. A pessoa quer sair de seu mundo interior, do fechamento em si mesma e exteriorizar quer por meio de um simples conversação, de um trabalho em grupo ou pela expressão corporal.

3 - Função informativa/educativa: A comunicação possui uma função informativa ou de conhecimento do mundo que é feita por meios de livros, da história, da imprensa, das fotografias e das coleções ou dos objetos de um modo geral.

4 - Função divertimento: A pessoa procura uma opção de comunicação através do lazer e do divertimento.

5 - Função de articulação política: A comunicação poderá se prestar para a conscientização política de uma determinada sociedade numa determinada situação, ou ao longo de sua existência (SANTOS, 2000, p. 125/126).

A exibição das coleções e acervos ao grande público é um elemento imprescindível para a comunicação da mensagem que o museu visa transmitir. Assim sendo, Bruno destaca que:

A musealização é o processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação (BRUNO, 1991, p. 67).

As exposições são, nas palavras de Jayme Moreira Filho Crespo (2005, p. 92), “essencialmente, meios de comunicação.” Sendo que, na opinião de Fausto Henrique dos Santos (2000:130), elas não possuem um fim em si mesmas. Aos museus, cabe associar a exposição de seus acervos às expectativas da sociedade; legitimando-as enquanto instrumento de difusão e divulgação dos saberes, tendo em vista não só a proposta do próprio do museu como também a natureza de seu acervo.

Dentre todas as atividades gestadas em um museu, é a exposição que mais aproxima a instituição do seu público. A partir das exposições e de seus recursos complementares (catálogos, publicações...) o visitante entra em contato direto com objetos que dão corpo e vida às temáticas abordadas pelos museus. Além disso, as exposições oferecem a oportunidade de demonstrar as diferentes atividades realizadas pelos diversos setores de um museu – conservação, restauração, coleta, processamento

técnico, pesquisa (MORO, 1986). De modo geral, a exposição de artefatos arqueológicos segue os mesmos princípios básicos que norteiam a exibição das demais peças que compõe o acervo de um museu.

Segundo Santos, todas as exposições seguem, dentro da linha de ação do museu, as seguintes etapas:

- 1- Contato com o tema.
- 2- Levantamento preliminar do acervo relacionado ao tema que esteja disponível para ser exposto.
- 3- Definição dos objetivos da exposição respondendo às seguintes perguntas: Qual a mensagem a ser passada na exposição? [O quê?]; Qual a finalidade da exposição? [Para quê?]; Para quem será dirigida a exposição? [Para quem?]; e De que forma será feita a exposição? [Como?].
- 4- Definição da linha de abordagem (essa definição leva em conta a articulação da pesquisa, o acervo, a mensagem e o público em potencial).
- 5- Pesquisa com ampla exploração do tema, que deve ser precedida de um projeto específico sobre pesquisa museológica que abrange o conteúdo e o acervo, ou seja, o que o objeto é, e como ele se apresenta socialmente (seu potencial intrínseco de informação).
- 6- Levantamento do estado de conservação, seleção final do acervo, levantamento dos recursos humanos, materiais e financeiro necessário a partir dos recursos museográficos a serem empregados.
- 7- Elaboração do projeto específico da exposição.
- 8- Montagem propriamente dita, envolvendo o uso de recursos e técnicas de montagem de exposição considerando a elaboração dos textos, etiquetas, legendas etc., e principalmente a divulgação (SANTOS, 2000, p. 13).

O primordial é criar mecanismos que demonstrem que os objetos arqueológicos musealizados são receptáculos da memória das relações que os constituíram, e, portanto, devem ser abordados como polissêmicos⁶¹ e objetos críticos. Segundo Ramos (2004), a partir do momento que o objeto entra no museu ele adquire mais um significado, um novo valor; podemos dizer em certa medida que o objeto se torna um objeto crítico, pois se torna indício de traços culturais.

Nas instituições museais da cidade de Recife, podemos observar grande heterogeneia nas estratégias de exposição do material arqueológico, bem como uma multiplicidade de propósitos, ou significados, na exibição destes artefatos.

⁶¹ É importante reconhecer que ao serem inseridos no contexto museal os artefatos arqueológicos têm catalisado seu caráter polissêmico. Pois, enquanto são exibidos como realidade material, seus significados poderão ser sempre reelaborados, não só pelos arqueólogos, mas pelo público em geral. Isso faz com que os objetos musealizados sejam sempre objetos atuais, que apesar de fazerem referência a um tempo passado são abordados e interpretados a partir de parâmetros hodiernos.

No entanto, no contexto museológico observamos que de uma forma geral, as atividades desenvolvidas são mais voltadas para a comunicação e divulgação do patrimônio arqueológico do que EP tal como definido na bibliografia aqui discutida.

3.3 – TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO: OBJETO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em seu Livro “*Critica da Razão Pura*”, de 1781, Immanuel Kant, ao iniciar suas reflexões sobre a distinção entre o conhecimento puro e o conhecimento empírico, defende que o conhecimento precede a experiência. No entanto, este filósofo alemão não menospreza o conhecimento empírico, que pode ser considerado como fonte e meio de conhecimento a priori.

Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se denomina experiência? (KANT, 2003, p. 44).

Deste modo, podemos considerar que em sua labuta o arqueólogo também utiliza os recursos da experiência (conhecimento empírico dos múltiplos objetos e contextos que compõe um sítio arqueológico) para exercitar a faculdade de conhecer o passado. Contudo, a Arqueologia não busca apenas conhecer as “impressões sensíveis” da matéria, ou seja, reunir, organizar e comparar artefatos; mas sim compreender aspectos da vida das pessoas que deram forma e uso a diferentes elementos que o mundo material lhes oferecia.

Mais uma vez, encontramos interseções com as idéias de Kant (2003:70) “*pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona*”. Ao fazermos “adições” à artefatos e contextos arqueológicos que exploramos empiricamente, estamos construindo “narrativas” sobre o passado, como sugerido por Hodder (1999).

Em nossa opinião, mais importante do que criar “narrativas” sobre o passado é necessário formular, e aplicar, meios que permitam as pessoas reconhecerem sua

vinculação com as histórias que estão sendo narradas. Este reconhecimento é a chave para a valorização e preservação de nosso patrimônio arqueológico; e tem sido o mote principal para a realização de diversos Programas de EP.

A EP parte das narrativas construídas a partir do conhecimento empírico, almejando que estas possam ser dotadas de sentidos e significados pela sociedade em geral. Contribuindo, deste modo, para a difusão do conhecimento sobre o passado, e salvaguarda dos elementos empíricos (artefatos, sítios, etc.) que dão base à construção deste conhecimento. Possibilitando ainda:

Uma troca de experiências, na qual é estabelecida uma distinção entre identidade pessoal e identidade social. Essa relação com a alteridade e diversidade, necessárias para a construção da identidade se dá através de variáveis documentais, da multiplicidade de linguagens, de características sociais, materiais e culturais, ou seja, de singularidades de representações e comunicações associadas à apreensão dos sentidos nos meios sócio-culturais específicos (LOURES OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2002, p. 17).

No âmbito da Arqueologia, a EP é uma prática voltada à popularização dos resultados das pesquisas arqueológicas. Contudo, a EP não deve ser confundida com a mera divulgação de dados ou conclusões. Ela visa oferecer meios que nos permitam reconhecer nossos elos com o passado (tanto histórico quanto pré-histórico), e assim engendrar processos que nos encaminhem a nutrir apreço e zelo pelo patrimônio arqueológico.

Sendo assim a EP a partir da Arqueologia, almeja ofertar possibilidades para que a sociedade reflita sobre temas como patrimônio, memória, identidade coletiva (ou nacional), etc.

A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p. 25).

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e usufruir dos bens e valores que o constituem (HORTA, 1999, p. 09).

A EP é, portanto, fundamental na lida com os bens arqueológicos, já que permite a construção de um elo entre a sociedade atual e a construção do conhecimento sobre o passado. Estimulando, no âmbito da pesquisa arqueológica, a promoção de ações que contemplem a memória, a história e a identidade coletiva. Destas ações de valorização e

conscientização através da EP, o patrimônio arqueológico passa a ser extremamente importante, auxiliando na compreensão de nossa herança sócio-cultural⁶² e construção da identidade coletiva.

O Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural é a materialização desses saberes e memórias da coletividade, principalmente por ser algo que pode ser observado dado a sua existência concreta. Todavia, o conhecimento que este encerra não pode ser apreendido apenas pela visão. A subjetividade da criação humana requer uma compreensão dos motivos que conduziram à produção destas obras. Daí, que entender o Patrimônio como um bem de interesse público não basta para mobilizar a sociedade, na medida em que esta desconhece o seu valor e a necessidade de preservá-lo. É em função disso, que aproximamos esse patrimônio da realidade da sociedade, para que percebessem, por meio de uma relação de afetividade, que esse bem foi erigido por seus antepassados e que constituem, na verdade, o legado de uma parte fundamental de sua trajetória pessoal (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 09).

Segundo Tânia Andrade Lima (2007:12/16), há uma relação ontológica entre a Arqueologia e os processos de construção de identidades coletivas, visto o uso do passado como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades. Assim, a Arqueologia desempenhou e continua desempenhando um importante papel na construção de identidades; podendo os sítios e bens arqueológicos se tornarem poderosos símbolos de identidade coletiva, sendo explorados através do sistema educacional, dos meios de comunicação de massa e das normas administrativas. No caso brasileiro, contudo, “o passado pré-histórico, sem grandiosidade e sem magnificência, pouco foi explorado nessa direção”.

A EP tem a capacidade de aproximar o patrimônio arqueológico da realidade da sociedade, permitindo o desenvolvimento de uma “relação de afetividade” que, por sua vez, engendra medidas de proteção⁶³, conservação⁶⁴ e preservação⁶⁵. Como assevera

⁶² “Tomando o patrimônio do ponto de vista da investigação científica, é de suma importância que este seja tomado como objeto de estudo de diferentes disciplinas, no sentido de tentar melhor compreender como ele se constitui em marcos preservados em nossas cidades e como é difundido na sociedade como representação das identidades dos grupos sociais. Não se trata da indagação estéril de por que se preserva, mas da busca das motivações mais escondidas presentes neste processo” (POSSAMAI, 2000, p. 23).

⁶³ Proteger um patrimônio arqueológico é dever do Governo e responsabilidade de todos, contudo, nem sempre é possível para a sociedade proteger seu patrimônio, seja por falta de conhecimento, por falta de verba financeira, seja até mesmo por desinteresse social.

⁶⁴ A conservação é toda medida tomada com o fim de prolongar a vida de um patrimônio material. Conservar é amparar, defender, manter, salvaguardar, resguardar de dano, decadência, deterioração. Utilizando quando necessário de recursos tecnológicos, químico-físico.

⁶⁵ A preservação é a ação destinada evitar a destruição, a degradação, a perda e o desaparecimento de um patrimônio. Mais do que defender, resguardar, envolve, também, uma ação de cuidado e respeito. Esta ação pode ser feita por toda e qualquer pessoa. E é notório que sem a ajuda da sociedade a preservação

Carlos Lemos (1981:29), iniciativas voltadas à EP demonstram que devemos garantir a compreensão de nossa memória social preservando o vasto repertório de elementos componentes do nosso Patrimônio Cultural.

Em se tratando do Brasil, uma Arqueologia a serviço da construção da identidade nacional precisa marchar no sentido contrário ao da perspectiva homogeneizante, unificadora, bem como refugar a erosão das diferenças. Antes, tem que trabalhar para resgatar e revelar, na profundidade temporal em que opera, a diversidade étnica e cultural que se instalou desde os primórdios da presença humana em nosso território, e que se intensificou ao longo de milênios, até a conquista (LIMA, 2003, p. 22).

A EP é apresentada enquanto um valioso facilitador não só no processo de preservação e acautelamento de bens arqueológicos, mas também para a ampliação e publicização do conhecimento produzido. Algo que deve ser realizado, idealmente, em harmonia com os anseios e expectativas das comunidades envolvidas.

Ações de EP voltadas para a Arqueologia, não apenas facilitam a conservação dos bens arqueológicos, como também auxiliam na construção de novas leituras sobre o passado e múltiplas apropriações desses bens. Assim, a utilização do material arqueológico em atividades com o grande público tem sua relevância garantida, pois, este contato acolita o entendimento das especificidades e virtudes do labor arqueológico, e, simultaneamente, promove uma relativização e ampliação do conhecimento produzido sobre o passado.

Explorar o papel informativo dos artefatos arqueológicos leva ao reconhecimento e valorização da diversidade sócio-cultural; bem como a necessidade de respeito à alteridade. Assim, através de ações de EP, a Arqueologia pode contribuir para a supressão de amarras e preconceitos historicamente construídos, ofertando leituras mais profundas e inclusivas sobre nossa formação sócio-cultural.

Como discutido por Hodder (1999), na conjuntura pós-moderna, a Arqueologia deve abraçar a diversidade teórico-metodológica, tendo como propósito formular “interpretações” do passado estejam abertas para “outras vozes”. Este quadro exigiria o fomento de uma Arqueologia reflexiva, relacional e interativa que tenha como objetivo incorporar múltiplas vozes, ou a multivocalidade como sugerido por Hodder (1999, p. 183/ 195), no discurso arqueológico produzido sobre o passado. Em outras palavras, sob

desse patrimônio se torna muito mais difícil. Segundo Ulpiano Meneses (1996, p. 91/103), a preservação é uma bandeira que se impõe em todos os domínios, e, também, adequadamente, no arqueológico, como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social.

a égide desta abordagem busca-se reconhecer que os relatos a respeito do passado desempenham um importante papel na formação de identidades de grupos e indivíduos; e, assim sendo essas pessoas devem ter direito de formular a sua interpretação alternativa do passado.

Para tanto, Hodder ressalta a necessidade de grupos “dominados” envolverem-se na interpretação do passado arqueológico. De acordo com autor, esse é um movimento decisivo na tentativa de inserir a produção do conhecimento em estruturas mais democráticas e éticas (HODDER, 1999, p. 208). Ou seja, para se afastar dos perigos do “eurocentrismo e do colonialismo” os arqueólogos devem incorporar em suas atividades (práticas e teóricas), meios que promovam a multivocalidade e a valorização do pluralismo, tornado possível assim uma abordagem inclusiva do passado.

Acreditamos que EP é um instrumento valioso e imprescindível ao desafio de tornar nossa disciplina mais inclusiva. Permitindo que a construção e transmissão do conhecimento arqueológico se estruturam enquanto um processo fluído marcado pela reflexividade, relacionalidade e multivocalidade.

Finalizamos este capítulo, com as palavras de Azevedo (2010) que expressam de forma sistemática, uma definição sobre ação educativa, comunicação e EP que defendemos ao longo desta dissertação:

Ação educativa, ação museológica e ação de comunicação passam a ser entendidas como sinônimos. Dessa forma, trabalha-se, ao mesmo tempo, em prol da preservação do patrimônio cultural, põe-se em prática a chamada educação patrimonial, cria-se e preserva-se uma diversidade de espaços de memória (AZEVEDO, 2010, p. 300).

IV – ARQUEOLOGIA E AÇÕES EDUCATIVAS NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES

Nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a um outro contexto.
Paulo Freire (1981).

Nos capítulos anteriores tratamos sobre a história da musealização da Arqueologia, história da legislação e legislação atual, história da EP e seu vínculo com os museus, bem como, apresentamos e discutimos os conceitos envolvidos como EP, comunicação, expografia, arqueoinformação, musealização da arqueologia, entre outros.

Arqueoinformação: Referência genérica a quaisquer informações relativas à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico no sentido lato quer sejam dados arqueológicos propriamente ditos ou dados de interesse arqueológico provenientes das disciplinas afins da Arqueologia. (ATAÍDES, 1997)

Após termos realizados esta contextualização num âmbito nacional, nesse momento, faremos uma apresentação da realidade da musealização da arqueologia no contexto local do município de Recife/PE.

Objetivamos a demonstrar que o que acontece no contexto local, (o descaso político e social, os problemas, as dificuldades, ou seja, a estratigrafia do abandono), é o mesmo quadro do contexto nacional, este capítulo, apesar de ser descritivo, nos possibilita discutir e pensar sobre as realidades e sobre os esforços que cada instituição faz para gerenciar seu acervo e para promover ao público visitante o acesso à informação.

4.1 – ARQUEOLOGIA E AS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES: CONTEXTUALIZAÇÃO

No período entre início de Março a final de Abril de 2011, fizemos um levantamento de todos os museus alocados no município do Recife e quais desses museus têm acervo arqueológico. Registramos 30 instituições museais recifenses, 14 museus com acervos arqueológicos, como vemos na Tabela 01: Relação dos Museus do Município de Recife/PE.

Tabela (01): Relação dos Museus do Município de Recife/PE

Número	Nome da Instituição Museal	Acervo Arqueológico
01	Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre	Sim
02	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel	Sim
03	Espaço Cultural: Caixa Cultural	Sim
04	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	Sim
05	Instituto Ricardo Brennand	Sim
06	Museu a Céu Aberto: Sítio Trindade	Sim
07	Museu a Céu Aberto - Recife	Sim
08	Museu da Abolição	Não
09	Museu da Aeronáutica	Não
10	Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco	Sim
11	Museu de Arte Popular	Não
12	Museu Arte Moderna A Magalhães	Não
13	Museu de Arte Sacra Franciscano	Não
14	Museu de Arte Sacra de Pernambuco	Não
15	Museu Casa do Carnaval	Não
16	Museu da Cidade do Recife: Forte de São Tiago das Cinco Pontas	Sim
17	Museu do Estado de Pernambuco	Sim
18	Museu do Frevo Levino Ferreira	Não
19	Museu de História Natural Louis Jacques Brunet	Sim
20	Museu do Homem do Nordeste	Sim
21	Museu da Imagem e do Som - (MISPE)	Não
22	Museu da Medicina de Pernambuco	Não
23	Museu Memorial da Justiça	Não
24	Museu Militar Forte Brum	Sim
25	Museu/oficina Francisco Brennand	Não
26	Museu da Polícia Militar de Pernambuco	Não
27	Museu de Rocha e Minério	Não
28	Museu do Trem	Não
29	Museu Universidade Federal ou Museu do Departamento de Extensão da UFPE	Não
30	Museu dos Valores	Sim

Fonte: Rosemary Cardoso

Contudo, como esta pesquisa pretende abordar a arqueologia musealizada a partir da relação sujeito/objeto, para assim, analisar dentro deste contexto, os trâmites da transmissão do conhecimento e da arqueoinformação, se fez necessário pesquisar

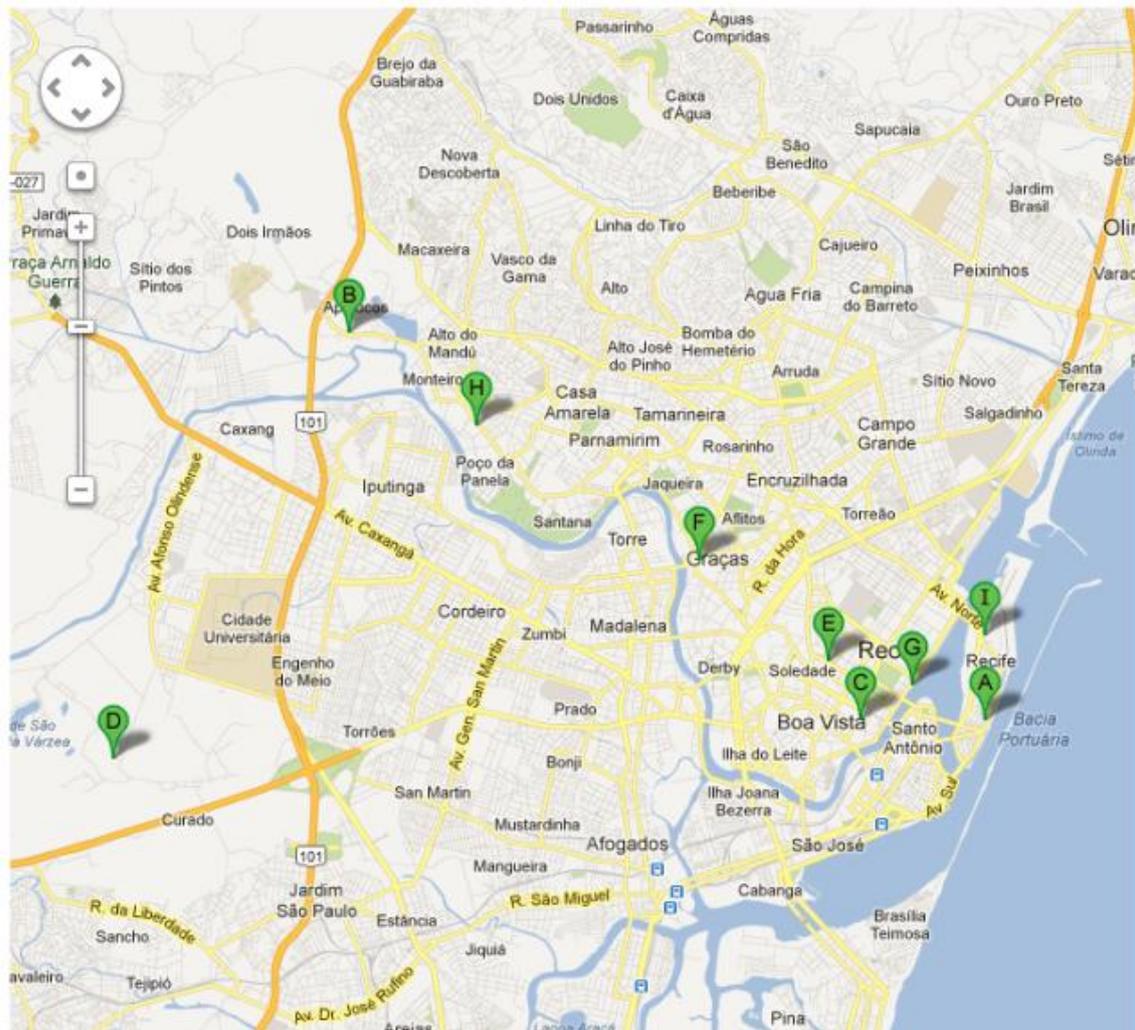
somente as instituições museais abertas para a visitação. Os museus que estão fechados para reforma ou por outro motivo, não foram pesquisados.

Quatorze institui es tem em suas cole es, acervos arqueológicos, com uma rica diversidade de material arqueológico que vai dos líticos aos restos mortais dos primeiros habitantes desta região. E pelos motivos acima apresentados farão parte desta pesquisa nove institui es museais.

Com o intuito de apresentar o recorde espacial deste trabalho dissertativo, neste sub-tópico descreveremos de forma sucinta a história de todos os museus contemplados, que serão patenteados em ordem alfabética, e, que somam um total de nove institui es museais: Casa-Museu Magdalena e Funda o Gilberto Freyre (CMMFGF); Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Instituto Ricardo Brennand (IRF); Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MM-UNICAP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB); Museu do Homem do Nordeste (MHN); Museu Militar Forte do Brum (MM-FB).

O mapa a seguir apresenta a localiza o dos museus pesquisados, cabe destacar que dos nove museus pesquisados, quatro museus estão localizados em uma região turística (ou próximo) do município de Recife, conhecido como Recife Antigo, sendo eles: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB), Museu Militar Forte Brum (MM-FB).

Mapa 01: Localização dos museus



LEGENDA: Nomes dos Museus:

- A** – Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)
- B** – Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF)
- C** – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)
- D** – Instituto Ricardo Brennand (IRB)
- E** – Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP)
- F** – Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)
- G** – Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB)
- H** – Museu do Homem do Nordeste (MHN)
- I** – Museu Militar Forte Brum (MM-FB)

Fonte: Rosemary Cardoso.

Simultaneamente à apresentação da história dos museus, apresentaremos as questões relacionadas ao tema da EP no contexto museológico, pertinentes Exposição (ações expográficas) e Ações Educativas.

4.1.1 – CASA-MUSEU MAGDALENA E FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE (CMMFGF)

A Casa-Museu⁶⁶ Magdalena é um exemplo do conceito de “Casa-Museu”, onde o acervo além de seu significado, valor e características específicas, ganha outros significados, pois ele passa a representar a vida e obra do proprietário e/ou homenageado da casa-museu. A instituição, também conhecida com “*Vivenda Santo Antonio de Apipucos*”, está localizada no tradicional Bairro de Apipucos, Rua Dois Irmãos, nº 320, local onde o sociólogo Gilberto Freyre viveu por mais de 40 anos.

A propriedade possui três pavimentos expositivos, e detém uma área verde de aproximadamente 10.000 m², o “*Sítio Ecológico*” abriga um vasto complexo faunístico e florístico que é explorado em atividades de educação ambiental. O local também asila a Fundação Gilberto Freyre desde 1987; instituição responsável pela administração da Casa-Museu e promotora de projetos e pesquisas que envolvam a vida e obra do escritor que dá nome à fundação.

Figura 01: Fachada da CCM-FGF.



Fonte: Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

O CMM-FGF está instalado em uma edificação com traços neoclássicos, com características de casa de engenho, a edificação contém características de vários estilos, assim, podemos denominá-la como estilo eclético, construída no século XIX.

⁶⁶ Casa-Museu é caracterizada por refletir a vida de uma determinada pessoa. A Casa-Museu tem como características algumas condicionantes fundamentais, tais como a originalidade da residência do patrono e a função anterior da casa. O espaço, os objetos e o ambiente devem ser preservados, o mais fiel possível, à sua forma original. Apresentado a vida do patrono no qual decorreu qualquer acontecimento de relevância, nacional, regional ou local, e que justificou a criação desta unidade museológica. <http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu> (acesso em 23/11/2011).

O museu abriga em seu acervo objetos colecionados, reunidos e utilizados pela família Freyre, e objetos produzidos por Gilberto Freyre, revelando tanto a diversidade temática envolta em sua produção intelectual, quanto às idiossincrasias de sua vida cotidiana.

A instituição busca preservar e apresentar algumas repartições da residência tal como foram concebidas por Gilberto Freyre; exibindo também imagens sacras católicas, azulejos portugueses, porcelanas orientais, prataria inglesa e portuguesa, objetos de origem africana e peças da arte popular brasileira; possuindo ainda um grande acervo documental e bibliográfico (formado por 40.000 volumes) e uma rica pinacoteca.

O CM-MFG disponibiliza ao público o acervo pessoal e intelectual de Gilberto Freyre; patrocinando o amplo conhecimento da região nordestina, sua história, sua formação social; almejando estabelecer um intercâmbio artístico, educacional, cultural e científico do Nordeste com as demais regiões do país. O principal objetivo da instituição é contribuir para o desenvolvimento político-social, científico-tecnológico e cultural da sociedade tendo como referencial a obra freyriana.

Além da exposição permanente do acervo, que é apresentada através de visita guiada, o museu desenvolve ações na área de pesquisa, conservação, preservação e educação. Tendo sido criados para esses fins o Núcleo de Educação Ambiental e Patrimonial (2001); o Núcleo de Desenvolvimento Profissional (2000); e o Núcleo de Estudos Freyrianos (1993).

Os artefatos arqueológicos estão expostos em uma vitrine, associados ao tema de Cultura Indígena e Cultura Negra. É perceptível que, no que tange a Comunicação, esta vitrina, nos informa o interesse do Patrono Gilberto Freyre sobre estes temas.

Coligado ao material arqueológico está um fragmento de dente de tubarão, assim, percebemos que ainda existe uma associação direta entre Arqueologia e Paleontologia, a Casa-Museu Magdalena e Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF) é exemplo desta realidade.

Os artefatos arqueológicos inseridos no acervo da Casa-Museu Magdalena merecem destaque não apenas pelas informações que podem nos fornecer como, por exemplo, as técnicas de fabricação de instrumentos líticos, mas também por exemplificarem que, de certo modo, a Arqueologia também estava inserida entre os ramos do saber tangenciados por Gilberto Freyre. Não estamos sugerindo que o eminente sociólogo pernambucano tenha se dedicado à pesquisa ou leitura arqueológica,

contudo, é evidente que o mesmo reconheceu a importância desses artefatos arqueológicos e os inseriu em sua coleção.

Figura 02: Exposição com os Artefatos arqueológicos. Figura 03: Artefatos arqueológicos em detalhe.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Rosemary Cardoso.

No que tange a temática desta pesquisa dissertativa, desses artefatos arqueológicos, de uma forma singela há uma divulgação da Arqueologia, no entanto, eles não são fomentam à arqueoinformação, pois não trazem nenhuma informação sobre a Arqueologia em si.

4.1.2 – CENTRO CULTURAL JUDAICO DE PERNAMBUCO: SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL: (CCJPE-SKZI)

O Museu CCJPE-SKZI foi criado em 1999, estando localizado na Rua do Bom Jesus, nº 197, popularmente conhecida como “Rua dos Judeus”, no bairro histórico do Recife. O museu está instalado no local onde foi erigida, em 1636, a Sinagoga Kahal Zur Israel, o primeiro templo religioso judaico das Américas. O edifício é um exemplar do estilo arquitetônico neoclássico.

Atualmente a administração do CCJPE-SKZI está sob responsabilidade do AHJPE (Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco), que assume que as atividades museais da entidade, que estão voltadas para a conscientização e respeito à alteridade cultural, social e religiosa. Resolução acatada através da Lei municipal Nº 16.496, Art. 3º.

Figura 04: Fachada do CCJPE-SKZI.



Fonte: Acervo do AHJPE.

Figura 05: Exposição do Segundo Ambiente.



Fonte: Acervo do AHJPE.

Os imóveis ora dados em comodato destinam-se à instalação da Sinagoga Kahal Zur Israel, podendo ainda a Federação Comodatária utilizar os espaços disponíveis para a instalação de centros culturais, museus, exposições e mais eventos de interesse da Sinagoga, sem fins comerciais, econômicos ou financeiros.

O propósito de transformar a antiga edificação, em patrimônio histórico consolidou-se em 1999, com a criação do Conselho Gestor Projeto Sinagoga Kahal Zur Israel, que viabilizou a execução de estudos arqueológicos no local⁶⁷. A pesquisa arqueológica ficou a cargo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (LA-UFPE), tendo os trabalhos de escavação do local acontecidos entre os anos de 1999 a 2000 (ALBUQUERQUE, 2003).

Figura 06: Escavação: Poço (BOR) e Piscina (MIKVÊ).



Fonte: Acervo do AHJPE.

Figura 07: Escavação: Piso.



Fonte: Acervo do AHJPE.

⁶⁷ A Federação Israelita de Pernambuco, em parceria com historiadores e arquitetos já havia realizado uma investigação intensa dos documentos da época; a partir da qual se identificou o imóvel no qual deveria ter funcionado a Sinagoga Kahal Zur Israel. Entretanto, não se dispunha de uma comprovação material da existência da mesma, e assim, surgiu o interesse pela execução de escavações arqueológicas no local (CUNHA, 2007).

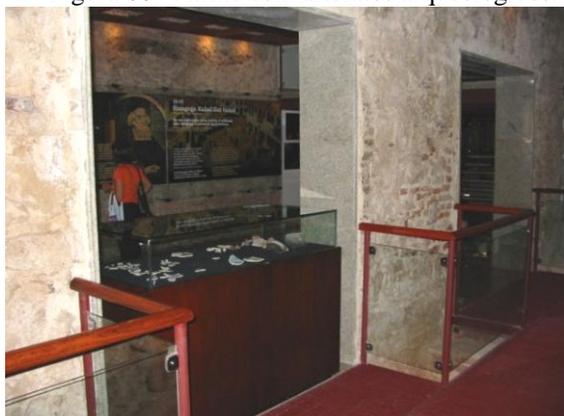
Com a conclusão das pesquisas arqueológicas o prédio foi preparado para abrigar o museu, expondo não apenas objetos decorrentes da escavação, mas também preservados *in locu* e disponibilizando para visitação estruturas que integravam o complexo físico-religioso da Sinagoga⁶⁸.

Durante a realização das escavações arqueológicas o local chegou a receber a visita de até 500 pessoas em um único dia, tendo o número total de visitantes no período das escavações atingindo a marca de, por aproximadamente, 10.000 pessoas; demonstrando o expressivo interesse do grande público com a prática arqueológica.

Utilizando de dados históricos, por meio de objetos e objetos simbólicos, textos, documentos, fotografias, banner, e da própria edificação da Sinagoga, que também é uma estrutura arqueológica; o CCJPE-SKZI, se propõe apresentar a História da Comunidade Judaica em Pernambuco, perpassando também pelo contexto histórico nacional e internacional que permeia a Comunidade.

O acervo desta instituição conta com objetos, documentos e dados vinculados à história do povo judeu em Pernambuco, e artefatos arqueológicos (provenientes de escavações realizadas na Sinagoga remetem a presença judaica em Recife no período de ocupação Holandesa (1630-1654), além de artefatos arqueológicos provenientes da história do município de Recife.

Figura 08: Vitrine com artefatos arqueológicos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 09: Exposição com textos informativos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

⁶⁸ Durante as escavações arqueológicas foi evidenciado o “Bor”, uma espécie de poço que alimenta o “Mikvê”, utilizado para os banhos de purificação espiritual e de renovação dos judeus. Estas duas estruturas arqueológicas foram mantidas em contexto e passaram a integrar a exposição permanente do museu; onde também é possível visualizar parte do piso em tijoleira da antiga Sinagoga (www.brasilarqueologico.com.br/arq_sinagogakahalzurisrael.php Acesso em 23/03/2012).

Através de uma exposição amplamente informativa e permanente, o público visitante, tem a possibilidade de “*passear*” na história representada nas paredes, nos pisos e pelos artefatos do CCJPE-SKZI. No que tange a exposição em si, ela é dividida em três ambientes, sendo dois no primeiro andar e um no segundo andar.

No Primeiro Ambiente, temos os pisos⁶⁹, colunas e as paredes, que apresentam a história de ocupação e utilização do prédio, em seus diversos períodos. Tanto o primeiro ambiente, quanto o segundo ambiente, estão largamente amparados por quadros e banner informativos, onde o visitante pode apreciar o acervo enquanto ler as informações disponíveis. Cabe ressaltar que nestes dois ambientes (onde a Arqueologia está presente) é apresentado pelos guias e pelo Museu como “Auto – explicativo”.

No Segundo Ambiente, também temos a mesma representação do ambiente anterior, e é neste ambiente de encontramos o Poço (BOR), uma parte da escada que leva a Piscina (MIKVÊ), sendo que esta última estrutura teve que ser restaurada. E por fim, é neste ambiente que está exposto em um elemento expográfico (Vitrine) os fragmentos arqueológicos (Louças, Cachimbos e Cerâmicas).

No Terceiro Ambiente, no segundo andar, é composto por uma anti-sala com documentos, fotografias, objetos e banner explicativos sobre a cultura e a história dos Judeus em Pernambuco (sua vinda, permanência e partida). Também é composto por uma sala onde funciona o templo religioso, onde ainda hoje são realizadas celebrações religiosas.

No que tange as ações educativas, ainda cabe destacar, que há constantemente realizações de cursos para os guias; agendamentos escolares; todas as visitas em grupos são acompanhadas por guias; há realizações de ações educativas voltadas para o público infantil com vários recursos, como as que envolvem as atividades lúdicas (com jogos, brincadeiras e brinquedos), recursos visuais e sonoros, o uso da Internet como meio informativo e de divulgação.

⁶⁹ A exposição apresenta quatro tipos de tijolos e seus momentos de utilização: Em tijolos retangulares, revelando o nível da antiga Rua dos Judeus; Tijolos contemporâneos à Sinagoga. Em tijolos retangulares. A Cota, mais abaixo que atual, corresponde a um nível anterior a Rua dos Judeus; Tijolos conhecidos como Holandeses ou Frígio; Piso em tijolos retangulares de construção posterior a Sinagoga. Este nível do piso foi elevado juntamente com o nível da Rua do Bom Jesus.

4.1.3 – INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO (IAHGP)

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano⁷⁰ (IAHGP), foi fundado em 1862. Atualmente, está instalado em um casarão com estilo arquitetônico Eclético, localizado na Rua do Hospício, nº 130.

Figura 10: Fachada do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 11: Exposição IAHGP do Segundo Andar.



Fonte: Rosemary Cardoso.

O IAHGP destaca-se como o primeiro Instituto Histórico estadual a ser formado no Brasil. A instituição é pioneira na realização de pesquisas sobre a história de Pernambuco, bem como, na preservação e sistematização de fontes documentais e bibliográficas de interesse para estudos sobre a realidade sócio-cultural da região.

A formação do acervo museológico do IAHGP teve início com a fundação do sodalício. O museu passou por sucessivas modificações e nas últimas décadas assumiu um perfil melhor definido. Hoje é um museu dedicado à história e cultura de Pernambuco.

A visitação pública começou em 1866, com a abertura do museu, o que faz dele o primeiro de Pernambuco e um dos mais antigos em funcionamento no país. O IAHGP faz uso dos avanços tecnológicos para melhor divulgar seu acervo e trabalhos, com visita virtual, atinge um número cada vez maior de visitantes e internautas.

⁷⁰ O Instituto funcionou até 1874 no Convento do Carmo do Recife. Em 1875, mudou-se para a Recebedoria das Rendas Gerais no Campo das Princesas, instalando-se em um prédio da Rua da Concórdia em 1877, em 1879, foi doado em definitivo ao Instituto Arqueológico. Em 1914, um prédio na Rua Visconde de Camaragibe, atual Rua do Hospício, sediou o Instituto, sendo inaugurado em 1920, abrigando o IAHGP até hoje. (www.institutoarqueologico.com.br/historico.php Acessado em 06/03/2012).

Desde a sua fundação, o museu do IAHGP passou a receber na forma de doações ou como fiel depositário, bens culturais cedidos por particulares e entidades interessadas na conservação de peças antigas.

Assim, o acervo é variado, sendo composto por marcos de divisa coloniais das capitâneas de Pernambuco e Itamaracá; duas pedras que serviam de base aos pilares do Arco de Santo Antônio, da ponte do Recife; armamentos antigos; peças de decoração e mobiliário (mesas, cadeiras, marquesões, armários, etc.) pertencentes à antiga aristocracia pernambucana (aparelhos de jantar, prataria, vestuário, objetos pessoais em geral, etc.); telas e retratos de figuras importantes da história de Pernambuco, entre outros. E o acervo é composto por diversos artefatos arqueológicos históricos e pré-históricos, entre eles, podemos destacar (munições, armas, moedas, cachimbos holandeses, tijolos holandeses, cerâmica marajoara, material lítico).

Figura 12: Primeiro Andar do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 13: Artefatos arqueológicos históricos em exposição.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Atualmente o IAHGP além de abrigar um rico acervo museológico, tem em sua coleção um grande acervo bibliográfico com aproximadamente 25 mil volumes e com um acervo documental⁷¹.

O IAHGP promove e dá suporte a uma grande quantidade de pesquisas voltadas a problematização do contexto histórico e sócio-cultural de Pernambuco e do Nordeste.

⁷¹ Por seu pioneirismo como centro de estudos históricos na então província de Pernambuco, o IAHGP recebeu uma grande quantidade de documentos oriundos de várias instituições públicas, entre os quais as Atas da Câmara do Recife e os arquivos da Presidência da Província. Ao se firmar como centro de pesquisa o IAHGP recebe, durante o século XIX, cópias dos fundos documentais da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais auferidos a partir de uma “missão de resgate documental” financiada pela Assembléia Provincial. A partir do século XX, diversos pesquisadores contribuíram para ampliação da coleção de documentos históricos com a aquisição na Europa e em todo Brasil de papéis de interesse para Pernambuco. (www.institutoarqueologico.com.br/historico.php Acesso em 06/03/2012).

Seu acervo museológico tem sido utilizado com fins didáticos, culturais e turísticos, auxiliando na divulgação da história e cultura de Pernambuco; sendo que nos últimos anos a divulgação do acervo tem se dado também através dos meios virtuais, sendo que o site do museu na rede mundial de computadores atinge um número cada vez maior de visitantes.

4.1.4 – INSTITUTO RICARDO BRENNAND: (IRB)

O Instituto Ricardo Brennand é uma instituição formada a partir da iniciativa privada dedicada à coleção, preservação, pesquisa e disponibilização de bens com valor artístico, histórico e cultural.

Figura 14: Imagem área da IRB.



Fonte: Acervo da IRB.

Figura 15: Fachada da IRB.



Fonte: Rosemary Cardoso.

As instalações físicas do Instituto estão localizadas na Rua Alameda Antônio Brennand, s/n, Bairro Várzea, e formam um conjunto arquitetônico monumental de grande originalidade em constante processo de mutação, ampliação e aprimoramento, identificando-a como uma instituição intrinsecamente viva e com uma dinâmica que torna imprevisíveis os rumos da arquitetura e do acervo.

O patrono do instituto, o industrial Ricardo Brennand, há mais de cinquenta anos vem adquirindo obras de arte das mais diferentes procedências e épocas. O acervo reuniu coleções de pintura brasileira e estrangeira, armarias, tapeçaria, artes decorativas, escultura e mobiliário, entre outras.

O Museu surgiu em 13 de setembro de 2001, e foi idealizado pelo artista Francisco Brennand, nas ruínas de uma olaria, antiga fábrica de tijolos e telhas instalada nas terras do Engenho São João, que no século XVII foi propriedade de João Fernandes Vieira,

um dos principais chefes da Restauração Pernambucana de 1654. A área é cercada por remanescentes da Mata Atlântica e pelas águas do rio Capibaribe.

Na Pinacoteca está apresentada a coleção de artefatos arqueológicos: cachimbos holandeses de argila branca (5 unidades completas, mas fragmentadas) à exposição⁷² “*Frans Post e o Brasil Holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand.*” Há outros quatro cachimbos holandeses, presentes na exposição, confeccionados em louça, que foram adquiridos recentemente na Holanda pelo patrono do instituto.

Figura 16: Cachimbos Holandeses em exposição.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 17: Cachimbos Holandeses em detalhe.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Segundo informações presentes na exposição, os artefatos arqueológicos foram encontrados durante escavações arqueológicas no Forte Orange, na Ilha de Itamaracá/PE (segundo registro interno), mas não é informado quando ocorreu a escavação que resultou na coleta deste material específico. Esta informação não existe nas documentações e nos registros internos do Instituto.

“Num registro mais diretamente relacionado com o Brasil, os cachimbos holandeses encontrados no chão dos fortes de Pernambuco, muitas vezes com a marca da companhia das Índias Ocidentais constituem um testemunho eloqüente da presença dos holandeses no Nordeste.” (Dizeres do Elemento expográfico da exposição *Frans Post e o Brasil Holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand*).

⁷² O Instituto dispõe do maior acervo particular de obras do pintor Frans Post, artista holandês que esteve no Brasil no século XVII integrando a comitiva do Conde João Maurício de Nassau, chegando a Pernambuco em 1637 e permanecendo até 1644. Foi ele o primeiro a retratar com maestria a paisagem do Novo Mundo. Através de seus quadros, os europeus puderam pela primeira vez visualizar as origens de um Brasil, antes somente descrito através de cartas e relatos dos viajantes. Entre as raridades da coleção, encontra-se uma tela retratando o *Forte Frederick Hendrick* com a ilha de Antônio Vaz à distância (616 x 889 mm.); uma das sete remanescentes pintadas pelo artista no Brasil e oferecidas ao rei de França Luís XIV, em 1678, pelo então príncipe João Maurício de Nassau-Siegen. Reunindo 20 quadros de Frans Post, o Instituto fez retornar a Pernambuco uma pequena amostra do que se produziu em arte no período nassoviano.

Desde 2002 o Instituto Ricardo Brennand desenvolve ações educativas⁷³ junto a turmas do ensino infantil ao médio das redes públicas e particulares de Pernambuco. Nesta ação educativa denominada “Museu-Escola”, o Setor Educativo apresenta o acervo de acordo com a temática escolhida pela escola, são temáticas: Barroco, Período Holandês, entre outros. Além da visita monitorada, estas atividades englobam ciclos de debates, palestras, cursos e encontros que visam à complementação do ensino regular de história colonial do Brasil e Pernambuco, e são mediados por profissionais especializados⁷⁴.

4.1.5 – MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO: (MA-UNICAP)

O Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP), atualmente instalado no campus central da UNICAP, localizado na Rua do Príncipe, N° 526, Bairro Boa Vista Recife, Bloco G, 1º andar, Sala 107.

Figura 18: Museu de Arqueologia instalações na UNICAP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Em junho de 2012, o Museu foi fechado temporariamente para mudança de endereço. A instituição será alocada em um novo espaço, localizado no Palácio da Soledade. O intuito é propiciar uma melhor instalação tanto para os artefatos

⁷³ Tendo como principal objetivo a educação pela arte e da história, o Instituto se propõem em despertar na comunidade o gosto e o amor por sua própria cultura. Mantendo, assim, programas de caráter educativo voltados para crianças e jovens do Recife e de outras cidades do Nordeste www.unicap.br/Arqueologia/pages (Acesso em 03/05/2012).

⁷⁴ Em 2008, o Instituto Ricardo Brennand visando o aprimoramento de suas ações educativas, contratou seis Arte-Educadores com formação nas áreas de: Artes Plásticas, História, Letras, Filosofia.

arqueológicos, que serão armazenados em melhores condições físicas, tanto para a visita pública, pois o novo espaço será maior, propiciando assim, uma melhor exposição.

O museu atua como fiel depositária de coleções arqueológicas e antropológicas formadas a partir de pesquisas científicas e doações. Iniciando suas atividades em abril de 1987, foi criado com o objetivo de disponibilizar ao público o acervo proveniente das escavações da Furna do Estrago; bem como divulgar e problematizar as especificidades do trabalho arqueológico e das pesquisas realizadas pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UNICAP.

As pesquisas arqueológicas iniciaram em 1982, a partir do projeto de pesquisas arqueológicas do Município de Brejo da Madre de Deus, elaborado pela professora Jeannette Maria Dias de Lima. Do Sítio da Furna do Estrago, um abrigo sob-rocha, de 125m² de área coberta, foi retirado um total de 83 esqueletos humanos datados de aproximadamente dois mil anos, e materiais diversos de ocupações mais antigas, datadas entre três e onze mil anos, constituídos principalmente de restos da microfauna da pré-histórica.

Figura 19: Traçados em fibras.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 20: Adornos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Através de uma exposição permanente, tendo como temática “*Um Cemitério Indígena de 2000 Anos*”, são apresentadas vitrines e expositores que mostram ao visitante os diversos vestígios resgatados, como artefatos relacionados à inumação dos mortos: osteológico, esqueletos humanos, acompanhamentos funerários e adornos de origem animal, vegetal e mineral, associados aos sepultamentos humanos, bem como vestígios da cultura material destinados à outras atividades cotidianas como os artefatos

cerâmicos e líticos; e réplicas de representações de registros rupestres provenientes da Furna do Estrago.

A exposição a partir dos artefatos arqueológicos exalta os aspectos ambientais, culturais, sociais e cerimoniais relacionados à vida dos povos pretéritos que ocuparam a Furna do Estrago para inumação de seus mortos.

O acervo é considerado uma amostra do modo de vida dos antigos habitantes do Nordeste, através da cultura material resgatada nas escavações da Furna do Estrago, sendo esta sua principal exposição. No entanto, ainda são expostos artefatos arqueológicos de outras proveniências.

Enquanto o Museu estava instalado no prédio da UNICAP, as ações de EP eram realizadas em dois ambientes, na própria sala expositiva (o Museu) e em uma sala ao lado, onde ocorriam atividades de ensino/aprendizagem como apresentação de palestras, mini-cursos temáticos, atividades de recreação para as crianças como pinturas e desenhos relacionados à Arqueologia e à atividade educacional.

4.1.6 – MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO: (MEPE)

O Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) foi instituído pelo Ato 240 da Lei Estadual nº 1918⁷⁵ de 1928; sendo efetivamente instalado na cúpula do Palácio da Justiça, na Praça da República, em 1930. Contudo, passados apenas três anos (1933) de sua criação legal o museu foi destituído, ficando seu acervo sob a guarda da Biblioteca Pública do Estado (de 1934 a 1940).

Figura 21: Fachada do MEPE.



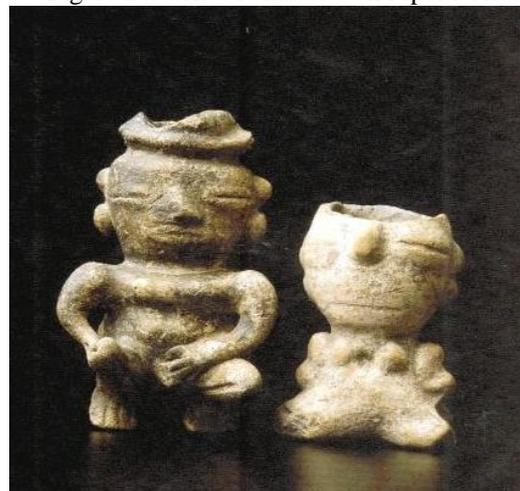
Fonte: Rosemary Cardoso.

⁷⁵ Esta lei, pioneira no Brasil e no Nordeste, autorizava o Governo a criar uma Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais e um Museu Histórico e de Arte Antiga.

Em 1940, em consonância com as discussões nacionais sobre preservação de bens culturais, o Museu do Estado de Pernambuco é recriado pelo Decreto nº 491, sendo inaugurada suas novas instalações no casarão da Ponte D'Uchoa, onde continua alocado até os dias atuais. Sendo sua administração responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado.

O Museu do Estado de Pernambuco conta com uma biblioteca especializada em Arte, História, Antropologia e Ciências, com um acervo de cerca de 4.000 títulos, 2.100 catálogos de salões e de exposições individuais e coletivas de artistas plásticos; além de recortes de jornais, vídeos, documentos administrativos e impressos publicados pelo próprio museu. A biblioteca é aberta ao público.

Figura 22: Gravura Itaquiara pré-histórica sobre arenito. Figura 23: Urnas Funerárias antropomorfas.



Fonte: Catálogo do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE, 2003).

A coleção arqueológica exposta no Museu do Estado de Pernambuco está inserida dentro do contexto Holandês, História Local e Indígena. Mas é na Cultura Indígena, que a Arqueologia se faz mais presente na exposição denominada “*A Diversidade Cultural dos Índios no Olhar de Carlos Estevão*”. Nesta exposição é composto por artefatos arqueológicos e Etnológicos.

No que tange a exposição museográfica da coleção Arqueologia, o Museu do Estado apresenta juntamente com a coleção um texto da Doutora Gabriela Martins, explanando sobre os artefatos arqueológicos e etnológicos; sobre os artefatos arqueológicos o texto relata:

“As coleções arqueológicas do Museu do Estado de Pernambuco são produto das prospecções arqueológicas de Carlos Estevão, no Vale

do São Francisco, a valiosa coleção de instrumentos líticos por ele doados inclui, principalmente, machados polidos, percutores, pilões, Mao de pilão, o conjunto de machados de âncora, artefatos julgados votivos dada a visível falta de funcionalidade do mesmo. Fabricado em diversos tipos de rocha, tais como granito, granodiarito, diabasio, basalto, anfibólio e diorito, esses machados existem também confeccionado em cerâmica e enfeitado com penas e fibras, os quais eram considerados, pelo arqueólogo e jornalista Mario Melo, pesquisador da Arqueologia pernambucana nas décadas de 1920 a 1930, como pertencentes aos Tapuia pernambucanos”.

De um modo geral, a expografia é dividida em 5 partes: a primeira parte é a Itinerária, a segunda é o Período Holandês, as outras três partes são sobre o Homem: Branco, Negro e Indígena. E tem como objetivo apresentar as várias culturas que compõem a história do Estado de Pernambuco e do nosso país, em seus vários momentos e realidades distintas.

Com o intuito de viabilizar ações educativas, o Museu disponibiliza visitas guiadas para o público em geral, e para os alunos do Ensino Fundamental e Médio é possível agendar visitas onde o Monitor acompanhar o grupo informando-os e apresentando-os a exposição.

Assim, o museu, que atende a um público heterogêneo, oferece visitas guiadas adaptadas à realidade e interesse dos visitantes, quer sejam turmas de estudantes envolvidas em atividades escolares, ou grupos de turistas que buscam explorar a especificidades históricas e culturais de Pernambuco.

Todavia, como não foi permitido realizar a pesquisa nesta instituição, todos os dados inseridos nesta dissertação são frutos de pesquisa bibliográfica e de algumas breves observações adquiridas durante os primeiros contatos para agendamento e para pedido de autorização para realizar a pesquisa.

4.1.7 – MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL LOUIS JACQUES BRUNET: (MHN-LJB)

Este museu foi idealizado pelo Professor Louis Jacques Brunet⁷⁶, e incentivado pelo governo imperial de D. Pedro II. Criou-se assim o Museu de Ciências Naturais, o

⁷⁶ Naturalista francês, chegou em Recife em 1852 com o objetivo de estudar a fauna e flora. Viajou pelo interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, coletando amostras de espécimes nativas. Em 1855, Brunet foi nomeado como professor da 2ª cadeira de Ciências Naturais, ficando em sua responsabilidade a organização do gabinete de Ciências.

primeiro de Pernambuco e do Norte/Nordeste. Atualmente está localizado na Rua da Aurora, nº703, Bairro Santo Amaro.

Figura 24: Fachada do MHN-LJB



Fonte: Rosemary Cardoso.

O Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, fundado inicialmente como Gabinete de Ciências no dia 22 de outubro de 1855, recebeu, a priori, as próprias coleções representadas por espécie da fauna e flora coletadas pelo naturalista em suas expedições. Em 1860 a coleção é ampliada com novos exemplares após a viagem de seu criador à região norte do país.

Somente no final da década de 1960, um outro francês, que adentrou no corpo docente do Ginásio, assumindo a cadeira de história natural, o Professor Armand François Gaston Laroche, inseriu as questões arqueológicas, ao oferecer para a instituição espécimes pré-históricas encontradas no município de Bom Jardim/PE, durante os anos de 1970 a 1978, período no qual o professor Laroche trabalhou em suas pesquisas (LAROCHE, 1977).

Em 1969, o museu recebeu o primeiro acervo particular (com vários artefatos arqueológicos) do professor Armand François Gaston Laroche, acervo este fruto de pesquisas arqueológicas em Pernambuco. Este acervo foi formado durante 12 anos, período em que ocorreram diversas escavações em diferentes sítios arqueológicos de Bom Jardim/PE, região agreste de Pernambuco (LAROCHE, 1975).

Os artefatos alocados nesta instituição são frutos de doações e de pesquisas arqueológicas nos Sítios e localidades: Sítio Barra dos Marcos – Itapissuma (sítio histórico); Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE (sítio pré-histórico); Caverna do Angico N.2 - Bom Jardim/PE (escavado em 1972), Sítio das Grutas N.3 Monte do

Angico, Bom Jardim/PE (escavado em 1972 e 1973); Sítio Caverna Fungraria N.2 do Angico, Bom Jardim/PE, entre outros.

Figura 25: Fragmento de grés do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

Figura 26: Fuso do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

Atualmente, com aproximadamente 4.000 peças catalogadas, sua coleção é composta de acervos nas áreas de Zoologia, Geologia, Botânica, Arqueologia, entre outras. O acervo foi enriquecido com incorporações de coleções de Anatomia e Mineralogia. Como também de coleções vindas da Alemanha, França e Holanda.

O acervo é composto de uma grande variedade de peças. O conjunto desses elementos expressa, um valor histórico e educacional com objetivos didáticos, apresentando para o público uma exposição com espécimes notáveis. Assim, o museu se destaca como um local de referência para pesquisas científicas no estado, ocupando um espaço de interação física e cultural, com um cenário da comunicação direta das coleções com o público. Cabe destacar, que o museu está aberto para visitas agendadas.

Com o objetivo de ser um espaço pedagógico singular, a instituição promove constantemente exposições temáticas em prol e desenvolvidas com o auxílio dos seus alunos. Além de, duas vezes na semana serem oferecidas visitas escolares internas, bem como, são desenvolvidas atividades escolares no âmbito museal. Expondo peças oriundas da natureza e produzidas pela relação do homem com a natureza, o que possibilita pesquisas em diversas áreas da história, ecologia e da cultura em geral.

Com o Programa “*Jovem em ação pelo patrimônio*”, o museu desenvolve atividades de EP com e para a comunidade escolar da instituição. O programa visa conscientizar os jovens sobre a importância do patrimônio, e sobre a necessidade de preservá-los.

4.1.8 – MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE: (MHN)

O Museu do Homem do Nordeste está localizado na Avenida 17 de Agosto, nº 2187, no Bairro Casa Forte, tendo sido criado em 1979 a partir da fusão de três outros museus: o Museu de Antropologia⁷⁷ (1959 a 1979), pertencente ao então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; o Museu de Arte Popular⁷⁸ (1955-1966), ligado ao Governo do Estado de Pernambuco; e o Museu do Açúcar⁷⁹ (1963-1977), do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool.

Figura 27: Fachada do MHN.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Desta forma, o acervo do Museu do Homem do Nordeste se caracteriza por seu ecletismo, reunindo aproximadamente 15.000 peças de caráter histórico e antropológico, que demonstram a influência da cultura indígena, européia, negra e sertaneja na formação do Nordeste brasileiro. Possuindo tanto objetos requintados e de alto valor comercial, que pertenceram às famílias da aristocracia açucareira, quanto peças rústicas utilizadas cotidianamente na região.

⁷⁷ Museu de Antropologia reunia em seu acervo objetos proveniente de várias regiões do Brasil, entre os quais: artefatos indígenas; peças afro-brasileiras; materiais de construção de habitantes da zona rural nordestina dos séculos XVIII e XIX; rótulos de cigarros; artigos cerâmicos de Caruaru e de Carpina; materiais relacionados ao Maracatu de Dona Santa; brinquedos populares em madeira, couro, pano e palha; ex-votos da igreja de Santa Quitéria (Garanhuns, PE).

⁷⁸ O Museu de Arte Popular era formado por um acervo composto de arte popular regional, como as cerâmicas de Vitalino. O museu foi idealizado e realizador por Abelardo Rodrigues, e inaugurado pelo então governador Etelvino Lins de Albuquerque (1952 a 1955).

⁷⁹ O acervo do Museu do Açúcar foi adquirido através de compras no país e no exterior, sendo composto por coleções de açucareiros, louças brasonadas, medalhas holandesas, além de objetos e documentos representativos (dos pontos de vista social, agrícola e tecnológico) da história do açúcar.

A exposição é dividida por temática que representam a História do Homem do Nordeste, perpassam por temas como Religião, Escravidão, Período Holandês, Cultura Indígena, Aristocracia. Além de uma ampla exposição com objetos, o museu utiliza a escrita como fonte e recurso de transmissão de conhecimento, pois, todos os objetos expostos trazem consigo, etiquetas explicativas e descritivas. Empregando recursos áudios-visuais, o Museu oferece uma visita onde o público pode sentir-se realmente passeando na história, na temática ali representada.

Figura 28: Vasos Funerários do MHN.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 29: Cachimbos Arqueológicos do MHN.



Fonte: Rosemary Cardoso.

O Museu do Homem do Nordeste assume como missão: *“preservar e difundir o patrimônio cultural da região Nordeste e, através da criação e do diálogo, contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da identidade cultural do povo brasileiro”* (mensagem extraída de um dos painéis explicativos do museu). O objetivo da instituição é promover a reflexão sobre a formação histórico-cultural da região, bem como dos modos de vida e aspectos ligados à cultura dos grupos étnico-sociais que compuseram e compõem a atual região Nordeste do Brasil. Para tanto esse museu promove programas educativos e culturais; e exposições artísticas, documentais e histórico-antropológicas.

Atualmente o museu apresenta uma exposição de longa duração intitulada: *“Nordeste: territórios plurais, culturais e direitos coletivos”*. Nesta exposição o acervo arqueológico não foi inserido, estando então, o mesmo em reserva técnica, encontrando-se alocado em condições adequadas à sua conservação e preservação.

4.1.9 – MUSEU MILITAR FORTE DO BRUM: (MMFB)

O Forte do Brum está localizado em ponto estratégico, próximo à barra do então principal porto de Pernambuco. Foi, em momentos sucessivos, ocupado por portugueses em 1629 a 1630, por holandeses em 1630 a 1654 e por luso-brasileiros em 1654 a 1657 (CAVALCANTE, 1999). O Museu Militar⁸⁰ do Forte do Brum, localizado na Praça Comunidade Luso Brasileiro, s/n, no Recife Velho, está instalado em uma fortificação cuja construção remete ao ano de 1630⁸¹.

O museu foi inaugurado em 1987, e desde então está vinculado ao ministério do Exército; sendo o objetivo central desta instituição homenagear e retratar a participação do soldado nordestino na história militar do país.

Figura 30: Fachada do MM-FB.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 31: Panorâmica do pátio do MM-FB.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Seu acervo retrata diversos aspectos da atividade militar, e é composto por diversos tipos de armamentos e munições, fardamentos e trajes militares, além de itens que remetem à participação dos pracinhas brasileiros na segunda Guerra Mundial. O museu também dispõe de um rico acervo arqueológico proveniente das escavações

⁸⁰ Museu Militar é toda instalação permanente criada para coletar, preservar, conservar, pesquisar e expor, pra fins de estudo, educação e entretenimento, coleções de interesse histórico-militar (CRESPO, 2005:18).

⁸¹ A instalação desta unidade defensiva remete à atuação de Diogo Pais que em 1629 iniciou a sua edificação na estrada do Porto do Recife; local estratégico onde os navios, após contornarem os arrecifes, necessariamente aprovam indo em direção onde o forte estava localizado, o que lhes conferia uma extraordinária condição defensiva. Na ocasião o forte foi artilhado com dois canhões de vinte e quatro libras; um de dezoito; um de dezesseis; um de dez libras; além de duas bombardas, num total de quatorze peças. Em 1667, o governador Bernardo de Miranda Henriques, solicita ao Rei permissão para restaurar o Forte do Brum, considerando a importância de sua posição para a defesa da Capitania. A maior dificuldade encontrada para a sua restauração foi a falta de matéria-prima e os arrecifes tornaram-se a sua principal fonte. A reconstrução foi concluída em 1690 e as obras complementares estenderam-se até 1715. Na reconstrução foi erguida uma capela, em homenagem a São João Batista, o que conferiu à fortificação o nome de Forte de São João Batista do Brum (ALBUQUERQUE, 2007).

realizadas no Forte do Brum em 1985. Destacando-se, por sua amplitude e diversificação, constituída por uma coleção de peças históricas, por artefatos arqueológicos históricos e a própria edificação que em si é um patrimônio de valor histórico e arqueológico.

Figura 32: Artefatos arqueológicos históricos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 33: Artefatos Arqueológicos: Projéteis.



Fonte: Rosemary Cardoso.

O acervo arqueológico desta instituição recebeu tratamento e catalogação do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco no período de seu salvamento. Ainda hoje, a administração segue as orientações descritas naquele momento, bem como, busca atualmente manter vínculos com o Laboratório de Arqueologia que continua a fornecer consultoria, para assim, manter a conservação e preservação do acervo. A UFPE é oficialmente responsável por todo o material arqueológico que está no MM-FB em regime de comodato.

Estes trabalhos foram realizados pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, sob a coordenação do arqueólogo Marcos Albuquerque; e integraram o projeto de restauração do edifício com orientação técnica sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A pesquisa arqueológica revelou os diferentes períodos de ocupação do local, bem como as alterações estruturais realizadas ao longo dos séculos, fornecendo vestígios que contribuem para o melhor entendimento da vida das pessoas que construíram e lutaram nesta fortificação.

A exposição do museu é dividida 13 ambientes, e oito salas: *Sala da FEB* (Força Expedicionária Brasileira), com exposição de Armamentos; Sala “*Soldado nordestino contra o intento comunista*” com quadros e Jornais Diário de Pernambuco de 1935; Sala “*Soldado nordestino e a guerra da Tríplice Aliança*”; Sala da Bandeira, intitulada “*O Forte Brum na revolução de 1817 na confederação do Equador*”; Sala de exposição

temporária, mas somente para temas correlacionados, atualmente a exposição é “Batalha de Guararapes”; com bonecos e vestimentas que representam os três grupos (Negro, Branco e Indígena); Sala com quadros da Capitania de Pernambuco e mapa com a localização dos fortes de Recife/PE. Sala dos Uniformes do Exército; Sala com o Quadro da Batalha de Guararapes.

Na oitava Sala “Assim nasceu a Pátria”, está alocado os artefatos arqueológicos. A exposição é intitulada como “Batalha dos Guararapes”, é a batalha dos três povos (brancos, indígenas e negros) contra os holandeses. Neste ambiente temos 10 elementos expográficos. Sendo quatro “vitrines em forma de quadros”, cinco Vitrines (quatro com artefatos e uma com o esqueleto de um Soldado), e uma exposição de projeteis e outros artefatos.

Podemos destacar ainda, mais quatro ambientes: A capela, o pátio central: área onde está localizado o sítio arqueológico (dois poços, sendo um para armazenamento de água, chafariz); a parte superior do Forte (área para defesa e ataque com 17 canhões); e o “Fosso de Proteção” (além de servir como barreira, também é conhecido como área para a guerra biológica, pois o local era infectado com fezes humanas para contaminar os invasores).

O museu utiliza recursos sonoros, textos explicativos, apresentação de filmes e reportagens sobre o museu e sua temática, atividades lúdicas como jogos dinâmicos. Um jogo dinâmico utilizado por este museu é o visitante depois da apresentação de um filme sobre o museu recebe uma foto de um artefato (que é um Saca-trapo, artefato arqueológico raro encontrado nas escavações do Forte Brum) e durante a visita o visitante juntamente com o seu grupo tem que localizar o artefato, e depois ler para todos os presentes um texto sobre a definição e história do tal artefato.

A administração desta Instituição Militar se preocupa com a formação destes recrutas, assim, eles são instruídos e formados tanto para conhecer a história do Forte Brum, quanto para conhecer a história de Recife e de Pernambuco, sendo também preparados para serem guias da exposição.

No dia 14 de junho de 2012, ocorreu uma visita ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, objetivo da visita era propiciar aos recrutas um momento de formação sobre história do Forte Brum a partir dos artefatos arqueológicos frutos das escavações do Forte Brum que estão alocados neste laboratório. O momento de formação foi coordenado pela arqueóloga do Laboratório Eleonora Guerra.

Figuras 34 e 35: Visita dos recrutas do MM-FB ao Laboratório de Arqueologia da UFPE.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Rosemary Cardoso.

As ações educativas são desenvolvidas por recrutas, que também trabalham como guias, explanando sobre o Forte em si, sua história e construção. Cada ambiente é apresentado separadamente, onde é narrada a exposição, a história representada naquele ambiente, e é narrada também, em particular, uma pequena informação sobre cada objeto exposto.

Figura 36: Explicação sobre os cachimbos arqueológicos.

Figura 37: Explicação sobre Os Poços.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Podemos finalizar este capítulo, concluindo que de certa forma, o que os museus desenvolvem são ações de comunicação e divulgação do patrimônio cultural material como um todo, pois não há uma ação educativa voltada somente para o patrimônio arqueológico (exceto no museu especificamente de Arqueologia, o Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco) e que tais ações são elaboradas dentro e para o contexto museológico; e visam divulgar a importância do patrimônio, os resultados das pesquisas desenvolvidas a partir deles e a necessidade de sua preservação e conservação. Acreditamos que estas ações não diferenciam extremamente das ações da EP.

V – O PASSADO QUE NOS É EXPOSTO: INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES

A Arqueologia começa por ser uma ciência classificadora (...) só depois de classificar os dados é que o arqueólogo os começa a interpretar, para lhes extrair a história.
Gordon Childe (1977)

Depois de toda a discussão apresentada nos capítulos anteriores sobre as temáticas envolvendo a musealização da Arqueologia e a EP; e após a exposição destes temas no contexto local, é imprescindível explorarmos quais são os materiais arqueológicos inseridos nas coleções museográficas das instituições recifenses.

5.1 – INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E OBJETOS

Como parte fundamental deste trabalho dissertativo, um inventário dos artefatos arqueológicos musealizados se faz necessário, já que permite conhecer a representatividade e a realidade da Arqueologia nos museus de Recife. Sua relevância está implícita, pois, se estamos pesquisando as ações de educação para o patrimônio arqueológico, precisamos apresentar e delimitar quais bens presentes nos museus locais integram essa categoria, para assim, podermos analisar os trâmites da relação sujeito/objeto.

No Brasil, ações de preservação do nosso patrimônio cultural tiveram início a partir de 1920, através da iniciativa de através de intelectuais e lideranças locais. A preocupação com a institucionalização do inventário do patrimônio cultural nacional emergiu gradativamente, sendo o Decreto-Lei nº25 de 1937 (Lei do Tombamento) a primeira norma jurídica a dispor sobre a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Com o passar dos anos, os processos de inventariamento para a proteção de bens culturais de grande valor histórico arqueológico e artístico, traçados em 1937, começaram a ser cada vez mais freqüente.

Um bom exemplo, destas iniciativas, verifica-se na carta (Anexo 01) que Castro Faria (antropólogo que atou como professor, biblioteconomista, museólogo e arqueólogo) escreveu em 1945, quando recebeu a incumbência de elaborar junto ao

SPHAN um inventário preliminar das obras de valor arqueológico e etnográfico no estado de Espírito Santo (SIMÃO, 2009).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 o inventário foi finalmente alçado, como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação. Acompanhando assim, a tendência internacional, de identificar formalmente o patrimônio cultural da Nação, como descrito no Artigo N° 216. Neste contexto, o inventário reforça-se a partir de legislações voltadas a proteção do patrimônio material.

Em 1990, a Carta de Lausanne, no Artigo N° 4, retomou o tema da proteção e gestão do patrimônio arqueológico, destacando que o inventário deve ser compreendido e implementado com um mecanismo de proteção dos mesmos.

O inventário constitui-se como um banco de dados e deve ser visto como um ato administrativo declaratório restritivo, sendo para o poder público, um meio de reconhecimento da importância cultural de determinado bem, passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua preservação. É a partir do inventário que são planejadas ações diversas como, registro, identificação, tombamento, preservação, recuperação e proteção. Desse modo, a realização de inventários é o passo primordial e indispensável para o cadastro dos bens culturais (BELAS, 2004).

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, arqueológica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. O inventário é registrado normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (BELAS, 2004, p. 19)

O desenvolvimento museográfico pressupõe uma série de procedimentos básicos necessários para desenrolar de todas as atividades do museu. O inventário é o instrumento legal de garantia de guarda do patrimônio de um museu e dos depósitos que lhe são confiados (objetos em comodato) e oferece um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações realizados pela instituição (SANTOS, 2000, p. 51).

É também o procedimento administrativo que serve para controlar o acervo, determinar sua natureza, número e localização de todas as

peças que o museu tem sob a sua responsabilidade. Serve como instrumento de segurança contra ocorrências que escapam ao seu controle, constituindo uma prova necessária que poderá ser requisitada pela justiça em qualquer caso que o envolva. (SANTOS, 2000, p. 84)

O inventário arqueológico possui os mesmo princípios basilares, podendo ser explorado tanto como um instrumento de pesquisa, quanto como um instrumento de gestão dos bens arqueológicos. Ele deve reunir dados empíricos, de maneira detalhada e completa, coordenando as informações conhecidas e/ou já publicadas. O inventário possibilita assim, o melhor conhecimento possível do potencial dos sítios arqueológicos da região e auxilia na gestão destes patrimônios, preconizando medidas de proteção (FERDIERE, 1998). A gestão dos sítios arqueológicos deve ser uma garantia para os estudos e pesquisas que oportunizam a produção do novo conhecimento.

Reconhecendo a necessidade deste tipo de levantamento metódico, defendemos que a elaboração extensiva e criteriosa de inventários (quer seja de bens musealizados, sítios arqueológicos encontrados, escavações realizadas, etc.) pode contribuir não apenas para formatação de uma fonte de dados sobre o estado atual de nossos conhecimentos; mas igualmente fomentar a produção de novos estudos, na medida em que os pesquisadores terão facilidade de acesso a uma grande gama de informações.

Tendo em vista a importância e a finalidade do Inventário nestas duas áreas de saber, a Arqueologia e a Museologia; neste trabalho dissertativo, também se faz necessário a realização de um inventário destinado a desvelar a realidade quantitativa e qualitativa dos bens arqueológicos musealizados no município de Recife/PE.

Ainda cabe destacar que este inventário, foi desenvolvido e elaborado a partir de três critérios característicos de análises, o primeiro critério são os dados informativos que as instituições museais cadastram em seus bancos de dados, o segundo critério são as características mais observadas pelo público visitante, e por fim, no terceiro critério é a própria análise arqueológica, objetivando a delimitar assim a arqueoinformação inseridas nos museus recifenses.

Antes de adentrarmos no inventário propriamente dito - que será apresentado no apêndice em forma de tabela (08) na qual estão listados todos os artefatos arqueológicos sobre a guarda dos museus de Recife - para melhor formulação deste capítulo, optamos por descrever separadamente cada museu e seu acervo arqueológico, bem como, explicar em um parágrafo introdutório como foi realizado o inventário em cada Museu.

Sendo assim, iniciaremos o texto com uma breve definição e classificação tipológica; então, analisaremos a coleção arqueológica a partir de cinco aspectos: período cronológico; classificação cultural; tipo de material; função ou utilidade. E quando possível, apresentaremos os dados das escavações, trabalhos e pesquisas arqueológicas sobre estes artefatos musealizados.

Por fim, optamos por apresentar os sub-tópicos referentes a cada museu, somente os artefatos que estão em exposição, pois é este o material que o público tem contato durante à visitação, no decorrer do período de desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, esta apresentação será somente de alguns artefatos que representam a exposição como um todo, pois em alguns casos, o acervo exposto é demasiadamente grande, o que inviabilizaria a apresentação de todos os artefatos no corpo do texto.

5.1.1 – PERÍODO CRONOLÓGICO: PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO

➤ ***Pré-Histórico e Histórico:*** O acervo arqueológico adquirido pelas instituições museais, em grande medida, não são frutos de pesquisas arqueológicas. Assim, os dados correlatos as essas coleções são, muitas vezes, incompletos e limitados. Nossa pesquisa teve que dialogar com a carência de informações geradas por essa realidade; com isso, optamos por uma delimitação cronológica pautada apenas na divisão entre artefatos pré-históricos e históricos. Contudo, quando houver informações mais detalhadas e precisas sobre o acervo em escrutínio, essas serão disponibilizadas.

Do período pré-histórico, há artefatos arqueológicos nos museus: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNCAP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB); Museu do Homem do Nordeste (MHN).

Já os artefatos arqueológicos correlacionados ao período histórico, são encontrados nos museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAGHP); Instituto Ricardo Brennand (IRB); Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB); Museu do Homem do Nordeste (MHN) e Museu Militar Forte do Brum (MM-FB).

Figura 38: Vasilha cerâmica pré-histórica do MHN. Figura 39: Chave do período colonial do MHN-JLB.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Acervo do Museu Louis Jacques Brunet.

5.1.2 – CLASSIFICAÇÃO CULTURAL: HOLANDÊS, LUSO BRASILEIRO, MARAJOARA E TUPIGUARANI

Sob termo “classificação cultural”⁸² estão representadas diferenças intrínsecas quanto ao modo de fabricação dos artefatos, bem como a tentativa de associá-las à um determinado grupo sócio-cultural. Cabe destacar que a divisão aqui empreendida, bem como o termo “uso cotidiano”, é amplamente difundida na literatura arqueológica e estão pautados também nas classificações realizadas pelos próprios museus.

➤ **Holandês:** A ocupação Holandesa em Pernambuco, iniciada no século XVI, foi marcada por grandes edificações, como as construções do sistema defensivo, instalações de medidas públicas e urbanizadoras, enfim, estruturas e objetos (ALBUQUERQUE, 2000).

Os artefatos arqueológicos da cultura material Holandesa são comumente encontrados nas escavações arqueológicas em todo o Estado de Pernambuco; temos este tipo de material nos museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), Instituto Ricardo Brennand (IRB), Museu Militar Forte Brum (MM-FB), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) e Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB).

⁸² Com algumas exceções os museus recifenses têm em seus acervos objetos associados em outras classificações culturais. Contudo optamos por apresentar neste tópico as mais representativas quantitativamente.

Figura 40: Cachimbo Holandês do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

➤ **Luso Brasileiro:** Os artefatos da cultura material Luso Brasileiro⁸³ estão alocados nos seguintes museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), Museu Militar Forte Brum (MM-FB), Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB).

Figura 41: Cachimbo Luso Brasileiro do MM-FB.



Fonte: Rosemary Cardoso.

➤ **Marajoara:** A cultura Marajoara existiu, na Ilha de Marajó (fuz do Rio Amazonas, Estado do Pará, norte do Brasil), há 1.500 anos (aproximadamente 400 a 1300 d.C.), e perdurou por quase mil anos, sendo caracterizada por sociedades complexas que desenvolveram um sistema intensivo de subsistência para sua população e produção de cerâmicas. Sua cultura material constituiu um rico acervo, composto por vários objetos classificados por formas e técnicas decorativas, como vasos, estatuetas,

⁸³ Correspondendo ao século XVII, os artefatos Luso Brasileiro, podem ser definidos com uma classificação ou fase cultural, pois traz consigo, características e tipologias específicas de duas culturas (ALBUQUERQUE, 2000).

urnas funerárias, pratos, tangas, inaladores, urnas, bancos, tigelas, vasilhas, entre outros artefatos extremamente trabalhados (AMORIM, 2010).

A cerâmica Marajoara está presente nas seguintes instituições: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

Figura 42: Cerâmica Marajoara do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

➤ **Tupiguarani:** O termo acabou por ser definitivamente consagrado em 1972, com a publicação do “Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras”, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Definiu-se a tradição Tupiguarani a partir de elementos tecnológicos quantitativos, conferindo grande ênfase à decoração pintada e ao tratamento de superfície corrugado. Os pesquisadores do PRONAPA⁸⁴ levaram também em conta a relação de tal cerâmica com grupos fixados na faixa costeira, pertencentes à família lingüística Tupi-guarani, o que até hoje gera uma série de críticas (OLIVEIRA, 1991).

A tradição cultural Tupiguarani está presente nas seguintes instituições: Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB) e Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

⁸⁴ No trabalho, realizado sob os auspícios do PRONAPA, foram listadas todas as tradições, com suas respectivas fases constituintes. Essa publicação demonstra o objetivo fulcral dos trabalhos realizados nesse período, qual seja, promover uma padronização dos termos arqueológicos utilizados pela comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 1991).

Figura 43: Fragmento cerâmico Tupiguarani do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

5.1.3 – TIPO DE MATERIAL/MATÉRIA PRIMA: CERÂMICA, LÍTICO E METAL

➤ **Cerâmica:** A peça de cerâmica, enquanto testemunho material e cultural carrega consigo dados referentes ao local de produção, manufatura, utilização e descarte ou abandono, apresentando diferentes formas, texturas e usos. A partir da cerâmica podemos definir e classificar os grupos culturais.

Há uma grande diversidade de objetos arqueológicos de cerâmicas, e estes objetos podem ser tanto do período Histórico, quanto do período pré-histórico. Podemos citar como exemplo, os artefatos que fazem parte dos acervos das instituições museais pesquisadas: urnas, vasilhas, jarros, pratos, peso de tear, tangas, panelas, cachimbos, urnas, tijolos, telhas, etc.

Nas instituições pesquisadas foram identificadas cerâmicas de uso cotidiano e cerimoniais, louças⁸⁵ e material construtivo no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Instituto Ricardo Brennand (IRB); Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu do Homem do Nordeste (MHN); Museu Militar Forte do Brum (MM-FB) e Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB).

⁸⁵ Zanettini (1986) sugere cinco categorias para as louças identificadas em sítios arqueológicos históricos brasileiros, são elas: faianças, grés, louça vidrada, faiança fina e porcelana.

Figura 44: Vasilha de cerâmica do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

➤ **Lítico:** A Arqueologia evidenciou os primeiros processos criativos da Cultura Material a partir dos utensílios líticos produzidos pelo homem, durante o período pleistocênico. Os instrumentos líticos mais comuns são as lâminas de machado, os percutores, os raspadores, os furadores, as lascas, mão de pilão, as pontas e os fragmentos resultantes da preparação destes materiais, os resíduos de lascamento (MENTZ, 1999).

Encontramos materiais líticos nos seguintes museus: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-JLB); Museu Militar Forte do Brum (MM-FB). Os artefatos encontrados são: Pontas de Flechas, Machados, Mão de pilão, Furadores, Raspadores, Núcleos, Lascas, Pederneiras em sílex, entre outros.

Figura 45: Bastão de lítico: Sítio Pedra do Cabloco do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

➤ **Metais:** Nas pesquisas e nas escavações arqueológicas em sítios históricos, é abundante a presença de objetos confeccionados em metal. Os metais se distribuem em diferentes classes, abrangendo desde objetos relacionados às estruturas arquitetônicas, objetos de uso pessoal, objetos de cozinha, armas, munições, objetos de mobiliário, entre outros. Ao nos referimos ao metal, estamos automaticamente pensando em ferro, chumbo, bronze, aço (ALBUQUERQUE, 1994/95, p. 95).

Dentre os objetos de metal, encontrados nos museus recifenses podemos citar: Moedas, Molde para fabrico de projétil, Objeto de cavalaria, Lamina, Corpo de Espada, Munições e Projéteis, Chumbadores, Dobradiças, trancas de ferro, chaves, Ferramentas Diversas, Ferragem de uso cotidiano, Ferro de Marcar, Foice, Pregos e Cravos, Corrente de Barril, Ferro de passar, entre outros.

Estes materiais são encontrados os seguintes museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB) e Museu Militar Forte do Brum (MM-BF).

Figura 46: Ferramentas do MM-FB.



Fonte: Rosemary Cardoso.

5.1.4 – FUNÇÃO OU FUNCIONALIDADE: CERIMONIAL, MATERIAL DE USO COTIDIANO E MATERIAL CONSTRUTIVO

➤ **Cerimonial:** No contexto arqueológico, geralmente, objetos cerimoniais estão associados à sepultamentos e enxovais funerários. Os sepultamentos trazem

consigo uma grande representatividade das variáveis culturais, incluindo dados relativos às características dos enterramentos, das covas, do corpo, a preparação do corpo, a destinação do corpo, a posição do corpo, e os próprios restos mortais, representado pelos ossos humanos, bem como, o Enxoval funerário, entendido como elementos materiais associados ao enterramento, são itens que passaram a fazer parte do contexto funerário, podendo ter sido, anteriormente, do próprio morto, da sua família ou preparados especialmente para o momento funerário, podemos citar como exemplos adornos, vasilhas cerâmicas, objetos líticos, urnas funerárias, envoltórios, corantes, vestígios da flora e da fauna (CASTRO, 2009).

No contexto museal de Recife há Sepultamentos e Enxovais funerários nos Museus: Museu Militar Forte do Brum (MM-FB), no Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco (MA-UNICAP) e no Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB).

Figura 47: Enxoval Funerário: trançados de fibras vegetais do MA-UNICAP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

➤ **Material de uso cotidiano:** Os utensílios apresentaram diferentes formas, texturas e usos, então subdividimos, e assim, consideramos como artefatos arqueológicos de uso cotidiano, os objetos de uso pessoal ou coletivo, uso diário e cotidiano, artefatos de pedra, metais, utensílios de cerâmica e louça, como panelas, pratos, tigelas (FONTES, 2003). Estes materiais são encontrados os seguintes museus é um dos mais comuns, estando presente em todos dos museus pesquisados.

Figura 48: medalha mariana, confeccionada em cobre, apresenta restos de banho de ouro do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

➤ **Material Construtivo - Tijolos:** Há exemplares de Tijolos⁸⁶ nos museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) e no Museu Militar do Forte Brum (MM-FB).

Nos dois casos (Museu Militar do Forte Brum - MM-FB e no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel - CCJPE-SKZI) foi realizado juntamente com os procedimentos arqueológicos de escavação, um Estudo da estrutura edificada: investigando o sistema estrutural, tipo/natureza do material construtivo, técnicas de trabalho, características dimensionais, textura, coloração, acabamento.

Figura 49: Tijolos do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

⁸⁶ Os estudos arqueológicos sobre estes materiais construtivos, e de sua morfologia, embasam o aprofundamento de estudos sobre a “cultura material” e sobre a história dos povos, a partir de suas edificações arquitetônicas e seus recursos construtivos. (TIRELLO, 2007).

5.2 – INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO DAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS RECIFENSES: UM DIAGNÓSTICO

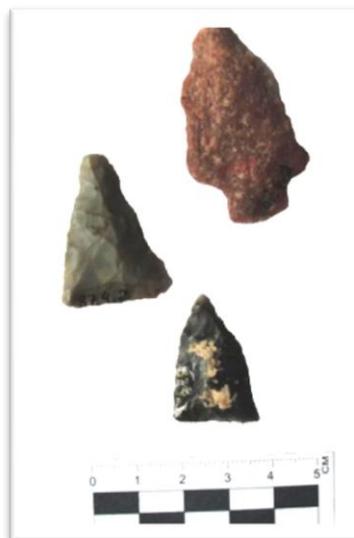
Podemos afirmar que os Museus de Recife têm em suas coleções uma grande diversidade de artefatos arqueológicos. Disponibilizando ao público a oportunidade de conhecer várias peças, tradições culturais e tecnologias.

Com o intuito de apresentar e analisar esta diversidade iremos neste momento, adentrar em cada museu individualmente, apresentando de forma descritiva e imagética alguns dos artefatos arqueológicos de cada museu. Lembrando que na Tabela 08, o inventário dos artefatos arqueológicos musealizados será apresentado na íntegra.

5.2.1 – CASA-MUSEU MAGDALENA E FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE: (CMM-FGF)

A coleção arqueológica do museu é constituída por três pontas de flechas, que estão expostas junto a um fragmento fóssil de dente de tubarão (peça paleontológica). Essas peças receberam um código (tombamento) ao serem catalogadas pela instituição, contudo, não possuíam informações quanto a sua manufatura, matéria prima, período, origem, etc.; tendo sido identificadas enquanto artefatos arqueológicos a partir da realização da presente pesquisa. Segundo informações da administração, a Casa-Museu (Fundação) está envolvida com vários pesquisadores de diversas áreas científicas que buscam identificar toda coleção, contudo este processo ainda está em andamento.

Figura 50: Pontas de flechas da CMM-FGF.



Fonte: Rosemary Cardoso.

A primeira peça a ser analisada e apresentada é uma ponta de projétil, vermelha, em arenito silicificado que aparenta ter retoque denticulado; mas estas marcas também podem ter sido geradas por desgastes de utilização ou ações posteriores ao fabrico; a segunda peça também foi classificada como uma ponta de flecha, cuja matéria prima é a calcedônia, e a técnica de manufatura empregada é o retoque por pressão; e a terceira peça, também é uma ponta de flecha na qual são observados retoques por pressão, contudo, neste caso a matéria prima empregada foi o sílex.

Apesar de não integrar o acervo arqueológico do museu levantamos algumas informações sobre o material fóssil exposto junto as pontas de flecha anteriormente descritas. Em uma análise⁸⁷ preliminar, realizada pela Paleontóloga Priscilla Albuquerque Pereiras⁸⁸, este artefato foi identificado, pelas características do serrilhado uniforme nas margens, pelo brilho e tamanho, como um fragmento de dente de tubarão. A base do dente apresenta uma curvatura característica na dentição de tubarões uma vez que não possui raízes. As características apontam para o gênero *Squalicorax*. Em uma breve descrição, podemos destacar que o dente está fragmentado longitudinalmente e as serrilhas nas bordas são muito uniformes e pequenas.

Figura 51: Artefato paleontológico: Dente de Tubarão fossilizado da CMM-FGF.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Outro dado é que dificilmente encontraremos duas rochas distintas inseridas uma na outra, e esta peça apresenta dois tipos de materiais diferentes: o sedimento (que está na base) e o dente. No entanto, para obter informações mais precisas como espécie e cronologia seriam necessárias a identificação do local de coleta e análises laboratoriais.

⁸⁷ Cabe destacar que esta análise é preliminar, pois não foram realizadas as análises em laboratório.

⁸⁸ Graduada em Ciências Biológicas na UFRPE, Mestre em Geociências na área de Geologia Sedimentar e Ambiental na UFPE e Doutoranda em Geociências na área de Geologia Sedimentar e Ambiental na UFPE.

5.2.2 – CENTRO CULTURAL JUDAICO DE PERNAMBUCO: SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL: (CCJPE-SKZI)

De um modo geral, a coleção de artefatos arqueológicos do Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI) é composta por cerâmicas de uso cotidiano da Tradição Portuguesa, cerâmicas, louças, e cachimbos (da tradição holandesa, Luso Brasileiro); e por materiais construtivos (Tijolos).

O Centro Cultural Judaico como um todo é um grande sítio arqueológico, e sua exposição uma grande demonstração dos trabalhos e pesquisas científicas realizadas no local. Todavia, como é nosso objetivo neste momento inventariar a coleção arqueológica, vamos tentar apresentar um pouco deste contexto arqueológico através de quatro estruturas (Piso⁸⁹, Paredes, Poço “Bor”, Mikvê) e dos artefatos a elas correlacionados. Foram realizadas simultaneamente escavações tanto nas paredes como na área do piso.

Piso: Durante os trabalhos de escavação, após ser retirado o último piso utilizado no imóvel, do século XX, foi encontrado outro piso em tijoleira, abaixo do qual foi encontrado outro piso também em tijolos. Abaixo do terceiro piso encontrado observou-se a existência de várias linhas de alicerces, paralelos ao rio, que demonstram os aterros sucessivos da área durante o período de ocupação holandesa e conseqüentemente com a participação de judeus.

O Recife alargava-se, eram conquistadas gradativamente as áreas alagadiças. Nesta primeira sucessão de aterros que viria a ser denominada de "rua dos judeus" seria construída a Sinagoga Kahal Zur Israel. As escavações arqueológicas evidenciaram sete níveis de diferentes pisos, sendo que o último, de origem holandesa, foi utilizado pelos judeus em sua Sinagoga (ALBUQUERQUE, 2003).

⁸⁹ O piso do andar térreo era em parte revestido com tijolos ‘batidos’, cozidos, assentados sobre uma camada de argamassa de cal, que repousava sobre o terreno local (areia impregnada de matéria orgânica – o aterro). Deste piso restaram vestígios nos cômodos 1, 2 e 3, da casa hoje de número 203. A casa que hoje possui o número 197 recebeu um piso bem mais diversificado. No cômodo 1, não restaram vestígios do piso daquela época. Foi provavelmente removido antes de ter sido aterrado quando se deu a primeira elevação de cota do piso. Haveria ainda a possibilidade de não ter sido revestido naquela ocasião, entretanto, em se tratando do cômodo de acesso (junto à porta de entrada), e o tratamento dado aos demais cômodos desta casa, é de se acreditar que existira e fora removido. O segundo cômodo desta casa teve o piso revestido com pedras trabalhadas. Lajes de tamanhos variados, e de espessura em torno de 30cm. O terceiro cômodo apresentava-se revestido com tijolos conhecidos como ‘holandeses’ ou ‘frisios’. São tijolos de pequeno tamanho (dimensões– 7,7 x 17,5 x 3,0 // 8 x 18 x 3,5 - variável), de cor amarelada, bastante resistente à umidade. (CUNHA, 2007, p. 44).

Figura 52: Piso do primeiro andar.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 53: Parede do Segundo Andar.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Paredes: Os trabalhos de escavação vertical nas paredes⁹⁰ revelaram os diferentes materiais de construção, as muitas modificações sofridas pelo imóvel durante os séculos subsequentes, bem como, os espaços que tiveram outras funções e disposição em períodos anteriores. No total seis paredes foram escavadas (ALBUQUERQUE, 2003).

Poço (Bor): Através das escavações arqueológicas foi descoberto um poço encoberto por entulho; após a retirada do material depositado em seu interior teve-se acesso ao lençol freático que apresenta uma água límpida e fluente. O poço atendia ao sistema de água do Mikvê. Ao lado deste poço foi encontrada uma depressão, bem marcada na estratigrafia e entulhada com restos de construção. Provavelmente, com a saída dos judeus, os padres que assumiram o imóvel tivessem destruído o Mikvê como forma de "apagar" os vestígios religiosos judaicos.

Mikvê: Foram encontrados vestígios da antiga escada de acesso ao Mikvê, em pedras e a estrutura formal do Mikvê. As modificações arquitetônicas e os processos pós-deposicionais, apesar da grande intensidade, deixaram marcas indeléveis nas camadas que permitiram a associação funcional deste espaço. Foram evidenciados dois degraus de uma escada que levaria para o interior daquela estrutura rebaixada.

Embora do ponto de vista científico não houvesse nenhuma dúvida quanto à estrutura, foi convocado um Tribunal Rabínico para avaliar *in locu* esta descoberta. Publicamente o referido Tribunal declarou não ter a menor dúvida que a descoberta tratava-se de um Mikvê.

⁹⁰ Os alicerces foram construídos quando o rio Beberibe ainda corria bem próximo daquele local. A construção foi levantada em 03 etapas, a última delas atingindo a antiga muralha da cidade. Construídas as fundações, a área foi aterrada, utilizando-se para tal areia e entulhos. (CUNHA, 2007, p. 45).

Figura 54: Poço (Bor).



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 55: Mikvê: A escada foi reconstruída e o Mikvê consolidado.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Artefatos Arqueológicos: alguns artefatos arqueológicos que não pertenciam ou estavam associados diretamente a cultura material da sociedade Judaica ou ao período temporal desta sociedade foram encontrados durante as escavações, pois, a areia utilizada para aterro foi transportada da zona portuária e das imediações de algumas residências, assim, traziam incorporada uma significativa quantidade de material arqueológico.

Milhares de fragmentos de cachimbo de argila branca, importados, sobretudo da Holanda e da Inglaterra; e cachimbos lusos brasileiros, bem como milhares de fragmentos de louças importadas, tanto de qualidade popular quanto de nível mais sofisticado testemunham a estratificação social da época na cidade do Recife. (ALBUQUERQUE, 2003). Contudo, somente alguns exemplares ficaram disponíveis para a exposição na Sinagoga, o restante do material encontrado na escavação foi alocado no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco para análises.

Figura 56: exposição montada durante escavação do CCJPE-SKZI.



Fonte: Acervo do AHJPE.

Sobre as condições do acervo, podemos destacar a qualidade dos trabalhos de conservação e documentação. Todos os artefatos foram inventariados e classificados pela equipe do Prof. Marcos Albuquerque; e foi criada uma infra-estrutura adequada à exposição e conservação do material arqueológico. Por fim, cabe frisar que a instituição não possui reserva técnica, todo o material arqueológico sob a guarda do museu está em exposição.

5.2.3 – INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO: (IAHGP)

O acervo do IAHGP é composto por uma rica coleção etnohistórica, etnográfica, paleontológica e arqueológica. Por possuir um acervo tão diversificado, a instituição visa informar, em seu catálogo de registro: o tipo de objeto, o doador, data de doação, observações gerais do objeto (como estado de conservação), data e localidade onde o objeto foi encontrado. Assim, cada objeto é codificado e registrado. Este processo de inventário teve início no ano de 2011 e está sendo digitalizado, a partir dos documentos de registros.

A coleção de artefatos arqueológicos é composta por artefatos do período histórico e pré-histórico; provenientes de diversos sítios terrestres e de sítios subaquáticos. No acervo são encontradas peças utilitárias, artefatos cerimoniais, material construtivo.

Exemplificando podemos citar: as cerâmicas de uso cotidiano das Tradições: Portuguesa, Holandesa, Luso Brasileira (cachimbos, fragmentos de jarros, fragmentos de vasos, porcelanas, garrafas); os materiais construtivos (tijolos) do período histórico; as cerâmicas cerimoniais (urnas funerárias) da tradição cultura Marajoara e outra não identificada; os líticos (machados, mão de pilão, pontas de flechas); as munições e projéteis, armas de fogo e armas branca (espada, lanças), os metais como moedas, medalhas, jóias, colher, tranca de ferro, chaves, entre outros.

Destacaremos a seguir a coleção de machados de pedra polida, provenientes de várias regiões de Pernambuco e um canhão, artefato arqueológico, encontrado a margem do rio Capibaribe na Cidade de Pau d'Alho – PE.

Figura 57: Exposição de Líticos do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

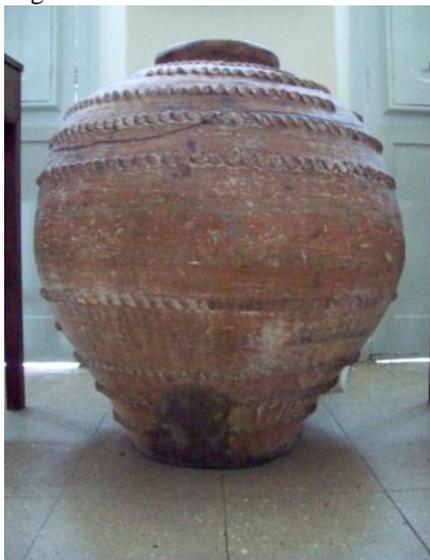
Figura 58: Canhão do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Outros artefatos que destacaremos são as duas urnas funerárias, que enriquecem o acervo pré-histórico da instituição sendo uma associada à cultura Marajoara, e a outra urna não há informações sobre a sua procedência.

Figura 59: Urna Funerária do IAHGP



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 60: Urna Marajoara do IAHGP



Fonte: Rosemary Cardoso.

5.2.4 – INSTITUTO RICARDO BRENNAND: (IRB)

Entre o acervo do Museu Ricardo Brennand foram identificados cinco cachimbos de origem holandesa; essas peças encontram-se fragmentadas, contudo, completas, o que possibilita a remontagem. Nas diversas campanhas arqueológicas realizadas em vários sítios arqueológicos no Estado de Pernambuco, foram encontradas quantidades consideráveis de cachimbos de argila branca. Grande parte destes cachimbos apresentam decorações: figuras antropomórficas, fitomorfas e estilizações. Muitos

trazem sinais que poderiam estar relacionados a marcas de fabricantes, ou linhas produtivas (CAVALCANTE, 1999).

Oficialmente temos informações que a coleção de cachimbos holandeses do Instituto Ricardo Brennand é fruto de uma escavação arqueológica realizada no Forte Orange⁹¹. Sabemos que neste local ocorreram três campanhas de trabalho de campo, contudo, não há informações que vinculem estes cachimbos a alguma destas campanhas. Sendo temerário afirmar que os cachimbos expostos no Instituto Ricardo Brennand⁹², apesar do seu eminente valor arqueológico, estão associados ao contexto de trabalhos de escavações.

Figura 61: Cachimbos Holandeses.



Fonte: Acervo do Instituto Ricardo Brennand.

5.2.5 – MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO: (MA-UNICAP)

O Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco, além de abrigar o museu também funciona como laboratório, com isto, existe um acervo que está no laboratório somente para salvaguarda e pesquisa, não sendo utilizado em

⁹¹ Na Ilha de Itamaracá na porção norte do litoral do Estado de Pernambuco, neste Canal, em sua barra sul, constituía-se na entrada para o principal porto de escoamento do açúcar dos engenhos do norte da Capitania. Dominar a entrada deste Canal significava proteger os moradores das vilas da região (Igarassu, em Pernambuco, e Vila Conceição, em Itamaracá), e a própria economia regional, desde os engenhos aos armazéns que estocavam o açúcar para ser embarcado. Os portugueses estabeleceram suas defesas na Vila Conceição, mais próxima ao porto. Tão logo dominaram Olinda e o Recife, já em 1631, os holandeses voltaram suas atenções para o porto mais antigo, que atendia aos engenhos e vilas do norte. Repelidos no ataque que impetraram contra a Vila Conceição, estabeleceram sua base em uma ilhota, bem próxima à barra do Canal. Paulatinamente reforçaram as defesas daquele primeiro assentamento militar e posteriormente construíram uma estrutura de defesa planejada aos moldes holandeses, a que deram o nome de Forte Orange (ALBUQUERQUE, 2007).

⁹² Cabe frisar que os registros da instituição informam que estes artefatos foram encontrados nas escavações do Forte Orange e foram adquiridos por compra.

exposição, assim, optamos por inventariar, tanto no corpo do texto deste sub-tópico, quanto na tabela 08 do Inventário, somente o material que é utilizado na exposição do museu, focando assim, acervo disponível para o público visitante através da exposição.

Cabe destacar que por ser também um laboratório arqueológico, a parte de catalogação dos artefatos, é feita de maneira minuciosa, com fichas, etiquetas (contendo, as seguintes informações: classificação interna, técnica de manufatura, tipo de matéria prima, localização interna da peça, estado de conservação, dimensões, descrições, classificação, matéria prima, coleção, aquisição, número do registro e número da peça no acervo geral, nome do sítio, data da escavação, informações gerais sobre a escavação como quadricula, profundidade, decapagem, etc.). Todos os artefatos são acomodados em caixas específicas neste laboratório. O ambiente do laboratório e do museu é climatizado de modo a manter a conservação dos artefatos orgânicos.

A instituição tem e expõem um acervo muito peculiar, basicamente composto por artefatos oriundos das pesquisas do Sítio Furna do Estrago, onde estão presentes coprólitos, vestígios floro-faunísticos, adornos feitos com sementes e dentes de animais, esqueletos humanos, enxovais funerários de fibras, entre outros artefatos.

Figura 62: Vitrine com Coprólitos e floro-faunísticos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 63: Vitrine com Adornos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

A população de indivíduos Braquicéfalos sepultada neste sítio cemitério (Furna do Estrago) soma um total de 83 esqueletos humanos (no entanto há em exposição somente 6 partes de esqueletos humanos e 2 esqueletos completos, entre crianças e adultos); de uma forma geral, o estado de conservação dos ossos são bons.

Figura 64: Crânio e Esqueleto Humano de recém nascido em esteira de palmeiras.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 65: Esqueleto Humano.



Fonte: Rosemary Cardoso.

5.2.6 - MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO: (MEPE)

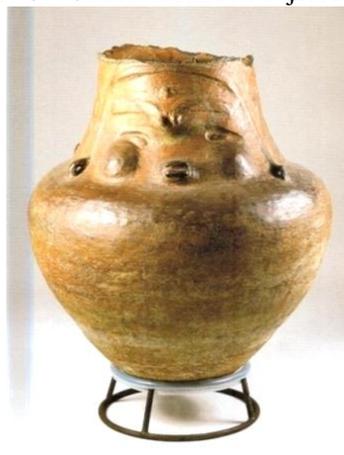
A coleção de artefatos arqueológicos é composta por cerâmica (Urna cerimonial zoomorfa, e Prato utilitário); cerâmica Santarém (Apitos, Pequenos Ídolos, Urnas Funerárias antropomorfas); Cerâmica Maracá (Urna Funerária antropomorfa); cerâmica marajoara de uso cotidiano (Tangas, Cachimbo, Prato, Pesos de Tear); cerâmica marajoara cerimonial (Urnas Funerárias e Urnas Funerárias antropomorfas); cerâmica Tupiguarani (Prato Cerimonial); líticos (Machados Cerimoniais e Machados de uso cotidiano); Gravuras Itaquatiras em Arenito; metais de uso cotidiano (Peças de artilharias em Bronze).

Figura 66: Tangas Marajoaras do MEPE.



Fonte: Catalogo MEPE.

Figura 67: Urna funerária Marajoara do MEPE.



Fonte: Catalogo MEPE.

Ainda associado ao contexto pré-histórico, compõe o acervo do museu alguns machados de pedra polida. Estes objetos estão associados a diferentes grupos indígenas, provenientes da América Central e da América do Sul, e possivelmente possuem um

simbolismo cerimonial, indicado por sua morfologia semilunar. Além dos machados, podemos destacar da coleção do Museu do Estado de Pernambuco um prato Tupiguarani achado no Bairro Beberibe, no Recife.

Figura 68: Machados Polidos do MEPE.



Fonte: Catalogo MEPE.

Figura 69: Prato Tupiguarani do MEPE.



Fonte: Catalogo MEPE.

5.2.7 – MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL LOUIS JACQUES BRUNET: (MHN-LJB)

O acervo é composto por material cerâmico de uso cotidiano (vasilhas e vasos; fragmento de cerâmica Tupiguarani; fragmentos de cerâmicas, faianças, louças e porcelanas; fragmentos de piteiras de cachimbos luso-brasileiros e fragmentos de cachimbo de madeira); materiais de adorno (colares, tembetá e pingentes); Líticos (machados, raspadores, lascas, núcleos, mão de pilão e furadores); material metálico de uso cotidiano (balas de mosquete de chumbo, Botão de cobre, chaves, argolas) e material metálico construtivo (fechaduras de ferros); restos osteológicos humanos e animais pré-históricos.

Figura 70: Tembetá do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

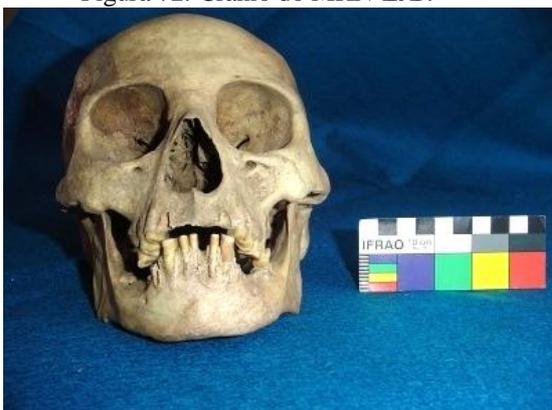
Figura 71: Machado do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

Objetivando, registrar todas as informações disponíveis sobre os artefatos alocados nesta instituição, a catalogação é realizada tanto em versão digital, quanto impressa, frisando informações como: número de registro interno, dados do doador, data de aquisição, origem do artefato, descrição geral (como tamanho, forma, técnicas de manufatura, matéria prima) e estado de conservação.

Figura 72: Crânio do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

Figura 73: Colar do MHN-LJB.



Fonte: Acervo do MHN-LJB.

5.2.8 – MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE: (MHN)

A coleção de artefatos arqueológicos é específica, sendo composta por cerâmica de uso cotidiano (14 fragmentos de Cachimbo, sobre estes artefatos não há informações sobre sua origem), e cerâmicas cerimoniais (seis urnas funerárias, do Sítio pré-histórico Pedra do Caboclo, Bom Jardim – PE, por fim, cabe destacar, que o limite temporal da tradição da Pedra do Caboclo $2.800 \pm BP$ e $295 \pm 85BP$).

Figura 74 e 75: Urnas Funerárias Pré-Histórica do Sítio Pedra do Caboclo do MHN.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Rosemary Cardoso.

As urnas funerárias pré-históricas alocadas no Museu do Homem do Nordeste são resultados dos trabalhos de escavação no Sítio Pedra do Caboclo um abrigo sob rochas na Fazenda Campinas, Monte do Angico, Bom Jardim/PE. Escavações foram coordenadas pelo Prof. Armand François Laroche, no período entre 1972 a 1973; e doadas ao museu em 1986.

Figura 76: Cachimbos.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 77: Cerâmicas Funerárias pré-históricas do Sítio Pedra do Caboclo.



Fonte: Rosemary Cardoso.

O inventário da instituição apresentada às seguintes informações: classificação interna, técnica de manufatura, tipo de matéria prima, localização interna da peça, estado de conservação, dimensões, descrições, classificação, matéria prima, coleção, aquisição, número do registro e número da peça no acervo geral.

5.2.9 – MUSEU MILITAR FORTE DO BRUM: (MM-FB)

A coleção de artefatos arqueológicos é composta por munições, cápsulas e projéteis para canhões, pistolas e mosquetes, molde para fabrico de projétil, eixo para suporte de canhão, plaquetas de cota, insígnia de artilharia, abotoadoras e botões de farda, capacetes, objeto de cavalaria, lâmina, corpo de Espada, peças de jogos e dados, chumbadores, dobradiças, ferragem de uso cotidiano utilitária, ferramentas diversas, ferro de marcar, foice, pregos e cravos que provavelmente sustentaram as tábuas de contenção das muralhas, fragmentos de ferragens, corrente de barril, ferro de passar, adorno de portada, moedas, cerâmicas da tradição portuguesa, louças, faianças; piteiras e cachimbos (da tradição holandesa, luso brasileiro); esqueleto de um Soldado (com enxoval: terço de osso, balas de mosquetes, medida de pólvora), fragmentos de leques

de osso, líticos (utilizado em pederneiras), entre outros elementos que auxiliam na compreensão de parte da história desta fortificação (ALBUQUERQUE, 2007).

Figura 78: Cerâmicas Portuguesas.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 79: Sepultamento do Soldado.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Em vários lugares do edifício do Forte Brum houve escavações verticais, como é o caso das paredes que sofreram tal escavação vertical para assim visualizar as técnicas construtivas e os materiais utilizados na edificação do Forte, bem como a sala de exposição temporária, onde está a exposição “Batalha de Guararapes”; nesta sala há três escavações verticais, onde é possível observar três estruturas arqueológicas que são apresentado para o público Porternas⁹³ (Falso altar com saída para Olinda em caso de Fuga).

Figura 80: Parede com escavação vertical.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 81: Armário.

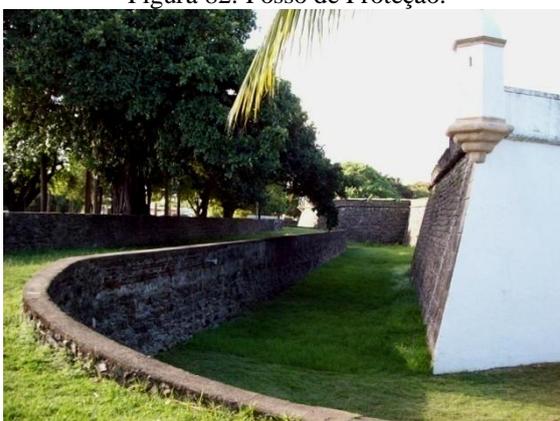


Fonte: Rosemary Cardoso.

⁹³ No entanto segundo explicações do Professor Marcos Albuquerque apresentadas durante uma aula, da disciplina Métodos Quantitativos, realizada no Forte Brum, no dia 18 de agosto de 2012, destas estruturas são armários embutido.

No pátio central tem o sítio arqueológico (estruturas encontradas em 1985, durante os trabalhos de prospecção realizada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, constando de três construções em tijolos portugueses aparentes, de meados século XVII, sendo um poço com 3,80 metros de profundidade; um chafariz para acomodar a água recolhida do poço e um paiol para armazenamento de pólvora (não há confirmação se realmente é um paiol). E contornando a parte externa do Forte tem o fosso de proteção que além de servir como barreira, também é conhecido como área para a guerra biológica.

Figura 82: Fosso de Proteção.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 83: Poços para armazenamento.



Fonte: Rosemary Cardoso.

5.3 – POR UMA PADRONIZAÇÃO DOS REGISTROS MUSEOLÓGICOS PARA O ACERVO ARQUEOLÓGICO

Percebemos que cada instituição museal, rigorosamente busca criar e ampliar políticas administrativas que visam proteger, conservar, registrar seus acervos. No entanto, no que tange o acervo arqueológico, observamos que em alguns casos, os registros, catálogos e os inventários de algumas instituições apresentam algumas informações equivocadas, sobre a função, classificação, tipologia dos artefatos arqueológicos.

Em algumas instituições por falta de documentação, análise, e/ou diálogo interdisciplinar, existem artefatos cujas próprias instituições desconhecem a sua natureza e origem; havendo uma confusão, ou sobreposição, entre material arqueológico, paleontológico e etnográfico. Sendo assim, algumas informações e dados apresentados neste trabalho, foram acrescentados e adquiridos a partir desta pesquisa.

O quadro negativo, aqui apresentado sobre o acervo arqueológico musealizado, afeta significativamente as ações educativas desenvolvidas pelos próprios museus, pois se a gestão administrativa não conhece o patrimônio arqueológico e a sua ciência, como é possível desenvolver ações de EP para tal patrimônio?

É necessário pensar em criar e empregar um registro sistemático e padronizado, em âmbito nacional, onde as informações e os dados sejam universais. Cabe destacar, que essa é a proposta do thesaurus na documentação museológica. Mas para tanto é preciso um diálogo entre Arqueologia e Museologia, em um trabalho interdisciplinar na análise (identificação e classificação) e no processo de inventariamento (documentação e registro) deste acervo já musealizado.

No contexto nacional, a Museologia, pensando nos problemas advindos dos registros, documentações, linguagem documentária, vocabulário conceitual e análise da informação, vem buscando uma padronização na execução dos inventários museológicos (FERREZ, 1987: 54). Assim, o inventário para os acervos museológicos é um instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos e os objetos alocados nos museus, objetivando criar um sistema consistente para a classificação, denominação, identificação e registro dos artefatos.

6 – ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS: INTERFACE DA RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO E A TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Pode ser que nas particularidades culturais dos povos sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser, genericamente, humano.
Geertz (1989)

Neste derradeiro capítulo apresentaremos dados e analisaremos informações que nos conduziram às reflexões finais sobre o atual quadro do patrimônio arqueológico musealizado alocado nos museus recifenses. Este será um espaço para discutirmos sobre os problemas que norteiam as ações educativas, bem como, sobre o que definimos como estratigrafia do abandono. E por fim, analisaremos tanto a relação sujeito/objeto, quanto o processo de transmissão de conhecimento utilizado pelas instituições museais.

Cabe destacar que as explanações aqui apresentadas emergem de uma série de entrevistas realizadas entre os meses de Agosto a Outubro de 2012 com os visitantes dos museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Museu Militar Forte do Brum (MM-FB); e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP).

6.1 – ENTREVISTA E ENTREVISTADOS: APRESENTAÇÃO DO PERFIL E DOS PROCEDIMENTOS

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, é necessário apresentar os critérios utilizados na coleta de dados, ou seja, seleção dos museus, definição da amostra do público a ser entrevistado, elaboração da estrutura temática das entrevistas e execução das mesmas, definição do perfil do público visitante, etc.

Visando a viabilidade prática de nossa pesquisa e o respeito aos prazos do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE optamos pela seleção de três instituições museais para realização das entrevistas com o público visitante. A escolha das instituições foi pautada em múltiplos critérios, entre os quais: representatividade do patrimônio arqueológico entre o acervo do museu; realização de atividades educacionais ou visitas guiadas; fluxo significativo de visitantes; permissão dos responsáveis por estas instituições para realização da pesquisa, etc.

Para definir a amostra representativa de visitantes a serem entrevistados, utilizamos a ata de assinatura de presença e o livro de registro de agendamento⁹⁴ de cada instituição e fizemos um cálculo a partir dos últimos dois anos percorridos, período que teve início esta pesquisa, para conseguirmos uma média de visitação anual.

Posteriormente, contabilizamos a porcentagem semestral do público visitante local e dos visitantes de outras localidades (turistas). Após a definição desta cota, selecionamos uma amostra de 10% deste público local para a entrevista.

Segundo a ata de assinatura de presença e o livro de registro de agendamento, o Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), recebe por semestre aproximadamente 2100 pessoas, sendo que 61% deste total são turistas de outras localidades e 49% visitantes locais (somando o total de 840 visitantes), assim o total de entrevistados nesta instituição é de 84 pessoas (Ver Tabela 02, página 141).

No caso do Museu Militar Forte do Brum (MM-FB), a ata de assinatura e o livro de registro de agendamento também foram os documentos utilizados para definição do número de entrevistas a serem realizadas. Através destes dois aparelhos de controle, constatamos que, o público visitante semestral soma um total de 1500 pessoas aproximadamente, sendo que 41% desta cota são turistas e 59% visitantes locais, que atingem a cifra de 885 pessoas. Cabe destacar que nesta instituição o total de 10% seria fracionado (88,5) sendo assim optamos por entrevistar 89 pessoas (Ver Tabela 02, página 141).

No IAHP, as formas de registro e controle dos visitantes não são diferentes das encontradas nos museus acima mencionados. Contudo, nesta instituição, para alcançarmos tal informação, também foi imprescindível a colaboração do funcionário responsável pelo agendamento Sr. Severino Ferreira de Lima⁹⁵, servidor da instituição desde 1957.

⁹⁴ Cabe destacar que nem todos os visitantes assinam a ata, sendo assim, optamos por trabalhar com os dados quantitativos que foram registrados, tanto na ata de assinatura, quanto no livro de registro de agendamento. Apesar das informações obtidas através dos registros de presença e agendamentos, observamos que o número de visitantes em alguns museus é muito maior, e que o número de visitas altera significativamente durante os vários períodos do ano.

⁹⁵ Meu eterno agradecimento ao Sr Severo (falecido em março de 2013), que me acolheu como pesquisadora e como amiga. Seus conselhos, suas histórias, seu carinho e sua felicidade me ensinaram que a vida é um grande livro de amor e comprometimento que devemos ler diariamente.

Figura 84: Sr. Severo lecionando palestra sobre o Acervo do IAHGP.



Fonte: Rosemary Cardoso.

A partir de informações por ele fornecidas e dados coletados nos livros de registros, o número total de visitantes semestrais se aproxima de 325 pessoas, sendo que 54% deste público formado por turistas e 46% por visitantes locais, que atingem a cifra de 149,5 pessoas. Cabe destacar que nesta instituição o total de 10% seria fracionado (14,5) sendo assim optamos por entrevistar 15 pessoas (ver Tabela 02 abaixo).

As entrevistas foram realizadas, apenas com os moradores e com os naturais de Recife, no segundo semestre de 2012, especificamente no período: 16/08/2012 a 30/10/2012. Na Tabela abaixo podemos ver a data, o turno (manhã ou tarde), a motivação inicial da visita, bem como o número de visitantes entrevistados na ocasião em cada museu.

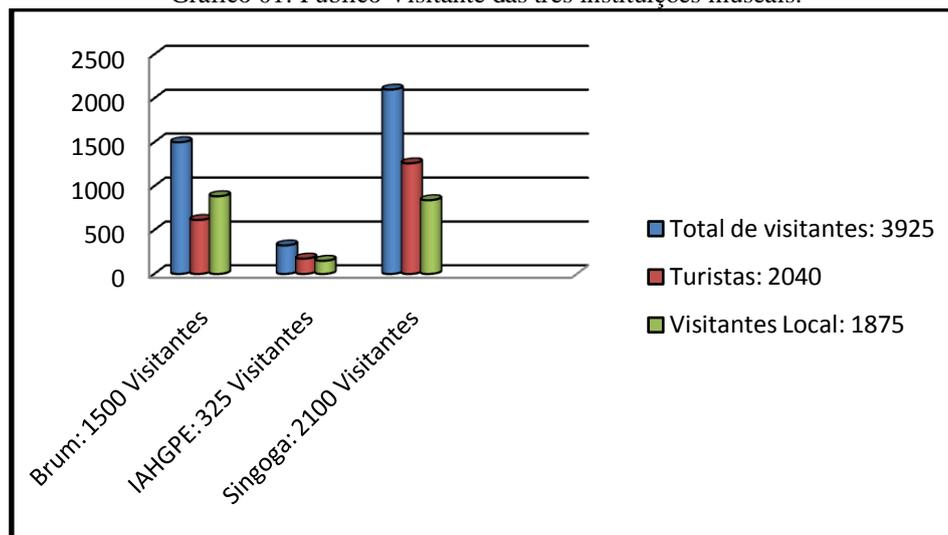
Tabela 02: Total de visitantes entrevistados nas três instituições museais.

Data e Turno	Museu	Motivação da visita	Total
25/08/2012. Manhã	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	Visitante Local	02
03/10/2012. Manhã	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	Visitante Local	02
28/09/2012. Manhã	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	Grupo Escolar: Escola Pública	05
30/09 2012. Manhã	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	Grupo Universitário: Particular	06
Total de visitantes entrevistados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)			15
21/08/2012. Manhã	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Grupo Escolar: Escola Pública	13
21/08/2012. Manhã	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Visitante Local	10
04/10/2012. Tarde	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Grupo Escolar: Escola Pública	14
09/10/2012. Manhã	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Visitante Local	13
17/10/2012. Manhã	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Visitante Local	10
23/10/2012. Manhã	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Grupo Escolar: Escola Pública	10
23/10/2012. Tarde	Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	Visitante Local	14
Total de visitantes entrevistados no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel			84
16/08/2012. Manhã	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Universitário: Particular	10
24/08/2012. Manhã	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Escolar: Escola Pública	15
29/08/2012. Tarde	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Escolar: Escola Pública	14
02/10/2012. Manhã	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Escolar: Escola Particular:	15
02/10/2012. Tarde	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Escolar: Escola Pública:	10
11/10/2012. Manhã	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Grupo Escolar: Escola Particular:	20
11/10/2012. Tarde	Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	Visitante Local	05
Total de visitantes entrevistados no Museu Militar Forte do Brum			89
Total de visitantes entrevistados nas três instituições museais			188

Fonte: Rosemary Cardoso.

O gráfico 01: Público Visitante das três instituições museais, apresenta a amostra quantitativa, ou seja, o total semestral de visitantes de cada instituição museal, os dividido em turistas e visitantes local.

Gráfico 01: Público Visitante das três instituições museais.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Definidas as instituições pesquisadas e a forma de seleção da amostra é necessário ainda explicar os mecanismos de coleta de dados e critérios de classificação do público visitante.

Optamos pela realização de entrevistas semi-estruturadas junto ao público visitante das instituições acima apresentadas. Esta ferramenta de coleta de dados é amplamente utilizada nas ciências humanas, e pauta-se na promoção de diálogos direcionados com o público alvo. Ou seja, durante conversas informais o pesquisador introduz temas ou questionamentos (ver protocolo 02), sendo que seu interlocutor, o entrevistado, tem total liberdade na elaboração de sua resposta, não estando tolhido a responder apenas sim ou não. Neste sentido, além de dados quantitativos⁹⁶ as entrevistas semi-estruturadas se mostram eficazes na coleta de dados qualitativos, e, portanto, contribuem sobremaneira para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa.

Objetivando gerar uma gama variada de informações as entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos, cada qual voltado a uma temática e objetivos específicos.

O primeiro momento foi dedicado ao levantamento das características gerais do público visitante, bem como seu conhecimento prévio a temas correlatos a nossa pesquisa. Esta abordagem inicial se deu na entrada das instituições museais, e, portanto,

⁹⁶ Para apresentar a relação quantitativa das pessoas entrevistadas, de forma sistemática, optamos por elaborar um protocolo (Protocolo 02), onde também é possível visualizar informações como as datas que ocorrem as entrevistas em cada museu especificamente, a motivação da visita de cada pessoa entrevistada e total de entrevistados.

esta conversa, ou a primeira parte de nossa entrevista, acontecia antes do visitante percorrer as dependências do museu.

Além do registro de dados atinentes à organização a pesquisa (nome da Instituição Museal, Data e hora, nº total de visitantes, nº total de entrevistados, período total de observação e entrevista) e ao perfil do entrevistado (faixa etária, sexo, escolaridade, motivação da visita e origem), a entrevista foi conduzida a partir de cinco perguntas guias, que poderiam ser formuladas de diferentes maneiras durante a conversa, mas que de modo geral objetivavam saber:

- *O que é Arqueologia?*
- *O que é Patrimônio Arqueológico?*
- *O entrevistado visitou outro museu em Recife?*
- *Quais museus foram visitados anteriormente?*
- *Neste outro museu visitado, havia artefatos arqueológicos em exposição?*

Posteriormente, ao término da incursão pelas dependências do museu, era realizada a segunda etapa de nossa entrevista⁹⁷. Neste segundo momento a conversa foi direcionada à realidade desvelada durante a apreciação do acervo das instituições em questão, privilegiando, principalmente, o patrimônio arqueológico salvaguardado pelos museus. Assim, seis perguntas nortearam a fase conclusiva de nossa entrevista, são elas:

- *Entre os objetos expostos neste museu havia algum artefato arqueológico? Quais?*
- *Qual é a atratividade ou visibilidade dos artefatos arqueológicos?*
- *Depois da visita ao museu, ficou claro o que é Arqueologia?*
- *A partir da exposição museográfica, qual é a importância da Arqueologia?*
- *Por que e pra que este acervo está alocado neste museu?*
- *Qual relação que o material arqueológico tem com a tua história?*

⁹⁷ Cabe destacar que todos os nossos interlocutores participaram das duas etapas das entrevistas.

Para delimitação do perfil do público visitante⁹⁸, optamos pela subdivisão em categorias relacionadas ao sexo, faixa etária, origem, escolaridade. Privilegiamos esses critérios, pois, observamos que, quando implementadas, as ações educacionais promovidas pelos museus são elaboradas tendo em vista a idade, o grau de instrução e o interesse do visitante, já que há necessidade de adequação do vocabulário e das estratégias de interação e/ou intermediação com o público. Além disso, acreditamos que os critérios supracitados podem ter alguma influência sobre o modo das pessoas entenderem, interpretarem e interagirem com o acervo museal e em especial com o seu patrimônio arqueológico.

Na categoria sexo foi realizada a oposição entre homens e mulheres, o intuito foi perceber se há predomínio de frequentadores do sexo feminino ou masculino; bem como analisar se as diferenças sexuais influenciam, de algum modo, a relação como patrimônio arqueológico.

Quanto à faixa etária optamos por subdividir o público em:

- *Crianças* – Visitantes com faixa etária entre 10 a 13 anos⁹⁹
- *Jovens* – Visitantes com faixa etária entre 14 a 21 anos
- *Adultos* – Visitantes maiores de 22 anos
- *Idosos* – Visitantes maiores de 60 anos de idades

Neste caso, um de nossos objetivos foi perceber se as experiências acumuladas ao longo da vida contribuiriam para uma maior identificação com o patrimônio arqueológico; ou, se o maior acesso às informações, marcante nas últimas gerações, também tem contribuído para este processo.

Na Tabela 03 abaixo podemos ver o museu, a data, o turno (manhã ou tarde), a faixa etária, escolaridade, sexo, bem como o número de visitantes entrevistados em cada museu.

⁹⁸ Entende-se por público visitante todas as pessoas que estiveram no museu durante a realização da pesquisa, independente de seu enquadramento nas categorias aqui utilizadas para delimitação do perfil dos frequentadores dos museus recifenses.

⁹⁹ Cabe destacar que optamos em não entrevistar as crianças menores de 10 anos, pois foi elaborado um único protocolo da entrevista, com uma única metodologia, para todos os públicos dos três museus, e no caso das crianças menores de 10 anos seria necessário uma metodologia diferenciada, mesmo sendo uma entrevista semi estrutura que permite uma flexibilidade maior na sua realização, desta faixa etária exige uma metodologia e abordagem específica.

Tabela 03: Perfil do Público entrevistado.

Museu	Data	Sexo		Faixa Etária	Escolaridade
		Mulher	Homem		
Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	21/08/2012. Manhã	05	05	Idosos	Graduação
CCJPE-SKZI	21/08/2012. Manhã	07	06	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
CCJPE-SKZI	04/10/2012. Tarde	06	08	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
CCJPE-SKZI	09/10/2012. Manhã	08	05	Idosos	Graduação
CCJPE-SKZI	17/10/12. Manhã	06	04	Idosos	Graduação
CCJPE-SKZI	23/10/2012. Tarde	10	04	Adultos	Graduação
CCJPE-SKZI	23/10/12. Manhã	07	03	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
Museu Militar Forte do Brum (MM-FB)	16/08/2012. Manhã	03	07	Adultos	Grupo Universitário
MM-FB	24/08/2012. Manhã	09	06	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
MM-FB	29/08/2012. Tarde	05	06	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Fundamental
MM-FB	29/08/2012. Tarde	02	01	Crianças	Grupo Escolar: Ensino Fundamental
MM-FB	02/10/2012. Manhã	07	08	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
MM-FB	02/10/2012. Tarde	02	06	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Fundamental
MM-FB	02/10/2012. Tarde	02	00	Crianças	Grupo Escolar: Ensino Fundamental
MM-FB	11/10/2012	4	6	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Fundamental
MM-FB	11/10/2012	5	5	Jovens	Grupo Escolar: Ensino Médio
MM-FB	11/10/2012. Tarde	01	04	Adultos	Graduação
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	25/08/2012. Manhã	01	01	Adultos	Ensino Fundamental
IAHGP	28/09/2012. Manhã	03	02	Adultos	Grupo Escolar: Ensino Médio
IAHGP	30/09 2012. Manhã	04	02	Adultos	Grupo Universitário
IAHGP	03/10/2012. Manhã	02	00	Adultos	Graduação

Fonte: Rosemary Cardoso.

Sob a denominação de origem buscamos identificar tanto a procedência do visitante, quanto o mote principal para sua ida aos museus. Deste modo foram estabelecidos três grupos:

- *Visitantes locais* – moradores da cidade de Recife que espontaneamente se dirigem às instituições museais, encaradas como um espaço de cultura e lazer
- *Grupos Escolares ou Estudantes* – alunos de escolas e universidades locais levados aos museus através da iniciativa das instituições de ensino
- *Turistas* – pessoas que não residem na cidade, geralmente, a visita aos museus integra algum roteiro ou programação (oferecido por empresas especializadas ou formulado autonomamente ou com a ajuda de amigos residentes no município) destinado a apresentar locais icônicos do município¹⁰⁰

A origem do público e a motivação da pesquisa podem ter algum efeito no modo como o público percebe e se identifica com o patrimônio arqueológico. É de se esperar que os grupos formados por pessoas que residam em Recife (visitantes locais e estudantes) construam uma visão própria, pautada no contexto sócio-cultural local e, portanto, diferente da dos turistas, do patrimônio arqueológico exposto nos museus da cidade. Como um dos objetivos de nossa pesquisa é investigar como e se a população local se apropria de seu patrimônio cultural e arqueológico optamos por entrevistar apenas os moradores de Recife (visitantes locais e estudantes), portanto, os turistas não foram inseridos em nossa enquete, sendo apenas contabilizados.

Outra categoria utilizada para classificação do público visitante foi o grau de instrução formal ou escolaridade. Ao optarmos por esse critério não estamos sugerindo que as pessoas com maior acesso a educação formal tenham uma melhor compreensão ou respeito ao patrimônio arqueológico, mas sim que o sentimento de valorização e/ou identificação com esse patrimônio pode ser construído e expresso de múltiplas maneiras.

¹⁰⁰ Os *turistas* vêm conhecer a beleza litorânea do município, também buscam conhecer e aprender mais sobre contexto histórico e sociocultural do estado; o *turismo religioso* também merece destaque, pois, como notamos que a Sinagoga atrai não somente judeus, que vem de toda parte do mundo para conhecer a história de sua comunidade, mas também, religiosos de outras denominações que respeitam e querem conhecer a história desta comunidade que influenciou diretamente a história do município, até mesmo do país.

Outro aspecto a ser perquirido é a correlação entre escolaridade e número de visitantes, ou seja, o acesso aos bens culturais seria dependente do grau de instrução das pessoas?

Assim, quanto à escolaridade o público visitante foi dividido em

- *Analfabetas* – pessoas que não tiveram acesso à educação formal
- *Ensino Fundamental* – concluído ou em curso
- *Ensino Médio* – concluído ou em curso
- *Ensino Universitário* – concluído ou em curso

A partir das informações coletadas na documentação fornecida pelas instituições museais, e tendo como referência os critérios supracitados, passemos agora a explorar dados quantitativos vinculados ao perfil do público visitante dos museus que integram esta etapa de nossa pesquisa.

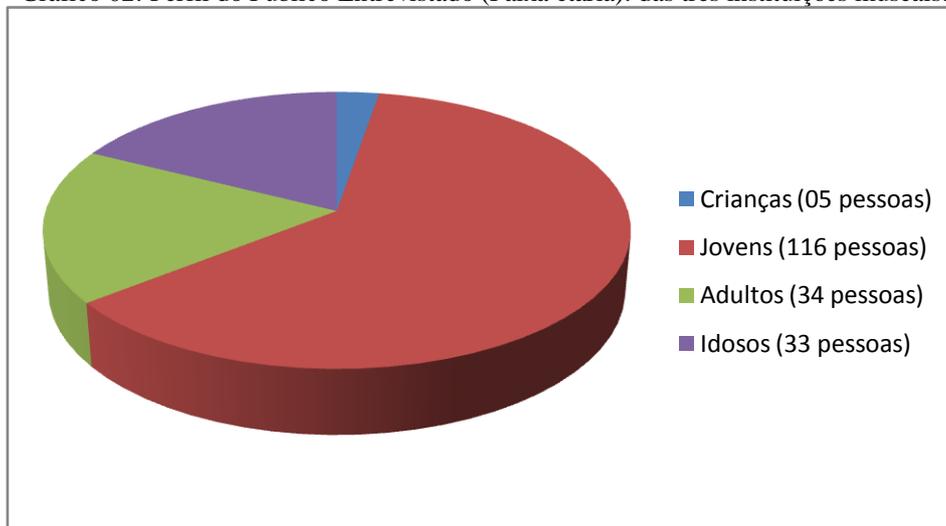
Como demonstrado no Gráfico 01 (ver página 142) o Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI) apresenta a maior média de público entre as três instituições, sendo marcante a maior quantidade de turistas, o que em parte pode ser explicada por sua integração no perímetro turístico do Recife Antigo, bem como, sua ampla divulgação nos meio especializado (principalmente entre a comunidade judaica).

A segunda instituição em número de visitantes é Museu Militar Forte do Brum (MM-FB), ao contrário do que acontece na Sinagoga (CCJPE-SKZI) a maior parte do público que frequenta este museu é formada por visitantes locais, em certa medida isto se deve ao grande número de visitas escolares, visto que o Forte do Brum tem sido amplamente utilizado como instrumento pedagógico que auxilia no estudo e compreensão da história e cultura local.

Por fim, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) observamos uma maior proximidade entre o número de visitantes locais e turistas, além de um menor fluxo de pessoas, observamos que a instituição é mais percebida como um centro de pesquisa, diferentemente das outras duas instituições que são percebidas também como centro de cultura e lazer, o que justificar a diferença no fluxo de visitante.

Quanto a faixa etária do público entrevistado observamos grande diversificação. Tendo sido entrevistados homens e mulheres; jovens, adultos e idosos. Contudo, como demonstrado pelo gráfico abaixo, o público é formado predominantemente por jovens.

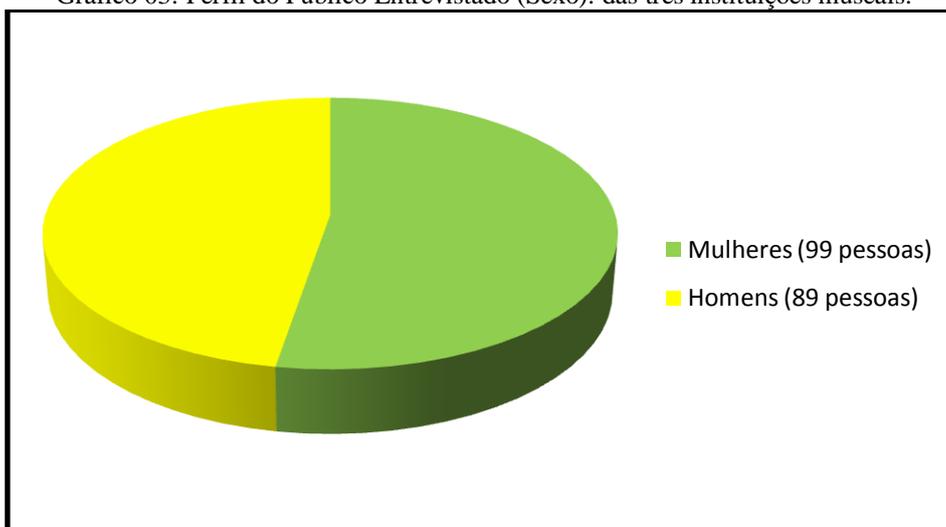
Gráfico 02: Perfil do Público Entrevistado (Faixa etária): das três instituições museais.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Quanto à sexualidade é notória a presença de ambos os sexos, sendo que a presença do sexo feminino é um pouco maior. Assim, podemos afirmar o interesse pela visita ao museu não perpassa por questões relacionadas à categoria “Sexo”.

Gráfico 03: Perfil do Público Entrevistado (Sexo): das três instituições museais.



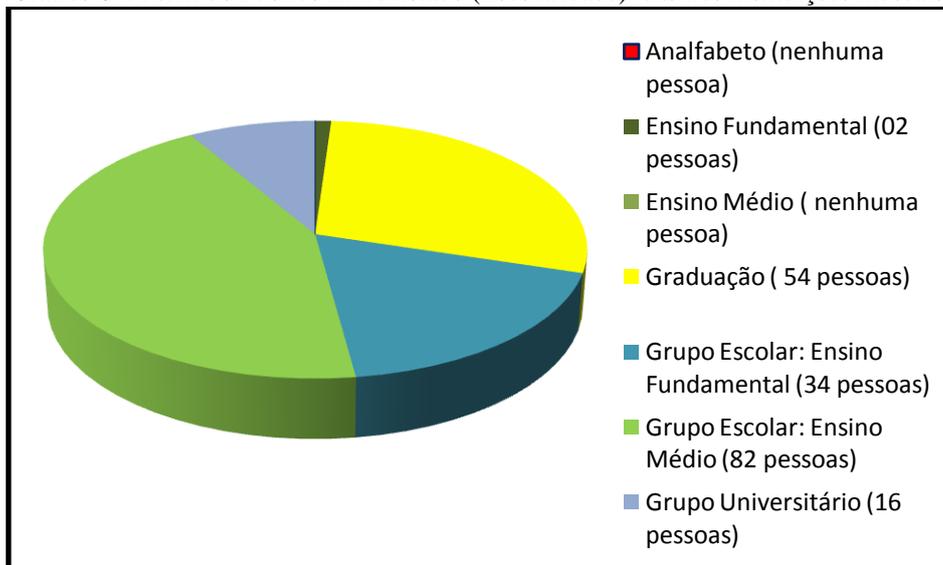
Fonte: Rosemary Cardoso.

Outra característica que chama atenção é que aproximadamente 70% do público visitante entrevistado são constituídos por pessoas que integravam grupos escolares de

instituições públicas e particulares. Principalmente estudantes do ensino fundamental e médio, que faziam visitas temáticas correlacionadas com as disciplinas acadêmicas. Os universitários entrevistados (que também foram contabilizados juntamente com os grupos escolares) atingiram a marca de aproximadamente 8% do público total, merecendo destaque a presença de alunos dos cursos de história e turismo de faculdades locais (instituições particulares).

Por fim, cabe destacar que perante a ausência de entrevistados analfabetos. Acreditamos que esta realidade não está relacionada a falhas nos meios de seleção da amostra, mas sim, refletem mais uma triste faceta de nossa realidade social. Demonstrando que ao cidadão que foi tolhida a oportunidade de uma educação formal, normalmente, é dificultado, se não negado, um usufruto pleno dos bens culturais.

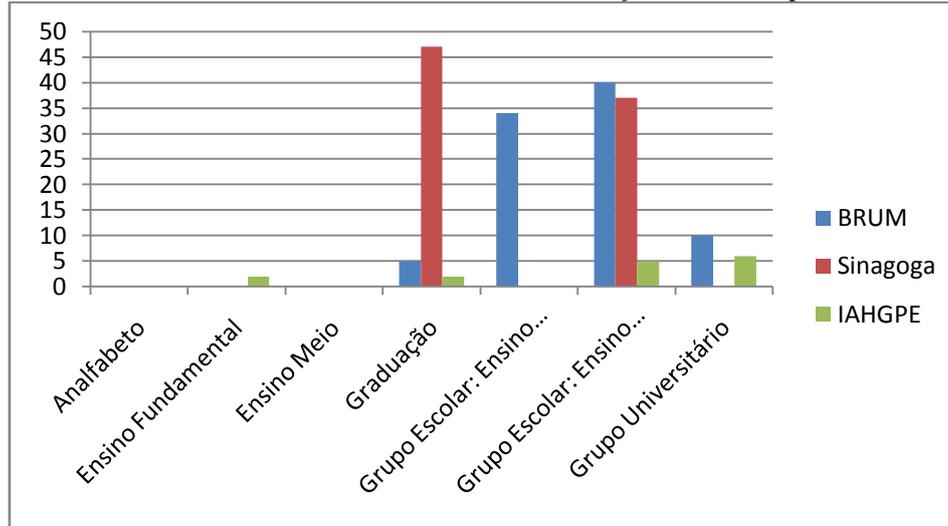
Gráfico 04: Perfil do Público Entrevistado (Escolaridade): das três instituições museais.



Fonte: Rosemary Cardoso.

O Gráfico 05 apresenta o perfil da escolaridade do Público entrevistado das três instituições museais separadamente, e neste gráfico podemos observar que as faculdades (particulares) não são um grupo frequente nos museus, e a motivação deste grupo geralmente é vinculado às disciplinas da história e do turismo.

Gráfico 05: Escolaridade do Público entrevistado das três instituições museais separadamente: Total 188.



Fonte: Rosemary Cardoso.

De um modo geral, podemos afirmar que as instituições museais do município de Recife que selecionamos para este estudo recebem um quadro diversificado de visitantes. Que engloba homens e mulheres de múltiplas idades e diferentes faixas etárias¹⁰¹, que se dirigem aos museus seja em busca de entretenimento e lazer ou como parte de sua formação escolar.

Um dado importante revelado pela amostra selecionada é que o público destes museus é formado quase que igualmente por turistas e visitantes (havendo uma pequena porcentagem de diferença), com exceção da Sinagoga - CCJPE-SKZI. Com isto, podemos inferir que, de certo modo, os moradores de Recife (mesmo que sejam influenciados pelas instituições educacionais) vêm as instituições museais enquanto um espaço ativo e relevante no engrandecimento histórico e cultural de seu povo, despontando ainda como uma opção que conjuga aprendizado e lazer.

Contudo, é desolador que este quadro não seja a realidade para a totalidade de nossa comunidade. Pois, como demonstrado durante a coleta de dados desta pesquisa, uma parcela da comunidade local (analfabetos, e acreditamos que, por conseguinte, as camadas mais pobres de nossa população) está alijada dos espaços museais, não tendo acesso aos seus bens culturais e, portanto, desconhecendo o patrimônio arqueológico ali alocado.

¹⁰¹ Entre eles ainda há o grupo das crianças e pesquisadores, que não foram contemplados durante as entrevistas.

6.2 – PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS E O PÚBLICO: INTERFACE DA RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO

Nesta segunda etapa do capítulo iremos explorar com maior esmero os dados qualitativos auferidos com a execução das entrevistas. Este é um momento crucial em nosso trabalho, pois este é um espaço dedicado a entender e problematizar os meandros da relação estabelecida entre o público visitante e o patrimônio arqueológico musealizado, bem como discutir o papel educativo/pedagógico das instituições museais.

A ação educativa desenvolvida por todo e qualquer museu perpassa pelo contato visual do sujeito/visitante com o objeto/patrimônio arqueológico. Este contato viabiliza o conhecimento a partir da experiência como vimos no terceiro capítulo¹⁰².

Como vimos no quarto capítulo, os museus utilizam recursos sonoros (músicas e sonoplastia em geral), visuais (textos explicativos, apresentação de filmes e reportagens sobre o museu e sua temática) e atividades lúdicas.

Certos meios de aquisição de conhecimentos são facilitados quando tomam a forma aparente de atividade lúdica. O jogo não é o fim visado, mas o eixo que conduz a um conteúdo didático determinado. Ele resulta de um empréstimo da ação lúdica para servir à aquisição de informações (KISHIMOTO, 1993, p. 113).

Esta estratégia é empregada no Museu Militar do Forte Brum (MM-FB). Lá o visitante ao chegar a uma sala de conferência e após a exibição de um filme informativo sobre o museu, e posteriormente, recebe a foto de uma peça do acervo, sendo desafiado a localizar este objeto durante o passeio pelas dependências do museu. Após a “descoberta” do item desejado, o visitante é convidado a ler um pequeno texto com algumas informações sobre o objeto em questão. Esta atividade lúdica envolve principalmente os jovens e as crianças, explorando seu espírito competitivo, já que todos querem ser o primeiro a encontrar o objeto, o intuito da atividade lúdica é de despertar o interesse e atenção pelo acervo exposto.

Todas as atividades promovidas pelos museus, para além do contato com o objeto e com a exposição, engendram uma forma de complementar a experiência. Contudo, em muitos casos, os museus serão os responsáveis pelo primeiro, principal e até mesmo o único contato que grande parte do público visitante terá com o patrimônio arqueológico

¹⁰² Especificamente no tópico 3.3, onde discutimos uma parte da obra “*Critica da Razão Pura*”, de 1781, do filósofo Immanuel Kant, e argumentamos que a experiência é um viés importante para o conhecimento (conhecimento empírico).

ou com os preceitos da Arqueologia. Opinião que também é defendida por Shanks e Tilley (1992), que afirmam que o museu é a principal instituição a realizar a conexão entre Arqueologia e sociedade.

Figura 85: Atividades lúdicas: MM-FB: 16/08/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

A exposição, a comunicação museal, e o museu em si, ressaltam a necessidade do contato direto entre o público e um determinado objeto, como meio e fonte de conhecimento. Embasados nesta diretriz, defendemos que a relação sujeito/objeto no âmbito museal fornece ao público visitante, um contato direto com a história ali destacada, apresentada e divulgada. Assim, *“a educação museal (ou ação educacional) passa necessariamente pela capacidade progressiva de instrumentalizar o público para a decifração dos códigos propostos”* (RAMOS, 2004, 54).

Figura 86: Acompanhamento das visitas:
MM-FB: 02/10/2011.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 87: Acompanhamento das visitas:
MM-FB: 11/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Contudo um objeto quando é inserido em uma exposição museal adquire um caráter polissêmico, sendo constantemente (re)significado. Esta é uma das características fulcrais da relação sujeito/objeto musealizado, pois cada novo sujeito a visitar uma exposição, percebe e interpreta os objetos expostos a partir de suas experiências pessoais, e assim sendo, o conhecimento empírico é assimilado de múltiplas formas.

Portanto, o objeto arqueológico musealizado, não extingue sua relevância no próprio corpo físico ou no espaço do museu, nem tampouco na exposição em si, mas aponta para fora de si, para o mundo, para a vida vivida do público visitante.

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses (RAMOS, 2004, p.18).

Os objetos arqueológicos musealizados têm seus significados metamorfoseados pela apropriação da sociedade. Podem, por exemplo, alavancar a valorização e construção de símbolos fomentadores de identidades plurais, sendo também instrumentos de educação, preservação e transmissão de conhecimento.

O caráter polissêmico e multivalente dos artefatos arqueológicos musealizados pôde ser percebido durante as entrevistas com visitantes de museus recifenses. Como não poderia deixar de ser, as pessoas percebem e dão significado aos objetos expostos a partir de suas lembranças e experiências. Buscando, majoritariamente, associar o patrimônio arqueológico musealizado a momentos ou a situações de sua vida, ou interpretando-os como elementos viscerais de nossa formação sócio-cultural.

Com a realização das entrevistas auferimos dados sobre as experiências e conhecimentos prévios de nossos interlocutores, e ainda tivemos acesso às suas opiniões e percepções do patrimônio arqueológico musealizado. Sem mais delongas, passemos então à explorar as informações coletadas junto ao público visitante de museus em Recife¹⁰³.

¹⁰³ Cabe destacar, que infelizmente não foi possível realizar o registro fotográfico de grande parte das entrevistas, visto que todo o processo de abordagem e coleta de informação foi realizado exclusivamente pela autora do presente trabalho, que na maior parte do tempo encontrava-se sozinha com os entrevistados, inviabilizando a realização da fotografia. Além disso, tivemos que respeitar as orientações e restrições delimitadas por algumas instituições museais.

As duas perguntas iniciais¹⁰⁴ foram formuladas com o intuito de sondar o conhecimento prévio de nossos interlocutores, bem como seu conhecimento e relação com as instituições museais da cidade. Nosso objetivo era investigar se, porventura, o visitante já havia vivenciado outras experiências que lhe proporcionassem o contato com o patrimônio arqueológico musealizado.

Esta informação não era conseguida de forma direta através das respostas, mas sim era levantada a partir do cruzamento de dados. Sendo a resposta do entrevistado positiva, e o mesmo indicando qual museu havia sido visitado anteriormente, podíamos saber se ele esteve em algum museu cujo acervo e exposição contava com objetos arqueológicos. Isto porque o inventário e o levantamento realizados durante nossa pesquisa (como apresentado no quinto capítulo), nos forneciam um panorama a respeito da musealização da Arqueologia no município de Recife.

Em seguida, perquirimos, sob a forma de indagações diretas¹⁰⁵, se o visitante reconheceu os artefatos arqueológicos expostos nos outros museus. Esta etapa da entrevista foi essencial para nos auxiliar a compreender o papel delegado aos artefatos arqueológicos no contexto expográfico dos museus recifenses, bem como perceber a visibilidade do patrimônio arqueológico musealizado.

Interessante observar que a grande maioria dos entrevistados, apesar de já terem visitado museus com peças arqueológicas em seu acervo, respondiam que não haviam percebido a presença do patrimônio arqueológico abrigado naquelas instituições. Contudo, era comum, ao término da visita e ao longo da conversa com a pesquisadora, os entrevistados reconhecerem os artefatos arqueológicos expostos, bem como associá-los a objetos vistos em outros museus.

Observamos que entre os estudantes jovens com escolaridade de Ensino Fundamental e Médio o número de pessoas que conheciam outras instituições museais era alto. Todavia, o reconhecimento do material arqueológico anteriormente observado não mantinha a mesma frequência. Entre aqueles que se recordavam dos artefatos arqueológicos, ou associavam objetos à este tipo de patrimônio, predominavam alunos do Ensino Médio que se lembravam de “machados de pedras”, “cacos de panelas” e “coisas de índios¹⁰⁶”.

¹⁰⁴ *O entrevistado visitou outro museu em Recife? Quais museus?*

¹⁰⁵ *Havia artefatos arqueológicos em exposição? Quais e artefatos arqueológicos havia na exposição?*

¹⁰⁶ É relevante observar que muitas vezes os acervos etnográficos são confundidos ou associados ao patrimônio arqueológico. A intrínseca relação entre a Arqueologia pré-histórica e as comunidades indígenas pretéritas de nosso país sem dúvidas estimulam esta situação, contudo, o que cabe destacar é a

Adultos e idosos, com diferentes escolaridades, demonstraram melhor desempenho que os jovens ao se lembrarem dos artefatos arqueológicos expostos em outros museus. Contudo, este número também foi baixo. Cabe destacar que o grau de escolaridade pouco ou nada influenciou no reconhecimento do patrimônio arqueológico exposto, sugerindo que as informações a respeito deste acervo têm fraca introjeção nos diferentes tipos de público.

Sobre os idosos, ainda merece destaque, a escolaridade, 100% dos idosos entrevistados, ou seja, 33 pessoas têm uma formação acadêmica (a graduação completa), sugerindo assim, entre os idosos quanto maior a escolaridade, maior o interesse pelo lazer juntamente com a cultura e a história.

A princípio os dados demonstram que o patrimônio arqueológico exposto nos museus do Recife tem pouca visibilidade ou reconhecimento enquanto tal. Contudo, observa-se que os visitantes reagem positivamente, tentando se lembrar dos objetos ou os associando à Arqueologia, ao menor estímulo impetrado (conversa com a pesquisadora).

Outro fato evidenciado durante as entrevistas é que a Arqueologia raramente é lembrada ou percebida enquanto ciência. Majoritariamente, a imagem da Arqueologia construída pelo público visitante estava pautada nas concepções apresentadas pelos meios de comunicação (televisão, cinema, internet, filmes e revistas informativas e/ou científicas, revistas em quadrinhos). Prevalecendo um ideário vinculado a mitologia e a aventura. Algo parecido com o enredo ficcional dos filmes de *“Indiana Jones”*, personagem de estrondoso sucesso que ajudou a consolidar a imagem do arqueólogo como um romântico aventureiro, e foi constantemente lembrado durante as entrevistas, tanto por os jovens, quanto pelos adultos e idosos (com maior frequência, visto que os primeiros filmes da série remetem as décadas de 1980 e 1990).

Sobre esse tópico em específico, percebemos que os adultos e idosos com curso universitário com maior frequência reconheciam a Arqueologia enquanto disciplina acadêmica. Contudo, mesmo entre este seletivo grupo poucos eram aqueles que durante as conversas demonstravam ter algum conhecimento sobre as áreas de atuação e métodos utilizados pelos arqueólogos.

Outro aspecto abordado pelas entrevistas foi a importância da preservação, conservação, proteção e da divulgação do patrimônio arqueológico. Para tanto os

fragilidade das estratégias exposigráficas ao realizar esta diferenciação e promover o patrimônio arqueológico em sua especificidade.

entrevistados eram questionados: “*Por que e pra que este acervo está alocado neste museu?*”. A maioria do público visitante era categórica em responder que aqueles objetos estavam nos museus, pois deveriam ser preservados já que eram importantes. Outra resposta comum é que eles faziam parte da história do país e deveriam ser vistos.

Contudo, durante o acompanhamento das visitas era comum ouvirmos as pessoas perguntando entre si ou ao guias: *O que é isto? Para que serve? Quem fabricou aquilo? De onde vem tal objeto? Porque isto está guardado em um museu?*

Um fato que chama a atenção é que tanto jovens quanto e idosos expressavam que o patrimônio arqueológico deveria ser salvaguardado pelos museus por representarem o “passado” de nosso país. Todavia, a maneira como esse “passado” é construído ou interpretado é diferente para cada um destes grupos.

Para os “jovens” o passado representado pelos artefatos arqueológicos remete aos livros de história, e a períodos longínquos de muitos séculos atrás. Já entre os idosos o acervo arqueológico remetia a um “passado” memorial, das histórias que ouviam quando criança ou das experiências de vida própria ou de algum parente mais velho (geralmente pais ou avós).

Independente da escolaridade os entrevistados reconheciam os artefatos arqueológicos enquanto objetos importantes ou dotados de significado histórico. Contudo, tinham dificuldade em expressar, ou perceber, por exemplo, porque ou como aquela peça exposta no museu estava vinculada à formação de nossa identidade sócio-cultural.

Os entrevistados também tiveram dificuldades em argumentar “*A partir da exposição museografica, qual é a importância da Arqueologia?* Grande parte dos entrevistados afirmava que a Arqueologia era importante, pois nos ajudava a conhecer nossa história e encontrava objetos “valiosos” a serem expostos nos museus.

Ampliando a discussão iniciada com a pergunta anterior, questionamos nossos interlocutores se: “*Depois da visita ao museu, ficou claro o que é Arqueologia?*”

Entre o público entrevistado, os adultos com curso universitário construíam um discurso mais coeso e consistente a respeito da importância da Arqueologia. Mas eles também confessavam que em muitos casos a forma como os objetos arqueológicos estavam expostos ou eram explorados pelos museus não contribuía para a divulgação da relevância das pesquisas arqueológicas.

Também observamos que de uma forma geral, houve diferença nas repostas do público visitante entrevistado dos três museus. No Centro Cultural Judaico de

Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI) e no Museu Militar do Forte Brum (MM-FB) os entrevistados conseguiam formar uma idéia geral sobre o que é Arqueologia a partir das intervenções arqueológicas realizadas nas dependências destes museus. Já no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), apesar do visitante rapidamente identificar os artefatos arqueológicos (especialmente as lâminas de pedra polida), eles têm maior dificuldade em expressar de forma clara o que é Arqueologia ou quais seus ramos de atuação e interesse.

Percebemos, portanto, que os meios de divulgação adotados pelos museus em questão atingem o propósito quanto à valorização (ou pelo ao menos o reconhecimento da importância) do patrimônio arqueológico. Contudo, suas estratégias ainda são deficitárias no que tange à explicação sobre a relevância e especificidades da pesquisa arqueológica.

Esta situação não deve ser creditada ao desinteresse dos responsáveis pela organização das exposições ou realização das visitas guiadas, nem dos administradores. Em primeiro lugar é preciso reconhecer que estes museus aqui abordados a Arqueologia não campeia como tema principal a ser abordado nestas instituições. Porém, grande parte do acervo e da estrutura ocupada por esses dois museus¹⁰⁷ foram alvo de pesquisas arqueológicas de grande vulto, que sem dúvida podem e devem contribuir não só para o aprimoramento dos meios de comunicação adotados por essas instituições, como também para a divulgação da Arqueologia enquanto labor científico e dos artefatos arqueológicos enquanto patrimônio histórico-cultural do país.

Mais uma vez gostaríamos de relembrar que não é objetivo do presente trabalho dissertativo indicar “responsáveis” por possíveis falhas nas instituições em questão. Pelo contrário, o que pudemos observar ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa foi a dedicação e o compromisso destas instituições em desenvolver o seu trabalho da melhor forma possível.

¹⁰⁷ Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel e Museu Militar do Forte Brum.

Figura 88: Visita no CCJPE-SKZI: 21/08/2012. Figura 89: Entrevistados no CCJPE-SKZI: 17/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Acreditamos que a realidade acima mencionada ressalta a importância do diálogo interdisciplinar entre Arqueologia e Museologia. A interação de profissionais destas duas áreas, e a formulação de projetos conjuntos sem dúvidas pode contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de comunicação utilizadas nos museus e direcionadas ao patrimônio arqueológico. Pois como defendemos neste trabalho, o museu ainda é um dos maiores e melhores meios de acesso e divulgação do patrimônio arqueológico ao grande público.

Figura 90: Vista de grupo estudantil no CCJPE-SKZI: 23/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 91: Visitante observando artefatos arqueológicos no (CCJPE-SKZI) 17/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Por fim, para a derradeira pergunta de nossa entrevista (*Qual relação que o material arqueológico tem com a história e com a tua vida?*) obtivemos uma gama muito variada de respostas, por vezes contraditórias. Por exemplo, durante a entrevista

era comum os entrevistados apresentarem uma resposta negativa (*Não tem nada a ver com a minha vida*), contudo, durante o acompanhamento e observação das visitas aos museus era comum ouvirmos frases como: “*Antigamente a casa dos meus avós também tinha o piso feito de tijolos*”; “*Meu pai disse já ter encontrado, quando criança, cachimbos iguais a esse num campinho perto lá de casa*”; “*As balas e os canhões são iguais as daqueles filmes de pirata*”; entre outras frases.

Acreditamos que esta aparente contradição pode ter sua origem na linguagem e diretriz expográfica adotada pelos museus, visto que algumas vezes, a comunicação e a exposição era entendida de forma diferente dos objetos arqueológicos. Em alguns casos os artefatos arqueológicos eram associados a vida e a história do entrevistado, mas a exposição como um todo promovia o distanciamento; em outras ocasiões o entrevistado nutria grande apreço e intimidade com o tema abordado pela exposição, contudo não conseguia perceber o papel ou a especificidade do patrimônio arqueológico naquele contexto.

Como mencionado anteriormente, os fatos aqui relatados não devem ser encarados como uma crítica às instituições em escrutínio. Sabemos que a exposição museal, às vezes, tem por objetivo, tratar de temáticas específicas, e deste modo, o objeto perde seu valor em si mesmo, para se tornar uma pequena parte de um grande tema. Acreditamos que mais uma vez o diálogo inter-disciplinar, tanto no planejamento das exposições quanto nas ações educacionais promovidas nos museus, é o caminho a ser adotado para minimização deste revés.

6.3 – RELIGIÃO, HISTÓRIA E CULTURA E SUAS INFLUÊNCIAS NA RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO

Ao acompanharmos diversas visitas e conversarmos com diferentes pessoas, fica latente que a relação sujeito/objeto arqueológico musealizado esta pautada em uma espiral ininterrupta de significação e (re)significação. Diaciturnamente os objetos arqueológicos musealizados passam a ter novos valores, regidos pelos mais variados interesses, tanto da instituição museal, quando do próprio visitante (sujeito).

O museu é o lugar institucionalizado onde, a partir de certos parâmetros, se mostra o mundo. Cada objeto exibido é uma fratura exposta: fragmentos do mundo que podem se transformar em orgia para os sentidos. O que tinha valor de uso torna-se espetáculo. O museu admite necessariamente que sua tarefa primordial é o próprio estudo

da imensa rede de objetos com os quais a historicidade da vida humana se realiza (RAMOS, 2004, p. 64).

Portanto, ao analisarmos o âmago da relação sujeito/objeto percebemos que os objetos arqueológicos são (re)significados e compreendidos a partir da experiência particular de cada visitante. Em outras palavras o visitante busca a si mesmo, sua própria história nas exposições e nos próprios objetos. Sendo fulcral no direcionamento deste processo contextos/aspectos religiosos, culturais e históricos.

Cabe ressaltar que estes três contextos/aspectos são próprios de cada sujeito, e irão intermediar, ou guiar, a maneira como eles se relacionam com os objetos. Portanto, esses três parâmetros são inerentes ao visitante, e o objeto é um meio para exprimir os aspectos supracitados.

O contexto/aspecto religioso pode exercer grande influência no modo como o visitante interage com o patrimônio arqueológico musealizado. O significado doado aos artefatos arqueológicos certamente passarão pelos filtros religiosos de cada visitante, determinado como cada objeto é compreendido e assimilado.

Assim, os artefatos arqueológicos inseridos em uma exposição podem perder sua conotação científica e histórica e serem percebidos, assimilados e aceitos como “*objetos religiosos*”.

Por exemplo, as lâminas de pedra polida alocadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) podem ser associadas, ou interpretadas como, o Axé de Xangô pelos visitantes adeptos das religiões afro-brasileiras.

As dependências do Museu Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI), são encaradas pelos visitantes judeus como um local sagrado, um templo, cujo significado religioso é reforçado pelo uso do quipá (ou kipá o “chapéu judeu”). E mesmo entre os visitantes não judeus o significado atribuído ao local perpassa pelos aspectos/contextos religiosos.

Pois, geralmente após o contato com Poço (BOR) e Piscina (MIKVÊ), e as primeiras explicações fornecidas pelos guias, os primeiros questionamentos levantados pelos visitantes são sobre a religião judaica. Posteriormente, depois de sanadas todas as dúvidas e curiosidades, surgiu o interesse por questões relacionadas à história e a arquitetura (material construtivo, engenharia, etc.), do local, por exemplo.

Outra demonstração da influência do contexto/aspecto religioso na relação sujeito/objeto arqueológico musealizado foi registrada durante uma visita ao Museu Militar do Forte Brum.

Na ocasião, um visitante evangélico (em destaque figura 94), optou por não se aproximar do local onde estavam expostos os restos mortais de um soldado dos Montes de Guararapes. Ele ainda se justificou afirmando que acreditava que a religião e os mortos, deveriam ser tratados com respeito, e não ser expostos como um “simples objeto”.

Fato semelhante ocorreu no IAHGP, com um visitante (um homem com 45 anos que cursou o Ensino Médio) ao perceber que um vaso cerâmico era uma urna funerária, ele colocou a mão na urna e em seguida fez o “sinal da cruz” em respeito ao “*objeto de valor religioso*”. O visitante destacou que não sabia que os índios tinham religião, e concluiu dizendo ser importante o museu expor as diferentes religiões. (em destaque figura 93).

Figura 92: Visitantes no IAHGP:
28/09/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 93: Visita de grupo escolar no
MM-FB: 02/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Situações similares também demonstram a influência dos contextos/aspectos: histórico e cultural na relação sujeito/objeto arqueológico musealizado. No caso do contexto/aspecto histórico o que ganha primazia é a história de vida do visitante. Os objetos e os temas em exposição adquirem sentido e significado ao serem relacionados, por exemplo, a história familiar do visitante.

O que pode ser percebido em frases como: *A minha família tem descendência holandesa; Minha bisavó era índia; Meu pai é militar; Minha família toda é negra; Meu nome ou sobrenome aparece nesta lista* (pois, o Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel - CCJPE-SKZI, apresenta várias listas com nomes dos judeus vinculados a história Pernambucana, e é feito uma atividade lúdica,

uma “brincadeira”, com os visitantes, que devem tentar achar seu nome ou sobrenome nestas listas para saber se a sua família é de origem judaica).

Figura 94: Jogo Interativo com sobrenome Judeu no CCJPE-SKZI: 23/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

Figura 95: Explicação sobre Arqueologia (BOR) no CCJE-SHZI: 23/10/2012.



Fonte: Rosemary Cardoso.

“*Só nos compreendemos pelo grande atalho dos sinais de humanidade depositados nas obras de cultura*” (RICOEUR, 1990, p.58). Esta frase do filósofo Paul Ricoeur, quando associada aos interesses da presente pesquisa, nos chama a atenção para a dualidade infringida pelo contexto/aspecto cultural no desenrolar da relação sujeito/objeto arqueológico musealizado.

Obviamente, todo e qualquer objeto só ganha sentido quando abarcado pela teia de significados que dá vida a uma determinada cultura (GEERTZ, 1989). Isto é, sua função, seu uso, sua fabricação, etc., estão regidos por uma série de regras ou princípios intrínsecos ao contexto cultural das pessoas que os fabricaram, utilizaram... Assim sendo, é premente reconhecer que definimos como “artefatos arqueológicos” foram objetos elaborados e utilizados a partir de “lógicas” culturais próprias.

Portanto, ao serem enquadrados na categoria de “artefatos arqueológicos” esses objetos estão sendo (re)significados, ou melhor, estão sendo apropriados a partir de um contexto cultural diferente daquele no qual foram criados. Esta situação se complexifica um pouco mais com a inserção dos artefatos arqueológicos nos espaços museais. Isto porque nos museus esses objetos estão acessíveis a pessoas com diferentes repertórios culturais, que certamente buscam enquadrá-los ou compreendê-los a partir desses repertórios.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a proximidade, ou vinculação ancestral, com o contexto cultural no qual os atuais artefatos arqueológicos foram produzidos, também influenciam a maneira como o público se relaciona com esses objetos. Como já

mencionamos anteriormente, o acervo do Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI) é compreendido de diferentes maneiras por judeus e não-judeus. Os primeiros encontram no local artigos e eventos essenciais à sua gênese cultural; enquanto o visitante não judeu vêem representados no museu elementos de uma cultura que é diferente da sua.

A base cultural que nos sustenta certamente guia o nosso modo de compreender e interagir com os outros (sejam eles pessoas, ou objetos expostos em museus). Em um país pluri-cultural e multi-étnico como o nosso, o desafio lançado à arqueólogos e museólogos e desenvolver estratégias capazes de permitir que o público visitante possa perceber a vinculação de sua religião, sua história e sua cultura com os artefatos arqueológicos ali apresentados.

6.4 – DESAFIOS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS PARA O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS MUSEUS

As ações educacionais que envolvem o patrimônio cultural em museu visam desenvolver a capacidade de observação sensível (empírica), descrição sistemática e análise acerca dos objetos por parte dos visitantes, levando-os a perceberem os objetos expostos como documentos. Estimulando e contribuindo, assim, com a produção do seu próprio conhecimento de forma lúdica. O patrimônio arqueológico é uma fonte documental inexaurível de conhecimento a ser explorada nas exposições museográficas, havendo assim, múltiplas possibilidades de transmissão e construção de conhecimento a partir dos artefatos arqueológicos.

Ao analisarmos a arqueoinformação as ações educativas desenvolvidas nos museus, observamos uma grande preocupação com a elaboração de exposições destinada a “atrair” o público visitante. Almeja-se que por meio da interação com o aparato museal os visitantes desenvolvam-se cognitivamente, apropriando-se e (re)significando os conhecimentos apresentados.

As propostas museológicas e ações educativas desenvolvidas nestes espaços condicionam não apenas uma relação com o presente, mas também vínculos com o nosso passado. Buscando que o público enxergue o patrimônio arqueológico não como algo distante, alheio e “velho”. Mas tentando demonstrar a ontológica ligação do

patrimônio arqueológico musealizado com temas com identidade, memória¹⁰⁸ e diversidade cultural.

A partir do século XX, a sensação da fragmentação da identidade, da perda das referências culturais, despertou na sociedade o desejo de “retorno a algo perdido”. Ou seja, a necessidade de buscar manifestações culturais que pertençam a seu passado vivo, a comportamentos que deixaram de ser comuns, pois o frenesi contemporâneo exige atitudes da sociedade globalizada. Assumir uma identidade cultural significa descobrir-se, ser diferente dos comportamentos globais (MELO, 2010, p.10). Por isso, patrimônios culturais (tangíveis e intangíveis) demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura brasileira.

No momento em que redescobrimos o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso, o que leva, lentamente, o interesse do governo federal, e até mesmo dos legisladores e juristas, pelo patrimônio arqueológico, bem como estimula cientistas e educadores a uma abordagem e divulgação mais adequada do tema.

Por exemplo, como discutido anteriormente, nos trabalhos de Horta (1999) a metodologia proposta para a EP organiza-se a partir do objeto cultural e procura desvendar o complexo sistema de relações contido nele, por meio de atividades de observação, registro, exploração e apropriação. Dessa forma, propicia-se o desenvolvimento de habilidades e conceitos a partir de fases sucessivas de interrogação/interação/relação ao objeto.

Nessa perspectiva, o visitante não é percebido apenas como espectador do discurso construído, pois seriam criados espaços de interlocução nos quais múltiplas leituras sobre os objetos culturais seriam estimuladas, com o objetivo de desenvolver o potencial crítico e a apropriação consciente do patrimônio.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Enquanto grupos sociais ou econômicos buscam referendar a posse de títulos ou genealogias, o que percebemos é que o patrimônio e a memória também se tornam um território de litígio para a posse do passado ou de suas interpretações, papel bem conhecido no embate entre a história oficial e outras histórias. Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto a sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca de brasões de família que legitimem a posse de títulos arcaicos ou bens (SOARES, 2009, p. 284).

¹⁰⁹ Ao investigarmos a relação sujeito/objeto musealizado; a partir de entrevistas semi-estruturadas com o público visitante das três instituições museais, compreendemos que as ações educativas ou a EP relacionado ao patrimônio arqueológico musealizado pode transformar o público visitante em novos produtores e transmissores de conhecimento, bem como, novos defensores e preservadores do patrimônio arqueológico como um todo.

Atualmente a cultura material (ou objetos culturais), tem sido um tema recorrente em vários estudos que têm demonstrado, cada vez mais, a validade, e a necessidade, das interpretações de seus significados. Neste caminho, a denominada Arqueologia Pós-Processual tem contribuído com importantes e profundas discussões sobre a relevância de novos olhares sobre a cultura material.

Assim, os artefatos arqueológicos no contexto museal, como todo e qualquer objeto musealizado, devem ser entendidos como um patrimônio carregado de simbologia. Neste sentido, analisar as idéias, as concepções, as experiências transmitidas no contexto museal é lidar com sistemas simbólicos que são constantemente utilizados, absorvidos e recriados. A idéia de sistemas simbólicos dos objetos arqueológicos musealizados busca destacar a dimensão histórica e sócio-cultural em sua construção e reconstrução.

Como destacado por Shanks e Tilley (1992) todo objeto é portador de sentidos e significações. Todavia, nem sempre os sentidos e significações ligados à sua gênese são mantidos, gerando a formulação de um novo discurso construído a partir de conceitos e interpretações vigentes no presente.

Algo similar acontece com o patrimônio arqueológico. Sendo, portanto, relevantes discussões sobre como e porque os acervos arqueológicos ao serem inseridos no espaço museal adquirem novos sentidos e significações. Se faz necessário entender como a exposição museográfica de artefatos arqueológico pode auxiliar na apropriação e valorização deste patrimônio, contribuindo para uma melhor compreensão do passado, pois, *“estudar a história não significa saber o que aconteceu e sim ampliar o conhecimento sobre a nossa própria historicidade”* (FREIRE, 1987, p. 101).

O desafio da arqueoinformação lançado à Arqueologia e Museologia é criar um discurso crítico e inclusivo do passado, através de objetos, dados, informações, símbolos e significados. E como sublinhado por Ramos (2004, p.21), *“Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente”*.

Dessa forma, Hodder (1999) salienta que, em Arqueologia, nosso conhecimento sobre o passado é construído a partir de associações, semelhanças e diferenças contextuais¹¹⁰. Portanto, partindo da premissa de que cultura material é um texto, devemos estar cientes da multiplicidade de leituras que podem existir do passado.

¹¹⁰ Contexto é um termo caro à Arqueologia; sendo fundamental a compreensão de artefatos e dados arqueológicos, e em muitos casos, o próprio “contexto arqueológico” é o dado mais importante ou a

Assim, parti-se da premissa de que qualquer conhecimento elaborado é relacional, subjetivo e provisório, assumindo o papel central da interpretação e da “aspiral” hermenêutica para a Arqueologia. Nesta conjuntura, a idéia de reflexividade é utilizada para referir-se ao reconhecimento de que uma posição ou ponto de vista interfere nos estudos produzidos. Reflexividade engendra, portanto, o reconhecimento e valorização das análises interpretativas diversas e da multivocalidade.

Segundo Hodder (1999), a adoção de uma abordagem hermenêutica e contextual é necessária para formulação de “janelas narrativas” que nos auxiliam a formular um diálogo entre a curta e a longa duração, entre o geral e o particular, entre um passado e um presente que se constituem em um processo contínuo de (re)construção.

Assim, mais uma vez Hodder (1999) defende que a Arqueologia deve abraçar a diversidade metodológica e teórica. Isto porque deste modo possibilitaríamos que a “*interpretação*” do passado estivesse aberta para outras vozes.

Este autor também aponta a necessidade de adotarmos uma postura reflexiva, relacional, interativa e multivocal. De acordo com Hodder (1999), nos últimos anos, com o processo de globalização, os arqueólogos tem se deparado com uma multiplicidade de interesses e perspectivas a respeito da realização e das conclusões de seus trabalhos (no caso do patrimônio arqueológico musealizado, o interesse e a (re)leitura do passado pode ser guiada por experiências científicas, culturais, religiosas, políticas, ou de entretenimento).

Este quadro exigiria o fomento de uma Arqueologia reflexiva, relacional e interativa que tenha como objetivo incorporar múltiplas vozes no discurso arqueológico produzido sobre o passado. Em outras palavras, sob a égide desta abordagem busca-se reconhecer que os relatos a respeito do passado desempenham um importante papel na formação de identidades de grupos e indivíduos; e, assim sendo essas pessoas devem ter direito de formular a sua interpretação alternativa do passado.

Um acervo arqueológico incorpora *múltiplas vozes* a serem reverberadas pelas instituições museais. Os artefatos arqueológicos contam não apenas a história dos homens e mulheres que os fabricaram no passado, mas também nos falam sobre como nossa sociedade foi se desenvolvendo e se organizando até os dias atuais. Assim, o patrimônio arqueológico encapsula “vozes” do passado que têm ressonância no

principal fonte de informação. Hodder (1994, p.19) destaca que: “*os artefatos podem significar coisas diferentes em contextos diferentes*”. É justamente a materialidade do objeto, da cultural material, que garante a fácil passagem de um contexto a outro (BUCHLI, 1995:185).

presente; e cuja entoação é multicultural e pluriétnica, visto que diferentes grupos sociais com múltiplas origens podem construir seus discursos sobre e a partir do patrimônio arqueológico.

Além disso, podemos dizer que ao ser musealizado o patrimônio arqueológico também passa a congregar as vozes das instituições que o acolhem. Ou seja, os artefatos arqueológicos musealizados passam a exprimir os interesses, a ideologia, a temática do próprio museu. Desse modo, em Recife¹¹¹ por exemplo, no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI) o artefato arqueológico assume a voz da religião e da diáspora judaica; no Museu Militar Forte do Brum incorpora a força da voz de comando dos militares; e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) nutre a voz de pesquisadores e intelectuais inspirados pela história pernambucana.

As reflexões aqui apresentadas almejam contribuir para o desenvolvimento de novos olhares sobre a Arqueologia musealizada. Chamando a atenção para a necessidade de rompermos com os discursos monológicos das exposições museais, e fomentarmos assim, os sentimentos de valorização, apropriação, identificação, indispensáveis para a preservação do patrimônio arqueológico para além do contexto museal.

Percebemos, a partir da vivência nos museus pesquisados que, se a Museologia e a Arqueologia trabalharem de maneira interdisciplinar, poderemos contemplar as múltiplas vozes abarcadas pelo patrimônio arqueológico, oferecendo ao público visitante a oportunidade de ter um papel ativo na construção do conhecimento e da interpretação de nossa cultura e passado. Pois, os museus podem e devem instituir uma práxis que aplique os pressupostos da Arqueologia Pública: fomentando a pesquisa e engendrando a reflexão sobre os projetos de poder atrelados aos museus, dando voz às memórias silenciadas pelas narrativas oficiais.

Antes de finalizar dessa pesquisa, fica um clamor interno, para expor um pouco das experiências vividas durante as pesquisas nas instituições museais. Uma mistura de sentimentos consumia meu ser. Entre eles, a ansiedade e o medo caminhavam lado a lado. O receio de elaborar uma pesquisa envolvendo entrevistas e museus me consumiu

¹¹¹ De uma forma geral os artefatos arqueológicos são associados e apresentados nas instituições museais recifenses pesquisadas, como artefatos que simbolizam a história local, perpassando por diversas fases e períodos (período colonial, período da escravidão, período holandês, período histórico indígena, pré-histórico); e ao mesmo tempo, os artefatos arqueológicos musealizados, são associados a contextos sociopolíticos, religiosos e culturais mais abrangentes.

desde o dia em que redigi o Projeto Provisório para o processo de seleção até o primeiro contato com o público visitante. Momento este, em que o receio deu lugar para grandes expectativas, felicidades e para o sentimento de realização.

As expectativas giravam em torno do aprendizado que adquiriria através dos materiais arqueológicos musealizados, dos documentos e publicações, dos gestores e funcionários, que de fato contribuiriam demasiadamente para o meu amadurecimento intelectual, no entanto, a doce surpresa, foi o processo de ensino/aprendizagem que vivenciei com os visitantes dos museus. A simplicidade e a sinceridade da criança, a timidez e a experiência dos idosos e dos adultos, perspicácia dos adolescentes e dos jovens, conduziu-me a reflexões para além dos temas propostos.

Conhecer e conversar com pessoas como Sr. Severo que quis aprender cada vez mais para poder ensinar; o Jovem adventista que a partir das doutrinas teológicas de sua religião, me fez lembrar que o mesmo respeito que devemos ter aos vivos também devemos ter aos mortos; o senhor que mesmo sem oportunidade de ter acesso a escola durante a sua juventude, hoje em dia visita museus para conhecer um pouco mais da cultura brasileira.

Me fez refletir sobre a finalidade das ciências. Durante as disciplinas do curso de mestrado, em várias oportunidades ressaltava que o propósito final da ciência Arqueologia e do labor arqueológico é apresentar os resultados para a sociedade, e “devolver” o patrimônio arqueológico para a sociedade. Durante minha pesquisa senti, vivenciei como isto é importante e necessário...

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“Uso minha sabedoria de arqueólogo para criar histórias a partir das coisas que outros deixaram para trás. Transformo coisas em narrativas. Mas, diferente dos outros cientistas históricos e sociais, que se comunicam diretamente com as pessoas, o diálogo com a cultura material se dá pela atribuição de sentidos ao próprio objeto.”
Klaus Hilbert (2006).

Ao término de nossa empreitada analítico-interpretativa sobre a musealização da arqueologia em território recifense, acreditamos que as palavras de Hilbert (2006) coadunam perfeitamente com o cenário revelado durante a pesquisa.

Ao longo do segundo capítulo apresentamos um breve histórico sobre o desenvolvimento do “diálogo” entre Arqueologia e museus ao longo dos séculos; discutindo ainda o processo de formulação de um arcabouço jurídico voltado as “coisas que os outros deixaram para trás”.

Essa contextualização realizada nos permitiu perceber que a história da musealização da arqueologia no município de Recife, como no Brasil inteiro, é marcada pela “Estratigrafia do Abandono”.

Este cenário foi gerado e nutrido por uma série de fatores entre os quais a inexistência de uma legislação específica sobre o tema; a falta de políticas aplicadas (administração nacional, estadual e municipal); a dificuldade de acesso dos administradores e responsáveis pelos museus ao conhecimento científico; a inadequação dos conceitos expográficos; e ao desinteresse social. Mas cabe destacar que, no que tange as instituições museais e programas há muitos avanços e de fato ainda existem muitas falhas, sendo que algumas dessas falhas estão nas ações educativas.

Sem dúvidas a superação desta realidade exigirá um árduo trabalho à longo prazo. Nossos legisladores, em diálogo com a sociedade organizada, precisam outorgar normatizações e leis que privilegiem não apenas os aspectos punitivos, mas sim criem condições e meios para a valorização e divulgação adequada de nosso patrimônio arqueológico.

Ao poder público urge assumir o compromisso com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural nacional em toda sua diversidade; criando, portanto, meios para que a população em geral tenha acesso aos espaços culturais (entre os quais os museus) e contato com o nosso patrimônio

arqueológico. A distribuição de rendas e democratização da educação e da cultura seriam dois grandes passos para resolver desses problemas.

Como discutido no terceiro capítulo, outro instrumento indispensável à promoção da valorização e preservação dos bens culturais é a Educação Patrimonial.

A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominada de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p. 25).

De certo modo, apenas recentemente (década de 1980) a Educação Patrimonial foi introduzida no cenário acadêmico nacional. Contudo, nesse breve espaço de tempo diversas experiências em diferentes regiões do país têm demonstrado a importância de ações educacionais desenvolvidas e implementadas visando a valorização, a divulgação e a preservação de nosso patrimônio cultural.

Acreditamos que ações e/ou programas de Educação Patrimonial são um instrumento privilegiado para a criação de mecanismos de identificação de nossa população com o patrimônio arqueológico nacional. Educar para o patrimônio supera a mera transmissão de fatos e datas, visando uma efetiva divulgação do conhecimento produzido a partir das pesquisas arqueológicas, e engendrando uma relação afetiva com o patrimônio arqueológico.

Certamente, ainda carecemos de diálogo interdisciplinar voltada para a EP voltada ao patrimônio arqueológico musealizado. No cenário nacional, com raras e preciosas exceções, os museus promovem ações educacionais voltadas para o patrimônio arqueológico em si, contudo, não contam com programas efetivos de EP. A preocupação com a preservação e a divulgação dos bens culturais obviamente existe, porém, nem sempre há o planejamento e execução de atividades orientadas exclusivamente a promoção destes bens.

No caso do patrimônio arqueológico musealizado a situação se complexifica um pouco mais, pois muitas vezes as peças arqueológicas estão delegadas a um segundo plano ou estão inseridas em um discurso expográfico que não valoriza ou reconhece a especificidade do patrimônio arqueológico. Assim sendo, os acervos arqueológicos muitas vezes acabam desprezados ou pouco aproveitados durante a promoção de ações educacionais.

Em Recife pudemos observar que os museus trabalham incansavelmente na implementação de ações educacionais, buscando promover a transmissão do conhecimento e a valorização do acervo exposto. Contudo, no que tange ao patrimônio arqueológico, as ações educativas, na maioria das vezes, são elaboradas e desenvolvidas sem o auxílio de um arqueólogo, o que dificulta muitas vezes a divulgação do conhecimento científico produzido a partir do patrimônio, e das próprias especificidades do labor arqueológico.

Como apresentado no quarto capítulo, são inegáveis os esforços e iniciativas dos administradores dos museus recifenses. Todavia, a falta de acesso, ou contato, ao conhecimento científico produzido pelos arqueólogos, afeta negativamente a utilização do acervo arqueológico e a promoção de ações educativas. Para exemplificar esta situação, basta lembrar que há coleções arqueológicas inteiras em reserva técnica.

Esta realidade pode ser constatada graças ao inventariamento do patrimônio arqueológico alocado nos museus de Recife, apresentado no quinto capítulo. A realização deste levantamento nos permitiu perceber que muitas vezes o patrimônio arqueológico musealizado era subaproveitado, e em alguns casos, nem chegava a ser reconhecidos enquanto artefatos arqueológicos.

Sem dúvidas esta situação não foi intencionalmente promovida pelos responsáveis pelas instituições museais, revelando, todavia a ausência da “*sabedoria de arqueólogo*”, usando as palavras de Hilbert (2006), na gestão deste patrimônio. Cremos que, mais uma vez, a obliteração deste problema só será alcançada através da cooperação de pesquisadores de diferentes cátedras do saber. Urge a promoção de um efetivo e contínuo “diálogo” entre arqueólogos, museólogos e educadores.

Consideramos que o inventário do patrimônio arqueológico musealizado de Recife emerge como uma das principais contribuições da presente pesquisa. Para além do seu ineditismo, este levantamento disponibiliza para os demais pesquisadores envolvidos com esse tema uma gama considerável de informações, reunindo e padronizando dados pulverizados nos arquivos dos diferentes museus. Além disso, acreditamos que essa iniciativa pode contribuir para o planejamento e execução de atividades e programas de Educação Patrimonial, visto que só se valoriza e conserva aquilo que se conhece.

Por fim, ao longo do sexto capítulo, pudemos observar que o processo de “*atribuição de sentidos*” ao patrimônio arqueológico musealizado se dá de maneira múltipla e polivalente.

Diferentes “*narrativas*” são construídas, seja pelas instituições museais seja pelo público visitante. “*Histórias*” são “*criadas*”, e/ou recriadas, a partir dos artefatos arqueológicos. Sendo que diferentes contextos (religiosos, culturais, históricos, políticos, legislativos, etc.) influenciam o modo como as “*histórias*” são contadas e as “*narrativas*” construídas.

Na busca pelo entendimento de como o público visitante “*atribuía sentidos*”, parafraseando Hilbert (2006), aos objetos arqueológicos expostos nos museus optamos por seguir o exemplo de “*outros cientistas históricos e culturais*”, e buscamos nos “*comunicar diretamente com as pessoas*”.

Esta estratégia nos permitiu não apenas traçar um perfil, ainda que limitado, do público que frequenta as instituições museais da cidade de Recife; mas também nos deu elementos para interpretarmos como a população local atribui sentidos ao patrimônio arqueológico musealizado e cria “*histórias*” a partir deles.

Conversando com as pessoas pudemos perceber como diferentes aspectos e contextos interferem na relação sujeito/objeto arqueológico musealizado. Esta situação certamente impõe limites às nossas pretensões de compreender os meandros da “*atribuição de sentidos ao próprio objeto*”. Contudo, também nos revela a necessidade de elaboração de estratégias de divulgação e valorização do patrimônio arqueológico comprometidas com a multivocalidade e reconhecimento da essência polissêmica destes bens culturais.

Apenas a “*sabedoria de arqueólogo*” não será suficiente para atingirmos essa meta. Como rotineiramente repetido ao longo do texto, este objetivo só poderá ser plenamente alcançado com a contribuição e “*sabedoria*” de colegas de outras áreas. Além disso, também é necessário reconhecer a importância da “*sabedoria*” popular, garantindo o protagonismo que lhe é de direito.

Ao término desta jornada reflexiva, nos parece evidente a grandeza dos desafios à transmissão de conhecimento a partir do patrimônio arqueológico musealizado. Todavia, também estão delineados os caminhos que nos levarão a superação destes obstáculos. Educar, divulgar e valorizar despontam não apenas como lemas a serem bradados, mas como ações a serem implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AIDAR, Gabriela e CHIOVATTO, Milene. **Ação educativa em museus**, in: Park, Margareth B.; Fernandes, Renata S. & Carnicel, Amarildo (orgs.), Holambra/Campinas: Ed. Setembro/Unicamp-CMU, 2007.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Forte do Brum**. In: Museu Militar do Forte do Brum. Recife: Museu Militar do Forte do Brum, 2000.

_____. Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife. **Revista de Arqueologia Americana** - Instituto Pan-americano de Geografia e História, México, n. 22, p. 63-79, 2003.

_____. O Forte do Brum. **Revista da Cultura** - Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p 43-50, dez. 2007.

ALBUQUERQUE, M.; LIMA, A. Preservação de objetos metálicos resgatados em sítios arqueológicos históricos. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 2, n.8, p. 287-301, 1994/95.

ALBUQUERQUE, de Matos G. M. A. Restauração e Conservação. As escavações arqueológicas no Forte de Orange. **Revista Brasileira de Arqueometria**, vol.1, n.2, p. 051 – 055. 2007.

ALCÂNTARA, Aureli Alves de. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a pré-histórica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALENCAR, Vera. Maria. A. **Museu-Educação: se faz caminho ao andar...** 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação: Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1987.

ALMEIDA, Márcia Bezerra. **O Australopiteco Corcunda: as crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola**. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia). FFLCH - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo/UPS, São Paulo, 2002.

AMORIM, Lilian Bayma de. Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 2010.

ARAS, Lina Maria Brandão de e TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Os Museus e o Ensino de História**. 2010. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1603>. Acesso: 17 agosto de 2010.

ASCHERSON, N. The Museum of Scotland. **Public Archaeology**. London, v.1:1, p. 82-84. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. São Paulo: ABNT, 2000.

ATAÍDES, Jésus Marco. **Cuidando do Patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG, 1997.

AZEVEDO, C. B. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. **Akrópolis Umuarama**, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.

BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**. Dossiê antes de Cabral Arqueologia Brasileira I. São Paulo, n. 1, p. 23 -51, (dez, jan, fev), 1999-2000.

BARROS, Sigríd. Pôrto. O museu e a criança. **Revista do Museu Histórico Nacional**, v.9, p. 46-73. 1958.

BELAS, Carla Arouca. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Aspectos Legais do INRC Relação com Legislações Nacionais e Acordos Internacionais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN –, 2004.

BELTRÃO, M & LOCKS, M. Projeto Central: Resultados da Divulgação Científica. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB: A ARQUEOLOGIA NO NOVO MILÊNIO, 11., 2001, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro, 2001, Rio de Janeiro. 2001, p. 145.

BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 135-166, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultural; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. In: **Proj. História**. São Paulo, p. 281 a 315, nov. 1998.

BROCHIER, Laércio Loiola. **Diagnóstico e Manejo de Recursos Paranaense. Arqueológicos em Unidades de Conservação**: uma proposta para o litoral paranaense. 2004. 165p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRUNO, Oliveira M. C. Musealização da Arqueologia: Um Estudo de Modelos para o Projeto Paranapanema. **Revista Centro de Estudos de Sociomuseologia**. Cadernos de Sociomuseologia. ULHT. Universidade Lusófona De Humanidades e Tecnologias, n. 17. 1999

_____. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-

Graduação Interdepartamental em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/UPS, São Paulo, 1995.

_____ **Proposta Museológica - Museu do Estado de Mato Grosso do Sul.** encaminhada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1991)

BUCHLI, Victor A. Interpreting material culture. In: HODDER, Ian *et alli* (eds.) **Interpreting Archaeology: finding meanings in the past.** London and New York: Routledge, 1995. p. 181-193.

CALDARELLI, B. S. e SANTOS, M. C. M. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, n. 44, São Paulo, p.52-73, 1999/2000.

CALLI, Plácido. **Políticas Municipais do patrimônio arqueológico.** 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia - UPS. São Paulo, 2005.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Arqueologia Musealizada – Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha.** 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo/UPS, 2004.

CASTRO, Viviane. **Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico no Nordeste do Brasil.** 2009. Tese (doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE - Recife. 2009.

CARNEIRO, Gibertoni Carla. **Ações educacionais no contexto da Arqueologia preventiva: uma proposta para Amazônia.** 2009. Doutorado (Tese em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, A. F. Uma nova abordagem da Pré-História no Ensino Fundamental: a área arqueológica de Xingó. Canindé: **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó.** Sergipe, nº 6, p 105 a 121, dezembro de 2005.

CAVALCANTE, Lenivaldo. Na paz e na guerra: os cachimbos brancos do Forte do Brum. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB: ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 10., 1999, Recife. Resumos... Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 1999, p. 330.

CERQUEIRA, Fabio V. Proteção Legal do Patrimônio Histórico e Arqueológico: Avanços e Percalços no Brasil Contemporâneo; In: **SCHULER e GUNTER** (org.). Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CHILDE, G. **Introdução á Arqueologia.** 2º ed. Tradução: Jorge Borges de Macedo. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COSTA, Lygia Martins. **De Museologia, artes e políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
- CRESPO, Jayme Moreira Filho. **Preservação e Difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- CROCE, Benedetto. **História como história da liberdade**. Tradução de Júlio Castanon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2006.
- CUNHA, Carlos Alberto Meira Carneiro. **Da Intervenção em monumentos com materiais modernos: estudo de caso: Kahal Zur Israel**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Católica de Pernambuco. Recife/PE, 2007.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Duas Experiências, **Instituto Italo-Latino Americano – IILA (Org.)**. Conservación, Gestión y valorización de los Bienes en Uruguay, En el Mercosur y en Chile. Roma: IILA, v.3, p.59-67, 2003.
- CURY, I. (org.) **Cartas patrimoniais**. IPHAN, 3º ed. Rio de Janeiro, 2004.
- D'ARAÚJO, Maria Cecília. **A Era Vargas**. 2º ed. São Paulo: Moderna, (Coleção polêmica) 2004.
- DUARTE, Ana. **Educação Patrimonial: guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres**. Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora, 1993.
- FERREZ, Helena Dodd e BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos. Volume 1- Ordem sistemática. Ministério da Cultura**. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria geral de acervos museológicos. Rio de Janeiro. 1987.
- FERDIERE, H. A. **La prospection**. Paris: Errance, 1998.
- MUSEUMS AND GALLERIES COMISSION. FERNANDES, P. L. M. (tradução) Educação em Museus. **Museums and Galleries Comission**. Série museologia. Instituições Depositárias: Bibliotecas do SIBI- USP. São Paulo: Edusp/ Fundação Vitae, vol.3, p.17 a 26, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1987.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. (orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

- FONTES, Mauro Alexandre Farias. **A cerâmica pré-histórica da área arqueológica do Seridó/RN**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). 2003. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco Recife/PE. 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo; e PELEFRINI, Sandra de Cássia A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GAY, Peter. *Guerras dos Prazeres: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. 5º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- GRUMBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.
- GOHN, M. da G. **Educação não-fomal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre Cenografias: O Museu e a exposição de Arte no Século XX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2004.
- HERREMAN, Y. - De Gabinetes a Museos. IN: **Quipu**. México, vol. 2, n.3, set/dez. 1985.
- HILBERT, K. Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro? **Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira**. N 19. São Paulo: SAB, 2006.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. (Organizadores). **A invenção das tradições**. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HODDER, Ian. **Interpretación en arqueología: Corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1994.
- HODDER, Ian. **The Archeological Process: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ICOM – Discurso de encerramento da Nona Conferência Geral do ICOM. 1971.
- JAMESON, John. H. Jr. Introduction: What this Book is to the public: digging about. In. **Presenting Archaeology Or truths**. London: Altamira Press, p.11-20, 1997.
- JULIÃO, J. Apontamentos sobre a história dos museus. 2009. Disponível em: http://museus.ibram.gov.br/SBM/downloads/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso: 10 de novembro de 2011.

- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KÜHL, Schubert E. G. Patrimônio Histórico: Possibilidades Interdisciplinares. **Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social** – 24 a 26 de agosto de 2011. ISSN 2176-4042. 2011.
- LAROCHE, Armand Francois Gaston. **O Sítio Arqueológico da Pedra do Caboclo. Relato de uma pesquisa na zona rural de Pernambuco**. Secretaria de educação e cultura. Ginásio Pernambucano no seu sesquicentenário. Gab. Hist. Nat. Recife. 1975
- LAROCHE, Armand Francois Gaston. **Contribuição para a Arqueologia pernambucana. (os sítios arqueológicos do monte do angico Bom Jardim - PE)**. Governo de Pernambuco secretaria Educação e Cultura. 1977.
- LEITE, Maria Isabel e OSTETTO, Luciana Esmeralda (orgs.). **Museus, educação e cultura: Encontro de crianças e professores com a arte**. (Coleção Ágere). Campinas: Papyrus, 2005.
- LEITE, Rogério Proença Sousa. **Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. 2001. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP. 2001.
- LEMOES, Carlos. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia na construção da Identidade Nacional: Uma disciplina no fio da navalha, **Revista Canindé do Museu de Arqueologia de Xingó**, Universidade Federal de Sergipe, n. 10, p. 11 a 26, dezembro. 2007.
- LIMA, Janice. **Educação Patrimonial na Área do Projeto Serra do Sossego – Canaã dos Carajás (PA)**. Belém: MPEG/CVRD-MSS/FIDESA, 2003.
- LOPES, V. I. **Pesquisa em comunicação: Formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola. 1994.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. e OLIVEIRA, M. L. Para uma etnografia dos saberes: as estratégias de ação do projeto Mapeamento Arqueológico e Cultura da Zona da Mata Mineira. In: **Crianças e adolescentes em perspectivas: a ótica das abordagens qualitativas**. Ed. Juiz de Fora: FEME, 2002. Disponível em: www.ufjf.br/maea. Acesso em 10/04/2012.
- _____. Educação Patrimonial, Memórias e Saberes Coletivos. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB: ARQUEOLOGIAS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2003, São Paulo. 2003.
- _____. Projeto mapeamento arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA- SAB: A ARQUEOLOGIA NO NOVO MILÊNIO, 11., 2001, Rio de Janeiro, 2001, p. 144.

MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. In: **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. São Paulo, n.2, p. 19-35. 1993.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5º ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MELO, Juliana Machado C. Educação patrimonial: museu cultural da humanidade. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio\MAST. **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO** – p. 07 a 12, v.3 n.1 - jan/jun de 2010. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. 2010.

MENESES, Ulpiano T. B. A pesquisa fora da universidade: patrimônio cultural, Arqueologia e museu. In: **Humanidades, pesquisa, universidade**. FFLCH/USP, p. 91-103 (Seminários de Pesquisa, 1) 1996.

_____ A História. Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. IN: **Revista do IEB/SP**, nº 34. São Paulo, 1991.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Os mais antigos caçadores-coletores do Sul do Brasil. In: **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, p.75-88, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MIRANDA, Hermínio. **Nossos filhos são espírito**. 3º ed. Niterói: Arte & Cultura. 1991.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil: Uma Crítica aos Contextos**. 2005. Tese (Livre Docência). Porto Alegre: PUCRS, Rio Grande do Sul, 2005.

MORO, Fernanda de Camargo. **Museu: Aquisição, Documentação**. Rio de Janeiro: Eça. 1986.

MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Catalogo: O Museu do Estado de Pernambuco, São Paulo: Banco Safra S. A. 2003

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSIONS – Planejamento de Exposição: tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. Série Museologia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001.

NALDINHO, Sandra EUZÉBIO M. **Museu da Casa Grande (Freixo de Numão) – Didática da Arqueologia e Ação Educativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Master Erasmus Mundus. Portugal, 2006.

NUNES, V. M. M. Museu de Arqueologia de Xingó: nota sobre o discurso expositivo. **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Universidade Federal de Sergipe, n 1, p. 217 a 231, dezembro de 2001.

OLIVEIRA, L. M.; LOURES OLIVEIRA, A. P. P. Educação Patrimonial, Memória e Saberes Coletivos. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB. 2003, São Paulo. Anais da SAB 2003. Disponível em: www.ufjf.br/maea. Acesso: 10 de abril de 2012.

OLIVEIRA, C. A. Pesquisas sobre a Cerâmica pré-histórica no Brasil. In: **Clio Arqueológica**. Recife, 1(7): 11-88, 1991.

ORIÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial: Conhecer Para Preservar**. 2003. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/>. Acesso: 11 de agosto de 2011.

PARDI, Maria Lúcia F. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. 2002. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PESSANHA, J. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Brasília, DF. 1987.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi/Memória-História**. 1. Imp. Nac. Casa da Moeda. Porto 1984.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. 2º ed. Brasília: UNB, 1992.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento Histórico, In: **Educação e patrimônio Histórico-Cultural**. Ed. Ciências & Letras, p. 27, Porto Alegre: FAPA. 2000.

RAMOS, F. R. L. **A doação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Meio ambiente cultural: Tombamento – Ação civil pública e aspectos criminais. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v.1, p. 309-358. 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS FILHO, J. Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, p.13-59, 2001.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, Valdeci J. A Influência das Cartas Internacionais Sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e Estratégias de Preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. In: **Dossiê Arqueologias Brasileiras**, v. 6, n. 13, Dez. 2004/Jan 2005.

SCHWARCZ, L. O Nascimento dos Museus Brasileiros 1870-1910. IN: **História das Ciências Sociais no Brasil**. Edições Vértice - Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, vol. 1, 1989.

SCHREINNER, K. Fundamental of Museology. GDR, 6° ed. 1985.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-Constructing Archaeology Theory and Practice**. Routledge, 2° edição. 1992.

SILVA, Abrahão. **Musealização da Arqueologia: Diagnostico do patrimônio arqueológico em museus potiguares**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UPS - Universidade de São Paulo. 2008.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma Arqueologia da Lei nº 3.924/61. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, Brasília, n 33, p. 50-73, 2007.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil, **Boletim do Museu paraense Emilio goeldi**. Ciências Humanas, v. 4 n.3, p. 421 a 435, setembro/dezembro de 2009.

SOARES, R. André Luis. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou que Educação Patrimonial queremos nos Museus? **Cadernos do CEOM – Espaço de memória: abordagens e práticas**. Ano 22, n. 31. 2009

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: Relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da Arqueologia brasileira. **Pesquisas: antropologia**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n 46, 1991.

SOUZA, Antunes de Flávia Cristina, WEIERS Merilluce Samara. Uma experiência de educação patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: provocando sensações e estimulando percepções. **Revista CPC**, São Paulo, n. 9, p. 25-41, nov. 2009/abr. 2010.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense/ Coleções Primeiros Passos. 1986.

TIRELLO, A. Regina. A Arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 145-165, nov. 2006/abr. 2007

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. Tese (doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo - USP-ECA. São Paulo, 2007.

ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para classificação de loucas obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Revista do CEPA**, v. 15, p.117-130. 1986.

SITES CONSULTADOS:

www.iphan.gov.br

<http://www.icom.org.br>

<http://www.camara.recife.pe.gov.br/legis>

<http://icom.museum/definition.html>

http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=18384

www.institutoricardobrennand.org.br/

<http://recifeolinda.com.br/recife/museu-do-estado-de-pernambuco>

<http://www.fundarpe.pe.gov.br/mepe/comp/>

<http://www.fundarpe.pe.gov.br/especial-museu-do-estado-de-pernambuco>

<http://www.cultura.pe.gov.br/museu.html>

<http://www.museus.gov.br/sbm/oqueemuseu>

http://www.arquivojudaicope.org.br/a_sinagoga.php

<http://www.pletz.com/blog/museu-sinagoga-kahal-zur-israel/>

http://www.brasilarqueologico.com.br/arbq_sinagogakahalzurisrael.php#

http://www.brasilarqueologico.com.br/arbq_fortebrum.php

www.unicap.br/Arqueologia/pages/

<http://www.mae.usp.br/institucional>

<http://www.fumdham.org.br/museu.html>

www.institutoarqueologico.com.br/historico.php

www.museu-goeldi.br

Anexo 01 –

Carta de Castro Faria

Ao Dr. Rodrigo M.F. de Andrade

D.D. Diretor do S.P.H.A.N.

Em 28 de fevereiro de 1947

Senhor Diretor

Levado a percorrer, durante o mês de abril de 1945, parte do Estado de Espirito Santo, em excursão do Museu Nacional, recebi naquela época de V.S. a honrosa incumbência de colaborar com o S.P.H.A.N. no trabalho de elaboração do inventário preliminar das obras de valor arqueológico e etnográfico existentes naquele Estado, e no levantamento de toda documentação que pudes- se ser de utilidade para os objetivos em causa.

Desempenhada com relativo êxito a missão que me fora confiada, estive longo tempo na dependência do conveniente preparo do material fotográfico, entregue ao laboratório do Museu Nacional, causa imediata da demora na entrega desse pequeno rela- tório. O aparecimento de encargos novos e urgentes, como o arranjo da exposição de antropologia, foi adiando sempre mais o cumprimen- to desse dever; peço a V. S. que me releve tal falta.

Com os mais sinceros agradecimentos pela preciosa ajuda recebida, passe às mãos de V.S. a documentação fotográfica e o relatório das observações que pude realizar, certo de que serão justificadas as suas deficiências.

Do amigo e admirador de sempre

Apêndice 01 –

Protocolo 01 - Pesquisa nas Instituições Museais Município de Recife/PE:

PROTOCOLO DE PESQUISA NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS.	
1- DADOS DA INSTITUIÇÃO MUSEAL	
1.1 - Instituição:	
1.2 – Responsável	
1.3 - Endereço:	Fone:
1.4 - E-mail:	Site:
1.5 - Data da pesquisa	
1.6 - Histórico da Instituição	
1.7 - Observações Gerais	
2- TIPO DE COLEÇÃO	
2.1 - () Etnográfica:	Descrição
2.2 - () Arqueológica:	Descrição:
2.3 - () Histórica:	Descrição:
2.4 - () Artes:	Descrição:
2.5 - () Outras:	Descrição:
2.6 - Observações Gerais:	
3- CARACTERIZAÇÃO DOS ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS:	
3.1 - Vestígios Orgânicos: () Ossos Faunísticos. () Ossos Humanos. () Conchas. Outros:	
3.2 - Vestígios Não Orgânicos: ()Lítico. ()Ferro ()Cerâmica. ()Louças. Outros:	
3.3 - Total de artefatos Fragmentados:	
3.4 - Total de artefatos Inteiros:	
3.5 - Classificação Cultural:	
3.6 - Período Cronológico: () Histórico. () Pré-Histórico. () Não Identificável.	
3.7 - Decoração:	
3.8 - Modo de Aquisição:	
3.9 - Data de Aquisição:	
3.10 - Nº no Inventário ou Tombo:	
3.11- Descrição Geral:	
4- ORIGEM DOS ARTEFATOS ARQUEOLOGICOS:	
4.1 – Doação de Particular: ()SIM () NÃO	
4.1.2 - Nome do Doador:	
4.1.3 - Como localizou o material: Em superfície: () SIM. ()NÃO. () Vala. () Cisterna. () Atividade agrícola. () Construção. () Aterros. Outros	
4.1.4 - Localidade:	
4.1.5- Havia mais artefatos: () NÃO () SIM: () Não foram doados. () Foram doados para outra instituição.() Foram transferidos:	
4.2 – Salvamento por trabalhos Arqueológicos: () SIM ()NÃO	
4.2.1 - Nome do Arqueólogo responsável:	
4.2.2 - Nome da Pesquisa ou Empreendimento:	
4.2.3 - Número do Processo IPHAN:	
4.2.4 – Localização do Sítio:	
4.2.6 – Informações complementares:	
5- Observações Gerais:	
6- FOTOS:	

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 02 –

Protocolo 02: Entrevista Semi-Estruturada

PRIMEIRA PARTE DA ENTREVISTA:	
DADOS GERAIS	
Instituição Museal:	
Data:	Hora:
Nº total de visitantes:	
Nº total de entrevista:	
Período total de observação e entrevista:	
PERFIL DOS ENTREVISTADOS	
Faixa etária:	
Sexo:	() HOMEM () MULHER
Origem:	
Escolaridade:	
Motivação da visita:	
NOÇÕES PRÉVIAS SOBRE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	
O que é Arqueologia?	
O que é Patrimônio Arqueológico?	
O entrevistado visitou outro museu em Recife?	() SIM () NÃO
Quais museus foram visitados anteriormente?	() SIM () NÃO
Neste outro museu visitado, havia artefatos arqueológicos em exposição? Quais?	() SIM () NÃO
SEGUNDA PARTE DA ENTREVISTA:	
APÓS A VISITA AO MUSEU: NOÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA	
Entre os objetos expostos neste museu havia algum artefato arqueológico? Quais?	() SIM () NÃO
Qual é a atratividade ou visibilidade dos artefatos arqueológicos?	() SIM () NÃO
Depois da visita ao museu, ficou claro o que é Arqueologia?	() SIM () NÃO
A partir da exposição museográfica, qual é a importância da Arqueologia?	() SIM () NÃO
Por que e pra que este acervo está alocado neste museu?	
Qual relação que o material arqueológico tem com a tua história?	
Observações Gerais:	

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 03 –

Tabela 04: Constituição Federativa e Constituição do Estado de Pernambuco referente ao Patrimônio Arqueológico

Constituição	Ano	Tipo de Patrimônio Material Cultural	Capítulo, Artigo e Parágrafo
Constituição da República Federativa do Brasil	1934	Patrimônio Histórico e Artístico	Cap. III – Da Educação e Cultura: Art. 148º.
Constituição da República Federativa do Brasil	1937	Patrimônio Nacional, Arqueológico, Histórico, entre outros	Art. 1º e Art. 134º.
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Patrimônio Histórico, Cultural e Meio Ambiente	Cap. I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Art. 5º - LXXIII
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Patrimônio Arqueológico e Pré-Histórico	Cap. II - Da União: Art. 20º - I
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Patrimônio histórico-cultural	Cap. IV - Dos Municípios. Art. 30º - IX
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Patrimônio Histórico, Paisagístico, Artístico, Arqueológico, Paleontológico, Ecológico e Científico	Cap. III - Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II. Da Cultura: Art. 216º - IV, V (§ 1º, § 3º e § 4º).
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Monumentos, Paisagens Naturais e Sítios Arqueológicos	Cap. I - Da Competência do Estado, Art. 5º (§ III e § IV)
Constituição do Estado de Pernambuco	1989	Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	Cap. I - Da Competência do Estado, Art. 5º (§ IV)
Constituição do Estado de Pernambuco	1989	Patrimônio Ambiental e Cultural	Cap. III - Da Política Urbana. Seção I. Do Desenvolvimento Urbano. Art. 145º (§ IV)
Constituição do Estado de Pernambuco	1989	Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico, Monumentos, Paisagens Naturais e Jazidas Arqueológicas	Cap. II - Da Educação, da Cultura, do Desporto e do Lazer. Seção II. Da Cultura: Art. 197º (§4º; §5º); Art. 198º - X

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 04 –**Tabela 05: Lei Orgânica do Município de Recife de 1990**

Patrimônio Material Cultural	Capítulo, Artigo e Parágrafo
Patrimônio Histórico-Cultural	Cap. II, Da Competência do Município. Seção I - Da Competência Privativa. Art. 6º - IX
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Monumentos, Paisagens Naturais e Sítios Arqueológicos	Cap. II. Seção II – Da Competência Comum: Art. 7º: III e IV
Bens naturais, históricos e culturais	Cap. XV – Da Política do Turismo: Art. 157º - II
Patrimônio Cultural	Cap. VIII – Da Política da Cultura. Art. 137- III, IV, V, VI, VII, IX e XII -§ 2º
Patrimônio Cultural	Cap. VIII – Da Política da Cultura. Art. 138º
Patrimônio Histórico-Cultural	Cap. II - Seção I, Da Competência Privativa. Art. 6º - IX e X
Patrimônio Cultural	Cap. VIII - Da Política da Cultura. § 2º e § 4º
Patrimônio Histórico-Cultural e Ambiental	Cap. V - Da Política do Meio Ambiente. Art. 125º - VII - § 7º
Patrimônio Cultural	Cap. VIII - Da Política da Cultura. Art. 137º - XII - § 2º

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 05 –

Tabela 06: Leis, Decretos e Normas referentes ao Patrimônio Arqueológico

Tipo	Número	Ano	Jurisdição	Patrimônio Material Cultural	Capítulo, Artigo, Parágrafo ou Tema
Lei	Nº 1918	1928	Estadual	Monumentos Nacionais	Criação da primeira Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais
Decreto Lei.	Nº 25	1937	Federal	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Tombamento: Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e artístico Nacional. Cap. I - Art. 1º; Cap. II - Art. 4 - §1
Decreto Lei.	Nº 25	1937	Federal	Patrimônio Histórico e Artístico	Art. 134º
Lei	Nº 378	1937	Federal	Patrimônio Cultural	Art. 46º - § 1º
Decreto Lei.	Nº 3866	1941	Federal	Patrimônio Histórico e Artístico	Dispõe sobre o cancelamento de tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Artigo Único
Decreto Lei	Nº 21953	1952	Federal	Patrimônio Arqueológico: Sambaquis	Criação da Comissão de Pré-história do País em São Paulo, visando, a proteção do interesse científico da pesquisa arqueológica realizada em sambaquis
Lei	Nº 3924	1961	Federal	Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Cap. I - Art. 1º a Art. 7º. Cap. II - Art. 8º a Art. 11º (§ 1º, § 2º, § 3º); e Art. 12º. Cap. III - Art. 13º; Art. 14º (§ 1º, § 2º) a Art. 16º. Cap. IV – Art. 17º a Art. 19º. Cap. V - Art. 20º e Art. 21º. Cap VI - Art. 22º a Art. 31º
Lei	Nº 6003	1967	Estadual	Patrimônio Cultural	Criação do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco (CEC), fundado por Gilberto Freyre sendo também o primeiro presidente - é o segundo mais antigo do país
Lei	Nº 6292	1975	Federal	Patrimônio Histórico e Artístico	Dispõe sobre o de tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Art. 1º - O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Decreto	Nº 74	1977	Nacional	Patrimônio Histórico e Artístico	Promulgada pelo decreto Nº 80.978. Organiza a proteção ao Patrimônio Mundial, histórico, Cultural e Natural
Lei	Nº 7.970	1979	Estadual	Patrimônio Arqueológico, Etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico, Folclórico e Paisagístico	Sistema Estadual de Tombamento de bens pelo Estado de Pernambuco. Nos Art. 1º e Art. 24º
Decreto	Nº 6239	1980	Estadual	Patrimônio Arqueológico, Etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico, Folclórico e	Regulamenta a Lei Nº 7.970, do tombamento pelo Estado de Pernambuco. Art. 6º; Art. 8º (IV, V, VI, VII e VIII)

Tipo	Número	Ano	Jurisdição	Paisagístico Patrimônio Material Cultural	Capítulo, Artigo, Parágrafo ou Tema
Lei	Nº 6.938	1981	Federal	Meio Ambiente e Patrimônio Nacional	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 8º - II
Decreto	Nº 86.176	1981	Federal	Bens de valor Cultural e Natural	Dispõe sobre o turismo cultural e natural. No Art. 1º
Decreto	Nº 88.351	1983	Federal	Meio Ambiente e Patrimônio Nacional	Dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências
Lei	Nº 14.511	1983	Municipal	Patrimônio Histórico	Definem diretrizes para o uso e ocupação do solo, e dá outras providências. Art. 1º: III
Lei	Nº 7.347	1985	Federal	Patrimônio Cultural: Histórico	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico dá outras providências. Art. 1º - III; Art. 5º - V
Lei	Nº 7542	1986	Federal	Bens Afundados	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Art. 1º; Art. 18º; Art. 19º; Art. 20º (§ 2º § 3º e § 4º). Art. 22º - III e Art. 23º
Resolução Conama	Nº 001	1986	Federal	Patrimônio Arqueológico	Licenciamento Ambiental: estabelece: as definições, responsabilidades, os critérios básicos, diretrizes gerais para seu uso e implementação. Aborda os impactos dos empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico. Nos Art. 2º; Art. 6º (I e IV)
Lei	Nº 7505	1986	Federal	Patrimônio Material	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. A destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura. Art. 2º (VIII, IX, X e XI)
Portaria	Nº 07	1988	Federal	Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos	Submetem à proteção do Poder Público, pela SPHAN, Os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Define os critérios para permissões de pesquisas arqueológicas e temas relacionados. Art. 1º
Lei	Nº 8313	1991	Federal	Cultura Material e Imaterial	Cap. IV- Art. 25º - §VII
Lei	Nº 9.605	1998	Federal	Patrimônio Cultural e Arqueológico	Lei de Crimes Ambientais: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas as infrações cometidas contra o Patrimônio Nacional. Esta Lei é reafirmada no Decreto Nº 3179 de 1999. Seção IV; Art. 62º; Art. 64º; Art. 65º § 1º e § 2º.
Decreto	Nº 3.166	1999	Internacional	Bens culturais, entre eles, o arqueológico	Promulga a Convenção da UNIDROIT sobre os Bens Culturais furtados e ou ilicitamente exportados. Regendo sobre o patrimônio arqueológico e a perda de informações arqueológicas no Cap. I. Art.1º e Art. 2º

Tipo	Número	Ano	Jurisdição	Patrimônio Material Cultural	Capítulo, Artigo, Parágrafo ou Tema
Decreto	Nº 3179	1999	Federal	Patrimônio Arqueológico, Etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico, Folclórico e Paisagístico	Dispõe sobre a especificação às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Ressaltando a Lei Nº 9.605
Lei	Nº 10.166	2000	Federal	Bens afundados, Histórico e Arqueológico	Altera a Lei Nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Art. 20 (§2º, §3º e §4º); Art. 21º - II - § 1º e §2º
Portaria	Nº 28	2003	Federal	Patrimônio Arqueológico	Sobre as Licenças Ambientais e pesquisas arqueológicas. Art. 1º; Art. 2º e Art. 3º
Portaria	Nº 230	2002	Federal	Patrimônio Arqueológico	Dispõe sobre como é essencial a execução de programas de Educação Patrimonial associados às pesquisas arqueológicas. Art. 7º
Instrução Normativa N1	IPHAN 01/2003	2003	Federal	Bens Culturais: valor Artístico, Histórico, Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens imóveis acautelados em nível federal. 1 e 1.2 – Bem Cultural
Lei	Nº 10.639	2003	Federal	Patrimônio Cultural	Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Art. 26º (§ 1º e § 2º)
Decreto	Nº 5264	2004	Federal	Patrimônio Cultural	Dispõe sobre as funções dos museus nos Art. 2º (I a IV)
Decreto	Nº 5.040	2004	Federal	Patrimônio Cultural e Arqueológico	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Cap. I - Art. 1º - III. Art. 14º - I
Lei	Nº 17.576	2009	Municipal	Patrimônio Cultural	Art. 1º - cuja ementa é instituir um Plano Municipal de Cultura do Recife para o Decênio 2009-2019
Decreto	Nº 6.844	2009	Federal	Patrimônio cultural e Arqueológico	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Cap. I, Art. 1º (I a IX). CAP. IV - Art. 7º - Art. 17º (I a XIV)

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 06 –

Tabela 07: Cartas Patrimoniais referente ao Patrimônio Material Cultural e Patrimônio Arqueológico

Tipo de Documento	Título e Ano	País - Estado	Jurisdição	Patrimônio Material Cultural
Carta Patrimonial	Carta de Atenas, 1931	Grécia - Atenas	Internacional	Monumentos
Carta Patrimonial	Carta de Atenas: CIAM, 1933	Grécia - Atenas	Internacional	Arquitetura Moderna
Convenção	Hague Convention, 1954	Haia	Internacional	Bens Culturais: Monumentos Arquitetônicos; Artístico; Histórico; Religioso; Sítios arqueológicos
Recomendação	Recomendação de Nova Delhi, 1956.	Nova Delhi - Índia	Internacional	Educação, ciência e Cultura: Patrimônio Arqueológico
Recomendação	Recomendação de Paris: Propriedade Ilícita de Bens Culturais, 1964	França – Paris	Internacional	Bens culturais, entre eles o arqueológico
Carta Patrimonial	Carta de Veneza, 1964	Itália – Veneza	Internacional	Arquitetura: Monumentos e Sítios
Normas	Normas de Quito, 1967	Estados Unidos	Internacional	Monumentos, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Recomendação	Paris: Obras Públicas ou Privadas, 1968	França – Paris	Internacional	Bens culturais, entre eles, o arqueológico
Conferência	Conferência de Paris, 1970	França - Paris	Internacional	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Compromisso	Compromisso de Brasília, 1970	Brasília - Brasil	Nacional	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Compromisso	Compromisso Salvador, 1970	Brasília - Brasil	Nacional	Patrimônio Pré-Histórico, Histórico, Artístico e Arqueológico
Compromisso	Compromisso de Salvador, 1971	Salvador - Brasil	Nacional	Patrimônio Arqueológico histórico, artístico e natural
Carta Patrimonial	Carta do Restauo, 1972	Itália	Internacional	Patrimônio cultural, Histórico e arqueológico
Recomendação	Convenção de Paris: Patrimônio Mundial, 1972	França - Paris	Internacional	Patrimônio Mundial, cultural, natural e arqueológico
Resolução	Resolução de São Domingo, 1974	República dominicana	Internacional	Patrimônio Monumental, entre eles o Arqueológico
Declaração	Declaração de Amsterdã, 1975	Holanda - Amsterdã	Internacional	Patrimônio Arquitetônico
Manifesto	Manifesto de Amsterdã, 1975	Amsterdã	Internacional	Patrimônio Arquitetônico
Recomendação	Recomendação de Nairóbi, 1976	Quênia - Nairóbi	Internacional	Patrimônio Histórico, Arqueológico
Carta Patrimonial	Carta de Turismo Cultural, 1976	Bruxelas - Bélgica	Internacional	Patrimônio Mundial, Histórico, Cultural e natural
Carta Patrimonial	Carta de Machu Pichu, 1977	Machu Picchu	Internacional	Patrimônio Arquitetônico
Convenção	Convenção da UNESCO à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e natural, 1977	Brasil	Internacional	Patrimônio Mundial, Histórico, Cultural e natural
Carta Patrimonial	Carta de Burra, 1980	Austrália	Internacional	Monumentos e Sítios

Convenção	Proteção da Herança Cultural Subaquática, 1982	Paris - França	Internacional	Patrimônios arqueológicos e históricos
Tipo de Documento	Título e Ano	País - Estado	Jurisdição	Patrimônio Material Cultural
Declaração	Declaração de Tlaxcala, 1982	México	Internacional	Monumentos arquitetônicos
Declaração	Declaração do México, 1985	México	Internacional	Monumentos e Sítios
Carta Patrimonial	Carta Goiânia, 1985	Brasil - Goiânia	Nacional	Patrimônio Cultural, entre eles o Arqueológico.
Carta Patrimonial	Carta de Washington, 1986	Washington	Internacional	Cidades históricas; perpassando pelo patrimônio e metodologia arqueológicos
Carta Patrimonial	Carta de Petrópolis, 1987	Brasil - Petrópolis	Nacional	Centros históricos
Carta Patrimonial	Carta de Washington, 1987	Washington	Internacional	Patrimônio Histórico
Carta Patrimonial	Carta de Cabo Frio: Vespuciana, 1989	Brasil - Cabo Frio	Nacional	Sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais
Declaração	Declaração São Paulo, 1989	Brasil - São Paulo	Nacional	Patrimônio Histórico, Natural e Cultural
Carta Patrimonial	Carta Laussane, 1990	Laussane	Internacional	Patrimônio Arqueológico
Conferência	Conferência de Nara, 1994	Japão	Internacional	Patrimônio Mundial.
Recomendação	Recomendação Europa, 1995	Europa	Internacional	Patrimônio Cultural e Natural
Carta Patrimonial	Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade, 1995	Brasília - Brasil	Nacional	Sobre Autenticidade e Identidade
Declaração	Declaração de Sofia, 1996	Sofia -	Nacional	Patrimônio Cultural: Tangível e Intangível
Declaração	Declaração São Paulo II, 1996	São Paulo - Brasil	Nacional	Patrimônio Histórico e Cultural
Carta Patrimonial	Carta de Washington, 1997	Washington	Internacional	Cidades Históricas
Carta Patrimonial	Cartagenas das Índias, 1999	Andina - Colômbia	Internacional	Patrimônio Arqueológico
Convenção	Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, 2001	Paris - França	Internacional	Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico
Carta Patrimonial	Carta de Santos, 2004	Santos - Brasil	Nacional	Patrimônio Cultural e Patrimônio arqueológico
Carta Patrimonial	Carta de Nova Olinda, 2009	Ceara - Brasil	Nacional	Bens culturais
Carta Patrimonial	Carta Brasília, 2010	Brasília - Brasil	Internacional	Patrimônio Cultural e ações educacionais

Fonte: Rosemary Cardoso.

Apêndice 07 –

Tabela 08: Inventário dos Artefatos Arqueológicos Musealizado do município de Recife

*Dados acrescentados pela autora.

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
Casa-Museu Magdalena: Fundação Gilberto Freyre (CMM-FGF)	01 Ponta de Flecha *	Lítico *	Uso cotidiano	Não Identificado	Ponta de Projétil vermelha em arenito silicificado*	Não Identificado	Pré-Histórico	Exposto
CMM-FGF	01 Ponta de Flecha*	Lítico*	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça em calcedônia. Modo de percussão: Pressão*	Não Identificado	Pré-Histórico	Exposto
CMM-FGF	01 Ponta de Flecha*	Lítico*	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça em sílex. Modo de percussão: Pressão*	Não Identificado	Pré-Histórico	Exposto
Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI)	06 Fragmentos de Cachimbos	Cerâmica	Uso cotidiano	Holandeses	Sendo 2 bocas e 4 tubos	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto
CCJPE-SKZI	05 Fragmentos de cachimbos	Cerâmica	Uso cotidiano	Lusos brasileiros	Sendo duas 2 e 3 cabos.	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto
CCJPE-SKZI	01 estrutura do Poço (Bor) parte da Escada	Materiais construtivos	Estrutura Cerimonial.	Não Identificado	A estrutura estava muito destruída, sendo necessária uma restauração	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto
CCJPE-SKZI	06 Paredes	Tijolos	Material construtivo:	Não Identificado	Paredes laterais dos 2 andares	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto em Natura

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
CCJPE-SKZI	01 Mikvê	Materiais construtivos	Estrutura Cerimonial.	Não Identificado	A estrutura estava muito destruída, sendo necessária uma restauração	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto
CCJPE-SKZI	01 Piso	Tijolo Retangular	Material construtivo:	Não Identificado	Corresponde ao nível da antiga Rua dos Judeus	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto em Natura
CCJPE-SKZI	01 Piso	Tijolo Retangular	Material construtivo:	Não Identificado	Tijolos contemporâneos à Sinagoga. Corresponde a um nível anterior a Rua dos Judeus	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto em Natura
CCJPE-SKZI	01 Piso	Tijolos	Material construtivo:	Holandês	Conhecidos também como Frígio	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel.	Histórico. Séc. XVII	Exposto em Natura
CCJPE-SKZI	01 Piso	Tijolo Retangular	Material construtivo:	Não Identificado	Construção posterior a Sinagoga. Este nível do piso foi elevado juntamente com o nível da Rua do Bom Jesus	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XIX	Exposto em Natura
CCJPE-SKZI	03 Colunas	Tijolos	Material construtivo:	Não Identificado	Colunas divisórias internas. Construção posterior à ocupação judaica	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico	Exposto em Natura
CCJPE-SKZI	06 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Não identificado	Exposto
CCJPE-SKZI	43 Fragmentos	Louças	Uso cotidiano	Não Identificado	Na tonalidade branca com decoração azul	Escavação: Sinagoga Kahal Zur Israel	Histórico. Séc. XVII	Exposto
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)	01 Instrumento de pedra lavrada	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Encontrado juntamente com o item acima	Escavação no Gongo, também conhecida por Bela Vista, da cidade	Pré-Histórico*	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrado na região de Maracassumé - MA	Pré-Histórico*	Exposto
IAHGP	Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Quantidade não informada	Encontrado em São Raimundo Nonato-PI	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Itaji	Uso cotidiano	Não Identificado	Não identificado	Encontrado em Águas Belas	Não identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	01 Machado	Itaji	Uso cotidiano	Não Identificado	Não identificado	Encontrado em Itamaracá, no engenho Macaxeira	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Itaji	Uso cotidiano	Não Identificado	Dos indígenas do Alto Abunã, afluente do rio Madeira.	Encontrado no seringal Extremo, nas fronteiras do Acre com a Bolívia	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não identificado	Encontrado em Camutanga, do município de També	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado de âncora	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	18 Machados	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Encontrado no município de Vitória/PE	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Encontrado em Gravatá/PE	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Encontrado numa escavação, em Garanhuns/PE	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Encontrado em Ribeirão/PE	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Machado	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Encontrado em São Benedito	Não identificado	Exposto
IAHGP	02 Machados	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Sendo que 1 deles foi classificado como podendo ser identificado como Tupi	Encontrado na Paraíba	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Arqueolito	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Em a forma de “queijo do sertão”	Encontrado próximo a Mossoró	Não identificado	Exposto
IAHGP	12 Mãos de pilão	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças fragmentadas	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Utensílio de Pedra lavrada	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça fragmentada	Encontrado na margem do Rio São Francisco	Não identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	01 Utensílio de Pedra lavrada	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não identificado	Encontrado na fundação de 1 ponte sobre o riacho Exú, no município de Vila Bela	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Fragmento	Caledônia	Uso cotidiano	Não Identificado	Possível pedaço de itaquecé. No local, engenho Aldeia, existia a aldeia Potiguar, podendo assim, concluir que o achado era da famosa tribo	Encontrado no alto de Miritiba, em 1 escavação	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Instrumento indígena	Neolítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não identificado	Encontrada em Lagoa de Sousa, em Lagoa dos Gatos	Não identificado	Exposto
IAHGP	02 Pontas de flechas	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Bala	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada em no subsolo da usina São João, no quilômetro 5 da linha da Great-Western, a 6m de profundidade	Não identificado	Reserva técnica
IAHGP	01 Bala	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada no lugar Veados, ao pé da Serra Dois Irmãos/AL	Não identificado	Reserva técnica
IAHGP	07 Cachimbos	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Lítico não identificado. Peça fragmentada	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	Fragmentos de Cachimbos	Cerâmica	Uso cotidiano	Holandesa	Aproximadamente 95 fragmentos. A forma de exposição não permite contabilizar os fragmentos	Não identificado	Período holandês	Exposto
IAHGP	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial: Funerário	Não Identificado	Peça inteira, com bojo e base desgastada	Encontrada a 4 metros do subsolo, onde era o Colégio dos Jesuítas do Recife	Não identificado	Exposto
IAHGP	04 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não	Com decoração	Não identificado	Não identificado	Exposto

	de jarros			Identificado				
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	05 Fragmentos de vasos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Com decoração	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Fragmento alça	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Com decoração	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	07 Tijolos	Cerâmica	Material construtivo	Não Identificado	Peças inteiras	Não identificado	Período holandês	Exposto
IAHGP	01 Munição	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Bala toda carcomida	Não informado	Histórico	Exposto
IAHGP	01 Chave	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Encontrado juntamente com o item abaixo	Escavação no Gongo, também conhecida por Bela Vista, da cidade. Encontrada numa panela de barro	Histórico: Séc. XVII.	
IAHGP	01 Munição: Bala	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Encontrada próximo à uma fortificação, mas não é informado qual fortificação	Histórico: período holandês	Reserva técnica
IAHGP	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial: Funerário	Marajoara	Peça com policromia e com motivos indefinidos	Não identificado	Não identificado	Exposto
IAHGP	01 Munição: Bala	Ferro	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Encontrada nos Montes dos Guararapes	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	Munição: Projéteis	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Quantidade não informada.	Encontrado no arruinado Forte de Santa Cruz de Itamaracá	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	02 Munições: Balas esféricas	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Balas esféricas de canhão de pequeno.	Encontrados nas ruas de Recife	Histórico: aproximadamente do período do movimento revolucionário de 29 e 30 de outubro de 1931	Reserva técnica
IAHGP	01 Arma	Metal	Uso cotidiano	Não	Lança de cavalaria	Encontrada no subsolo	Histórico	Reserva

	Branca			Identificado		do Sítio do Bernardo		técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	01 Munição: Bala	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	A bala se encontrava cravada no monte das Tabocas, onde se feriu o grande combate da guerra holandesa	Encontrada em 1930, no Engenho Tabocas, em Vitória-PE	Histórica: aproximadamente de 1877	Reserva técnica
IAHGP	01 Munição: Bala	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada nas imediações da ponte de Afogados, no local onde foi situado o forte holandês 'Príncipe Guilherme'	Histórico: período Holandês	Reserva técnica
IAHGP	01 Munição: Bala esférica	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Bala esférica com 1.300g, da Guerra dos Cabanos	Encontrada em Lagoa de Sousa, em Lagoa dos Gatos	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	02 Munições: balas	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Balas de canhão	Encontradas no Monte das Tabocas em 1945, quando da construção da Capela de Nossa Senhora de Nazaré	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	07 Munições: pentes de balas	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Pentes de balas de Fuzil 'Mauser', com cartuchos deflagrados	Encontradas nas ruas da Aurora e Princesa Isabel, provavelmente das lutas de 1930 e 1935	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Munição: Bala esférica	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Bala esférica de canhão de pequeno calibre	Encontrado na Serra do Boqueirão, zona dos Cabanos depois de um combate	Histórico: aproximadamente de 1832	Reserva técnica
IAHGP	01 Munição: bala	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada numa escavação de Saneamento, em 1922	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Arma de fogo	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Canhão leveiro	Encontrado na margem direita do Capibaribe, em Pau d'Alho	Histórico	Reserva técnica

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	01 Arma Branca: Espada	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada no Monte dos Guararapes	Histórico: Sec. XVII	Reserva técnica
IAHGP	01 Arma Branca: Lança	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Lança atribuída aos invasores.	Encontrada em 1930 no subsolo do Engenho Tabocas, Vitória-PE	Histórico: Sec. XVIII	Reserva técnica
IAHGP	01 Arma Branca: Lança Militar	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada numa escavação nas imediações do Carmo de Olinda	Histórico: Presumivelmente do tempo de invasão holandesa	Reserva técnica
IAHGP	01 Arma de Fogo: pistola	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Pistola dos beduínos da Argélia	Encontrada em Sadi-bel-Abbes pelo Sheik Molai Abraham	Histórica: arma que serviu na guerra de 1808 de Abdel Kader contra a França	Reserva técnica
IAHGP	03 Moedas	Prata	Uso cotidiano	Portuguesas	Não informado	Encontradas no forte denominado 'Pontal' em Nazareth - PE.	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Moeda	Prata	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada em uma escavação junto as muralhas da fortaleza das Cinco Pontas	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	02 Moeda	Prata	Uso cotidiano	Não Identificado	Moeda de Friza, com aproximadamente 218 anos e a outra com nacionalidade desconhecida por causa do desgaste	Encontrada em Nazareth/PE, em escavação	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	02 Moedas	Cobre	Uso cotidiano	Nacional	De 20 Réis.	Encontradas em escavações no terreno que outrora pertenceram ao antigo Colégio dos Jesuítas	Histórica: uma colonial e outra do Primeiro Império	Reserva técnica
IAHGP	01 Moeda	Cobre	Uso cotidiano	Nacional	De 80 réis. Com carimbo de	Encontrada numa	Histórica de	Reserva

					metade do valor.	escavação	1829	técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	02 Moedas	Cobre	Uso cotidiano	Nacional	De 40 Réis	Encontradas no povoado Lage, do município de Caruaru	Histórica: 01 de 1827 e a outra de 1753	Reserva técnica
IAHGP	05 Moedas	Prata	Uso cotidiano	Holandesa	Série completa de moedas obsidionais, cunhadas no Recife pelos Holandeses em 1654	Encontrada em uma botija no município de Rio Formoso	Histórica: período Holandês: de 1654	Reserva técnica
IAHGP	01 Moeda	Prata	Uso cotidiano	Espanhola	Não informado	Encontrada numa escavação no engenho 'Sacramento', antigo 'Caracuipe de Dentro', do município de Água Preta, engenho que desde o ano de 1800	Histórica: 1818	Reserva técnica
IAHGP	01 Medalha	Bronze	Uso cotidiano	Com efigie de D. Pedro II	Com a efigie da República de D. Pedro II	Encontrada nas demolições do Bairro do Recife	Histórica: 1837	Reserva técnica
IAHGP	01 Medalha	Concha de madreperola	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada numa demolição da rua da Moeda	Histórica	Reserva técnica
IAHGP	01 Jóia	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Com as siglas: F.M.	Encontrado próximo á ponte 'Sete de Setembro'	Histórica.	Reserva técnica
IAHGP	01 Colher	Prata	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrado no Paraguai	Não identificado	Reserva técnica
IAHGP	01 Tranca	Ferro	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrado no arruinado Forte de Santa Cruz de Itamaracá	Não identificado	Reserva técnica
IAHGP	Restos osteológicos humanos	Ossos	Sepultamento	Não Identificado	Não informado	Encontrado em caverna do município de Águas Belas	Não identificado	Reserva técnica
IAHGP	Restos osteológicos	Ossos Humanos	Sepultamento	Não Identificado	Não informado	Encontrados na gruta do Padre, em Petrolândia	Não identificado	Reserva técnica

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
IAHGP	02 Louças	Porcelanas	Uso cotidiano	Não Identificado	Arqueologia subaquática: 1 prato de pó de pedra com um emblema. E 1 Fragmento de louça de pó de pedra	Peças retirada do vapor 'Bahia', naufragado à altura de Pontas de Pedras	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Garrafa	Não informado	Uso cotidiano	Não Identificado	Arqueologia subaquática	Peça retirada do vapor 'Bahia', naufragado à altura de Pontas de Pedras	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Cabeça de Santa	Não informado	Cerimonial	Não Identificado	Cerâmica cozida ao sol	Encontrada numa escavação feita no interior do Carmo de Olinda	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 Capacete	Metal e Tecido	Uso cotidiano	Não Identificado	Capacete de aço com perfurações	Encontrado em Paranapanema, município de Itapetininga, São Paulo	Histórico	Reserva técnica
IAHGP	01 chave	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada em Congo, também conhecida por Bela Vista, da cidade	Histórica: Séc. XVIII	Reserva técnica
IAHGP	01 Moeda	Cobre	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrada nas demolições do Bairro do Recife.	Histórica: 1667	Reserva técnica
Instituto Ricardo Brennand	05 Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Holandesa	Os artefatos estão inteiros, porém fragmentados, contém decoração	Forte Orange	Histórico*	Expostos
Museu de Arqueologia (MA-UNICAP)	01 Flauta de osso	Osso	Enxoval Funerário:	Não informado	Peça encontrada junto com o esqueleto humano em um sepultamento	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico: aproximadamente 2000 anos	Exposto
MA-UNICAP	02 Esqueletos Humanos	Osso	Sepultamentos	Não informado	Esqueletos humanos completos: sendo 1 adulto e 1 recém-nascido	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	02 Cestinhas	Fibras vegetais.	Enxoval	Não	Encontrado junto com o	Escavação: Furna do	Pré-Histórico	Expostos

	para recém-nascidos.		Funerário:	informado	esqueleto de 1 recém-nascido em 1 sepultamento	Estrago		
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MA-UNICAP	16 adornos Colares	Vegetais, ossos e minerais	Cerimonial: Enxoval Funerário	Não Identificado	Adorno em: Sementes; Amazonita (mineral); Conchas marinhas; ossos; ossos de ema	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	Coprólitos	Resíduo humano	Este item não se encaixa nesta descrição	Não Identificado	Encontrados juntos aos esqueletos	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	13 Traçados vegetais	Fibras vegetais	Cerimonial: Enxoval Funerário	Não Identificado	Fibras vegetais	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	02 Flora	Flores de jitirana	Não Identificado	Não Identificado	Flora do contexto da Furna do Estrago	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	06 Restos osteológicos humanos	Osso	Sepultamentos	Não Identificado	Esqueletos humanos incompletos	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	01 Resto osteológico	Osso	Sepultamentos	Não Identificado	Com resíduo de massa cefálica	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	Secção de madeira de palmeira	Madeira	Sepultamentos	Não Identificado	Apoio para o crânio	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Exposto
MA-UNICAP	02 pedaços Ocre	Resíduo mineral	Não Identificado	Não Identificado	Material corante	Escavação: Furna do Estrago	Pré-Histórico	Expostos
MA-UNICAP	01 vaso	Cerâmico	Não Identificado	Não Identificado	Peça restaurada e sem contexto arqueológico	Não informado	Não Identificado	Expostos
Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)	03 Gravuras	Arenito	Não informado	Itaquatiras	Não informado	Escavação arqueológica da equipe eu (UPFE) na beira do Rio São Francisco em Petrolina/PE	Pré-Histórica	Exposto
MEPE	04 Tangas	Cerâmicas	Uso cotidiano	Marajoara	Decoradas com Pinturas com motivos geométricos	Não informado	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Urna	Cerâmica	Funerária:	Marajoara	Peça Antropomorfa	Não informado	Não	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Identificado	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MEPE	01 Machado	Lítico	Cerimonial	Não Identificado	Não informado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Machados	Lítico	Não Identificado	Não Identificado	Com sinais de uso no gume	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Expostos
MEPE	02 Machados	Lítico	Cerimonial.	Não Identificado	Pedra polida, semilunar, utilizado por diversos grupos indígenas das Américas Central e do Sul	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Expostos
MEPE	01 Machado	Amazônico	Cerimonial	Não Identificado	Não identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	01 Prato	Cerâmica	Cerimonial	Tupiguarani	Sub-tradição Pintada.	Achado no Bairro de Beberibe em Olinda sem contexto arqueológico	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	Peças de artilharias	Bronze	Uso cotidiano	Não Identificado	Não informado	Encontrado em Santo Agostinho/PE	Histórico – Séc. XVII	Não Identificado	Exposto
MEPE	07 Pequenos Ídolos	Cerâmica	Não Identificado	Não Identificado	Peças com representações Antropomorfas	Encontrados no Município de Santarém, na foz do Rio Tapajós com o Amazonas	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	01 Prato	Cerâmica	Uso cotidiano	Marajoara	Peça com representação de zoomorfa, em forma de tartaruga	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Pesos de Tear	Cerâmica	Uso cotidiano	Marajoara	Decorados com incisos. Utilizados para a confecção de redes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Urnas	Cerâmica	Cerimonial: Funerárias	Não Identificado	Peças Antropomorfas. Figuras masculinas sentadas sobre um banco com as mãos apoiadas nos joelhos. Na tampa da urna, representa-se a cabeça. No corpo, de forma tubular, guardavam-se as cinzas e os ossos, num enterramento secundário	Encontrado em Maracá, Amapá. Eram depositadas em cavernas ou em poços cavados na terra e cobertos com laje de pedras	Não Identificado	Não Identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MEPE	01 Cerâmica	Cerâmica	Uso cotidiano	Marajoara	Representação Zoomorfa, em forma de inseto, Uma urna pequena sobre o dorso do animal representa um rosto humano	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MEPE	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial	Santarém	Peça zoomorfa de gargalo	Encontrada no Município de Santarém, na foz do Rio Tapajós com o Amazonas	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Urnas Maracá	Cerâmica	Cerimonial	Santarém	Peças Antropomorfas	Encontrados no Município de Santarém, na foz do Rio Tapajós com o Amazonas	Não Identificado	Exposto
MEPE	02 Apitos	Cerâmica	Uso cotidiano	Santarém	Motivos de peixe	Encontradas no Município de Santarém, na foz do Rio Tapajós com o Amazonas	Não Identificado	Exposto
MEPE	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial	Marajoara	Representação antropomorfa ornamental	Não informado	Não Identificado	Exposto
MEPE	01 Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Marajoara	Representação Zoomorfa de uma cabeça animal	Não informado	Não Identificado	Exposto
Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (MHN-LJB)	02 Piteiras de cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Luso-brasileiro	Não informado	Escavação: Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Período Colonial	Exposto
MHN-LJB	Faiança: Tigela	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresenta decoração: motivos não identificados, nas cores: azul e verde	Escavação: Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórica	Exposto
MHN-LJB	01 vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Tupiguarani	Não informado	Escavação: Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	06 fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Tupiguarani	Não informado	Escavação: Sítio Barra	Não	Exposto

						dos Marcos, Itapissuma/PE	Identificado	
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	01 Seixo	Lítico	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresenta lascamento natural em 1 das faces	Não Identificado	Pré-Histórico	Exposto
MHN-LJB	03 Lâminas de machado.	Rocha metamórfica do tipo quartzo apresentando feldspato e estrias	Uso cotidiano	Associado a tradição Itaparica	Em quase todo o corpo da peça vestígios do picoteamento de confecção que foi posteriormente polido	Sítio Pedra do Caboclo - Bom Jardim/PE	Pré-Histórico 6.000 a 7.000 anos	Exposto
MHN-LJB	01 Bastão	Polido em rocha ígnea plutônica, apresenta os minerais: muscovita, feldspato e quartzo fino	Uso cotidiano	Não Identificado	G larouche, descreveu a peça como 1 "pedra fálca"	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	02 Lâminas de machado	Quartzo diorito	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresenta gume fragmentado e com estrias de alinhamento. Em sua zona de pressão (Extremidade oposta ao gume) há marcas do picotecimento da confecção da peça	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Mão de Pilão	Polida de gnaisse	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresenta forma de bastão circular (cilíndrica), com suas extremidades aplainadas (retas) em função do uso	Não Identificado	Pré-Histórico: 7000 a 6000 A.P	Reserva técnica
MHN-LJB	04 núcleos	Quartzo	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças inteiras	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	04 Raspadores	Sílex	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças inteiras	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	03 Lascas	Quartzo	Uso cotidiano	Não	Não identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Identificado	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	Raspador	Calcedônia	Uso cotidiano	Não Identificado		Em sua face externa apresenta seis lados sendo que 1 deles encontra-se bastante fragmentado próximo ao talão e, em outro, encontra-se uma concavidade que contém vestígios da camada cortical da rocha que tem uma textura crespa	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	04 Furadores	Sendo 2 de sílex; 2 de arenito silificado	Uso cotidiano	Não Identificado		Não identificado	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	01 Lasca Bipolar	Sílex Vermelho	Uso cotidiano	Não Identificado		Este tipo é obtido através de lascamento sob bigorna	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Núcleo	Sílex	Uso cotidiano	Não Identificado		Provável núcleo de onde foram retiradas lascas. Há presença de vários lados e bordos	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Raspador	Quartzo branco	Uso cotidiano	Não Identificado		Raspador robusto. Concavo em sua face interna e convexo em sua face externa. Apresenta marcas de retoque em seu gume	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Raspador	Quartzo	Uso cotidiano	Não Identificado		Raspador robusto que apresenta bordos ativos formando interseções de 90 graus com suas faces interna e externa. A face externa está debitada objetivando obter melhor formato para uso	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Raspadeira	Quartzo	Uso cotidiano	Não Identificado		Raspadeira robusta; marcas de retoque em seu bordo ativo que fez com que a mesma se tornasse menos cortante e mais robusta dando a esse lítico o caráter de raspadeira natural. É um	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
					instrumento plano convexo e apresenta zona de pressão			
MHN-LJB	01 Lasca	Quartzo branco	Uso cotidiano	Não Identificado	Foi obtida por percussão em núcleo delicado que formou arestas. Peça é classificada como uma lasca simples laminar	Não Identificado	2220 - 80 anos A.P	Reserva técnica
MHN-LJB	Furador-raspadeira	Sílex vermelho.	Uso cotidiano	Não Identificado	A peça possui face interna e face externa	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	04 Estilhas	Sílex	Uso cotidiano	Não Identificado	Estilhas originária do processo de lascamento de debitagem. Sua retirada foi feita objetivando preparar o bulbo ou estrias, isso pode indicar que a estilha foi fruto de um lascamento bipolar	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Mão de pilão	Lítico polido	Uso cotidiano	Não Identificado	Tendo corpo oval com suas duas extremidades retas. A peça possui marcas de esmigalhamento em todo o seu corpo	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de ambas as superfícies com engobo vermelho. Na altura da borda, há 1 orifício para suporte com 1 cm de diâmetro	Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	03 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base; Tratamento de Superfície Externa e interna: alisado. Engobo branco	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Séc. XVI	Reserva técnica
MHN-LJB	28 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda/Bojo. Engobo vermelho	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de Superfície Externa: engobo vermelho;	Não Identificado	Não Identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
					Tratamento de Superfície interna: alisado			
MHN-LJB	01 Fragmento	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo/base; Tratamento de Superfície Externa e interna: alisado	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de superfície externa alisado, Apresentando decoração na altura da borda; Tratamento de superfície interna alisado	Sítio das Grutas N. 03, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Brocotó simples	Borda quebrada. Tratamento de superfície externa e interna: alisada	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de superfície externa: alisada. Tratamento de superfície interna: Polido	Não Identificado	1115 +/- 60 A.P.	Exposto
MHN-LJB	50 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo e borda. Tratamento de superfície externa e interna: alisado	Não Identificado	Não Identificado	
MHN-LJB	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial: Funerária	Brocotó simples	Opérculo de urna Tratamento de superfície externa e interna: alisado	Sítio Caverna N.03, Bom Jardim/PE	500 - 80 B.P	Exposto
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento da superfície externa e interna: alisando. Apresenta uma perfuração em uma das extremidades da borda	Sítio Caverna Fungraria N. 2 do Angico, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	01 Prato	Cerâmica	Uso cotidiano	Umburetama Simples	Lábios arredondados; superfície alisada; manchas de fogo; vestígios de riscados. Cor: Avinhada no interior. Peça restaurada	Não Identificado	Não Identificado	Exposto

MHN-LJB	02 Vasilhas	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de superfície externa e interna: alisado. Peça restaurada	Não Identificado	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	01 Vasilha	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de superfície externa e interna: alisado. Peça restaurada	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	01 Fragmento	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmento de base. Tratamento da superfície externa e interna: alisado	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	11 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmento cerâmico. Sendo 7 Borda/Bojo e 4 Fragmentos de Bojo. Tratamento de superfície externa e interna: alisado	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo, Tratamento de superfície externa e interna: alisado, com erosão	Sítio da Caverna do Angico N.2, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Vasilhame	Cerâmica	Uso cotidiano	brocotó simples.	Peça na com bicos, duas pequenas alças de 20 cm de comprimento perfuradas, nas extremidades. Lábios arredondados apontados	Sítio das Grutas N.3 Monte do Angico, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	01 Fragmento	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda/bojo. Tratamento de superfície externa e interna: alisado	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial: Funerária	Brocotó	Peça restaurada. Forma, boca constricta. Lábios apontados e arredondados. Superfícies bem alisadas, vestígios de riscado	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Não Identificado	Exposta
MHN-LJB	02 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo. Tratamento de superfície externa: alisado. Tratamento de superfície interna: alisado e com engobo branco+pintura em vermelho	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	03 Fragmentos	Faiança	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo e base em faiança, apresentando ornamentos com 8	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica

					faixas concêntricas na cor azul, e um desenho geométrico na base na cor vinho			
MHN-LJB	22 Piteiras de cachimbos	Cerâmica	Uso cotidiano	Europeus	Apresentam decoração: linhas incisas paralelas horizontais. E um fragmento apresenta o selo BC	Não Identificado	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo. A peça apresenta motivos de faixas paralelas com círculos em cada lateral e faixas com traços e frisos	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	35 Piteiras de cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Holandês	Apresentam decorações de incisões. Apresentam marcas de decoração plástica unglada. Sendo um "Bico de chaleira"	Não Identificado	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	129 Fragmentos	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base, apresentam decoração com motivos fitoformos. Fragmentos nas cores: branca, vinho, verde, azul	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	05 Fragmentos	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda e bojo. Com representação de motivos fitoformes em alto-relevo	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo/base. Apresenta ornamentação com motivos orientais na parte interna. Na parte externa referências a sua origem com um medalhão apresentando nomes "SHANGHAI" e na parte superior "IRONSTONE" e logo abaixo "MS"	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	01 Fragmento	Faiança fina	Uso cotidiano	Não	Bojo. Apresenta na parte exterior	Sítio Barra dos Marcos,	Histórico	Reserva

				Identificado	ornamento com faixa e inscrição ao centro com as letras "ANLEY", executada em preto	Itapissuma/PE		técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo e base. Apresenta ornamento com laço e moldura com motivos fitoformes, ao centro encontra-se a palavra "PERNAMBUCO", tudo disposto na parte central interior da base, executados na cor preta	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Bojo e base. Apresenta decoração em motivos florais na parte interna do bojo	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	22 Fragmentos	Faiança fina	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base. Apresentam decoração na cor lilás. Sendo um fragmento com ornamentos envolvendo uma letra P	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	02 Fragmentos	Grés	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda-bojo, apresentando um auto-relevo com "tinta"	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento	Grés: Garrafa	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresenta na parte externa do bojo selo com as inscrições, ao centro o número 8, logo abaixo "BOTTERY" e "GLASGOW"	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	02 Fragmentos	Grés	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda e bojo. Apresentam na parte exterior decoração de traços gravados	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	03 Fragmentos	Azulejos	Material construtivo	Não Identificado	Decorado nas cores azul e branca	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	01 Fragmento	Manilha	Material construtivo	Não Identificado	Borda. Apresenta marcas de rosqueamento na parte interna, com restos de argamassa nas partes interna e externa. A parte interna apresenta duas	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica

					colorações: cinza e marrom claro			
MHN-LJB	05 Fragmentos	Louça	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base. Sendo 1 com ornamentação de linha na cor verde, na parede interna; 1 fragmento de tampa em louça, caracterizado por ornamentações com motivos florais, arrematado na parte inferior por faixas sobrepostas executadas em azul	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	09 Fragmentos	Porcelana	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base. Sendo 1 Fragmento de tampa e 1 Fragmento de bojo e terminal de bico de chaleira em porcelana	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	24 Fragmentos	Porcelana	Uso cotidiano	Não Identificado	Borda, bojo e base. Apresentam decoração com motivos fitoformes na cor azul. 05 fragmentos apresentam ornamentação em motivos orientais. Sendo um fragmento com a parte externa há indícios de um medalhão com uma inscrição ADAMS, outro com CHAI. E outro com SHANGAI	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fragmento: Alça	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Tratamento de superfície externa e interna: alisado	Não Identificado	Período colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	02 cachimbos	Madeira	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresentam metade do fornilho e quase toda a piteira. No fornilho há resíduo de material queimado. As peças estão carbonizadas	Não Identificado	Período colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	11 Resíduos alimentares	Vegetais	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmento de coco de ouricuri. OBS: acredita-se que são restos alimentares	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	24 balas de mosquete	Chumbo	Uso cotidiano	Não Identificado	Apresentam restos do encaixe onde era atada a outra bala através de um fio de cobre	Não Identificado	Período colonial	Reserva técnica

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	01 Botão	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Botão de fardamento em cobre, sua cor está esverdeada graças a oxidação	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Histórico	Reserva técnica
MHN-LJB	22 Moedas	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Moeda de cobre	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Séc. XVIII a Séc. XIX	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Chave	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	01 chave de ferro. O objeto apresenta-se oxidado	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Argola	Ferro	Uso cotidiano	Não Identificado	O objeto encontra-se bastante oxidado	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Fechadura	Ferro	Material construtivo	Não Identificado	Não informado	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Ponta de lança	Ferro	Uso cotidiano	Não Identificado	Sua extremidade apresenta encaixe de encabamento	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Período Colonial	Reserva técnica
MHN-LJB	01 Medalha Mariana	Cobre e ouro	Uso cotidiano	Não Identificado	Confeccionada em cobre, apresentando restos de banho de ouro	Sítio Barra dos Marcos, Itapissuma/PE	Séc. XX	Reserva técnica
MHN-LJB	94 Restos Osteológicos	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Fragmentos: rádio, cúbito, fêmur, Perônio, Metatarso; Vértebra lombar; vértebra cervical, costela; mãos, pés, falangeta; calota craniana	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	52 Restos Osteológicos	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Fragmentos: calcâneo; omoplata; calota craniana; maxilar inferior; fêmur; Ilíaco e falangeta, Falanginha e acetábulo	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	02 Fragmentos e instrumento musical e/ou um adorno	Ossos	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmentos de instrumentos musicais ou adornos. Apresentam um corte vertical na parte frontal da peça e duas perfurações na parte interna. A peça parece ter levado aquecimento	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica
MHN-LJB	03 Restos osteológicos	Ossos	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmentos de crânio	Caverna do Angico N.2 - Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN-LJB	Restos osteológicos	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Dentes humanos.	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	65 Restos osteológicos: Dentes	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	08 crânios incompletos com 06 dentes e 05 Maxilares com 17 dentes	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	13 Restos osteológicos e 23 dentes	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Dentes humanos	Não Identificado	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	44 Dentes	Dentes	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Dentes humanos	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	24 fragmentos de ossos	Ossos	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	24 contas de colar em osso, com um canino de animal	Sítio Pedra do Caboclo, Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
MHN-LJB	Restos osteológicos animais	Ossos	Uso cotidiano	Não Identificado	11 contas de colar em osso e um fragmento de osso com anéis marcados na peça	Caverna do Angico N.2 - Bom Jardim/PE	Não Identificado	Reserva técnica.
MHN-LJB	Restos osteológicos animais	Ossos	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmentos de crânio	Caverna do Angico N.2 - Bom Jardim/PE	Não Identificado	Exposto
Museu do Homem Nordeste (MHN)	01 Fragmento de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Não informado	Decoração Fitomorfa. Flores na chaminé. Técnica: Modelagem, com Incisões. 3 flores que adornam a chaminé. Tubo quebrado junto a chaminé	Não Identificado	Não Identificado	Reserva Técnica
MHN	01 Fragmento de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Não informado	Decoração: Inclusões Geométricas. Técnica: Modelagem. Chaminé com partes destacadas	Não Identificado	Não Identificado	Reserva Técnica
MHN	10 Fragmentos de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Técnica: Modelagem, com Incisões. Bocal e tubo quebrados	Não Identificado	Não Identificado	Reserva Técnica
MHN	02 Fragmentos de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Decoração Fitomorfa. Técnica: Modelagem, com Incisões. Tubo e Bocal quebrados	Não Identificado	Não Identificado	Reserva Técnica
MHN	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial:	Brocotó	Técnica: Cordelada e Alisada.	Escavação: Sítio Monte	Pré-Histórico:	Reserva

			Funerária	simples	Peça com opérculo, forma ovóide, boca constricta, lábios apertados, superfície irregular, erodida, rugas de alisamento e mancha pretas. Usada nos enterramentos secundários. Peça restaurada	do Angico, Bom Jardim/PE	Datação: 1.515 ± 80 BP	Técnica
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MHN	01 Urna	Cerâmica	Cerimonial: Funerária	Não Identificado	Técnica: Cordelada e Alisada. Peça com opérculo, tipo Brocoto simples, forma ovoide, ligeiramente bojuda, boca constricta, lábios apertados, superfície irregular, erodida, rugas de alisamento e mancha pretas. Usada nos enterramentos secundários. Peça restaurada	Sítio Monte do Angico, Bom Jardim/PE	Pré-Histórico: Datação: 1.515 ± 80 BP	Reserva Técnica
MHN	06 Vasilhas	Cerâmicas	Cerimonial: Funerária	Não Identificado	Técnica: Cordelada e Alisada. Descrição: Borda arredondada, paredes lisas com brunimento interna e externamente, com machas pretas. Pequena perfuração para alça perfurada	Sítio Monte do Angico, Bom Jardim/PE	Pré-Histórico	Reserva Técnica
Museu Militar Forte Brum (MM-FB)	22 Moedas	Metal	Uso cotidiano	Não informado	Sendo 06 Moedas Brasileiras; 05 Moedas do Brasil Império; 03 Moedas do Brasil República e 03 Moedas de Nuremberg (Alemanha)	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	23 Projéteis para pistola	Metal	Uso cotidiano	Não informado	Tipo carga-avante	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	27 Munição	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Tipo carga-avante, 16 estão corroídas.	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	09 Pregos e Cravos	Metal	Material construtivo	Não informado	Não informado	Encontrado: Forte Brum	Histórico	Exposto

Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MM-FB	22 Projéteis para pistola	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças corroídas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	03 Adornos de Portada		Material construtivo	Não Identificado	Peças fragmentadas	Escavação: Forte Brum	Histórico: Séc. XVII	Exposto
MM-FB	01 Sacatrapo	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças corroídas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Eixo para suporte de canhão	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças corroídas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Foice	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Orange, Itamaracá/PE	Histórico	Exposto
MM-FB	08 Fragmentos de ferragens	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Utilizados como munição	Escavação: Forte Orange, Itamaracá/PE	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Corrente de Barril	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	01 fragmento de Ferro de passar	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	14 Projéteis para Mosquetes	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Tipo de arma não identificada	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	60 Projéteis para Pistolas	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Tipo carga avante	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	09 Projéteis	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Para Canhões	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	04 Projéteis	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Em gomos	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	07 Chumbadores	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças corroídas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	07 Dobradiças	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças corroídas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	16 Munições para canhão	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Tipo carga avante	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	12 Fragmentos	Metal	Uso cotidiano	Não	Artefatos não identificados	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto

	de Ferramentas Diversas			Identificado				
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MMFB	01 Fragmento de Ferragem	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmento de Ferragem Utilitária corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Ferro de Marcar	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça inteira	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	32 Fragmentos de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Holandesa	Peças fragmentadas, mas completas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	21 Fragmentos de Cachimbo	Cerâmica	Uso cotidiano	Luso Brasileiro	Peças fragmentadas, mas completas	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	12 Fragmentos de Piteiras	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Sendo 2 com o bocal e o tubo	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	16 Fragmentos de Faiança	Cerâmica	Uso cotidiano	Não Identificado	Bicromia: branca e azul	Escavação: Forte Brum	Histórico: Séc. XIV e XIX	Exposto
MM-FB	Restos osteológicos	Esqueleto completo do soldado	Cerimonial: Sepultamento	Não Identificado	Sepultamento	Escavação: Monte do Guararapes	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Terço	Ossos	Cerimonial: Enxoval funerário	Não Identificado	Terço completo	Escavação: Monte do Guararapes	Histórico	Exposto
MM-FB	Balas de mosquetes	Metal	Cerimonial: Enxoval funerário	Não Identificado	Sepultamento	Escavação: Monte do Guararapes	Histórico	Exposto
MM-FB	02 Fragmentos	Cerâmica	Uso cotidiano	Portuguesa	Peça corroída	Escavação: Monte do Guararapes	Histórico	Exposto
MM-FB	Medida de Pólvora	Metal	Cerimonial: Enxoval funerário	Não Identificado	Quantidade não informada	Escavação: Monte do Guararapes	Histórico	Exposto
MM-FB	02 Fragmentos de Leques	Tecido	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	16 Fragmentos	Sílex	Uso cotidiano	Não Identificado	Utilizado em Pederneiras	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	10 Plaquetas de	Metal	Uso cotidiano	Não	Peça corroída	Escavação: Forte	Histórico	Exposto

	cota			Identificado		Orange – Itamaracá/PE		
Museu:	Quantidade e Artefatos	Tipo de material / Matéria-Prima	Função	Classificação cultural	Descrição Geral	Origem	Período Cronológico	Tipo de Acondicionamento
MM-FB	01 Insígnia de artilharia	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Orange – Itamaracá/PE	Histórico	Exposto
MM-FB	19 Botões e Abotoadoras de farda	Metal e tecido	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MMFB	03 fragmentos de Capacetes	Metal e tecido	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	05 Fragmentos de Botões	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Forte Real Velho do Bom Jesus	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Fragmento de Molde para fabrico de projétil	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Escavação: Forte Brum	Histórico	Exposto
MM-FB	04 Fragmentos de Objeto de cavalaria	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peça corroída	Forte Real Velho do Bom Jesus	Histórico	Exposto
MM-FB	02 Fragmentos de Lamina	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Arma branca	Forte Real Velho do Bom Jesus	Histórico	Exposto
MM-FB	01 Corpo de Espada	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Fragmento de Corpo de Espada	Escavação: Forte Orange – Itamaracá/PE	Histórico	Exposto
MM-FB	05 Peças de jogos e dados	Metal	Uso cotidiano	Não Identificado	Peças conservadas	Escavação: Forte Orange – Itamaracá/PE	Histórico	Exposto

Fonte: Rosemary Cardoso.